

ELIAS JOSÉ MEDIOTTE

GOVERNANÇA MULTINÍVEL EM CIDADES CRIATIVAS DA UNESCO: Atores Sociais e Estruturas Organizacionais no contexto da Sustentabilidade em Florianópolis (SC) Brasil

Tese apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Administração, para obtenção do título de *Doctor Scientiae*.

Orientador: Magnus Luiz Emmendoerfer

Coorientadores: Thiago Duarte Pimentel
Marcos Eduardo C. G. Knupp

**VIÇOSA – MINAS GERAIS
2023**

**Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade
Federal de Viçosa - Campus Viçosa**

T

M491g
2023

Mediotte, Elias José, 1978-

Governança multinível em cidades criativas da UNESCO:
atores sociais e estruturas organizacionais no contexto da
sustentabilidade em Florianópolis (SC) Brasil / Elias José
Mediotte. – Viçosa, MG, 2023.

1 tese eletrônica (322 f.): il. (algumas color.).

Inclui anexos.

Inclui apêndices.

Orientador: Magnus Luiz Emmendoerfer.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Viçosa,
Departamento de Administração e Contabilidade, 2023.

Referências bibliográficas: f. 224-241.

DOI: <https://doi.org/10.47328/ufvbbt.2023.439>

Modo de acesso: World Wide Web.

1. Governança pública - Florianópolis (SC).
2. Desenvolvimento urbano sustentável - Florianópolis (SC).
3. Criatividade - Aspectos econômicos. I. Emmendoerfer,
Magnus Luiz, 1978-. II. Universidade Federal de Viçosa.
Departamento de Administração e Contabilidade. Programa de
Pós-Graduação em Administração. III. Título.

CDD 22. ed. 307.76098164

Bibliotecário(a) responsável: Bruna Silva CRB-6/2552


ELIAS JOSÉ MEDIOTTE

GOVERNANÇA MULTINÍVEL EM CIDADES CRIATIVAS DA UNESCO: Atores Sociais e Estruturas Organizacionais no contexto da Sustentabilidade em Florianópolis (SC) Brasil


Tese apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Administração, para obtenção do título de *Doctor Scientiae*.

APROVADA: 30 de junho de 2023.

Assentimento:

Documento assinado digitalmente
 ELIAS JOSE MEDIOTTE
Data: 20/07/2023 11:20:57-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Elias José Mediotte
Autor

Documento assinado digitalmente
 MAGNUS LUIZ EMMENDOERFER
Data: 20/07/2023 16:21:12-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Magnus Luiz Emmendoerfer
Orientador

À minha mãe, Vera Lúcia Lopes Mediotte (*in memoriam*), por ter dedicado toda a sua vida ao nosso amor. Pela sua conduta, perseverança e incansável luta pela vida, muito obrigado.

Ao meu pai, José Elias Mediotte (*in memoriam*), pelo exemplo de honestidade e bravura, que moldaram o meu caráter.

AGRADECIMENTOS

À minha mãe, Vera Mediotte, por me instruir para a vida e ser o meu exemplo de coragem e bravura. Eu gostaria de mais cinco minutos para sentir o seu abraço novamente.

Ao meu pai, José Mediotte, por me ensinar o verdadeiro significado de humildade e responsabilidade. Obrigado por tanto e por tudo.

Ao meu orientador, Magnus Emmendoerfer, por estar ao meu lado durante todo o percurso acadêmico e em todas as adversidades que a vida me impôs durante esses anos.

Ao meu coorientador, Thiago Pimentel, pelo exemplo, pela receptividade, pelos ensinamentos e oportunidades de compartilhar tanta sabedoria.

Ao meu coorientador, Marcos Knupp, por ter aceitado fazer parte da efetivação desse sonho, pelo carinho e diálogos tão produtivos.

Ao professor Hugo Silvestre, que desde o mestrado tem me acompanhado e me instruído para este mundo maravilhoso da pesquisa. Obrigado pelo carinho e palavras de incentivo.

Ao professor Greg Richards, por inspirar a realização desta tese pelas suas obras tão prestigiadas e por aceitar compor a minha banca de defesa.

À professora Suely, que eu admiro incondicionalmente. Durante todo o meu percurso acadêmico na UFV, eu sempre me espelhei em você. Muito obrigado pelo afeto e carinho.

Ao professor Wesley, pelo apoio e por sempre se fazer presente. Obrigado por ser uma pessoa fundamental durante este período.

À minha psicóloga, Tereza Batalha, que mudou a minha vida com as suas palavras. Obrigado por me ouvir e me fazer acreditar no quanto eu posso ser, para além do eu imaginava.

Ao Rafael, por ter segurado a minha mão até o momento em que eu aprendi a caminhar sozinho. Obrigado por compartilhar a sua vida comigo e por ressignificar tantas perspectivas.

Ao meu amigo Walery, irmão de uma vida e que esteve presente em todos os momentos.

Ao Lessandro (Lê), que me fez vencer os meus medos. Por sua resiliência, sua simplicidade, seu coração e por ter me mostrado que a vida pode ser leve, com o seu sorriso.

Ao meu sobrinho, Guilherme, que tem compartilhado a sua vida comigo e me ensinado tanto a ser um pai de verdade.

Ao meu ‘filho’ Babalu, que mesmo sem entender nada do que isso tudo significa, tem sido o meu maior motivo de superação e de alegria, desde que chegou na minha vida.

À Nayara, amiga desde o Mestrado, pelas palavras de conforto e carinho que tanto me ajudaram a caminhar nesse vasto universo do doutorado.

Aos demais amigos do Doutorado, Luiza Franklin, Raquel e Leandro, que desde o início, durante o período das disciplinas, estiveram comigo como uma família.

Aos amigos do GDTeC, em especial ao Alessandro, ao Antônio Vagner e ao Thiago, por contribuírem com o meu crescimento acadêmico.

Ao Dr. Rerisson e à Cintia, por tanto carinho, amizade e palavras de conforto. Obrigado por me ajudarem a ver em mim alguém que nem eu sabia que existia.

À Samara, minha grande amiga e inspiração. Graças a você, esse momento se realizou.

Ao amigo Edi Flores, pela ajuda inestimável com a realização deste estudo.

A todas às pessoas que, voluntariamente, participaram deste estudo. Aos Participantes da Pesquisa que abriram as portas das suas instituições, sempre com um sorriso no rosto, desde Florianópolis (SC), Brasília (DF) e Belém (PA), muito obrigado.

A todos os professores e servidores do DAD – UFV, em especial à Luiza, pela dedicação, compromisso e disponibilidade.

A las profesoras Diana Gómez y María Velasco, por acogerme en la Universidad Complutense de Madrid durante mi investigación doctoral en el extranjero.

A mis amigos de Madrid, María Montoro, Jana, Max, Inés, Pablo y Thara. Muchas gracias por compartir vuestra vida conmigo durante mi estancia en Madrid.

Ao CNPq, pela bolsa de estudos que me permitiu realizar o doutorado sanduíche na Espanha e pelo incentivo em projetos acadêmicos, de extensão e iniciação científica.

À CAPES, pelo investimento no meu doutorado por meio da bolsa de estudos e pelo incentivo à pesquisa científica.

Aos amigos e familiares que estiveram e se fizeram presentes.

Muito obrigado!

RESUMO

MEDIOTTE, Elias José, D.Sc., Universidade Federal de Viçosa, junho de 2023. **Governança Multinível em Cidades Criativas da UNESCO: Atores Sociais e Estruturas Organizacionais no contexto da Sustentabilidade em Florianópolis (SC) Brasil**. Orientador: Magnus Luiz Emmendoerfer. Coorientadores: Thiago Duarte Pimentel e Marcos Eduardo Carvalho Gonçalves Knupp.

O presente estudo tem como objetivo principal analisar e compreender a materialização da Governança Multinível em Cidades Criativas da UNESCO a partir do arranjo de atividades dos Atores Sociais em suas Estruturas Organizacionais, no contexto da sustentabilidade. Os procedimentos metodológicos utilizados no estudo correspondem às abordagens quantitativa e qualitativa, sendo que na abordagem quantitativa, recorreu-se à Análise Estatística Descritiva a partir do Instrumento de Coleta de Dados, elaborado com reforço da pesquisa bibliográfica existente no Quadro Teórico. Na abordagem qualitativa, buscou-se a investigação Documental e de Campo, a partir da Observação não Participante e Entrevistas com roteiro semiestruturado. Também adotou-se a Análise de Conteúdo Crítica por meio da técnica análise temática, a fim de desvendar os núcleos existentes no processo de comunicação dos dados teóricos e empíricos. Como resultados, identificou-se que a Governança Multinível mapeada revelou um Grau Médio de Governança. No entanto, observaram-se disparidades no que concerne ao arranjo de atividades dos Atores Sociais e suas Estruturas Organizacionais constituintes voltado para o desenvolvimento da Cidade Criativa a partir dos preceitos dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU. Além disso, com base nos resultados auferidos, este estudo revelou que a chancela UNESCO Cidade Criativa tem propiciado um ambiente conflituoso de objetivos para a manutenção de um *status* associado à ‘grife’ Cidade Criativa, despertando a atenção para a legitimação deste título. Conforme preconizado por esta tese, quando uma cidade não identifica argumentos consolidados sobre o que uma chancela de Cidade Criativa UNESCO representa, em termos sociais, econômicos, culturais, ambientais, até mesmo de cidadania, e quais os efeitos são obtidos por meio do arranjo de atividades dos Atores Sociais representados por Estruturas Organizacionais que constituem uma Rede de Governança Multinível, surgem lacunas em relação à própria finalidade e relevância do selo para uma Cidade Criativa.

Palavras-chave: Governança Multinível. Atores Sociais e Estruturas Organizacionais. Cidades Criativas UNESCO. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU. Florianópolis (SC).

ABSTRACT

MEDIOTTE, Elias José, D.Sc., Universidade Federal de Viçosa, June, 2023. **Multilevel Governance in UNESCO Creative Cities: Social Actors and Organizational Structures in the Context of Sustainability in Florianopolis (SC) Brazil**. Adviser: Magnus Luiz Emmendoerfer. Co-advisers: Thiago Duarte Pimentel and Marcos Eduardo Carvalho Gonçalves Knupp.

The present study aims to analyse and comprehend the materialisation of multilevel governance in UNESCO Creative Cities through the arrangement of activities among social actors within their organisational structures, within the context of sustainability. The study employs both quantitative and qualitative approaches, utilising Descriptive Statistical Analysis as the quantitative method through a Data Collection Instrument developed with support from existing literature in the Theoretical Framework. The qualitative approach involves documentary and field investigation, employing non-participant observation and semi-structured interviews. Critical Content Analysis is also adopted, using thematic analysis techniques to uncover the cores present in the communication process of theoretical and empirical data. The findings reveal that the mapped multilevel governance demonstrated a moderate degree of governance. However, disparities were observed regarding the arrangement of activities among social actors and their organisational structures aimed at the development of Creative Cities based on the United Nations Sustainable Development Goals (SDGs). Besides, the study revealed that the UNESCO Creative City endorsement generates a conflicted environment of objectives in the pursuit of maintaining a status associated with the Creative City 'brand', raising awareness regarding the need for the legitimization of this title. In accordance with this thesis, when a city fails to identify consolidated arguments about the meaning of a UNESCO Creative City endorsement in social, economic, cultural, environmental, and even citizenship terms, as well as the effects achieved through the arrangement of activities among social actors represented by organisational structures forming a multilevel governance network, gaps arise concerning the purpose and relevance of the label for a Creative City.

Keywords: Multi-Level Governance. Social Actors and Organizational Structures. UNESCO Creative Cities. UN Sustainable Development Goals. Florianopolis (SC).

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Tríade das Cidades Criativas	35
Figura 2	Extrato da Primeira manifestação sobre Governança (séc. XIV)	44
Figura 3	Modelo de Fluxo de Governança	55
Figura 4	Aproximações dos conceitos de Governança.....	68
Figura 5	Estrutura da Ação Social.....	72
Figura 6	<i>Framework</i> conceitual para Governança Multinível.....	75
Figura 7	Estrutura Teórico-Analítica da Tese.....	81
Figura 8	Localização Geográfica de Florianópolis.....	87
Figura 9	Pressuposto de delimitação do tema proposto.....	91
Figura 10	Capa do Instrumento de Coleta de Dados (ICD).....	92
Figura 11	Pré-teste 1: Brasília – Cidade Criativa do Design (desde 2017)	99
Figura 12	Pré-teste 2: Belém – Cidade Criativa da Gastronomia (desde 2015)	100
Figura 13	Florianópolis – Cidade Criativa da Gastronomia (desde 2014)	101
Figura 14	Doutorado Sanduíche – Madri/Espanha (2023)	106
Figura 15	As 50 Cidades Criativas da Gastronomia UCCN (ano 2023)	108
Figura 16	Governança Estratégica de Florianópolis – Atribuições Institucionais.....	109
Figura 17	Estrutura de Governança em Florianópolis.....	110
Figura 18	Rede de Governança de Florianópolis (SC) Pós Mapeamento.....	111
Figura 19	Distribuição Socio-interorganizacional da Governança Multinível da UCCN a partir de Florianópolis SC.....	113
Figura 20	Gênero dos Participantes da Pesquisa.....	114
Figura 21	Idade dos Participantes (21a) e tempo de trabalho na Organização (21b)	115
Figura 22	Nível de Escolaridade dos Participantes da Pesquisa.....	115
Figura 23	Área de Formação dos Participantes da Pesquisa	116
Figura 24	Remuneração recebida (24a) e Tipo de Trabalho realizado (24b)	117
Figura 25	Mapa de Florianópolis e suas Unidades de Planejamento	120
Figura 26	Distribuição de Estabelecimentos Gastronômicos de Florianópolis (SC)	121
Figura 27	Distribuição de Estabelecimentos Frutos do Mar de Florianópolis (SC).....	122
Figura 28	Distribuição de Estabelecimentos Comida Japonesa de Florianópolis (SC)....	123
Figura 29	Distribuição de Estabelecimentos Variedades de Florianópolis (SC).....	124
Figura 30	Distribuição de Estabelecimentos Pizzas e Massas de Florianópolis (SC)	125

Figura 31	Distribuição de Estabelecimentos <i>Drinks</i> , <i>Fast Food</i> e <i>Steakhouse</i> de Florianópolis (SC).....	126
Figura 32	Valor do Indicador Cooperação (32a) e Percentual do Indicador Cooperação (32b).....	142
Figura 33	Valor Indicador Coordenação (33a) e Percentual do Indicador Coordenação (33b).....	158
Figura 34	Valor Indicador Colaboração (34a) e Percentual do Indicador Colaboração (34b).....	171
Figura 35	Valor do Grau da Governança Multinível (35a) e Percentual do Grau da Governança Multinível (35b), a partir de Florianópolis (SC), Cidade Criativa da Gastronomia.....	172
Figura 36	Grau de Classificação dos ODS em Florianópolis (SC).....	174
Figura 37	Pontuação dos 17 ODS em Florianópolis (SC).....	175
Figura 38	Florianópolis e os ODS da ONU – Principais desafios à Governança.....	176
Figura 39	Perspectivas dos Atores Sociais acerca dos Indicadores de Sustentabilidade do ODS 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis).....	184
Figura 40	Perspectivas dos Atores Sociais acerca dos Indicadores de Sustentabilidade do ODS 12 (Consumo e Produção Responsáveis).....	192
Figura 41	Perspectivas dos Atores Sociais acerca dos Indicadores de Sustentabilidade do ODS 14 (Vida na Água).....	196
Figura 42	Perspectivas dos Atores Sociais acerca dos Indicadores de Sustentabilidade do ODS 3 (Saúde e Bem-Estar).....	201
Figura 43	Perspectivas dos Atores Sociais acerca dos Indicadores de Sustentabilidade do ODS 5 (Igualdade de Gênero).....	202
Figura 44	Perspectivas dos Atores Sociais acerca dos Indicadores de Sustentabilidade do ODS 8 (Trabalho Decente e Crescimento Econômico).....	204
Figura 45	Perspectivas dos Atores Sociais acerca dos Indicadores de Sustentabilidade do ODS 10 (Redução das Desigualdades).....	206
Figura 46	Perspectivas dos Atores Sociais acerca dos Indicadores de Sustentabilidade do ODS 13 (Ação Climática).....	208

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Percentual Subcategorias Indicador Cooperação – Governança em Nível Local.....	131
Gráfico 2	Percentual Categorias Indicador Cooperação – Governança em Nível Local.....	132
Gráfico 3	Percentual Subcategorias Indicador Cooperação – Governança em Nível Estadual/Regional.....	134
Gráfico 4	Percentual Categorias Indicador Cooperação – Governança em Nível Estadual/Regional.....	136
Gráfico 5	Percentual Subcategorias Indicador Cooperação – Governança em Nível Nacional.....	137
Gráfico 6	Percentual Categorias Indicador Cooperação – Governança em Nível Nacional.....	139
Gráfico 7	Percentual Subcategorias Indicador Cooperação – Governança em Nível Internacional.....	140
Gráfico 8	Percentual Categorias Indicador Cooperação – Governança em Nível Internacional.....	141
Gráfico 9	Percentual Subcategorias Indicador Coordenação – Governança em Nível Local.....	145
Gráfico 10	Percentual Categorias Indicador Coordenação – Governança em Nível Local.....	147
Gráfico 11	Percentual Subcategorias Indicador Coordenação – Governança em Nível Estadual/Regional.....	149
Gráfico 12	Percentual Categorias Indicador Coordenação – Governança em Nível Estadual/Regional.....	150
Gráfico 13	Percentual Subcategorias Indicador Coordenação – Governança em Nível Nacional.....	152
Gráfico 14	Percentual Categorias Indicador Coordenação – Governança em Nível Nacional.....	153
Gráfico 15	Percentual Subcategorias Indicador Coordenação – Governança em Nível Internacional.....	155
Gráfico 16	Percentual Categorias Indicador Coordenação – Governança em Nível Internacional.....	156
Gráfico 17	Percentual Subcategorias Indicador Colaboração – Governança em Nível Local.....	160

Gráfico 18	Percentual Categorias Indicador Colaboração – Governança em Nível Local.....	162
Gráfico 19	Percentual Subcategorias Indicador Colaboração – Governança em Nível Estadual/Regional.....	164
Gráfico 20	Percentual Categorias Indicador Colaboração – Governança em Nível Estadual/Regional.....	165
Gráfico 21	Percentual Subcategorias Indicador Colaboração – Governança em Nível Nacional.....	166
Gráfico 22	Percentual Categorias Indicador Colaboração – Governança em Nível Nacional.....	167
Gráfico 23	Percentual Subcategorias Indicador Colaboração – Governança em Nível Internacional.....	169
Gráfico 24	Percentual Categorias Indicador Colaboração – Governança em Nível Internacional.....	170

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Cidades Criativas da UNESCO no Brasil.....	20
Quadro 2	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): Agenda 2030.....	37
Quadro 3	Definições sobre Governança.....	49
Quadro 4	Indicadores de Governança.....	55
Quadro 5	Perspectiva Estrutural e Teórica de Governança.....	56
Quadro 6	Classificação Geral da Tese.....	86
Quadro 7	Elementos representativos Florianópolis Cidade Criativa da Gastronomia.....	87
Quadro 8	Síntese da Estrutura de Coleta e Análise de Dados por Objetivos.....	90
Quadro 9	Classificação do Grau de Governança.....	94
Quadro 10	Elementos constitutivos da Análise de Conteúdo com perspectiva Crítica.....	97
Quadro 11	Participantes da Pesquisa.....	104
Quadro 12	Codificação dos Participantes da Pesquisa.....	105
Quadro 13	Descrição dos Objetivos de Florianópolis – proposições preliminares.....	177

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Sínteses dos Percentuais dos Indicadores de Governança.....	128
Tabela 2	Grau de Governança do Indicador Cooperação em Nível Local.....	130
Tabela 3	Grau de Governança do Indicador Cooperação em Nível Estadual/Regional.	133
Tabela 4	Grau de Governança do Indicador Cooperação em Nível Nacional.....	136
Tabela 5	Grau de Governança do Indicador Cooperação em Nível Internacional.....	140
Tabela 6	Grau de Governança do Indicador Coordenação em Nível Local.....	144
Tabela 7	Grau de Governança do Indicador Coordenação em Nível Estadual/Regional	148
Tabela 8	Grau de Governança do Indicador Coordenação em Nível Nacional.....	151
Tabela 9	Grau de Governança do Indicador Coordenação em Nível Internacional.....	154
Tabela 10	Grau de Governança do Indicador Colaboração em Nível Local.....	159
Tabela 11	Grau de Governança do Indicador Colaboração em Nível Estadual/Regional.	163
Tabela 12	Grau de Governança do Indicador Colaboração em Nível Nacional.....	165
Tabela 13	Grau de Governança do Indicador Colaboração em Nível Internacional.....	168

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Abrasel	Associação Brasileira de Bares e Restaurantes
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CDL	Câmara dos Dirigentes Lojistas
CES	Programa Cidades Emergentes e Sustentáveis
DF	Distrito Federal
FAPESC	Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação de Santa Catarina
Fecomércio	Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo
FIRJAN	Federação das Indústrias do estado do Rio de Janeiro
GTSCA2030	Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICD	Instrumento de Coleta de Dados
ICES	Iniciativa Cidades Emergentes e Sustentáveis
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IDSC-BR	Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades – Brasil
IFSC	Instituto Federal de Santa Catarina
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MTur	Ministério do Turismo
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
PA	Pará
PCS	Programa Cidades Sustentáveis
PIB	Produto Interno Bruto
PLAFS	Plano de Ação Florianópolis Sustentável
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PP	Participante da Pesquisa
PPPs	Parcerias Público-Privadas
RAPI	Relatório Anual de Análise de Progresso dos Indicadores de Florianópolis
SC	Santa Catarina
SDSN	Sustainable Development Solutions Network
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SESC	Serviço Social do Comércio
SHRBS	Sindicato de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares de Florianópolis
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TCU	Tribunal de Contas da União
UCCN	UNESCO Creative Cities Network
UDESC	Universidade Federal de Santa Catarina
UE	União Europeia
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNISUL	Universidade do Sul de Santa Catarina

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	18
1.1. Delimitação do tema.....	18
1.2. Problematização do Tema	18
1.2.1. Pergunta de Pesquisa	25
1.3. Justificativa e Relevância do Tema	27
1.3.1. Justificativa Teórica.....	28
1.3.2. Justificativa Empírica	30
1.4. Pressupostos Básicos	32
1.5. A concepção das Cidades Criativas da UNESCO	33
1.6. Definição dos Objetivos	38
1.6.1. Objetivo Geral	38
1.6.2. Objetivos Específicos (OE)	38
1.7. Não-Trivialidade, Ineditismo e Originalidade.....	39
1.7.1. Não-Trivialidade.....	39
1.7.2. Ineditismo e Originalidade	41
2 QUADRO TEÓRICO DE REFERÊNCIA	43
2.1. Burilando um Arquétipo Conceitual de Governança	43
2.2. Teoria da Governança Multinível	58
2.2.1. A concepção da Coordenação	62
2.2.2. A concepção da Cooperação	63
2.2.3. A concepção da Colaboração	64
3 PROCEDIMENTOS EPISTEMOLÓGICOS E METODOLÓGICOS	77
3.1. Paradigma do Estudo e Estruturação da Pesquisa	77
3.2. Procedimentos Metodológicos	84
3.2.1. Locus da Pesquisa: Florianópolis (SC), Brasil	86
3.2.2. Operacionalização da pesquisa: Coleta de Dados	88
3.2.1.1. Instrumento de Coleta de Dados (ICD)	92
3.2.1.2. Análise de Conteúdo (com perspectiva Crítica)	95
3.2.1.3. Estudo de Caso	97
3.3. Coleta de Dados	98
3.4. Limitações da Pesquisa	107

4 MAPEAMENTO DA GOVERNANÇA MULTINÍVEL DA UCCN A PARTIR DE FLORIANÓPOLIS (SC)	109
5 GRAU DE GOVERNANÇA MULTINÍVEL DA UCCN A PARTIR DE FLORIANÓPOLIS (SC)	127
5.1. Mensuração Grau de Governança Multinível da UCCN a partir de Florianópolis (SC) – Indicador Cooperação.....	130
5.2. Mensuração Grau de Governança Multinível da UCCN a partir de Florianópolis (SC) – Indicador Coordenação.....	144
5.3. Mensuração Grau de Governança Multinível da UCCN a partir de Florianópolis (SC) – Indicador Colaboração.....	159
6 A GOVERNANÇA (MULTINÍVEL) NA CIDADE CRIATIVA E OS ODS DA ONU	173
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	220
REFERÊNCIAS	224
APÊNDICE A – Instrumento de Coleta de Dados (OE2)	242
APÊNDICE B - Modelo de Entrevista com roteiro semiestruturado	291
APÊNDICE C - Cálculo de Mensuração do Grau de Governança Multinível a partir de Florianópolis (SC)	296
APÊNDICE D - Autorização da Pesquisa.....	305
APÊNDICE E - Atestado da Pesquisa de Campo.....	306
APÊNDICE F - Rede de Governança de Florianópolis (SC) Pós Mapeamento	307
APÊNDICE G - Distribuição Socio-interorganizacional da Governança Multinível da UCCN a partir de Florianópolis (SC)	308
APÊNDICE H - Florianópolis e os ODS da ONU - Principais desafios à Governança	309
APÊNDICE I - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE	310
ANEXO A – Declaração de Missão da UCCN.....	311
ANEXO B – Regulamento de Adesão à Rede de Cidades Criativas UNESCO 2021	312
ANEXO C - Formulário de Candidatura para UCCN 2022-2023	313
ANEXO D - Dossiê de Candidatura Florianópolis (SC) para UCCN 2013-2014	314
ANEXO E - Relatório Monitoramento Atividades Florianópolis (SC) / 2014-2018	315
ANEXO F - Relatório Monitoramento Atividades Florianópolis (SC) / 2019-2022	316
ANEXO G - Relatório Anual de Indicadores de Florianópolis (SC) 2022	317
ANEXO H - Indicadores de Desenvolvimento Sustentável relacionados com os ODS da ONU / IDSCS BR (2023)	318
ANEXO I – Indicadores de Desenvolvimento Sustentável – IDSC-BR	320

1 INTRODUÇÃO

1.1. Delimitação do tema

A presente tese tem como tema predominante a Governança Multinível à luz de uma política de abrangência internacional. De modo a compreender a influência de tais modelos de estudo na perspectiva institucional do desenvolvimento, partindo do ator social, da coletividade e das estruturas organizacionais, adota-se como direção deste estudo a Rede de Cidades Criativas da UNESCO, caracterizadas pelas suas vocações culturais e a Economia Criativa, bem como a interação entre a gestão pública e os *stakeholders*, e sua relação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), presentes na Agenda 2030, da Organização das Nações Unidas (ONU).

1.2. Problematização do Tema

Os municípios no Brasil são entes federativos com autonomia para governar seu território com base em dimensões políticas, administrativas e financeiras, regidos por Lei Orgânica específica. De acordo com o artigo 30 da Constituição Federal de 1988, com base na Emenda Constitucional nº 53/2006, incisos I e VIII, respectivamente, compete aos municípios, entre outras atribuições, “legislar sobre assuntos de interesse local” e “promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano” (BRASIL, 1988/2017, p. 34). Nesse sentido, um dos critérios para que haja o desenvolvimento é o planejamento participativo, o qual figura como competência social e econômica nos municípios, visando atingir metas como melhoria da educação, saúde, assistência, serviços de água potável e esgoto, eletricidade, entre outros.

Ademais, é esperado que os municípios sigam orientações definidas em políticas e agendas públicas de entes nacionais e/ou supranacionais para resolverem problemas públicos em nível local, sobretudo aspirando o desenvolvimento através do crescimento econômico, sociocultural e ambiental, tornando-os mais inclusivos, resilientes, seguros e sustentáveis (UNESCO, 2019).

Visando combater as crises sociais, econômicas, ambientais, culturais, políticas e éticas, recorrentes no cenário mundial, tendo em vista as contradições do modelo de desenvolvimento apoiado na acumulação de riquezas, na produção de excedentes com enfoque no crescimento econômico em detrimento do social, privilegiando as diferenças e desigualdades, a elitização e segregação socioespaciais (BECK, 2011), identificam-se que municípios, considerados nesta

pesquisa de tese como cidades, têm adotado potenciais recursos estratégicos de otimização, pautados na cultura e na criatividade (EMMENDOERFER, 2018). Isto posto, essas cidades têm se tornado ambientes dinâmicos e em constantes adaptações relativas à economia, à cultura, à qualidade de vida dos cidadãos (FLORIDA, 2011; HOWKINS, 2013; LANDRY, 2013) e também ao fomento do turismo, de forma criativa (RICHARDS; RAYMOND, 2000).

A percepção de criatividade no contexto supracitado, perpassa ao conceito de Cidades Criativas, que compõem o cerne das Indústrias Criativas, podendo ser constituídas por um “grupo de setores líderes, cujo núcleo abrange determinadas atividades que têm por base a criatividade e o conteúdo intelectual, artístico e cultural” (FIRJAN, 2008, p. 24) em suas formas de produção, às quais utilizam como insumos a cultura sob a égide da criatividade (FERREIRA, 2017). Ademais, o termo Indústrias Criativas configura-se em um novo modelo, que combina a economia e a cultura, denominado ‘Economia Criativa’, no qual compreende-se abarcar por meio de suas Indústrias Criativas, os bens e serviços que se constituem “numa dinâmica de valorização, proteção e promoção da diversidade das expressões culturais” visando garantir a originalidade, a força e a potencialização para o crescimento local (BRASIL, 2011, p. 34), mediante geração de emprego e renda, sobretudo a inclusão social.

A concepção de Cidades Criativas busca explicá-las através de ambientes dinâmicos de Governança que conseguem produzir a integração de diversos setores, sejam eles econômicos, sociais, culturais, de forma que propicie em seus residentes a sensação de segurança e pertença local, inclusive fortalecendo a identidade territorial e gerando ambientes mais criativos (LANDRY, 2013; REIS, 2012; FLORIDA, 2011), por meio das artes visuais e artesanatos, patrimônio natural e cultura, espetáculos e celebrações, livros e periódicos, audiovisuais e mídias interativas, design e serviços criativos (BRASIL, 2019a) e pelo turismo em seus diversos segmentos, como o turismo criativo.

Nesse sentido, insere-se a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), que, em 2004, criou uma política de abrangência internacional, denominada ‘Cidades Criativas’, na qual as legitima como territórios criativos sob a chancela¹ de integrarem-se nessa rede, institucionalizada como Rede de Cidades Criativas (UCCN - UNESCO *Creative Cities Network*). A UCCN busca fortalecer a cooperação com e entre cidades que reconhecem a criatividade como um fator estratégico do desenvolvimento sustentável em aspectos econômicos, sociais, culturais, ambientais, políticos e éticos, desde o

¹ A expressão ‘chancela’ será considerada neste estudo como designação ao título de Cidade Criativa concedida pela UNESCO.

nível local, ao internacional. A Rede de Cidades Criativas da UNESCO abrange sete campos criativos: i) artesanato e arte folclórica, ii) design, iii) cinema, iv) Gastronomia, v) literatura, vi) artes midiáticas e vii) música (UNESCO, 2019).

Desde a data de 8 de novembro de 2021, a UCCN passou a ser composta por 295 cidades, em 90 países (UNESCO, 2021). No Brasil, a relação das 12 cidades sob a chancela da UNESCO, bem como as suas principais características podem ser observadas a partir do Quadro 1, a seguir.

Quadro 1: Cidades Criativas da UNESCO no Brasil

Cidades	Chancela UNESCO	Entrada UCCN	População IBGE (2020)	PIB per capita (IBGE, 2016)	IDHM IBGE (2010)
Florianópolis (SC)	Cidade Criativa da Gastronomia	2014	508.826	R\$ 42.719,16	0,847
Belém (PA)		2015	1.492.745	R\$ 20.350,00	0,746
Paraty (RJ)		2017	43.165	R\$ 30.584,41	0,693
Belo Horizonte (MG)		2019	2.512.070	R\$ 35.122,01	0,810
Curitiba (PR)	Cidade Criativa do Design	2014	1.933.105	R\$ 44.239,20	0,823
Brasília (DF)		2017	3.015.268	R\$ 79.099,77	0,824
Fortaleza (CE)		2019	2.669.342	R\$ 23.045,09	0,754
Santos (SP)	Cidade Criativa do Cinema	2015	433.344	R\$ 50.544,73	0,840
Salvador (BA)	Cidade Criativa da Música	2015	2.872.347	R\$ 20.796,62	0,759
Recife (PE)		2021	1.661.017	R\$ 33.232,26	0,772
João Pessoa (PB)	Cidade Criativa do Artesanato	2017	809.015	R\$ 23.345,93	0,763
Campina Grande (PB)	Cidade Criativa das Artes Midiáticas	2021	413.830	R\$ 23.210,44	0,720

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da pesquisa.

Visando promover a criação de políticas públicas, projetos de base e boas práticas, por meio da participação entre setores e agentes públicos, privados, da academia, do terceiro setor e da sociedade civil, concebida por meio de um pacto de Governança Multinível, de abrangência local à internacional, a UCCN propõe, de forma determinante, o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030, da ONU². Além do mais, a integração

² A ONU desenvolveu, juntamente com 193 países, em 2015, diretrizes globais para o Desenvolvimento Sustentável, contidos na Agenda 2030 com base em 17 objetivos e suas 169 metas (ONU, 2016). Desde 2017, os ODS têm sido um dos principais propósitos de existência da UCCN, a qual propõe contribuir para o cumprimento da Agenda 2030, fortalecendo a “criação de bens culturais; desenvolver polos de criatividade; melhorar o acesso, em particular para grupos marginalizados; e integrar a cultura nos planos de desenvolvimento sustentável” (UNESCO, 2019, p. 1).

desses ODS com a UCCN visa somar esforços a partir da coparticipação de uma Governança global que atenda às necessidades socioeconômicas, de forma sustentável (GTSCA2030, 2019).

Governança é um termo polissêmico e também um “paradigma político que diferencia redes, hierarquias e mercados e adota modos mais plurais para governar” (TRENTIN, 2016, p. 652). Por se tratar de uma política de nível internacional, referindo-se à UCCN, que reflete o desenvolvimento em nível local, abordar a lente teórica da Governança Multinível torna-se um tema de interesse do presente estudo, tendo em vista que seu modelo de governabilidade sugere uma administração com maior precisão em territórios multiescalares, desde às tendências de desenvolvimento em nível global até à escala local, sobretudo no que tange à formação de redes de atores, redes interorganizacionais, intermunicipais e novas formas de governar as cidades, serviços urbanos, necessidades sociais, além de refletir a diversidade de interesses dos cidadãos, propiciando compromissos políticos mais verossímeis e fomentando o processo de inovação, de criatividade e experimentação no que concerne o campo de políticas públicas (HALL, 2011; OSBORNE, 2006; TORFING, 2005; RHODES, 1997).

Os autores Hooghe e Marks (2021) preconizam que a Governança, em sentido orgânico local, por si só, não é capaz de responder às questões relativas a uma concepção de política global na qual comporta atores, organizações, unidades de federação nos mais diversos níveis, convergindo, simultaneamente. Para os autores, a Governança tornou-se Multinível à medida que as regiões dentro dos estados ganharam autogoverno e a autoridade foi agrupada e delegada a organizações internacionais.

Nesse sentido, a teoria da Governança Multinível assinala que esta transcende e pluraliza as formas de autoridade (MARKS, 1993), envolvendo, de um lado, a perspectiva do Ator Social³ e sua forma de conceber, gerar mudanças e atuar em sociedade, projetando uma ação coletiva; de outro lado, como essa interação de ação coletiva pode orientar processos de coletividade para o estabelecimento de padrões, papéis, normas, condutas formais ou informais, de forma voluntária, normativa, reguladora e/ou cognitiva, a partir de estruturas organizacionais (MERTON, 1968), às quais servem de base para a operacionalização da Governança, em seus diversos níveis. Por fim, a Governança Multinível tende a evidenciar quais os resultados dessas interações organizacionais para o contexto multidimensional, desde o âmbito local (subnacional) para o supranacional (internacional) e vice-versa (MARKS, 1993;1996).

³ Não se propõe, neste estudo, explorar a sistematização do conceito de Atores Sociais preconizado pela Teoria Ator-Rede ou pela Sociologia, mas limitar-se a compreender que os Atores Sociais são todos os indivíduos representantes da Gestão Pública, da Iniciativa Privada e da Sociedade Civil, vinculados à Governança Multinível da UCCN.

Duas lógicas sustentam a teoria da Governança Multinível. A primeira, refere-se à Governança no sentido basilar e funcionalista, à medida em que se concebe a Governança como um instrumento para a provisão eficiente de bens públicos, visando a descentralização e cristalização das prioridades, concentradas em cada nível. A segunda lógica, da qual este estudo se inclina, não abdicando totalmente da primeira, é a Governança Multinível, de perspectiva pós-funcionalista, a qual preconiza que as demandas socioinstitucionais se constituem através de autogoverno sob o espectro de comunidades transversais, ou seja, enquanto as explicações funcionalistas consideram os indivíduos como seres socialmente isolados, a lente teórica de Governança Multinível pós-funcionalista concebe peso causal aos vínculos emocionais que os indivíduos têm com as sociedades das quais fazem parte (HOOGHE; MARKS, 2009) e convivem simultaneamente. A premissa de uma lógica comunitária é que as preferências sobre Governança são moldadas pela identidade coletiva, bem como pelas preferências políticas (HOOGHE; MARKS, 2021; SAITO-JENSEN, 2015).

Isto posto, compreende-se que a Governança Multinível seja um modelo viável de estudo no cenário das Cidades Criativas, pois é caracterizada de natureza multidimensional, associada a um propósito transmutacional, participação explícita e voluntária, de organização, de processo interativo e propriedade temporal, a fim de alcançar decisões e soluções conjuntas, a partir do compartilhamento de experiências e melhores práticas, em nível horizontal e/ou vertical, promovendo a responsabilidade coletiva (GRAY, 1989).

Associado à Governança Multinível (MARKS, 1993;1996) e ao (re)direcionamento local-global para produzir as Cidades Criativas, o presente estudo busca analisar a reconfiguração teórico-institucional das estruturas organizacionais (DIMAGGIO; POWELL, 1983; MEYER; ROWAN, 1977), e suas dinâmicas, provenientes da agência indivíduo-coletividade (MERTON, 1968) em seus múltiplos níveis, como alicerce para a Ação Social⁴

⁴ Weber assinala que a ação humana, presente em uma rede socioinstitucional, é uma sociologia que busca “entender a ação social, interpretando-a, explicá-la causalmente o seu desenvolvimento e efeitos. Por ação, entendem-se uma conduta humana, um fazer interno ou externo, seja em omitir ou permitir sempre que o sujeito ou sujeitos da ação deem a ela um sentido subjetivo. Portanto, a ação social é uma ação no qual o sentido pensado por um sujeito ou sujeitos, tomam por referência a conduta de outros e por ela, orienta o desenvolvimento de sua ação” (WEBER, 1972, p. 20).

(WEBER, 1972), a Ação Coletiva⁵ (OLSON, 2002), ambas imbricadas em um contexto de Redes⁶, teorias, estas, significativas na concepção da Governança Multinível.

Uma vez que tais conhecimentos pareçam estar reificados, isto é, o caráter dinâmico e complexo da Governança possa induzir à compreensão, de forma geral, pela ação do indivíduo-estrutura como algo fixo, estático e com prioridades cristalizadas, esta tese empenha-se em compreender as manifestações dos atores sociais instituídos em um complexo arranjo Multinível e suas relações com os demais grupos e estruturas organizacionais inseridos na Rede de Cidades Criativas.

Nesse sentido, infere-se que a UCCN revele a Governança de forma variável, em graus que possam evidenciá-la de forma distinta, apesar de as cidades estarem constituídas e imersas em uma rede que procura promover de forma compartilhada, boas práticas, projetos e parceiras. Não obstante, Reis (2012) destaca para a necessidade de se observar, acima de tudo, as peculiaridades e as especificidades de cada contexto, ou seja, o mimetismo deve ser evitado, pois é controverso que se reproduzam ações em uma cidade quando o processo de inovação e criatividade é esperado, uma vez que refere-se a uma Cidade Criativa. Desse modo, torna-se imprescindível observar as particularidades dessas cidades, com identidades próprias presentes nesses territórios, por sua vez, criativos. Somado a isso, também acredita-se que elementos relacionados ao desenvolvimento sustentável estejam sendo operacionalizados através do planejamento público, orientado para produzir as Cidades Criativas.

Com endosso aos argumentos preconizados pela literatura abarcada, este estudo direciona-se à chancela da Gastronomia com aporte ao argumento de que o modo mais expressivo e eloquente para se exprimir o *ethos* de uma sociedade é através da sua culinária (ALMEIDA, 2018; AMON; MALDAVISKY, 2007; BARRÈRE *et al.*, 2012; FRANCO, 2001; FRANZONI, 2016; HEGARTY; O'MAHONY, 2001; KOCAMAN; KOCAMAN, 2014; MACIEL, 2005; MYHRVOLD, 2011; RICHARDS, 2014).

Entre as premissas da UCCN para que uma cidade possa ser contemplada com a chancela de Cidade Criativa da Gastronomia, é preciso que a cultura gastronômica local seja

⁵ Olson assinala que o tamanho de um grupo de atores exerce grande importância na tomada de decisão de uma ação coletiva em estruturas organizacionais, pois os atores sociais racionais avaliam regularmente as ações dos outros para manifestarem suas próprias decisões de cooperar em prol [ou não] de uma coletividade. Tal concepção interfere em como as instituições articulam interesses compartilhados e ordenam a interação sociopolítica e econômica dentro de uma rede socioinstitucional (OLSON, 2002).

⁶ Saffer e Yang (2023) apregoam que a perspectiva da Teoria de Rede constitui-se como uma orientação para fenômenos sociais onde os atores e estruturas sociais são interdependentes. Aplicada ao campo das relações públicas, tal perspectiva vê as estruturas organizacionais e os atores sociais que as constituem como conectados, direta e indiretamente, por meio de demandas, atividades e relações socioinstitucionais.

explorada com “respeito pelo Ambiente e promoção de produtos locais sustentáveis e; apreciação pública e promoção de uma nutrição equilibrada e sustentável (...) e fomento da conservação da biodiversidade” (ALMEIDA, 2018, p. 23).

Como conceituação, a Gastronomia é definida a partir deste estudo de tese como um ramo entre as práticas da cultura e do conhecimento humano que envolvem as técnicas e modos de traduzir e administrar os materiais produzidos e cultivados, na forma de alimentação, por meio da culinária (FRANZONI, 2016; MANOLA; KOUFADAKIS, 2020; POLAT; AKTAŞ-POLAT, 2020; RICHARDS, 2014; SANTICH, 2004).

Trabalhar com o campo da Gastronomia no contexto da UCCN é uma importante problematização a ser abordada neste estudo, pois como mencionado por Milton Santos, tratando especificamente da esfera econômica, “é praticamente inexistente um lugar em que toda a produção local seja localmente consumida ou, vice-versa, em que todo o consumo local é provido por uma produção local” (SANTOS, 2008, p. 32). Ademais, Lefebvre (1999, p. 51) assinala que a cidade é “o lugar onde se produzem as obras diversas, inclusive aquilo que faz o sentido da produção: necessidades e prazeres. É também o lugar onde são produzidos e trocados os bens, onde são consumidos”. Mesmo que os autores não estejam referindo-se explicitamente sobre a Gastronomia, acredita-se que esse campo seja sobremaneira adequado ao contexto desta tese.

Em síntese, infere-se que, no contexto da ação Multinível é preciso atender aquilo que se caracteriza como o poder e a assimetria de formação, para, a partir daí, desenvolver observações e perspectivas por parte das várias unidades, ou estruturas organizacionais, que correspondam ao complexo Multinível. Essa concepção pode ser, mais ou menos analisada, da seguinte forma: quanto maior o Nível de governo, maior é o poder na tomada de decisão, ou seja, há uma aplicativa *top-down* para ‘impor’ ações, políticas públicas e/ou decisões acerca de questões que envolvem um coletivo. Porém, pressupõe-se que, no campo das relações socioinstitucionais da UCCN exista uma aplicativa *bottom-up*, pois considera-se que o Nível Local também participa na criação da implementação das Cidades Criativas.

Nesse sentido, a problemática se insere em como se compõe e se articula esse arranjo entre atores sociais através das suas estruturas organizacionais constituintes, introduzido na perspectiva da Governança Multinível, por meio de uma chancela de Cidade Criativa da Gastronomia, a exemplo do que se propõe o estudo desta tese. Desde então, torna-se essencial apurar, exatamente, em que medida essa Governança Multinível, a partir do contexto local, tem influência ou efeitos acerca dos desígnios propostos por cada uma das estruturas

organizacionais, sobretudo por meio dos seus atores sociais constituintes, para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da (ODS), da ONU.

Para ilustrar, de forma lógica, o escopo desta tese, com base na problematização do tema proposto, desenhou-se a fórmula matemática a seguir:

$$X + Y = Z$$

Nesse sentido, o panorama que reflete esta tese, configurado na equação idealizada acima, refere-se, sequencialmente:

- **X** – Governança Multinível;
- **Y** – Objetivos ou Desígnios dos atores sociais no contexto da Sustentabilidade;
- **Z** – Processamento de ações, por meio dos atores sociais que constituem as estruturas organizacionais da Governança Multinível, acerca das tomadas de decisões, implementação e avaliação, a partir da chancela da Gastronomia, para obtenção de objetivos coletivos e/ou individuais e suas implicações aos ODS da ONU.

1.2.1. Pergunta de Pesquisa

Partindo do olhar para o contexto sociopolítico e socioespacial como um processo contínuo de construção do conhecimento e de aprendizagem fundamentadas na cocriação e coprodução colaborativa, tendo como perspectivas o cenário supracitado, este estudo aponta para a necessidade de responder à seguinte questão:

- **De que modo a Governança Multinível se materializa em Cidades Criativas da UNESCO a partir do arranjo de atividades dos atores sociais em suas estruturas organizacionais, no contexto da sustentabilidade?**

Ademais, para responder a esta pergunta, definiu-se como *locus* da pesquisa a cidade de Florianópolis, em Santa Catarina (SC). Os critérios que motivaram e justificam tal escolha são:

- Em primeiro lugar, das 18 edições anuais do Prêmio “O Melhor de Viagem e Turismo”⁷ (2002-2020), concedido pela revista especializada ‘Viagem e Turismo’, o estado de Santa Catarina (SC) foi eleito 12 vezes como o melhor destino turístico do Brasil (VIAGEM E TURISMO, 2020).
- Florianópolis foi a primeira cidade brasileira a ingressar na UCCN, em 2014, com a chancela de Cidade Criativa da Gastronomia no país (BRASIL, 2019b; UNESCO, 2019).
- Dentre as Cidades Criativas da Gastronomia no Brasil, Florianópolis possui o maior PIB *per capita* (R\$ 42.719,16) e o maior índice de IDHM⁸ (0,847), conforme apresentado no Quadro 1 desta tese.
- Além de obter a máxima condecoração (conceito A) do Ministério do Turismo (MTur) através do Mapa do Turismo Brasileiro: Categorização dos Municípios das Regiões Turísticas (BRASIL, 2021), Florianópolis foi a primeira cidade no Brasil a criar o Observatório da Gastronomia⁹ (FLORIPAMANHÃ, 2014).
- De acordo com o Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades – Brasil¹⁰ (IDSC-BR), Florianópolis lidera o *ranking* das Cidades Criativas da Gastronomia ocupando a 90ª posição do total de 5570 cidades avaliadas. Sobre os demais selos criativos, Florianópolis está em segundo lugar, ficando atrás apenas de Santos (SP) Cidade Criativa do Cinema, que ocupa a 16ª posição.

⁷ Este prêmio “elege a primeira classe das empresas e destinos turísticos no Brasil e no exterior”, além da “chancela de maior publicação de turismo no Brasil” nos meios de comunicação. O prêmio constitui 13 categorias nas quais são avaliadas por especialistas do turismo e pelo voto popular (VIAGEM E TURISMO, 2014, p. 1)

⁸ O Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM), definido pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), é um indicador social adotado a nível global por diversos países no qual congrega as variáveis longevidade, educação e renda para analisar a qualidade de vida da população, adotando critérios de avaliação a partir dos dados econômicos e também sob aspectos sociais. Em nível municipal, este indicador adota a sigla IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (PNUD, 1990).

⁹ O Observatório da Gastronomia é uma “plataforma on-line, de acesso livre e gratuito, que tem por finalidade a produção, mapeamento e disseminação de informações e material sobre a rede produtiva da Gastronomia, envolvendo produção, pesquisas e difusão de dados e ações do setor público, privado, a sociedade civil, as universidades e as organizações multilaterais” (FLORIPAMANHÃ, 2021, p. 1).

¹⁰ O IDSC-BR é um instrumento para “estimular e monitorar o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) em diversas cidades brasileiras. Elaborado com base em 88 indicadores, o índice atribui, para cada município, uma pontuação específica por objetivo e outra pontuação final de classificação das cidades, para o conjunto dos 17 ODS da ONU”. O levantamento dos dados é realizado pelo Programa Cidades Sustentáveis (PCS), em parceria com a *Sustainable Development Solutions Network* (SDSN) para monitorar os ODS nos países-membros da ONU (IDSC-BR, 2021, p. 1).

Portanto, o processamento da problematização demonstrada, por meio da equação $X + Y = Z$, a qual originou a pergunta central desta tese, está fundamentada nos seguintes argumentos:

- i) Concessão (Concluída): A idealização do título por meio da Gastronomia;
- ii) Implementação (Em andamento): Medidas implementadas a partir da chancela da Gastronomia para a manutenção do título.
- iii) Avaliação (Escopo da Tese): Como essa Governança se manifesta por meio dos atores sociais em suas estruturas organizacionais constituintes, agrupados em múltiplas dimensões a uma Rede Mundial de Cidades Criativas da UNESCO, cujo principal propósito de existência é o atingimento dos ODS da ONU. Portanto, considera-se:

1. **Unidade de Análise** – Atores Sociais (por meio das suas Estruturas Organizacionais) que integram a Governança Multinível da UCCN, a partir de Florianópolis (SC);
2. **Celeuma** – Como tem ocorrido a coordenação de atividades através da formação dessa Governança Multinível;
3. **Resposta** – Se a coordenação dessas atividades, por meio do entendimento da ação de cada um dos atores sociais, tem direcionado ao atingimento ou não dos ODS da ONU.

1.3. Justificativa e Relevância do Tema

Embora a literatura aponte que, no campo das relações intergovernamentais e intersetoriais, em diferentes escalas territoriais, exista um crescente debate acerca dos preceitos de sustentabilidade na produção de bens e serviços de consumo, entende-se que os estudos teóricos e empíricos dessa temática, sobretudo na perspectiva da Governança Multinível e em questões sobre desenvolvimento, sob a chancela da Gastronomia, especialmente como resultado da intervenção humana no meio ambiente e os seus efeitos às dimensões econômicas, sociais, culturais, ambientais, políticas e éticas, são limitados.

A partir dessas observações, questões acerca das transações comerciais e do uso das matérias-primas provenientes de recursos naturais relativas ao mercado gastronômico, emergem e se fazem necessárias e prementes, quais sejam:

Em primeiro lugar, sobre o que não é consumido localmente ou que não é exportado para outros lugares:

- Como se manifesta a dinâmica da Gastronomia em um contexto a partir dos alimentos que não consumimos localmente e, que, porventura, geram resíduos?
- Como os pequenos fornecedores locais sobrevivem quando seus produtos não são comercializados?
- Quais dificuldades e oportunidades são trazidas pela chancela da Gastronomia e como têm sido vivenciadas pela Governança no contexto dos ODS da ONU, em Cidades Criativas da UNESCO?

Em segundo lugar, sobre as questões relativas ao uso da chancela de Cidade Criativa da UNESCO, considerando as premissas básicas preconizadas para a manutenção de tal título:

- Que tipo de implicações socioeconômicas tem sido geradas pelo (e ao) fornecedor em seu local de destino sobre os produtos que cultiva, sejam de origem animal, vegetal ou mineral?
- Qual a relação de sustentabilidade entre fornecedor e consumidor com os produtos que são comercializados e consumidos?
- Quais as questões socioculturais, políticas e éticas são repugnadas a partir da fruição de Cidade Criativa da UNESCO (trabalho escravo, infantil, prostituição, segregação, especulação, tráfico de drogas, evasão escolar etc.)?

As questões supramencionadas compõem as justificativas para a execução desta tese, subdivididas como teóricas e empíricas. Ademais, considerou-se estudos realizados que sinalizaram para as lacunas teórico-empíricas, os quais auxiliaram a fundamentação deste estudo (CEBALLOS-SANTAMARÍA *et al.*, 2021; FERREIRA, 2017; JECAN, 2021; PUSIRAN *et al.*, 2021; REIS, 2012; RICHARDS; DUIF, 2018; SCARPATO, 2002; SELDIN, 2015; SEYITOĞLU; 2021).

1.3.1. Justificativa Teórica

Propõe-se analisar e compreender o processo de aprendizagem e construção teórico-empírica da problemática em questão a partir de uma perspectiva baseada na Governança Multinível. Abordagens dessa natureza são adequadas para aprofundar a aprendizagem em redes interpessoais e interorganizacionais, bem como o processo relativo aos exclusivos níveis nos quais decorrem. Nesse sentido, identifica-se como oportuno adotar tal proposição para assimilar como o processo de Governança Multinível encontra-se imbricado nos estudos acerca

das Cidades Criativas da Gastronomia por meio de seus ambientes sociais, organizacionais, econômicos, culturais, ambientais, políticos, éticos e de participação, inclusive voltados para o controle e *accountability* na Administração Pública.

Portanto, utilizou-se, desde o Quadro Teórico à Revisão de Literatura a fim de evidenciar os estudos sobre Governança Multinível em nível coletivo e organizacional, sobretudo em redes de parcerias público-privadas e pessoas. Logo, idealizou-se estruturar um arcabouço teórico, incluindo como esteio preliminar a consonância com modelos pautados na Governança e na aprendizagem experiencial, com base no ciclo Cooperação, Coordenação e Colaboração, que priorizam a transformação em espaço, um lugar, cuja chancela o caracteriza como Cidade Criativa da Gastronomia (BOZ; OZTURK, 2020; PEARSON; PEARSON, 2016; PUNPENG; 2020; RICHARDS, 2021).

Ademais, buscou-se alcançar uma nova perspectiva teórica de concepção de conhecimento (*knowledge*) para o movimento de conhecer (*knowing*) uma tradição autóctone, marcada pelo o que as pessoas utilizam ao ato ou ação, de fazer individualmente, em conjunto, de forma coletiva, e, socialmente (BROWN; DUGUID, 1999). Isto posto, apesar de reconhecer que este estudo possa recorrer a abordagens epistemológicas específicas como o pragmatismo, a fenomenologia, o interpretativismo, ressalta-se que a epistemologia praticada nesta pesquisa não se limita a um ou outro paradigma, pois tenciona-se nutrir de múltiplas vertentes, embora reconheça-se, por congruência ao tema proposto, uma inclinação ao paradigma pós-funcionalista.

Nesse sentido, torna-se necessário compreender como se dá os processos de participação e atuação dos atores, em diferentes dimensões institucionais relativas ao contexto de territórios socialmente construídos, à formação de identidades e práticas gastronômicas a partir dos estudos que evidenciam e apontam para o envolvimento, o engajamento e a postura dos atores sociais nesses espaços, sobretudo ressaltando a dimensão ética quanto ao voluntarismo, compreensão de problemas e políticas públicas, sistemas de cocriação, coprodução e as tensões existentes nas instâncias de Governança.

Ambos os processos, entre outros fatores que constituem o selo¹¹ de Cidade Criativa da Gastronomia, como as abordagens aplicadas ao funcionamento e resiliência de ecossistemas sócio-organizacionais, de biodiversidade e de sustentabilidade, são explorados com maior rigor investigativo, a partir da Pesquisa de Campo.

¹¹ A expressão ‘selo’ será considerada neste estudo como campo criativo, marca da Gastronomia.

1.3.2. Justificativa Empírica

A partir de uma revisão sistemática de literatura sobre Governança, especificamente no turismo, Gonzáles (2014) observou que, embora seja uma perspectiva frequentemente referida, nacional e internacionalmente, seu conceito ainda é permeado por vários formatos, interpretações, visões e enfoques. Não obstante, apesar de configurar como um conceito polissêmico na Administração Pública, é possível perceber que a sua execução tem sido idealizada, especialmente, em destinos turísticos pela gestão pública e pelos *stakeholders*, inclusive às ações de promoção da identidade territorial, com base nas tradições culturais da população residente (HEEMANN; SANTIAGO, 2016; RICHARDS; DUIF, 2018).

A abordagem empregada nos estudos sobre Governança tem revelado uma perspectiva positivista e orientada para resultados, excepcionalmente com aspectos econômicos. Portanto, ao utilizar uma ótica de aprendizagem com base no Realismo Científico¹² (CHAKRAVARTTY, 2017; CHIBENI, 1996; GONZÁLEZ; BORTOLOTTI, 2022; HARMAN, 1965; PINHEIRO, 2023), este estudo propicia uma nova possibilidade de engendrar perspectivas relacionais, processuais e situacionais acerca do fenômeno da Gastronomia, chancelado pela UCCN. Assim, procurou-se atribuir uma nova lente epistemológica ao investigar a Governança Multinível sob a ótica da Gastronomia, no sentido de reinterpretá-la, a partir da experiência empírica. Deste modo, descortinam-se as discussões entre organizar (*organizing*) e aprender (*learning*), procurando desvelar a modernização reflexiva a partir do planejamento público com enfoque no risco e não exclusivamente na oportunidade (BECK, 2011).

Para a execução deste estudo, destaca-se a definição por estudar a realidade brasileira. O cenário das Cidades Criativas da UNESCO é desafiador para o campo da Administração Pública, bem como o seu controle sociopolítico e socioespacial entre organizações públicas e privadas, redes de atores e relações (in)formais, além das questões que envolvem a formulação de políticas públicas locais e o acompanhamento do desenvolvimento do bioma que fomenta a Gastronomia como subsídio para a Governança na UCCN. Por dedução, acredita-se que exista, além da Governança na UCCN, um tipo de Governança restrita às Cidades Criativas da

¹² O Realismo Científico pode ser compreendido como “a visão de que nossas teorias científicas atuais descrevem e explicam a realidade de uma maneira amplamente precisa – uma maneira comum de capturar a ideia é dizer que as afirmações teóricas nessas teorias são aproximadamente verdadeiras”, tampouco um fim em si mesmas (GONZÁLEZ; BORTOLOTTI, 2022, p. 2). Ademais, em congruência com a Teoria da Governança Multinível, o Realismo Científico advoga em entender a realidade a partir de uma perspectiva estratificada, ou seja, multinível, através do ‘ator social’ ou ‘indivíduo social’, sobretudo por meio de suas estruturas organizacionais, imerso em uma rede socioinstitucional, como é o caso da Rede de Cidades Criativas da UNESCO.

Gastronomia no Brasil. Portanto, este estudo oportunizou uma análise multinível para situar o fenômeno da Gastronomia neste contexto, fornecendo aos atores sociais envolvidos na Rede, às organizações, à comunidade e ao *trade* (comércio) turístico, alternativas para lidarem com o processo de aprendizagem da realidade, a partir do compartilhamento de experiência e capacidades, além de fomentar o engajamento e a compreensão das particularidades de cada indivíduo envolvido nesse cenário.

Ademais, procurou-se promover uma demanda sociopolítica com base no mapeamento de iniciativas e boas práticas sustentáveis, orientada para o processo instrutivo de como os ODS, determinados pela ONU, podem ser alcançados através de diferentes canais de articulação da Governança Multinível, a partir do turismo, das vocações culturais e da Economia Criativa, bem como dos empreendimentos existentes no território explorado. Portanto, considera-se com principal enquadramento deste estudo a abordagem da Governança Multinível, relacionada aos processos e relações (in)formais entre os atores envolvidos na UCCN e as práticas de construção de espaços organizacionais sob à ótica institucional e das dimensões econômicas, sociais e culturais.

Como exemplos dessas práticas (recomendações), esta tese pretendeu (a partir da experiência empírica):

- Promover orientação, acerca do cenário gastronômico identificado por meio da avaliação da Governança Multinível e de outras técnicas de análise e aferição de resultados, para os órgãos deliberativos, consultivos, de controle, da sociedade civil, das entidades privadas, terceiro setor e aos gestores públicos;
- Estimular a difusão de portais de transparência em relação ao mapeamento das práticas da Gastronomia, por meio de setores, empreendimentos e roteiros/circuitos existentes;
- Sugerir ao comitê gestor de trabalhos, instituído pelas instâncias deliberativas/consultivas mapeadas por este estudo, a observância dos pilares da Teoria da Governança Multinível, a partir dos resultados obtidos, analisados e compreendidos;
- Propor a elaboração de um diagnóstico abarcando os *inputs*, *outputs* e *outcomes* relativos ao título concedido pela UNESCO, sobretudo com vistas ao desenvolvimento da Cidade Criativa da Gastronomia.

1.4. Pressupostos Básicos

Uma vez identificada a problemática do ator social, coletividade e estruturas organizacionais convergindo, simultaneamente, em uma Rede de Governança Multinível, são formulados pressupostos, sujeitos à confirmação, conforme apresentados a seguir:

- A Governança, no contexto da UCCN, se desenvolve de forma *sui generis*¹³ em diferentes contextos, tendo em vista que essa Rede é composta por múltiplos atores sociais, os quais integram distintos grupos de interesse;
- A UCCN tem gerado uma subcultura própria que, além de lhe conferir uma identidade característica, também tem sido capaz de influenciar o arranjo de Governança imerso em um conjunto de crenças, pressupostos e ideologias no cenário ‘glocal’¹⁴, sendo responsável por promover um novo método de se conceber as Indústrias Criativas nessas cidades.
- A Gastronomia realizada através da UCCN, especialmente no Brasil, está originando implicações socioeconômicas, políticas e culturais, além de (re)configurar as representações simbólicas e ideológicas dos espaços urbanos, produzindo a (re)construção de identidades e despertando interesses de outras estruturas sociais, nacionais e/ou internacionais, e, também, de novos indivíduos;
- O desenvolvimento local está sendo orientado para servir uma Gastronomia segregacionista no contexto socioespacial, utilizando-se o discurso da chancela da UCCN com base na tríade: Cidades Criativas, Gastronomia e Turismo.

Presume-se relevante, portanto, analisar o objeto desta tese considerando tais pressupostos, uma vez que compreende-se que as cidades têm se tornado cenários de articulação e conflitos de interesses e de poder. Sendo assim, verificar como ocorre esse processo de desenvolvimento, por meio da Governança Multinível, caracteriza-se como importante e necessário, principalmente no contexto das Cidades Criativas da UNESCO, como proposto por este estudo de tese.

¹³ Adotar-se-á para esta tese a concepção de *sui generis* tudo aquilo que é singular e que possui características próprias.

¹⁴ As práticas de sustentabilidade e ações coletivas do global influenciando as ações locais e vice-versa.

1.5. A concepção das Cidades Criativas da UNESCO

A partir do processo de desindustrialização, ocorrido com a crise do capitalismo, nos anos de 1970, abatido pelo enfraquecimento dos setores automobilístico, de mineração, siderúrgico e metalúrgico (FERREIRA, 2017; LANDRY, 2013; HARVEY, 2006), no qual provocou uma crise socioeconômica e da gestão política nas cidades, em diversos lugares do mundo capitalista, houve a inserção de um novo modelo de indústria, não mais exclusivamente relacionado ao processo de produção material ou de manufatura, mas sim, voltado para a lógica cultural, designado Indústria Cultural (ADORNO; HORKHEIMER, 1985).

Com a premissa de modificar o modo de produção capitalista pós-industrial, a lógica cultural enquanto valor cognitivo e capacidade de transformação, acabou por transformá-la em uma mercadoria, em termos de arranjo econômico, de produção e de consumo (FERREIRA, 2017), de modo que “iniciasse um processo intenso de organização e promoção de eventos culturais como instrumentos de marketing para atrair visitantes à cidade” (SELDIN, 2015, p. 83).

Não obstante, a indústria cultural, ora constituída pela espetacularização, duramente criticada como modo de (re)produção capitalista, uma vez que a reprodutibilidade, o mimetismo e o controle social, no qual forçara as pessoas a consumirem produtos culturais, em detrimento do seu próprio desenvolvimento intelectual e artístico, tornando a imitação como estilo de vida (FERREIRA, 2017), cedeu lugar a um novo contexto socioeconômico, apoiado na criatividade, que, segundo Landry (2013), está presente em todas as esferas da vida, como um recurso que constitui implicações e aplicações na forma de pensar, agir e obter resultados econômicos e socioculturais. Por ser um termo plurívoco, a criatividade será abordada no presente estudo sob a perspectiva do termo ‘criativo’, apregoado por Florida (2011) e Howkins (2013) como parte da inventividade humana e propulsor de alternativas e soluções para o desenvolvimento da nova economia global.

O advento da economia que emprega a criatividade como elemento essencial de desenvolvimento, tem seus indícios na Austrália, em 1994, a partir do relatório *Creative Nation*, com o intuito de convergir a cultura, a economia, a criatividade e a sociedade na escala global de um novo capitalismo pós-industrial, no qual emergiu o termo ‘Indústria Criativa’. No entanto, apenas em 1997, no governo britânico de Tony Blair, que este termo se popularizou, sendo constituído pelas “atividades que têm a sua origem na criatividade, competências e talento individual, com potencial para a criação de trabalho e riqueza por meio da geração e exploração de propriedade intelectual” (BENDASSOLLI *et al.*, 2009, p. 12), no qual aponta

uma diversidade de setores da Indústria Criativa, como a publicidade, arquitetura, mercado de artes e antiguidades, artesanato, design e design de moda, cinema, *softwares* interativos, música, artes performáticas, oficinas editoriais, rádio, TV, museus, galerias e atividades concernentes às tradições culturais, dentre elas, o turismo (*Ibidem*, 2009).

Desse modo, os profissionais que integraram essa Indústria Criativa e que utilizavam a criatividade como principal dispositivo de trabalho, passaram a compor uma nova classe, denominada ‘classe criativa’, que possui como objetivo, inovar o espaço territorial no qual está inserida (FLORIDA, 2011). No entanto, ante à intervenção de novas tecnologias de informação e comunicação demandadas pela globalização e, tendo em vista a iminência do século XXI, novos rumos na economia global apontavam para a potencialização dos territórios criativos, da coprodução e compartilhamento de elementos culturais provenientes de uma sociedade em rede, sendo concebido um novo conceito, denominado ‘Economia Criativa’ (FERREIRA, 2017).

Agregando economia e criatividade, em 2001, o autor John Howkins conceitua a Economia Criativa como um desdobramento da Indústria Criativa, como um subsídio às novas tecnologias de rede, tendo a criatividade e a inovação voltadas para a otimização de bens e serviços como um potencial de influência na produção econômica mundial. Isto posto, compreende-se que a Economia Criativa, além de atuar no estímulo para a criação de valor e inovação de produtos e serviços das Indústrias Criativas, propicia, também, a diferenciação de produtos e serviços tradicionais (SELDIN, 2015).

Tal panorama foi necessário para enveredar-se no contexto das Cidades¹⁵ Criativas, compreendido pela perspectiva de lugar privilegiado do mercado, no qual a inovação, a conexão e a cultura se entrelaçam, “tornando-se objeto de consumo, ocasião para lucro, produção para o mercado” (LEFEBVRE, 2001, p.79).

A ideia de Cidade Criativa tem sido objeto de estudos, os quais centralizam as cidades como territórios criativos, configurando-se como terrenos férteis para a Economia Criativa, além de tornarem-se cada vez mais atrativas para investimentos estrangeiros e conceberem espaços ideais de Governança, visando ao alcance do desenvolvimento, pautado na sustentabilidade (VIVANT, 2012). Ainda que seu conceito seja permeado por múltiplas interpretações e se encontre em edificação (FERREIRA, 2017), pode-se aludir que ‘Cidades Criativas’, enquanto definição, esteja relacionada a uma nova economia, baseada no

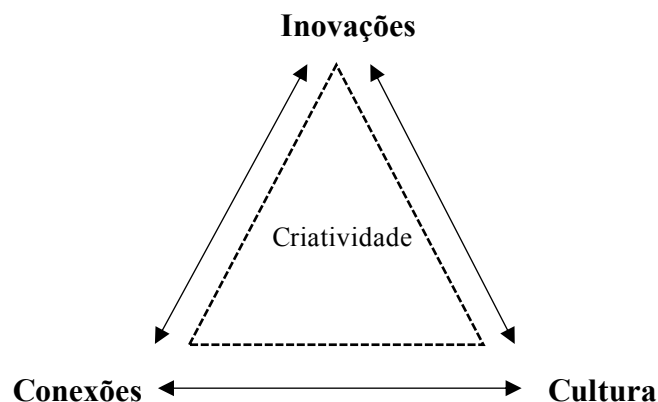
¹⁵ Segundo Lefebvre (2001, p. 62), o termo cidade refere-se à “projeção da sociedade sobre um local, isto é, não apenas sobre o lugar sensível como também sobre o plano específico, percebido e concebido pelo pensamento”.

conhecimento (REIS, 2012), que se encontra, atualmente, em expansão, na qual há uma conexão entre cidade, cultura e criatividade, sobretudo pela sua capacidade de atrair e angariar recursos (FLORIDA, 2011).

Landry (2013) desenvolveu três tipos de criatividade voltadas para o modelo de Cidades Criativas, sendo: criatividade artística, científica e econômica, ambas baseadas na imaginação, na capacidade de gerar ideias criativas e aplicáveis, na curiosidade e experimentação para fazer conexões e solucionar problemas, na inovação tecnológica, de negócios e marketing (FERREIRA, 2017), bem como na capacidade de Governança, por meio das articulações entre gestão pública e os diversos atores de interesse, também denominados *stakeholders*, não se limitando ao contexto local, mas a todos os níveis de governo, inclusive o internacional. Portanto, “é necessário o investimento na formação de pessoas, em seu potencial criativo e na geração de condições que transmitem criatividade como conceito em inovação como prática” (REIS, 2012, p. 222), “além de uma política de desenvolvimento da economia criativa, envolvendo a tecnologia, a educação, o turismo e a própria cultura” (FERREIRA, 2017, p. 75).

A partir dos estudos de Charles Landry, um dos pioneiros a empregar o termo ‘Cidade Criativa’, Reis (2012) esboça uma interrelação no modelo de organização urbana que outorga do capitalismo pós-industrial para a economia baseada no conhecimento, os quais estão apresentados na Figura 1.

Figura 1: Tríade das Cidades Criativas



Fonte: Elaboração própria, com base em Reis (2012).

Os elementos constituintes da tríade das ‘Cidades Criativas’ são descritos, conforme apregoa Reis (2012), por **Inovações**, referindo-se à “capacidade de solucionar problemas e antecipar oportunidades das mais diversas ordens” (p. 76); por **Conexões**, como capacidade

essencial de “oferecer espaços de encontros, de trocas, de experiências, de expressões pois são palcos da conexão de diversidades, de ideias e atividades e do compartilhamento da própria cidade” (p. 74) e por **Cultura**, reconhecida “por seu impacto econômico, por seu potencial de geração de novos negócios e pela capacidade de promover uma mentalidade aberta à inovação” (p. 158).

Ainda, em decorrência do contexto de Cidades Criativas como um ideal para o desenvolvimento sustentável em escala global, a Organização das Nações Unidas (ONU), por meio da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO)¹⁶, criou em 2004 a política de abrangência internacional, denominada Rede de Cidades Criativas da UNESCO (UCCN - UNESCO *Creative Cities Network*).

Segundo Reis (2012), um aspecto que deve ser considerado entre as cidades pertencentes à UCCN é o mimetismo. Para a autora, condutas miméticas entre a rede de Cidades Criativas devem ser evitadas, pois é controverso que se reproduzam ações em uma cidade quando o processo de inovação e criatividade é esperado, uma vez que refere-se a uma Cidade Criativa. Deste modo, torna-se imprescindível observar as especificidades e as particularidades dessas cidades, com identidades próprias presentes nesses territórios, por sua vez, criativos. Somado a isso, também acredita-se que elementos relacionados ao desenvolvimento sustentável estão sendo operacionalizados através da Governança orientada para produzir e revitalizar as Cidades Criativas.

Para a UNESCO (2017), as Cidades Criativas, por meio da inovação, da cultura, da criatividade, do turismo e da reconfiguração urbana, visam estimular o desenvolvimento local, além da disseminação de competências e aptidões, sobretudo à produção de capital empreendedor (FERREIRA, 2017). No que concerne a essa rede, a UNESCO prevê às cidades a oportunidade de convergirem como um núcleo de supremacia criativa, tendo em vista o desenvolvimento da sua Economia Criativa por meio da sua própria originalidade, compartilhando estratégias e boas práticas, atraindo recursos, intensificando parcerias entre os setores públicos e privados, a sociedade civil, instituições e entidades.

A UCCN abrange sete campos criativos, tais quais: artesanato e arte folclórica, design, cinema, Gastronomia, literatura, artes midiáticas e música. Seu principal objetivo é fortalecer a

¹⁶ Criada em 1945 a Unesco tem como objetivo “garantir a paz por meio da cooperação intelectual entre as nações, atuando nas áreas de educação, ciências naturais, ciências humanas e sociais, cultura, comunicação e informação”. Também “conhecida como a ‘agência intelectual’ das Nações Unidas, a Unesco, reforça seu papel ao estabelecer o diálogo intercultural entre as nações, defendendo um modelo de desenvolvimento sustentável global” (FERREIRA, 2017, p. 77).

cooperação com e entre cidades que reconheçam a criatividade como um fator estratégico do desenvolvimento sustentável em aspectos econômicos, sociais, culturais e ambientais (UNESCO, 2019).

A UCCN, que até 2021 integrava 295 cidades em 90 países (UNESCO, 2021), possui como missão em comum o fomento e a promoção de um ambiente de estímulo à Economia Criativa e à cultura, como estratégias para transformar as cidades em locais mais inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. Além disso, especificamente no Brasil, a UCCN “busca incrementar as cadeias produtivas locais e regionais, impulsionar a dinâmica e a colaboração com os setores de turismo e de serviços transversais à cultura” (BRASIL, 2019c, p. 1).

Ressaltando a relevância dos ODS como desígnio da UCCN, em 2017, a missão das Cidades Criativas da UNESCO foi alinhada à Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. A sustentabilidade é um termo recorrente e presente nas discussões e estudos acerca do planejamento e da Governança pública. Especificamente em nível global, o termo ,sustentável, tem sido evidenciado e fomentado pela Organização das Nações Unidas (ONU, 2016), visando assegurar direitos, deveres e oportunidades fundamentados na igualdade e equidade, além de promover a conservação dos insumos provenientes do desenvolvimento e da (re)transformação de territórios. Nesse sentido, destaca-se a Agenda 2030 concebida em 2015, congregando 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) (Quadro 2) e 169 metas instituídas entre 193 países comprometidos em melhorar a qualidade de vida dos cidadãos, sobretudo das famílias em situações socioeconômicas vulneráveis.

Quadro 2: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): Agenda 2030

ODS	Objetivo	ODS	Objetivo
1	Erradicação da pobreza	2	Fome zero e agricultura sustentável
3	Saúde e bem-estar	4	Educação de qualidade
5	Igualdade de gênero	6	Água potável e saneamento
7	Energia limpa e acessível	8	Trabalho decente e crescimento econômico
9	Indústria, inovação e infraestrutura	10	Redução das desigualdades
11	Cidades e comunidades sustentáveis	12	Consumo e produção responsáveis
13	Ação controlada a mudança global do clima	14	Vida na água
15	Vida terrestre	16	Paz, justiça e instituições eficazes
17	Parcerias e meios de implementação		

Fonte: Elaboração própria com base em ONU (2016, p. 20).

Portanto, a UCCN, conforme preconizam os autores Landry (2013) e Florida (2011), possui a cultura e a criatividade como base indutora de benefícios e impactos socioeconômicos, os quais criam valor e ampliam o potencial competitivo da Rede, demandando a constituição de uma estrutura de Governança em todos os níveis de governo. Além do mais, a apropriação da cidade pelos cidadãos exige uma Governança democrática e participativa quanto às estratégias e organização de seus espaços, evitando a gentrificação, propiciando e estimulando a inclusão social (REIS, 2012).

1.6. Definição dos Objetivos

Considerando o município de Florianópolis (SC) como *locus* empírico para se obter dados, visando responder à pergunta de pesquisa, traçou-se os seguintes objetivos, os quais auxiliaram no direcionamento das atividades realizadas, cujas descrições estão apresentadas nos procedimentos metodológicos.

1.6.1. Objetivo Geral

Analisar e compreender a materialização da Governança Multinível em Cidades Criativas da UNESCO a partir do arranjo de atividades dos atores sociais em suas estruturas organizacionais, no contexto da sustentabilidade.

1.6.2. Objetivos Específicos (OE)

- (OE1) Mapear os atores sociais e estruturas organizacionais vinculados à Rede UNESCO de Cidades Criativas da Gastronomia, a partir de Florianópolis (SC);
- (OE2) Mensurar o Grau da Governança Multinível da Rede UNESCO de Cidades Criativas da Gastronomia, a partir de Florianópolis (SC);
- (OE3) Identificar os elementos determinantes e influenciados pela operacionalização de atividades da Governança Multinível revelada, para o alcance dos ODS da ONU.

1.7. Não-Trivialidade, Ineditismo e Originalidade

Lima (2003, p. 43) assinala que, dentre as características fundamentais para uma tese de doutorado, destacam-se a “não-trivialidade do tema, onde são refletidas as preocupações atualmente levantadas por outros pesquisadores da área; o ineditismo ou a originalidade do trabalho”.

1.7.1. Não-Trivialidade

Considera-se o tema como não-trivial, pois questões complexas, atuais e relevantes são abordadas no contexto desta tese. Particularmente, trata-se, nesta pesquisa, o tema Governança Multinível e suas relações através da conjuntura da UCCN, por meio da Gastronomia, a qual fomenta a Economia Criativa, as vocações culturais e, conseqüentemente, o turismo criativo. Ademais, julga-se como necessária tal perspectiva, tendo em vista o crescente e recorrente interesse da Administração Pública para os estudos que abarcam essa temática (AMON; MALDAVISKY, 2007; BOZ; OZTURK, 2020; CEBALLOS-SANTAMARÍA *et al.*, 2021; FERREIRA, 2017; FLORIDA, 2011; FRANZONI, 2016; HEGARTY; O’MAHONY, 2001; HOWKINS, 2013; JECAN, 2021; LANDRY, 2013; MARKS, 1992; PEARSON; PEARSON, 2016; PUNPENG; 2020; PUSIRAN *et al.*, 2021; REIS, 2012; RICHARDS, 2021; RICHARDS; DUIF, 2018; SCARPATO, 2002; SELDIN, 2015; SEYITOĞLU; 2021; ZITCER, 2018), sobretudo a partir de um cenário evidente de crise epidemiológica mundial de pandemia, declarada em 11 de março de 2020 pela OMT (WHO, 2020), causada pelo novo Coronavírus SARS-CoV-2 (Covid-19) (BRASIL, MS, 2020; FLAXMAN *et al.*, 2020; ONU, 2020; OPAS, 2020; UNWTO, 2020b; WHO, 2020; WORLD BANK, 2020) e pós-pandemia.

Ademais, esta pesquisa se posiciona com a atenção recente na literatura acerca do desenvolvimento local-global no campo das Ciências Sociais Aplicadas, com a imersão da UCCN diante o embate econômico para reabertura do *trade* e flexibilização das fronteiras, e as orientações dos órgãos de saúde para a manutenção do distanciamento social e suspensão das atividades econômicas não essenciais. Tendo em vista a paralisação de grande parte da indústria do turismo e da Economia Criativa, em decorrência da pandemia da Covid-19 (originalmente identificada na China, em dezembro de 2019), medidas de isolamento social, fechamento das atividades consideradas não essenciais, em especial o *trade* turístico, o cancelamento e adiamento de viagens, a suspensão de eventos e barreiras sanitárias, tornaram-se realidade na

vida dos destinos turísticos brasileiros e internacionais (FLAXMAN *et al.*, 2020; IRVING *et al.*, 2020).

No Brasil e nos demais países considerados indutores e fomentadores de turismo ‘*staycation*’ e internacional, tal impacto fora responsável por efeitos devastadores nos destinos turísticos (NIESTADT, 2020). Além disso, a OMT reconhece que a baixa confiança dos turistas e as medidas de enfrentamento para combater a pandemia causada pela Covid-19, tornaram o ano de 2020 (do qual se iniciou esta pesquisa de tese) “o pior ano já registrado na história do turismo” (UNWTO, 2020b: 1).

Nesse sentido, a não-trivialidade desta proposta se ampara em distintas perspectivas e desafios a serem traduzidos em respostas a todos os envolvidos com a UCCN, em especial à Gastronomia e os seus insumos. Em primeiro lugar, torna-se necessária a contextualização acerca do planejamento público que enfoque na sustentabilidade econômica, social, cultural, ambiental, ética, política e de participação, as suas reflexões para um cenário pós-pandemia em consonância com a responsividade das Cidades Criativas da Gastronomia para toda a indústria turística, no sentido de prevenção e ressocialização das interações locais e urbanas.

Em segundo lugar, apregoa-se que o desempenho do turismo congregado à Economia Criativa o aponta como setor-chave em crescimento econômico mais célere do planeta (UNWTOa, 2020). Nesse sentido, este estudo se insere em um cenário no qual uma sociedade pós-pandêmica possa tornar os espaços urbanos em potenciais fomentadores de potencialidades criativas, onde ocorrerão interações humanas em conciliação com ações mais democráticas. Ademais, este estudo reafirma a necessidade de se construir parcerias público-privadas e entre pessoas, em âmbito multinível, para que novas ideias, rumos, soluções e gestão qualificada possam ser postos em prática, em especial, para a dinâmica do turismo, que requer, sobremaneira, renovação e sustentabilidade econômica, cultural, ambiental, política e ética, preservando a qualidade de vida e o bem-estar social.

Por fim, a temática proposta por esta tese relaciona-se com a janela de oportunidades decorrente de um fator substancial para imergir no *locus* de pesquisa, a saber. Florianópolis (SC), enquanto primeira cidade a receber a chancela de Cidade Criativa da UNESCO, perpassou por três períodos significativos, sendo o primeiro o planejamento e candidatura para integrar a UCCN (fase pré chancela: ‘onde eu estava?’), o segundo diz respeito ao que foi realizado após o recebimento do selo (em 2014) de Cidade Criativa da Gastronomia pela UNESCO (‘o que eu fiz?’) e o terceiro refere-se aos resultados obtidos até o período de conclusão desta tese, tendo em vista, inclusive, o horizonte de pós-pandemia (‘aonde vou/quero chegar?’). Isto posto, cabe

ressaltar que os períodos supraditos relacionam-se com três mandatos do Poder Executivo Municipal (fase de pré-candidatura: Administração 2013-2016; fase de operacionalização: Administração 2017-2020; fase de (re)planejamento a partir do cenário de crise epidemiológica da Covid-19 e instituição do IDSC-BR para o alcance dos 17 ODS da ONU: Administração 2021-2024).

Logo, a temática deste estudo, em consonância com o contexto apresentado torna não somente a cidade de Florianópolis (SC) com um *locus* representativo de análise, mas também a própria proposição desta tese como um objeto substancial de investigação e construção epistemológica.

1.7.2. Ineditismo e Originalidade

A importância de conceber a Governança Multinível como uma construção sociopolítica de gerenciamento da UCCN, ultrapassa os vieses burocráticos e institucionais *stricto sensu*, tendo em vista que a sua configuração envolve todas as relações sociais entre estruturas organizacionais e atores sociais, na qual torna-se uma arena de discussões, deliberações, conflitos, consensos, e em alguns casos, pactos. Supõe-se que nessa Governança, ora promovida pela UCCN, circulem, também, as relações de ordenamento, valores e interesses, sobretudo de poder. Nesse sentido, para além da discussão normativa da Governança, no processo de desenvolvimento da Rede de Cidades Criativas da Gastronomia, este estudo se propõe a realizar uma análise teórico-empírica do tema em destaque, a fim de perceber se, e como os ODS da ONU estão sendo perseguidos e/ou alcançados.

No que concerne aos objetivos do presente estudo, ressalta-se a sua originalidade ao se trabalhar com uma proposta inovadora quanto à avaliação da Governança Multinível e sua conexão com uma Cidade Criativa da Gastronomia no Brasil, frente ao cenário pré, durante e pós-pandemia, com base no Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades – Brasil (IDSC-BR).

Argumenta-se, ainda, que, a partir de buscas realizadas em plataformas científicas como *Spell*, *Scielo*, *Web of Science* entre outras, não foram identificadas pesquisas publicadas na comunidade científica internacional e nacional que focalizassem a temática proposta, em sentido amplo ou específico, bem como, relacionando-a ao contexto da UCCN, por meio da Economia Criativa e da Governança Multinível, o que acentua o ineditismo deste trabalho tornando-o, não apenas inédito, mas original ao se aprofundar em tal tema.

Nesse sentido, compreender o processo de desenvolvimento local por meio da Governança Multinível, constituída através de um planejamento acerca da exploração da Gastronomia em espaços urbanos como forma de promover as tradições culturais autóctones, a partir da Economia Criativa, torna-se um importante interesse deste estudo, especialmente em Cidades Criativas da UNESCO no Brasil, como campo de estudos desta tese.

Na sequência, apresenta-se o Quadro Teórico de Referência e Revisão de Literatura, o qual auxiliou a construção desta seção (Introdução). Portanto, na próxima seção, são apresentadas, através de uma ampla pesquisa bibliográfica, a perspectiva e a definição sobre Governança, bem como, apresentando um panorama teórico da Governança Multinível e seus indicadores, os quais foram criados a partir de tal arcabouço e que foram de suma importância para a construção do Instrumento de Coleta de Dados (ICD) (APÊNDICE A), utilizado para identificar o grau de Governança da Rede de Cidades Criativas da UNESCO.

Em seguida, são expostos os Procedimentos Epistemológicos e Metodológicos adotados nesta pesquisa, apresentando o *locus* da pesquisa, a sistematização do estudo e as técnicas utilizadas para o alcance dos objetivos propostos, bem como o percurso realizado na coleta de dados, a codificação dos participantes da pesquisa e o *framework* estrutural desta tese. Os capítulos seguintes correspondem aos resultados deste estudo de tese, com base na coleta de dados, por meio da Pesquisa de Campo.

O último capítulo apresenta as Considerações Finais da pesquisa de tese, seguido pelas Referências Bibliográficas, e os Apêndices e Anexos empregados nesta tese.

2 QUADRO TEÓRICO DE REFERÊNCIA

Nesta seção, são apresentados e discutidos, por meio de uma ampla bibliografia, nacional e internacional, conceitos e definições que abarcam a perspectiva da Governança, sobretudo por meio dos seus indicadores constituintes, ambos desenvolvidos e refinados neste estudo.

A partir dessa exposição, o presente Quadro Teórico de Referência debruça-se em lançar luzes à Teoria da Governança Multinível, a qual fundamentou o cumprimento deste estudo de tese. Portanto, são evidenciados, para além do conceito e definição, aproximações e congruências teóricas, a fim de contribuir e aprimorar os estudos acadêmicos à Administração Pública.

2.1. Burilando um Arquétipo Conceitual de Governança

Cabe ressaltar que Governança é um ideal relacionado a um paradigma político quanto à mudança na forma de governar, e não um governo (TRENTIN, 2016). As formas de Governança são definidas com base na capacidade de governar e administrar uma rede de atores e organizações. Ademais, possui um caráter polissêmico e multidimensional (OSBORNE, 2006), o qual carece de uma definição mais precisa na literatura.

Com base nessa perspectiva, torna-se importante compreender a concepção seminal desse termo, considerado como um dos conceitos das Ciências Sociais mais utilizados no mundo (ANSELL; TORFING, 2022).

De acordo com Frank Hendriks (2014), a primeira referência ao termo ‘Governança’ surgiu no século XIV, entre os anos de 1338 e 1339. Este autor se utiliza de tal argumento, enfatizando as mundialmente famosas pinturas de Ambrogio Lorenzetti, localizadas na prefeitura de Siena (Itália), intituladas *Effeti del Buon Governo in Città* e *Allegoria del Buon Governo in Città*. De forma geral, essas pinturas retratam os cidadãos de uma cidade vivendo pacificamente juntos, participando de transações e alianças, ao que o pintor sugere como efeitos decorrentes de “boa governança” (HENDRIKS, 2014, p. 554).

Com base na declaração de Lorenzetti, Hendriks (2014) assinala que a boa governança significa envolver as pessoas em ações e atividades em uma estrutura institucional sólida, caracterizada por controles e equilíbrios eficazes e poderes compensatórios, os quais passaram a ser denominados, em um contexto mais amplo da contemporaneidade de Estado Democrático

de Direito. A seguir, apresenta-se, na Figura 2, um extrato da obra de Lorenzetti, a qual considera-se como a primeira manifestação de Governança do mundo social.

Figura 2: Extrato da Primeira manifestação sobre Governança (séc. XIV)



Fonte: Pintura de Ambrogio Lorenzetti [1338 e 1339] Public Domain (2023).

Com base na Figura 2, compreende-se que a alegoria de Lorenzetti sobre boa governança retrata um cenário institucional diversificado, que não conhece um poder absoluto, mas o poder controlado pelo senso de justiça, retratado como um grupo de cidadãos livres, liderado por “virtudes cardeais como prudência, temperança, magnanimidade e fortaleza” (HENDRIKS, 2014, p. 554). Embora destacado que o termo Governança tenha surgido desde o século XIV, sua atual popularidade está associada às novas dinâmicas e interdependências entre política, políticas públicas e comunidades de interesse.

Na visão de Costa (2014), os estudos sobre a Governança tiveram suas matrizes teóricas nos países anglo-saxões, como o Reino Unido, a Nova Zelândia e a Austrália, além das contribuições acadêmicas advindas da Alemanha, Dinamarca e Holanda. Embora haja indícios na literatura de que desde a década de 1970 tenha repercutido algum enfoque de governança acerca das formas de organização do mercado, às quais trouxeram implicações quanto à capacidade de um governo para governar (MEZA *et al.*, 2016), apenas na década de 1990, é possível constatar uma modificação na literatura de políticas públicas, abordando a noção de governo para governança (BLAIR, 1994; GREENWOOD, 1993; HALL, 1999).

O argumento que sustenta a discussão sobre governança e governo é resgatado em Jessop (2016), ao tratar destes dois termos como dicotômicos, com base em Gramsci e Foucault. Partindo de Gramsci, Jessop (2016) assinala que o Estado é constituído não pela sociedade

política somado à sociedade civil, mas pelo governo somado à governança à sombra da hierarquia, ou seja, o poder do Estado, enquanto governo, pode utilizar outras formas para instituir consentimento ativo e obediência passiva dos cidadãos, incluindo esforços para equilibrar, de forma estratégica, as suas formas de governar, para melhorar a sua eficácia entre diferentes campos sociais. Já em Foucault, o autor vai dizer que a governança tem um caráter de governabilidade, sobretudo pautada na solidariedade baseada no compromisso incondicional com os outros, pois a sua premissa baseia-se na crítica sobre a autoridade soberana do Estado para outras estruturas sociais de poder.

Outra perspectiva acerca desse debate é trazida por Hendriks (2014), ao mencionar que, em determinados arranjos institucionais, “o governo nem sempre desempenha um papel de liderança nesse processo. Às vezes, o governo quase não importa: ‘governar sem governo’, como Rhodes (1996) chamou em uma frase famosa e controversa” (*Ibidem*, p. 555). Para o autor, essa expressão remete a situações nas quais estruturas organizacionais, formadas por residentes locais, governam e administram determinados territórios, aparentemente, por conta própria. Nesse sentido, o governo local, no sentido tradicional, passa a desempenhar um papel relativamente modesto nesses arranjos.

Partindo desse aspecto dicotômico entre governança e governo, Hendriks (2014, p. 557) menciona que “um dos clichês da Administração Pública contemporânea é a chamada, presumivelmente e relativamente recente, ‘mudança do governo para a governança’. Esse esquema dicotômico ‘de A para B’ é uma deturpação da realidade”. Além disso, este termo, usualmente difundido na literatura como ‘governança sem governo’ não deve ser, de modo algum, considerado como uma única variante teórica entre governança atrelada a governo, uma vez que, já se conceberam diferentes modos de governança, incluindo redes, mercados e hierarquias (BOVAIRD, 2005; KOOIMAN, 2003; SKELCHER, 1998; PIERRE e PETERS, 2000).

Não obstante, não se exclui admitir que governança sem governo ainda é percebida com frequência em cidades onde os Conselhos Municipais ou outros espaços institucionalizados, também reconhecidos como estruturas organizacionais, compõem o poder local e exercem maior autoridade de deliberação e decisão, fiscalização, regulação e ordenamento do desenvolvimento local. A exemplo disso, Mediotte (2020) assinala para o contexto de destinos turísticos de pequeno porte, mas com potencial de turismo elevado, consolidado, ou até mesmo em crescimento, os quais geralmente planejam e executam ações, independentemente da intervenção de um governo municipal, estadual ou nacional. Esses espaços institucionalizados

são autônomos e conseguem, entre eles, todo tipo de recursos e, assim, vão forjando inúmeras ações, nem sempre beneficiando a coletividade, inclusive devido à omissão dos próprios governos locais.

Portanto, é preciso compreender que uma Administração Pública local não é o ‘*cockpit*’ desses arranjos institucionais formados pelos atores sociais, “pois ainda há um papel importante a ser desempenhado pelo governo no contexto da governança” (HENDRIKS, 2014, p. 558). Logo, por mais que se presuma que Governança não é um governo, é justo admitir que o governo não está apartado da Governança.

Governança é governabilidade, e depende de todos os atores sociais envolvidos nesse processo, cada um com as suas formas de Cooperar, Coordenar e Colaborar uns com os outros. Não há um papel isolado nesse contexto. O governo exerce um importante papel de mediador e fomentador da Governança, sobretudo incentivando a participação voluntária e a entrada de novos indivíduos, inclusive aqueles que se sentem com pouca representatividade nas decisões coletivas de desenvolvimento local, criando um sentimento de pertença e cidadania.

Nesse sentido, a tendência para uma concepção mais legítima sobre Governança Pública, envolve mais do que uma ‘prefeitura’ como metáfora de um governo monocêntrico de uma cidade, pois o governo local não deve ser mais (nem menos) do que uma parte constituinte da Governança. Ademais, este termo remete, inclusive, ao esforço para avaliar e medir a qualidade das próprias estruturas organizacionais em termos de estabilidade, interação, transparência, capacidade de resposta, justiça processual, eficácia e observância do Estado Democrático de Direito (ANSELL; TORING, 2022; HENDRIKS, 2014).

O conceito de governança (...) se refere aos arranjos de trabalho mais ou menos institucionalizados que moldam as capacidades produtivas e corretivas para lidar com questões de direção, envolvendo múltiplos atores governamentais e não governamentais (...) e é difícil dizer onde exatamente começa e termina. Na Administração Pública, governança geralmente se refere à direção de domínios de serviços ou áreas problemáticas caracterizadas pela interdependência entre várias partes e organizações envolvidas (HENDRIKS, 2014, p. 555, **tradução nossa**).

A literatura que busca conceituar a Governança é caracterizada pelas mais diversas definições. Na tentativa de elucidar esse termo, alguns definem a Governança em termos de: i) um sistema de regras que moldam e regulam as ações dos atores sociais e políticos; ii) a formação de uma vontade coletiva a partir de uma diversidade de interesses; iii) a direção política das relações sociais e econômicas com base em instrumentos de política cooperativos, como persuasão, coordenação voluntária e procedimentos para *benchmarking* de desempenho

público (ANSELL; TORFING, 2022; TREIB et al., 2005). No entanto, essas definições não capturam, realmente, a distinção da Governança, porque não mostram o que a ela acrescenta às noções mais habituais de *Polity*, *Politics* e *Policy*.

Com base neste último argumento, Jessop (2016) desenvolve uma perspectiva de rearticulação conceitual de Governança e suas implicações no redesenho de *Polity*, *Politics* e *Policy*, ou seja, redesenho do espaço político, da estrutura política e das formas de articular as políticas, respectivamente.

- *Polity* – denominada de espaços demarcados de atuação política diferente de outras esferas, comumente conhecidos por campo social ou político¹⁷ a partir da concepção dos seus limites de atuação e da manutenção desses limites, podendo ocasionar despolitização¹⁸ e desestatização¹⁹.
- *Politics* – são as práticas formais ou informais que influenciam o exercício do poder estatal e que tem a ver com a transformação do escopo da esfera política, ou seja, é toda uma reconfiguração, geralmente de longo prazo, que vai redirecionar e reordenar as formas de atuação e a estrutura política de intervenção estatal.
- *Policy* – legitimada por meio de estratégias e responsabilidades políticas do governo, ou seja, são os mecanismos de intervenção (ou não) do Estado diante ao que ele vai conceber como um problema público e que mereça a sua ação, mobilização, ou, ao que decide fazer ou não, bem como o modo como as ideologias, crenças convicções (políticas, religiosas etc.) vão influenciar essas decisões ou intervenções.

A partir do arcabouço apresentado até então, cumpre ressaltar que, as formas de Governança são definidas com base na capacidade de governar e administrar uma rede de atores e organizações em prol de objetivos em comum, frequentemente atrelados a problemas públicos. Diante dessa afirmação, diferentes literaturas convergiram para o conceito de Governança, tendo em vista a questão comum que se impôs na contemporaneidade, apontada por Ansell e Torfing (2022, p. 5), “como podemos governar de forma eficaz e democrática em

¹⁷ Bourdieu assinala que o campo social é onde as relações dialéticas acontecem, porque nesses campos especificamente, são espaços onde há uma disputa por valores, normas, regras, simbologias, ou seja, é onde as lutas sociais acontecem (BOURDIEU, 2011).

¹⁸ A despolitização é um redesenho de fronteiras dos campos econômico, cultural, social, onde buscam-se identificar as relações e as questões sociais que ocorrem fora do campo político para, inclusive colocar em questão a soberania do Estado Moderno (JESSOP, 2016).

¹⁹ A desestatização é a remoção de questões formais de um Estado Territorial para a concepção mais recente sobre o movimento do governo para Governança (JESSOP, 2016).

um mundo em que a autoridade, a capacidade e o poder políticos são fragmentados, distribuídos ou restritos?”

Nos campos da Administração Pública, Direito Público e Políticas Públicas, essa questão surgiu da tentativa de enfrentar os desafios colocados pela complexidade administrativa, má implementação de políticas e austeridade fiscal. No campo dos estudos sobre desenvolvimento, o conceito de Governança desenvolveu-se em resposta à frustração de se alcançar as metas de desenvolvimento em parceria com Estados em amadurecimento, falhos ou corruptos. No campo das relações internacionais, econômicas e ambientais, a questão surgiu da necessidade de abordar os problemas de ação coletiva e a gestão de recursos comuns. Nos estudos da União Europeia, surgiu do desafio emergente de governar em todos os níveis de governo, mais tarde conceituada como Governança Multinível. Das perspectivas da teoria ou planejamento democrático empírico, a questão emergiu das discussões sobre como receber e aprimorar a contribuição política dos cidadãos e das partes interessadas privadas. Na teoria Organizacional, surgiu da necessidade de entender como as relações interorganizacionais poderiam ser coordenadas (ANSELL; TORFING, 2022).

Isto posto, cada domínio produziu respostas teóricas específicas e termos distintivos como Governança de Rede (CONSIDINE; LEWIS, 2003; KICKERT et al., 1997; MARCH; OLSEN, 1995; PROVAN; MILWARD; 2001; RHODES, 1997), Boa Governança (GRINDLE, 2010; HENDRIKS, 2014), Governança Corporativa (WILLIAMSON, 1996), Governança Global (ROSENAU; CZEMPIEL, 1992), Governança Multinível (HOOGHE; MARKS, 2001; MARKS, 1993;1996), Governança Democrática (MARCH; OLSEN; 1995; SKELCHER; TORFING; 2010), dentre outras terminologias. Com o passar do tempo, no entanto, houve cada vez mais uma fertilização transversal entre esses domínios, ao ponto de que a consonância do termo passou a vigorar como ‘Governança’, em sua forma universal e comum (ANSELL; TORFING, 2022).

Com base nesse contexto, é possível afirmar que as tentativas de conceituar a Governança surgiram, em parte, por meio de uma problematização fundamental do papel e da função do Estado (ANSELL; TORFING, 2022; CROZIER et al., 1975), iniciada pela discussão acerca da sobrecarga do governo, supostamente resultante das crescentes expectativas dos cidadãos, por um lado, e os recursos públicos limitados e o baixo crescimento da produtividade no setor público, por outro. A sobrecarga dos sistemas de bem-estar público, supostamente coincidiu com uma crescente “ingovernabilidade da sociedade” causada pelo declínio dos

valores de espírito público e um crescente individualismo que minou a coesão social e política das sociedades modernas (ANSELL; TORGING, 2022, p. 5).

Para auxiliar na compreensão sobre o conceito de Governança, são apresentadas no Quadro 3, conforme exposto por Mediotte (2020), definições sobre este termo de acordo com a perspectiva presente nas obras de autores seminais²⁰, nas literaturas internacional e nacional.

Quadro 3: Definições sobre Governança

	Autor (es)	Definição de Governança
Literatura Internacional	World Bank (1992, p. 3)	Em nível macro, a governança é definida como “a maneira pela qual o poder é exercido na gestão dos recursos econômicos e sociais de um país, visando o seu desenvolvimento.”
	Kickert (1997, p. 6)	Ultrapassa os limites da eficiência e da eficácia para a gestão de redes complexas, constituídas por diferentes atores com interesses conflitantes. Deste modo, pode ser definida como “padrões (mais ou menos) estáveis de relações sociais entre atores interdependentes, que tomam forma em torno de problemas políticos e/ou programas de política.”
	Rhodes (1997, p.15)	“... auto-organização, redes interorganizacionais caracterizadas pela interdependência, troca de recursos, as regras do jogo e uma autonomia significativa do Estado.”
	O’Toole (1997)	Estruturas de interdependência envolvendo múltiplas organizações públicas e privadas, em que uma unidade não é mera subordinada das outras em arranjos hierárquicos.
	Pierre e Peters (2000)	Capacidade de coordenar e tornar coerentes as ações e comportamentos de uma multiplicidade de atores – instituições políticas, empresas privadas, sociedade civil, instituições internacionais – que perseguem objetivos diferenciados.
	Löffler (2001, p. 212)	“... têm como objeto a ação conjunta, levada a efeito de forma eficaz, transparente e compartilhada, pelo Estado, pelas empresas e pela sociedade civil, visando uma solução inovadora dos problemas sociais e criando possibilidades e chances de um desenvolvimento futuro sustentável para todos os participantes.”
	Lynn, Heinrich e Hill (2001)	Combinação de mecanismos verticais e horizontais que possibilitam a coordenação de diferentes atores em direção ao atingimento de objetivos comuns.
	Knill e Lehmkuhl (2002, p. 43)	“... modos de coordenação de ações individuais, como hierarquias, redes, associações ou mercados.”
	Atkinson (2003, p. 103)	“... envolve processos em que determinada ordem social é alcançada, as metas são decididas, as políticas elaboradas e os serviços são prestados.”
	Bovaird e Löffler (2003)	Conjunto de regras, estruturas e processos formais e informais que definem a maneira que indivíduos e organizações podem exercer poder sobre as decisões que lhes afetam.
	Kooiman (2003)	Conjunto de interações utilizadas para solucionar problemas públicos e criar oportunidades sociais, incluindo a formulação e aplicação de guias de orientação para estas interações e as providências relacionadas às instituições para viabilizá-las e controlá-las.
	Sorensen e Torfing (2005)	Articulações horizontais relativamente estáveis de atores interdependentes, porém autônomos que interagem através de negociações que ocorrem em um quadro

continua...

²⁰ O Quadro 3 apresenta as concepções de autores seminais acerca das definições sobre a Governança, presentes na Literatura Internacional e Nacional. Optou-se por abordar tais perspectivas a fim de evidenciar a origem da polissemia deste termo a partir da sua constituição teórica. Isto posto, ressalta-se que as abordagens mais recentes acerca do tema Governança estão presentes no decorrer de todo o texto deste estudo.

conclusão.

		regulatório, normativo, cognitivo e imaginário que é autorregulado dentro dos limites estabelecidos pelas forças externas e contribui para o alcance dos propósitos públicos.
	United Nations (2007, p. 4)	“... participativa, transparente e responsável. Abrange as instituições do Estado e suas operações e inclui organizações do setor privado e da sociedade civil.”
	Borzell (2010)	Conjunto de relações relativamente estáveis, de natureza não hierárquica e independente, que vincula uma variedade de atores que compartilham interesses comuns em referência a uma política e intercambiam recursos, admitindo que a cooperação é a melhor maneira de alcançar as metas comuns.
	Didehvar e Danaeefard (2010)	Envolve técnicas e reconfigurações das redes interorganizacionais, através da interação entre atores distintos, com objetivos, ideologias e percepções distintas. Sua finalidade é a cooperação e a ação coletiva tendo como principal desafio a gestão de conflitos.
	Skelcher (2010)	Considera a institucionalização das formas de colaboração através da formalização e informalização, tendo como principais desafios garantir a legitimidade, o consenso e a <i>accountability</i> .
	Hall (2011)	Conjunto de modelos políticos, os quais auxiliam a tomada de decisão para ações coletivas através de um processo democrático envolvendo atores públicos, privados e terceiro setor.
Literatura Nacional	Autor (es)	Definição de Governança
	Ramos (1983, p. 201)	“... um sistema de prestar serviços que funciona com alguma coordenação centralizada de atividades e com a vigência de alguma impessoalidade nas relações humanas.”
	Santos (1997, p. 342)	“... padrões de articulação e cooperação entre atores sociais e políticos e arranjos institucionais que coordenam e regulam transações dentro e através das fronteiras do sistema econômico”, representados não apenas através dos “mecanismos tradicionais de agregação e articulação de interesses, tais como os partidos e grupos de pressão, como também redes sociais informais, hierarquias e associações de diversos tipos.”
	Rosenau (2000, p. 15-16)	“... fenômeno mais amplo que governo; abrange as instituições governamentais, mas implica também mecanismos informais, de caráter não-governamental, que fazem com que as pessoas e as organizações dentro da sua área de atuação tenham uma conduta determinada, satisfaçam suas necessidades e respondam às suas demandas.”
	Diniz (2003)	Conjuntos de mecanismos e procedimentos para lidar com a dimensão participativa e plural da sociedade.
	Frey (2004)	Tendência de gestão compartilhada que, orientada pela lógica governamental, implica compartilhamento no sentido de transformar os atores da sociedade em aliados na busca de melhores resultados referentes ao desempenho administrativo e ao aumento da legitimidade democrática.
	Ronconi (2008)	Processos de co-produção e co-gestão do social envolvendo empresas, governo e sociedade civil, enfatizando a participação ativa, a ação conjunta e a inclusão de cidadãos na comunidade política e gerando espaços públicos, participação e controle social.
	Secchi (2009, p. 349)	“... modelo relacional porque oferece uma abordagem diferenciada de conexão entre o sistema governamental e o ambiente que circunda o governo.”
	Tenório (2011)	Práticas gerenciais que envolvem procedimentos operacionais através de iniciativas de coordenação de ações de um arranjo institucional via normatização e regulamentação de relacionamentos.
	Sartori (2011)	Processo interativo que envolve diversos atores, mecanismos e práticas administrativas, com participação ativa do governo, voltado para uma gestão eficiente e eficaz.
	Trentin (2016, p. 652)	“... paradigma político que diferencia redes, hierarquias e mercados e adota modos mais plurais para governar.”
	Dallabrida (2016)	Capacidade da sociedade organizada de reunir de forma coordenada, via envolvimento e cooperação, atores sociais, econômicos e institucionais.

Fonte: Mediotte (2020, pp. 25-26), com base em Raquel e Bellen (2012); Costa (2014, pp. 47-48).

O problema com as estratégias de definição disponíveis é que elas conceituam a Governança de forma restrita ou deixam a definição aberta para um número infinito de interpretações contextuais. Daí o seu caráter polissêmico. No entanto, compreende-se, a partir deste contexto bibliográfico que a Governança, em sentido genérico, se aproxima ao processo de direção da sociedade por meio da ação coletiva e de acordo com objetivos comuns (ANSELL, TORFING; 2022; TORFING et al. 2012).

Com o advento da globalização, o crescimento econômico, a competitividade entre organizações e a disseminação dos poderes locais favoreceram as formações de estruturas de Governança, como redes, parcerias público-privadas (PPPs), terceirizações e criações de corporações estatutárias (JENKINS; DREDGE, 2007; BEAUMONT; DREDGE, 2010).

Tal mudança teve implicações significativas para o desenvolvimento de políticas públicas, uma vez que passou a influenciar as relações entre os atores políticos, a capacidade do Estado de agir, a seleção de instrumentos e indicadores de políticas e, potencialmente, até mesmo a definição de problemas públicos (HALL, 2011).

Os debates sobre Governança Pública podem refletir várias questões que abarcam desde a sustentabilidade, o bem-estar da comunidade, a coesão social e a redução da pobreza. No momento em que essas questões são incorporadas à política, pode-se dizer que elas representam a forma como os atores públicos e *stakeholders* congregam esforços para trabalharem juntos (JENKINS; DREDGE, 2007; HALL, 2008), e como diferentes interesses, ideias, valores e conhecimentos podem ser contestados, negociados, introduzidos, ou descartados na agenda pública (BEAUMONT; DREDGE, 2010).

Conforme assinalado anteriormente, os elementos-chave de Governança são compreendidos como “novas atividades governamentais que não ocorrem exclusivamente através de governos” (YEE, 2004, p. 487). Além disso, a Governança é empregada para “denotar uma representação conceitual e teórica do papel do Estado-Nação na coordenação dos sistemas socioeconômicos” (HALL, 2011, p. 7), através da construção de relações de Redes, Parcerias Público-Privadas, o Estado, representado pela gestão pública, e os *stakeholders*²¹.

As Redes²² têm sido propostas como uma forma de integrar diferentes perspectivas políticas, embora a capacidade de integração possa depender da inclusão do processo de

²¹ Na concepção do presente estudo, os *stakeholders* são compostos pelos atores não públicos: agentes privados (associações de classe, empresa-líder), sociedade civil e entidades do terceiro setor (TRENTIN, 2016).

²² Não se propõe neste estudo explorar a sistematização da Teoria de Redes, mas limitar-se a compreender que existem atores e estruturas organizacionais formando uma interdependência, interrelação e interligação, na qual pressupõe-se que exista uma reciprocidade no que concerne o desenvolvimento das Redes de Cidades Criativas da UNESCO.

planejamento, das condições e expectativas que influenciam as decisões dos atores sociais, e da construção de relações corporativas (HOVIL; STOKKE, 2007). Essa abordagem é influenciada pelo comunitarismo e pelas demandas que visam um envolvimento direto dos cidadãos (HALL, 2011).

No contexto da Governança fundamentada em Redes, Rhodes (1997) explica que existem arranjos constituídos por redes de atores e interorganizacionais. A primeira se refere a interrelação pessoal e auto-organização, enquanto a segunda sugere a formação de vínculos interorganizacionais, constituídos por autoridades organizacionais autônomas ou pelo conjunto de instituições e transações institucionais (BEVIR; RHODES, 2001), as quais se organizam para prestar serviços públicos.

Provan e Milward (2001) assinalam que as redes de Governança podem ser lideradas por uma organização líder, a qual assume um papel de coordenação central, atuando como facilitadora da colaboração, e muitas vezes, onde o poder é centralizado, a comunicação e a tomada de decisões são formais e podem ocorrer de forma *top-down*. No entanto, há também as redes controladas pela comunidade civil, nas quais os próprios membros da comunidade colaboram para atingir determinados objetivos, na maioria das vezes, impossíveis de alcançar individualmente. As relações geralmente são descentralizadas e menos formais. Logo, o que se compreende através de tais perspectivas é a presença de mecanismos formais e informais de Governança, sendo que, mesmo os mais formais, geralmente são constituídos por legitimidade democrática.

Tendo em vista a sua complexidade, a Governança é mais bem compreendida a partir da identificação de elementos centrais de cocriação e coprodução, segundo às perspectivas frequentemente referenciadas na literatura quanto à Cooperação, Coordenação e Colaboração dos atores públicos e não públicos em prol de ações coletivas. Tais elementos serão adotados nesse estudo como ‘Indicadores de Governança’.

Nos estudos de Mediotte (2020), foram desenvolvidos três²³ Indicadores de Governança (Cooperação, Coordenação e Colaboração) com base no Estado da Arte do qual o estudo se fundamentou. Tais Indicadores norteiam a concepção de Governança, na qual esta tese se orienta.

²³ Vale destacar que outros estudos sobre Governança buscaram analisar uma quarta dimensão/indicador denominada como Representatividade, a qual busca concentrar-se na compreensão da representação política, social ou de interesses (ANTERO, 2020), com observância à dimensão política. Tais aspectos tiveram interesse secundário na presente pesquisa de tese, devido ao enfoque do estudo aqui empreendido.

A Cooperação possui importante influência nas relações entre redes interorganizacionais e as parceiras público-privadas, pois tendem a facilitar a coordenação de interesses e recursos públicos e privados necessários quando os parceiros se comprometem a cooperar (BEAUMONT; DREDGE, 2010).

No momento em que os atores sociais identificam os recursos dos quais precisam de outras organizações e vice-versa, eles são induzidos a cooperar para alcançar, juntos, objetivos que seriam improváveis de serem alcançados individualmente, e, portanto, formam-se as parcerias público-privadas baseadas nas estruturas informais e no consenso estratégico, uma vez que influenciam também a capacidade de inovação (SABATIER; JENKINS-SMITH, 1993) cooperativa.

Neste aspecto, dada a interdependência de recursos (dinheiro, tempo, tecnologia etc.), o principal desafio da cooperação é evitar que os parceiros adotem comportamentos contrários ao acordado em relação às suas contribuições e/ou distribuição de recompensas, gerados pelos conflitos de interesses, os quais impossibilitam o consenso e a equidade. Vale destacar que tal concepção também é preconizada por Olson (2002), ao se referir à Teoria da Ação Coletiva, bem como por Weber (1972), ao tratar da Ação Social.

Portanto, para que o grau de Cooperação possa ser previsto e satisfatório, é preciso que o volume de contribuição entre todos os parceiros seja disponibilizado na mesma proporção, e que as recompensas, sejam definidas com base no critério da equidade, também de acordo com o grau de cooperação concedido (D'ANGELLA; DE CARLO; SAINAGHI, 2010).

A Coordenação normalmente envolve a especificação e a operacionalização de mecanismos de compartilhamento de informações, tomadas de decisão e feedbacks para unificar e ordenar os esforços dos parceiros e para combinar os seus recursos de maneira produtiva. Portanto, busca garantir que os esforços dos parceiros produzam resultados desejados com perdas mínimas, de forma que esses esforços sejam planejados e organizados a curto, médio e longo prazo (MEDIOTTE *et al.*, 2021; MEDIOTTE *et al.*, 2022). Neste caso, presume-se que a coordenação possa permitir aos parceiros trocar informações e participar de um planejamento conjunto durante a formulação das ações coletivas (RING; VAN DE VEN, 1992; GULATI, WOHLGEZOGEN; ZHELYAZKOV, 2012).

Conforme preconizado por Gulati *et al.* (2012), a coordenação é constituída por um alinhamento ou ajuste deliberado e ordenado das ações dos parceiros para alcançar objetivos determinados, de forma bilateral. Visa um resultado que pode ser caracterizado pela eficiência e eficácia. Isto posto, de acordo com D'Angella *et al.* (2010), a configuração diversificada de

atores, contribuições e recompensas, mecanismos e estruturas de Governança revelam uma variedade de arranjos institucionais, que podem conduzir a uma estratégia deliberada ou um resultado de comportamentos espontâneos e mecanismos de coordenação estabelecidos em um padrão.

A Coordenação também pode promover uma cooperação mais ampla, tendo em vista que os procedimentos formalizados para resolução de problemas, tomada de decisão e gestão de conflitos podem melhorar a previsibilidade das interações e conferir aos parceiros um senso de justiça processual.

A Colaboração possui suas raízes na vida e administração pública americanas. O *ethos* público americano direcionou a colaboração para duas tradições políticas concorrentes: o liberalismo clássico e o republicanismo cívico (THOMSON; PERRY, 2006), sendo que este último remete-se a um fator-chave denominado envolvimento.

D'Angella *et al.* (2010) assinalam que a colaboração eficiente e eficaz não está explicitamente relacionada ao potencial de recursos empregados nas estruturas das redes, mas sim ao grau de envolvimento induzido por essas estruturas, de forma que a ação coletiva possa promover interatividade e decisões conjuntas visando a reciprocidade e confiança mútuas.

Assim, afirma-se que a chave para uma Governança efetiva ou ideal esteja fortemente ligada à participação, que sugere o envolvimento (MEDIOTTE *et al.*, 2021; MEDIOTTE *et al.*, 2022). Portanto, a colaboração é um processo “através do qual as partes que veem diferentes aspectos de um problema podem explorar construtivamente suas diferenças e buscar soluções que vão além de sua própria visão limitada do que é possível” (GRAY, 1989, p. 5).

Nesse sentido, a partir da contextualização apresentada, originalmente desenvolvida por Mediotte (2020), são destacados os indicadores e suas categorias de análise e verificação, bem como a descrição dos pressupostos que as compõem distribuídos na forma de subcategorias (Quadro 4), os quais direcionam a lente teórico-empírica deste estudo, sobretudo dando suporte à base da mensuração da Governança, constituída pelo OE2 desta tese.

Quadro 4: Indicadores de Governança

Indicadores	Categorias de Verificação	Descrição (Subcategorias)
Coordenação	Planejamento Formalização Controle Orientação Direcionamento Deliberação	Reuniões (Assembleias – Audiências – Seminários etc.) Documental (Atas, Memorandos, Código de Ética etc.) Sistema de Gestão de Riscos e Conflito de Interesses Ferramentas de Divulgação Autoavaliação e <i>Feedback</i> Tomada de Decisões – Consenso
Cooperação	Relações Cooperativas Relacionamentos Informais Redes Interorganizacionais	Gestão de Recursos - Isonomia Acessibilidade Parcerias Público-Privada
Colaboração	Formalização Informalização Reciprocidade Confiança Ações Conjuntas Autoridades Compartilhadas	Comprometimento Interatividade Engajamento Legitimidade – Estabilidade Implementação Institucionalização

Fonte: Mediotte (2020, p. 33) com base em Trentin (2014); TCU (2013, 2014a, 2014b, 2014c, 2016, 2018).

A partir dessas perspectivas, tendo como base os indicadores supracitados, Mediotte (2020) desenvolveu um modelo de Governança, o qual pode ser observado na Figura 3.

Figura 3: Modelo de Fluxo de Governança

Fonte: Mediotte (2020, p. 106).

De acordo com o autor, os indicadores que envolvem a Governança estão convergindo com as redes de atores e redes interorganizacionais, sendo que a primeira “promove a descentralização por meio de processos mais transparentes e democráticos” e a segunda

“promove as transações institucionais com base nos recursos e regulamentos que estas possuem para gerir ações coletivas” (MEDIOTTE, 2020, p. 106). Além do mais,

Essas duas redes são responsáveis pela inclusão da gestão pública e dos *stakeholders*, por meio de participação (fazer parte), atuação (ação e desempenho daqueles que participam), consenso nas decisões, pluralidade de atores, deliberação de ações de forma integrativa tendo em vista problemas identificados e que influenciam (...) a coprodução dessas ações, por meio de políticas públicas, ofícios e leis, entre os atores e as instâncias de atuação (...), visando atingir aos interesses coletivos para a promoção do desenvolvimento local (*Ibidem*, p. 106).

Desse modo, para fins deste estudo, a Governança, em sua definição mais ampla, será atribuída como uma construção sociopolítica dotada de valor, a qual compreende atores e grupos envolvidos em uma rede, suas aspirações e valores, e as decisões que eles tomam sobre questões como responsabilidade, transparência, participação e atuação, comunicação, compartilhamento de conhecimento, eficiência e equidade.

A fim de demonstrar as congruências nos estudos da Administração Pública acerca das concepções teóricas sobre Governança, em suas perspectivas estruturais, elaborou-se um Mapeamento Dimensional, disposto no Quadro 5, composto por Perspectivas Teóricas, Conceitos, Modelos e Nomenclaturas utilizados em estudos sobre esse tema, com base em Ansell e Torfing (2022), Brown e Shucksmith (2017), Hendriks (2014) e Jessop (2016).

Quadro 5: Perspectiva Estrutural e Teórica de Governança

Dimensões	Aproximações Teóricas
Fundamentação Teórica de Governança	Teoria da Ação Coletiva
	Teoria das Organizações
	Teoria da Ação Social
	Teoria da Governança Multinível
	Teoria da Gestão Pública
	Teoria de Planejamento
	Teoria dos <i>Stakeholders</i>
	Teoria do Estado
	Teoria da Democracia
	Teoria do Direito Público e Regulamentação
	Teoria do Desenvolvimento
	Teoria das Relações Internacionais
Elementos Teóricos Básicos de Governança	Heterarquia
	Redes
	Participação Pública
	Representação
	Deliberação
	Poder
	Legitimidade

continua...

conclusão.

	Accountability
	Transparência
	Aprendizagem
	Resiliência
	Descentralização
	Inovação
	Risco
	Direcionamento
	Ferramentas Rígidas e Flexíveis de Governança
Modelos Teóricos de Análise de Governança	Teoria da Governança baseada em Informações
	Teoria do Discurso
	Teoria Institucional
	Teoria da Escolha Pública
	Teoria Econômica
	Governabilidade
	Teoria da Complexidade e Análise de Sistemas
	Teoria Narrativa e Interpretativa
	Pragmatismo
	Teoria Normativa
Tipos de Governança	Governança Local
	Governança Multinível
	Governança Democrática de Rede
	Governança no Turismo
	Governança Regulatória
	Governança Colaborativa
	Governança Urbana
	Metagovernança
	Governança Pública
	Governança Privada
	Governança Corporativa
	Governança Participativa
	Governança Rural-Urbana
	Governança Econômica Transnacional
	Governança Supranacional
	Governança Adaptativa
	Governança Multijurisdicional
	Governança Sub-Regional
	Governança Regional
	Governança Territorial
	Governança Espacial
	Governança Deliberativa
Governança Multiescalar	
Governança Democrática	
Governança Híbrida	

Fonte: Elaboração própria com base em Ansell e Torfing (2022), Brown e Shucksmith (2017), Hendriks (2014) e Jessop (2016).

A partir da exposição do Quadro 5 e do arcabouço conceitual deste subtópico, tendo em vista a proposição desta tese com base na sua dimensão teórico-empírica, a proposição do

presente estudo está fundamentada na Teoria da Governança Multinível. Portanto, a perspectiva teórica sobre este tema, será retratada no subtópico a seguir.

2.2. Teoria da Governança Multinível

Hooghe e Marks (2020) assinalam que a Governança, por si só e em sentido orgânico, não fornece respostas aos problemas socioinstitucionais contemporâneos, advindos sobremaneira dos atores sociais e as suas estruturas organizacionais constituintes. Para os autores, o conceito de Governança sustenta a ideia de que a política local e as relações internacionais são causalmente difundidas em seus distintos domínios, o que, para alguns autores, denomina-se ‘localismo pragmático’ (COAFFE; HEADLAM, 2008; POLLIT, 2005). Já a Governança Multinível, abrange a provisão pública de bens coletivos em diversas arenas, tanto intra como inter governos locais, nacionais, supranacionais, simultaneamente. O mundo socioinstitucional que se tem em mente nos dias atuais é, portanto, parte dos múltiplos níveis de Governança entre sociedades sobrepostas em diversas escalas. Logo, a Governança Multinível descreve a difusão da autoridade para longe do estado central.

A partir do estudo seminal de Marks (1993), o qual declara, pela primeira vez, a concepção de Governança Multinível, ao analisar a configuração ator-estrutura-política-espaco-sociedade na União Europeia, um número crescente de pesquisadores (ANSELL; TORFING; 2022; BACHE; 2012; BACHE; FLINDERS, 2004; BORZEL, 2020; CONTEH; HARDING; 2021; HOOGHE; MARKS; 2002, 2020, 2021; MAGETTI; TREIN, 2019; PETERS; PIERRE; 2004; STEPHENSON, 2013; HAHN, 2014 entre outros) têm se debruçado nessa perspectiva, sobretudo pela possibilidade da observância acerca da realocação da autoridade *top-down*, *bottom-up* e *by-the-side*, desde os governos locais aos internacionais, por meio de suas estruturas organizacionais, constituídas por atores sociais, em busca objetivos de macro alcance, e não, especificamente, concentrados em seus níveis distintos.

Borzel (2020) destaca que a Governança Multinível surgiu como uma crítica das perspectivas centradas no Estado sobre a União Europeia (UE), mais proeminentemente o Intergovernamentalismo Liberal. Embora reconhecendo o papel dos atores não estatais, o Intergovernamentalismo Liberal apregoa que os atores locais não poderiam acessar diretamente a tomada de decisões da UE. Os governos dos estados membros atuavam como os principais guardiões dos interesses locais para entrar na arena europeia. Como tal, a Governança Multinível parecia uma extensão do Neofuncionalismo, e sua variante, o Supranacionalismo, que considera as alianças transnacionais de grupos de interesse local com atores supranacionais,

em especial, a Comissão Europeia e o Tribunal de Justiça Europeu, como a principal força motriz da integração europeia. Logo, a autora destaca que o conceito de Governança Multinível fora desenvolvido pela primeira vez no campo da política estrutural e de coesão da UE para capturar as tentativas da Comissão Europeia de capacitar, diretamente, ambos os níveis, de forma integrativa e concomitante.

De um modo geral, perante tanto à complexidade do problema e complexidade institucional da atividade política na UE face à formulação de políticas nacionais, a Governança Multinível tem se destacado para tentar fornecer uma noção simplificada do que é uma atividade de formulação de políticas pluralistas e altamente dispersas, onde múltiplos atores (indivíduos e instituições) participam, em vários níveis políticos, desde o supranacional ao subnacional, ou local. Tal perspectiva implica distinções espaciais e separação geográfica, mas, ao mesmo tempo, sua característica mais proeminente são as ligações que aglutinam todos os níveis. Portanto, a Governança Multinível implica engajamento e influência, ou seja, nenhum nível de atividade é superior ao outro, gerando, assim, uma (inter)dependência mútua por meio do entrelaçamento de atividades de objetivos coletivos (STEPHENSON, 2013).

Ainda nesse contexto, Hooghe e Marks (2001) sinalizam que, por um lado, a tomada de decisões extravasou as instituições representativas centrais, as redes público-privadas de diversos tipos se multiplicaram em todos os níveis, desde o menor até o maior. Por outro lado, a autoridade formal foi dispersada dos estados centrais, tanto para as instituições supranacionais quanto para os governos subnacionais. Atualmente, os campos que têm engajado a autoridade nas democracias industrializadas avançadas fornecem descrições, modelos e estudos de caso, mas são muito raras as tentativas de coletar e analisar dados multiníveis. Muito do trabalho empírico que foi realizado, até então, está preocupado com a eficiência de arranjos jurisdicionais alternativos e não com sua incidência.

Em outras palavras, a Governança Multinível surge no contexto da Administração Pública da UE, a qual foi implementada levando-se em conta a interdependência dos diversos atores na tomada de decisões. Essa interdependência envolve diversos aspectos, dentre os quais é possível citar:

- Institucional – ocorre quando a atribuição de funções e responsabilidades não é exclusiva;
- Financeiro – ocorre quando governos centrais e subnacionais são cofinanciadores de gastos públicos;

- Socioeconômico – ocorre quando questões e/ou resultados de políticas públicas em um determinado nível têm impactos em outras regiões e em nível nacional (TOUATI *et al.*, 2015).

Nesse sentido, pode-se compreender que a Governança Multinível surgiu como um arranjo vertical e uma forma de transmitir o entrelaçamento íntimo entre os níveis de autoridade local e internacional. Além disso, propiciou uma maneira simplificada de entender como era a formulação de políticas europeias, no dia-a-dia, em determinadas áreas políticas, para, então, obter-se uma seção transversal da atividade de Governança (STEPHENSON, 2013).

Isto posto, adotar-se-á para este estudo, a noção de Governança Multinível com uma concepção de compartilhamento de responsabilidades e poder de influência, tanto horizontalmente (entre estruturas organizacionais e entre atores, em nível local) e como se relacionam verticalmente (entre vários níveis, até o supranacional), para o desenvolvimento e implementação de políticas públicas e o alcance do desenvolvimento sustentável, a partir do território local. Portanto, acredita-se que o grande desafio da Governança Multinível seja, portanto, gerenciar as complexas relações de interdependência entre os atores envolvidos na ação pública. (TOUATI *et al.*, 2015).

A partir da integração e da concepção de descentralização em regimes federativos a uma rede cada vez mais densa e complexa, através das conexões entre atores e organizações, atuando nas diferentes esferas de Governança, desde o nível local até o supranacional, a Governança Multinível configura-se como modelo de democratização e inclusão, concernente às tomadas de decisão e relacionamentos assertivos.

Segundo Macedo (2017), os envolvidos na Governança Multinível podem ser:

- Supranacionais: agências multilaterais e bancos multinacionais;
- Transnacionais não-governamentais: organizações não governamentais internacionais, empresas multinacionais, redes acadêmicas;
- Nacionais governamentais: instituições do poder executivo de um Estado-Nação;
- Governamentais subnacionais: estados, regiões, governos metropolitanos;
- Não-governamentais nacionais ou subnacionais: sociedade civil e organizações da sociedade civil ou do terceiro setor, associação de empresas, fundações, sindicatos e as federações de indústria e comércio;
- Subnacionais transnacionais, redes e organizações transnacionais (redes transnacionais de políticas de governos subnacionais): prefeitos e governadores;

- Governamentais locais: cidades.

A Governança Multinível, ainda como um tema recente nos estudos acadêmicos e na literatura internacional e nacional, “indica mais do que governabilidade e conjunto de regras – garante a inclusão de novos atores na esfera internacional e a democratização do processo decisório” (MACEDO, 2017, p. 55). A conexão da rede de Governança Multinível envolve e conflui relações *top-down*, a partir dos órgãos supra e transnacionais, *bottom-up*, a partir dos governos locais e, *by-the-side*, a partir dos atores públicos e *stakeholders*, simultaneamente.

Sugere-se que a participação dos governos locais e subnacionais em redes de cooperação, coordenação e colaboração intergovernamental, caminhe para o fortalecimento do seu papel na Governança Multinível (BETSILL; BULKELEY, 2006). Isto posto, Bache e Flinders (2004, p. 3) apregoam que a Governança Multinível é um modelo eficaz e eficiente no que tange a governabilidade de territórios na atualidade e mencionam, ainda, que multinível refere-se ao “aumento da interdependência de governos operando em diferentes níveis territoriais” e a Governança “assinala o crescimento da interdependência entre atores governamentais e não-governamentais em vários níveis territoriais”.

Entendendo que existem múltiplas definições para a Governança, economia criativa, cultura e criatividade, compreendê-los no contexto das Cidades Criativas da Unesco, auxiliará na compreensão da essência e das especificidades dos modos de fazer políticas públicas, sobretudo na (re)organização, (re)orientação e (re)criação de espaços públicos, tornando-os mais diversificados, atrativos e desenvolvidos.

Nesse sentido, para compreender a inserção dos governos subnacionais em relações de redes criativas, em especial, às Redes de Cidades Criativas da UNESCO, no Brasil, adotar-se-á a Governança numa perspectiva Multinível (MARKS, 1992), como um modelo que ultrapassa as esferas de Estado-Nação, incluindo governos de diferentes domínios territoriais, bem como supranacional, nacional, regional (estados) e local (cidades), em um sistema de contínua conexão, de forma vertical e horizontal. Isto posto, compreende-se que a Governança Multinível estabelece e propicia um ambiente de participação de múltiplos atores da UCCN, “a qual é combinada com uma ação de múltiplos níveis e jurisdições (MACEDO, 2017, p. 57).

Alinhada à perspectiva paradigmática, a Governança Multinível é contextualizada, segundo os autores Hooghe e Marks (2020) como uma teoria Pós-Funcionalista. Para os autores Borzel e Risse (2010, p. 114), a Governança Multinível, enquanto teoria Pós-Funcionalista, tornou-se amplamente concebida como “os vários modos institucionalizados de coordenação

social para produzir e implementar regras coletivamente vinculantes ou fornecer bens coletivos”. Logo, Hooghe e Marks (2003) descrevem essa concepção como Governança Multinível, pois assinalam que uma das características decisivas da Governança moderna é que a coordenação de atores e instituições ocorre em níveis distintos, em vastas extensões de escala, convergindo simultaneamente.

Em consonância com os indicadores de Governança supracitados, os autores Hooghe e Marks (2020) esboçam, a partir de 03 (três) óticas, uma teoria Pós-Funcionalista de Governança Multinível, pautada nos seguintes argumentos: “A primeira é que a Governança Multinível é a cooperação para fornecer bens coletivos em diversas escalas. A segunda é que a forma de Governança depende da sociabilidade dos participantes. A terceira é que o conflito sobre a comunidade permite ou impede a Governança Multinível” (*Ibidem*, p. 820).

Nesse sentido, apresenta-se, na sequência, a concepção de Governança Multinível, a partir de Liesbet Hooghe e Gary Marks, os quais preconizam a teorização deste tema com base na perspectiva Pós-Funcionalista, à luz dos 03 (três) indicadores engendrados por Mediotte (2020).

2.2.1. A concepção da Coordenação

Hooghe e Marks (2020, p. 822) assinalam que “a competência exclusiva para qualquer nível de Governança é rara”. Os autores pontuam que as decisões tomadas por um governo subnacional (local) podem resultar em efeitos para governos de nível superior ou inferior, no mesmo território, bem como para governos adjacentes, no mesmo nível. Nesse sentido, Herbert Simon (1996) apregoa para a importância das jurisdições (competências) dos atores sociais envolvidos numa rede de Governança Multinível, de modo que os efeitos de curto prazo de cada subsistema componente sejam, essencialmente, autocontidos.

Portanto, a perspectiva da Coordenação se insere nesse contexto, tendo em vista o seu caráter formal, normativo e de (re)direcionamento. Exemplo disso, pode ser observado em tipos de Governança Multinível de Redes socioinstitucionais, como o caso da Rede de Cidades Criativas da UNESCO, pois esta possui a missão (dentre outras) de incentivar os atores subnacionais a buscarem envolvimento nos assuntos vinculados às proposições da Rede, para além de sua autoridade formal local. Isso faz garantir a resolução eficaz de problemas interjurisdicionais, evitando a centralização de competências, sobretudo coordenando as ações coletivas para objetivos cada vez mais abrangentes.

Este é o ponto de partida para a teoria da Governança Multinível, pautada nos princípios de coordenação, os quais podem despontar algumas lacunas de Governança quando as competências jurisdicionais se sobrepõem. Hooghe e Marks (2020) também reconhecem que a coordenação se baseia em mais do que apenas a viabilidade de benefícios funcionais por meio de cooperação, isto é, “não basta dizer às pessoas (e instituições) que devem cooperar porque é do seu interesse” (*Ibidem*, p. 822). Para os autores, a disposição de compartilhar informações, incluindo a revelação de suas próprias preferências, depende da garantia de que a honestidade dos atores sociais não será abalada, testificada ou explorada. Portanto, é preciso que se crie um campo promotor de confiança, que pode ser potencializada por contratos voluntários, que esclareçam os compromissos e atribuições dos membros integrantes da Governança Multinível.

Importante destacar que, Elinor Ostrom já havia observado para a necessidade de criação de uma terminologia multinível, pois, segundo a autora, a coordenação em situações de dilema social é assunto central da ciência política, uma vez que fornece a justificativa central para o Estado atuar (ou não) a partir de problemas identificados. Nesse sentido, Ostrom (1998, p. 17) assinala que “os governos nacionais são pequenos demais para governar os bens comuns globais e grandes demais para lidar com problemas de menor escala” e enfatizou a importância de “alcançar um sistema de Governança complexo e multicamadas”.

Logo, o cerne da perspectiva pós-funcionalista da teoria da Governança Multinível é que a coordenação evoca a cooperação, e esta depende de como os participantes veem uns aos outros, bem como de seus benefícios funcionais.

2.2.2. A concepção da Cooperação

Segundo Hooghe e Marks (2020, p. 822), “talvez a principal contribuição da filosofia ocidental para o estudo da política seja conceber a Governança como baseada em um contrato voluntário entre indivíduos”. Esses autores sinalizam para uma provocação do que poderia sustentar a Governança quando não houvesse um ator impondo a obediência ao contrato social.

Nesse sentido, o desafio é compreender as forças imateriais que induzem os seres humanos a cooperarem, voluntariamente, na provisão de bens públicos. Esta é uma questão fundamental para uma teoria de Governança Multinível, pois o que precisa ser difundido não é apenas a cooperação em níveis isolados, mas a cooperação nas diversas formas que a Governança assume, nos mais variados níveis. Para os autores supracitados, estes níveis incluem organizações internacionais (como exemplo pode-se citar a UNESCO), impérios, governos subnacionais e atores não estatais, ao lado de Estados. Além dos mais, “pode parecer

libertador rejeitar a suposição de que o Estado é *sui generis* em um esforço para desenvolver uma teoria universal” (HOOGHE; MARKS, 2020, p. 823).

Para compreender melhor sobre a Cooperação na perspectiva da teoria da Governança Multinível, outros autores recorrem a teorias contingenciais, como a teoria do contrato social, a teoria da ação social e a teoria da ação coletiva. Ambas as teorias, consonantes à perspectiva de que a cooperação, em ambientes de Governança, depende da sociabilidade dos participantes. Em outras palavras, Hooghe e Marks (2020) enfatizam que os arranjos de Governança podem ser conceituados em termos de sua (in)completude contratual, enquanto os arranjos de tarefas específicas contraem a Governança estritamente em torno de um propósito claramente definido. Já os arranjos de propósito geral designam a Governança como um empreendimento aberto para lidar com os problemas que surgem para um grupo de atores, presentes em uma comunidade.

Na concepção dos autores, quanto mais incompleto o contrato, maior a necessidade do desempenho da essência do contrato. Os atores devem esperar não apenas poder fazer cumprir a minúcia do contrato, mas também compartilhar informações prévias sobre sua interpretação (HART; MOORE, 2008; WILLIAMSON, 1975). E eles devem estar dispostos a se comprometer não apenas com o contrato atual, mas também com sua capacidade de adaptá-lo às mudanças inerentes ao ambiente.

Em outras palavras, quanto maior o escopo para diferentes percepções do mesmo comportamento, maior a importância causal dos modelos mentais compartilhados para identificar ganhos mútuos. Assim, abre-se um cenário para negociação e legitimidade, sobretudo por meio da reciprocidade, baseada na confiança e na reputação, mitigando o medo do oportunismo e, assim, auxiliando a sustentar a Governança Multinível (HOOGHE; MARKS, 2002; 2020).

Tratando-se da questão do comportamento dos atores, é preciso que ele seja transparente, no passado e no presente, evitando-se, assim, desvios de conduta. À medida que esse pressuposto é amplamente difundido, ao se aproximar do mundo real da Governança, os requisitos sociais da cooperação entram em jogo. Nesse sentido, torna-se essencial que os atores saibam exatamente o que vão receber, ou mesmo como medir a recompensa pelo esforço empreendido em uma determinada ação social e/ou coletiva; eles devem saber exatamente quando receberão os benefícios de seu comportamento cooperativo, caso contrário, haverá uma lacuna no contrato social, gerada, inclusive, pela incerteza se os outros atores estão realmente cooperando ou apenas dissimulando (ANSELL; TORFING; 2022; BORZEL, 2020; HOOGHE; MARKS, 2020; 2021; OLSON, 2002; WEBER, 1972). Logo, “as ações não falam por si, mas

devem ser interpretadas. O que importa é a percepção do que está por trás do comportamento daqueles com quem se está lidando” (HOOGHE; MARKS, 2020, p. 823), ou seja, “o desempenho externo não tem mérito. Devemos olhar para dentro para encontrar a qualidade moral” (HUME, 2009 [1740], p. 725).

Na visão de Hooghe e Marks (2020), Hume (2009) também destaca que os seres humanos têm uma capacidade inata, quase mágica, de julgar os motivos subjacentes ao comportamento dos outros, pois a ação não interpreta a si mesma, e cooperação e deserção não vêm em rótulos, embora estejam numa linha tênue entre a ação e especulação. Para os autores, “no campo da Governança [multinível], quanto mais incompleto o contrato, maior a margem de interpretação de uma ação [distinta] em relação ao que foi acordado” (HOOGHE; MARKS, 2020, p. 823). Além disso, “quando a cooperação é pouco informada, os atores não podem ajustar seu comportamento aos incentivos dados por um determinado cenário estratégico”, pois eles acabam norteando o seu comportamento em “expectativas generalizadoras sobre o que está por trás do comportamento dos outros atores” (SCHARPF, 1994, p. 35).

Por fim, compreende-se que a Governança Multinível efetiva dos recursos provenientes da cooperação é mais bem alcançada em uma coletividade composta por atores sociais:

- Com algumas crenças e preferências compartilhadas, além daquelas que constituem seu problema de ação coletiva;
- Com um conjunto mais ou menos estável de membros;
- Que esperam continuar interagindo uns com os outros por algum tempo futuro;
- Cujas relações são diretas (não mediadas por terceiros) e multiescalares. (SINGLETON; TAYLOR, 1992 p. 315).

2.2.3. A concepção da Colaboração

Nessa perspectiva, acredita-se que as normas que facilitam propósitos escusos dentro das estruturas de Governança Multinível podem restringir a própria colaboração entre elas. As comunidades, atores e instituições tornam-se núcleos de Governança à medida em que dividem o mundo social em internos e externos, em 'nós' e 'eles' (HOOGHE; MARKS, 2020, p. 824; MEDIOTTE, 2020). A questão essencial, nesses casos, é compreender se os indivíduos concebem a sua identidade intraorganizacional como exclusiva e, conseqüentemente, rejeitam a Governança tornar-se abrangente, como regras de entrada por ‘*outsiders*’.

A questão abordada na concepção anterior, suscita a motivação de se criar uma teoria pós-funcionalista de Governança Multinível, ao colocar em evidência como as identidades são

politizadas e como elas se relacionam, nos diversos níveis de Governança. A politização referida neste texto refere-se ao processo de conscientização, percepção, capacidades e compreensão do ‘eu’, do ‘nós’ e ‘eles’. Essa característica determinará o grau de colaboração e de ação social (individual) e coletiva, frente às demandas designadas ao grupo de atores que constituem e se institucionalizam em uma rede de Governança Multinível.

A exemplo desta tese, a politização da identidade ajuda a explicar por que a Governança é mais provável entre atores normativamente relacionados. Essa premissa auxilia a compreensão tanto do caráter socioinstitucional quanto das limitações da Governança por organizações internacionais de alcance global, como as Nações Unidas, às quais precisam atuar como árbitras no processo de gestão e compartilhamento de recursos, uma vez que os grupos de atores normativamente relacionados procuram se blindar de demandas às quais não estão habituados, seja pela falta de *Know-how*, pela descrença, pelo *ethos*, pelo mimetismo ou pelos conflitos de interesse existentes (CONTEH; HARDING; 2021; HOOGHE; MARKS; 2002, 2020, 2021; MEDIOTTE, 2020; TOUATI *et al.*, 2015).

Hooghe e Marks (2020) assinalam que parece incontestável que os atores sociais se percebem como tendo identidades múltiplas ou exclusivas. Para os autores, concepções exclusivas de identidade local minam a Governança Multinível e são armadas por aqueles que consideram o seu núcleo de atores como o único cenário legítimo para a Governança. Mediotte (2020) define, originalmente, esse tipo de Governança como ‘*Core Governance*²⁴’.

Nas sociedades ocidentais, a politização da identidade em nacionalista assume a forma de uma clivagem social, a qual fomenta uma arena socioeconômica e cultural do transnacionalismo, colocando de um lado, os perdedores, e de outro lado, os vencedores. Muitos se sentem deixados para trás no jogo deliberativo de poder e legitimidade, os quais passam a criar subgrupos de Governança. No polo de Governança estritamente local podem existir aqueles que querem defender seu *modus operandi* contra atores externos que penetram do nível (inter)nacional, por exemplo, migrando, trocando bens ou exercendo algum domínio. No nível cosmopolita, ou multinível, podem estar aqueles que concebem sua identidade como consistente com a Governança (inter)nacional e que acolhem, em vez de se oporem, à densa interpenetração das sociedades (HOOGHE; MARKS, 2018).

²⁴ Para Mediotte (2020), *Core Governance* é um tipo de Governança que se manifesta a partir da centralização de um núcleo restrito de atores que oportunizam meios de legitimar interesses, encontrando na forma de participação, através do maior número possível de Instâncias e Organizações Públicas e Privadas, possibilidades de institucionalizar seu poder de decisão. O grau de colaboração é alto. Não obstante, o grau de relacionamento com os demais atores não pertencentes ao núcleo é incipiente.

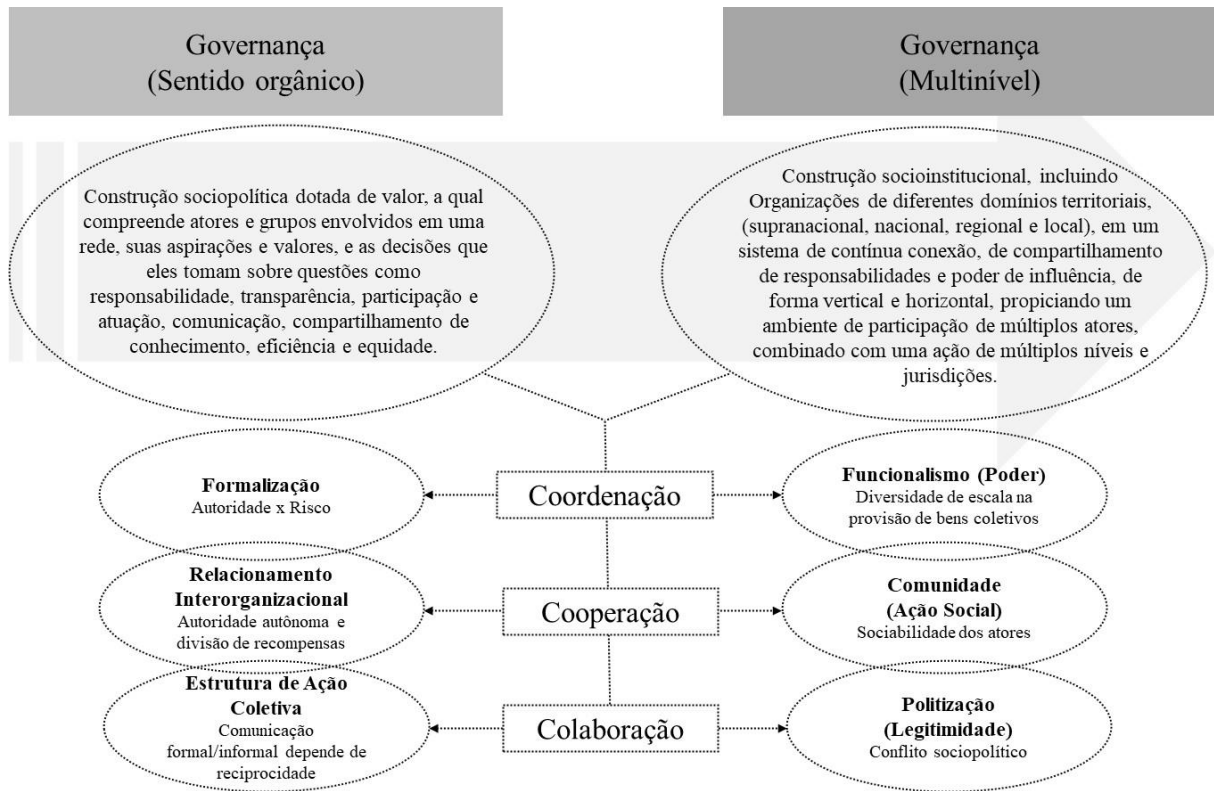
A colaboração, por meio da politização da identidade molda a arquitetura territorial intra e inter local, regional, nacional e internacional. Populações com línguas e culturas distintas, experiências de governos com ideologias dicotômicas, isolamentos geográficos são a principal fonte de desafios e demandas por Governança Multinível, pois esta pode levar os governos a adequarem a Governança às especificidades de cada região. Não é uma tarefa fácil, porém promissora, ao se pensar que colaborar, considerando a perspectiva da diversidade, pode resultar em cenários de trocas de compartilhamentos em vez de disputas (BORZEL, 2020; BACHE; FLINDERS, 2004; HOOGHE; MARKS, 2020; STEPHENSON, 2013).

Por fim, preconiza-se que comunidades distintas geralmente possuem efeitos sistêmicos para conflitos institucionais nos territórios em que estão localizadas. No entanto, a Governança Multinível pode ser altamente imperativa pois institucionaliza e fomenta a colaboração intra e inter comunidades, para o fornecimento de bens coletivos. A regra compartilhada, por todos os seus benefícios funcionais, limita o autogoverno ou formações de núcleo de atores (HOOGHE; MARKS, 2020).

A questão é ampliar a capacidade de alcance institucional e a tomada de decisões por meios deliberativos, inclusivos e democráticos. Portanto, a Governança Multinível envolve conflitos que só podem ser resolvidos pela manifestação da colaboração entre os atores sociais, aumentando a confiança mútua, a transparência nas atribuições e na politização de identidades mais plurais. Logo, torna-se eficaz a distribuição das demandas de atuação, em cada nível de Governança:

- Quem deve ter o direito de tomar decisões coletivamente vinculativas?
- Quem está incluído e quem está excluído da participação na comunidade?
- Que grupo de atores detém mais insumos?
- Que grupo de atores possui maior poder de controlar os insumos?
- Quem possui o poder de controlar outros poderes (legitimidade)?
- Quem possui maior capacidade de governar e fomentar esforços colaborativos (fiscalização)? (HOOGHE; MARKS, 2020).

A seguir, apresenta-se a conceituação da Governança, em sentido orgânico, com a Governança Multinível (Figura 4).

Figura 4: Aproximações dos conceitos de Governança

Fonte: Elaboração própria.

Sendo assim, convergindo com os estudos de Mediotte (2020), Hooghe e Marks (2020, p. 822) acentuam que o pós-funcionalismo para teorização da Governança Multinível possui três fundamentos.

1. **Coordenação:** A premissa funcionalista – a Governança Multinível é uma adaptação funcional aos benefícios da diversidade de escala na provisão de bens coletivos.
2. **Cooperação:** A premissa da comunidade – a forma pela qual a Governança ocorre em qualquer nível depende da sociabilidade dos participantes.
3. **Colaboração:** A premissa da politização – tanto a funcionalidade quanto a sociabilidade são construídas no conflito político.

A partir desse contexto, cabe observar que a Governança Multinível induz a formação de redes multidimensionais, com agrupamento de ideias, práticas, interesses em comum, a fim de responder problemas globais, com base em uma dinâmica socioinstitucional que envolve estruturas organizacionais em níveis hierárquicos diversos, confluindo, simultaneamente. Nesse sentido, é possível identificar um elemento crucial de distinção para o alcance e desempenho de uma Rede: o ator ou indivíduo social.

Partindo dessa premissa, a teoria das Redes, especificamente a teoria Ator-Rede, preconiza que nenhum ator, público ou privado, tem conhecimento e capacidade para resolver, individualmente, problemas complexos, dinâmicos e diversificados (KOOIMAN, 1993). Desse modo, a ideia de colaboração, através da união de indivíduos sociais por meio das suas estruturas organizacionais constituintes, tornou-se importante para a construção das redes de Governança.

As redes de atores são feitas de fios e nós. Assim, os fios representam as expectativas, objetivos e demandas em relação à atuação dos atores, e os nós representam os próprios atores e suas ações conjuntas. Juntos, eles constituem a estrutura de uma rede. A rede tem a função de reunir atores com interesses parcialmente diferenciados e parcialmente conflitantes, viabilizando seu trabalho conjunto. Os atores estão presos à rede, ou seja, não podem agir de acordo com seus interesses particulares tanto quanto talvez gostariam. Devem sujeitar-se aos processos de negociação, aceitar os resultados negociados e ajustar-se uns aos outros (KISSLER; HEIDEMANN, 2006, p. 483).

Portanto, com base na teoria das Redes, a Governança se dispõe de propriedades entre atores e organizações conectados, para dar sentido a como as interdependências e interações são antecedentes ou resultados provenientes de relacionamentos indivíduo-organização ou capital social (SAFFER; YANG, 2023).

Logo, pressupõe-se que as organizações ou instâncias de Governança Multinível presentes na Rede de Cidades Criativas da UNESCO sejam instituições “multifacetadas, estruturas sociais duráveis, relativamente resistentes a mudanças, compostas de elementos simbólicos, atividades sociais e recursos materiais”. Além disso, “impõem restrições por definir as fronteiras legal, moral e cultural, que condicionam as atividades legítimas e ilegítimas” dos indivíduos sociais que as integram (PESSOA, 2009, p. 20).

O termo Ator-Rede possivelmente começou a ser utilizado pela literatura por Michel Callon (1986), ao defini-lo com uma ferramenta conceitual para descrever a dinâmica interna que ocorre no contexto interorganizacional. Mais tarde, esse termo foi adotado nos estudos sobre Governança, já que a sua concepção prevê uma pluralidade não dispersa entre indivíduos sociais e suas estruturas organizacionais constituintes, em sinergia, para alcançarem objetivos coletivos, embora há de se admitir que tais objetivos nem sempre convergem à coletividade (MEDIOTTE, 2020).

Nesse sentido, a teoria Ator-Rede sugere que a interação dos atores sociais, por meio de ação coletiva, não se restringe apenas aos indivíduos, mas também a um conjunto de coletivos, sejam eles não humanos, como é o caso das organizações, sejam por meio de jurisdições multidimensionais, como é o caso da Governança Multinível. Essa concepção possui

fundamento nos discursos emergentes sobre este tema, tendo em vista que a ideia de Ação Coletiva foi aplicada tanto na perspectiva de ordem política internacional, quanto em situações locais de gestão de recursos (OSTROM, 1990; WILLIAMSON, 1996).

Analisando a Governança Multinível à luz da hierarquia (vertical e/ou horizontal), e, por conseguinte, à relação de poder, Storper e Harrison (1991) e Humphrey e Schmitz (2000) assinalam para a capacidade de os atores cocriarem e coproduzirem ações coletivas em conjunto, sobretudo quanto ao estabelecimento de controle das estruturas organizacionais formais nas quais estão inseridos, bem como se identificam e buscam legitimar seus interesses (individuais e/ou coletivos).

Olson (2002) busca relacionar as ações coletivas no fomento às múltiplas bases institucionais e o papel do território no processo de desenvolvimento, mencionando sobre a constituição de relações conflituosas, tal que urge a necessidade por um modelo de “pactação social pelo desenvolvimento” (BRANDÃO, 2008, p. 146). De acordo com a teoria da Ação Coletiva, somente quando percebidos os interesses favoráveis a determinadas organizações, é que são mobilizados esforços para a implementação de ações, ou seja, os atores analisam o que irão ganhar se aderirem ou liderarem ações coletivas (Olson, 2002). No entanto, esse processo de cooperação, ou, Ação Coletiva, também pode ocasionar situações propícias aos *free riders*, que apenas se envolvem em questões públicas, quando preveem compensações privadas aos seus interesses (MARTINS et al., 2010).

Olson (2002, p. 7) também apregoa que os grupos de atores sociais são formados por “um número de indivíduos com um interesse em comum”, ou seja, para este autor, embora os atores instituídos em organizações ou instâncias de Governança, tenham interesses individuais, estes deverão atuar de forma cooperativa para alcançarem, coletivamente, os objetivos comuns propostos pela rede interinstitucional. Tal argumento permite considerar que os esforços dos atores em prol de objetivos coletivos, assim como o esforço necessário para o atendimento dos interesses individuais sejam o epicentro do motivo pelo qual esses atores se reúnem. Esse esforço coletivo entre os membros de um grupo, por meio de suas estruturas organizacionais de Governança reflete, então, no interesse comum que é estabelecido a partir de um pacto e/ou consenso.

A Governança Multinível pode ser instrumentalizada pela Ação Coletiva, pois, para que a primeira se constitua é necessário um movimento de distintos atores, representando interesses de suas categorias, unindo forças a fim de que os interesses de todos sejam atingidos, em um movimento horizontal, democrático e de poder descentralizado.

A exemplo disso, ao trazer consigo o estabelecimento de relações oriundas de práticas cooperativas e colaborativas, a Rede de Cidades Criativas da UNESCO demanda ações de Governança Multinível como pilar central na condução dessa Rede. É esperado, portanto, que os atores envolvidos na chancela Criativa se articulem para a promoção do desenvolvimento das cidades e compartilhem experiências, trocas de saberes, tenham ações coordenadas e estejam atentos para todas as dimensões de sustentabilidade, para além da perspectiva exclusivamente econômica.

Tendo em vista os indicadores de Governança, notadamente identificados a partir da tríade Coordenação, Cooperação e Colaboração, associados às proposições da Ação Coletiva, concebe-se, por conseguinte, um contorno teórico-empírico e sofisticado de ação e exequibilidade da Agenda 2030 para as Cidades Criativas, uma vez que infere-se que e os indivíduos sociais e as estruturas organizacionais que compõem a Rede tomam decisões consonantes, pois “qualquer comportamento orientado para o grupo em um grupo exclusivo, geralmente exigirá 100% de participação” (OLSON, 2002, p. 42).

Isto posto, reconhece-se que o sentido e complexidade sistêmica da Governança Multinível, fomentam a interação e atuação dos atores que compõem a rede de Cidades Criativas, de modo que as ações sejam cooperativamente coletivas. Logo, considera-se a indissociabilidade da articulação coletiva, vista por meio das ações, a partir de um *modus* de gestão democrática, participativa e inclusiva, bem como a saliência de que é improvável a eficiência e eficácia da Governança sem a predominância de uma cultura coletiva na constituição e desenvolvimento das Cidades Criativas.

Nessa perspectiva, vale ressaltar a proposição de Max Weber ao afirmar que tudo o que ocorre socialmente em torno de um indivíduo é resultado do seu comportamento (WEBER, 1972). Para o autor, antes de se compreender o contexto orgânico da sociedade, é preciso olhar para o indivíduo enquanto personalidade que a compõe. Nesse sentido, ao desenvolver a teoria da Ação Social, Weber está assinalando que uma ação coletiva só se concretiza quando há um ordenamento pelos significados do mundo social, o qual induz a uma ação individual. Merton (1968) também sugere que a ação social provém do entendimento do ‘eu’ social, da forma como o indivíduo se integra e se reconhece numa sociedade.

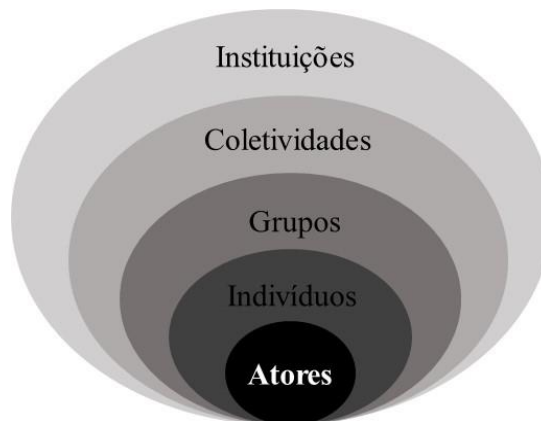
Nesse sentido, Weber (1972) e Merton (1968) parecem convergir ao observarem o indivíduo (ator social) enquanto unidade mínima de análise na sociedade. Para o primeiro autor, por ação, entende-se uma conduta humana, um fazer interno ou externo, seja em omitir ou permitir sempre que o sujeito ou sujeitos da ação deem a ela um sentido. Portanto, a ação social

é uma ação na qual o sentido pensado por um indivíduo ou indivíduos, tomam por referência a conduta de outros e por ela, orienta o desenvolvimento de sua ação (BURREL, MORGAN, 1979; WEBER, 1972). Além disso, Weber (1968) entende que é necessário interpretar a ação do indivíduo, como ele se comporta dentro de uma determinada sociedade, em um determinado contexto, como ele se move, por que ele age de determinados modos, ou seja, o que estimula o indivíduo à ação (BURREL; MORGAN, 1979).

Portanto, a contribuição de Weber para a Governança Multinível, é que a ação social se materializa a partir de um tipo de comportamento, quase sempre sendo orientado pelo outro. Portanto, tão importante quanto entender a composição da ação coletiva por meio da relação dos atores e instituições em uma rede de Governança, é compreender quem são os indivíduos que integram essa Governança.

A seguir, apresenta-se a estrutura da Ação Social (Figura 5), com base na concepção de Atores, sob a ótica de Talcott Parsons (1949).

Figura 5: Estrutura da Ação Social



Fonte: Adaptado de Talcott Parsons (1949).

De acordo com Weber (1972), os indivíduos agem de acordo com quatro tipos de ideais de ação social, quais sejam:

1. Racional com propósito (a fins, a objetivos) – o indivíduo toma uma ação com o objetivo de receber algo em troca, de acordo com o seu comportamento e os esforços despendidos;
2. Racional orientado para valor – não é o fim (o objetivo final) que orienta a ação, mas o valor (ético, moral, religioso). Portanto, a conduta do indivíduo é pautada por algum valor, que, de fato, esteja incorporado na sua vida e no seu dia-a-dia;

3. Ação social emocional (afetiva) – a ação que se baseia sempre nos sentimentos, nas emoções, ou seja, quando o combustível que faz o indivíduo agir é provavelmente baseado no sentimento;
4. Ação social tradicional – tem como fonte motivadora para a sua ação, os costumes. Portanto, a ação é realizada pelo hábito, costume, pela prática, pela perspectiva puramente rotineira, de forma naturalizada, que envolve o cotidiano do indivíduo.

Seguindo esses ideais da Ação Social, Cohen (1968, p. 69) menciona sete pressupostos essenciais para explicar a ação e a conduta dos indivíduos, ou atores sociais, em situações que se manifestam em uma rede de Governança.

1. O ator social tem objetivos (ou metas, ou fins); suas ações são levadas adiante para perseguir estes objetivos.
2. A ação frequentemente envolve a seleção de meios para atender a objetivos; mas mesmo onde parece que ela não existe, ainda assim é possível a um observador distinguir analiticamente entre meios e objetivos.
3. Um ator social sempre tem muitos objetivos; suas ações em perseguição de qualquer um afetam e são afetadas por suas ações em perseguição de outras.
4. A perseguição de objetivos e a seleção de meios sempre ocorre dentro de situações que influenciam o curso da ação.
5. O ator social sempre faz certos pressupostos concernentes a natureza de seus objetivos e da possibilidade de seu atendimento.
6. A ação é influenciada não somente pela situação, mas também pelo conhecimento que o ator social tem dela.
7. O ator social tem certos sentimentos ou disposições afetivas que afetam tanto sua percepção de situações como sua escolha de objetivos (BURREL; MORGAN, 1979, p. 17-19).

Isto posto, os atores Burrel e Morgan (1979) sinalizam que Habermas discorre nesse contexto da Ação Social, distinguindo interação e trabalho, ambos cruciais para o desenvolvimento da Governança, sobretudo a Multinível. Nesse sentido, “o trabalho é visto por Habermas como uma forma de ação social dominante dentro de uma sociedade capitalista industrializada, que enfatiza a importância do atingimento de objetivos, definido em termos das relações de meios e fins”. Por outro lado, a interação “baseia-se na Ação comunicativa entre

homens em que normas compartilhadas se desenvolvem e se refletem numa linguagem ordinária, intersubjetivamente compartilhada” (BURREL, MORGAN, 1979, p. 91).

Com base nesses argumentos, compreende-se que os atores se agrupam em questões de engajamento, que os ligam às instituições multidimensionais, a fim de garantir e perpetuar os seus espaços de Governança, originalmente locais, os quais lhes concedem outorgam prosperidade, poder e/ou legitimidade, por meio de certas relações sociais e interpessoais. A exemplo disso, a teoria Institucional fomenta o debate sobre as estruturas formais constituídas por símbolos da vida social e pela capacidade de produzir ação por meio de mecanismos reguladores, normativos e cognitivos (PESSOA, 2009).

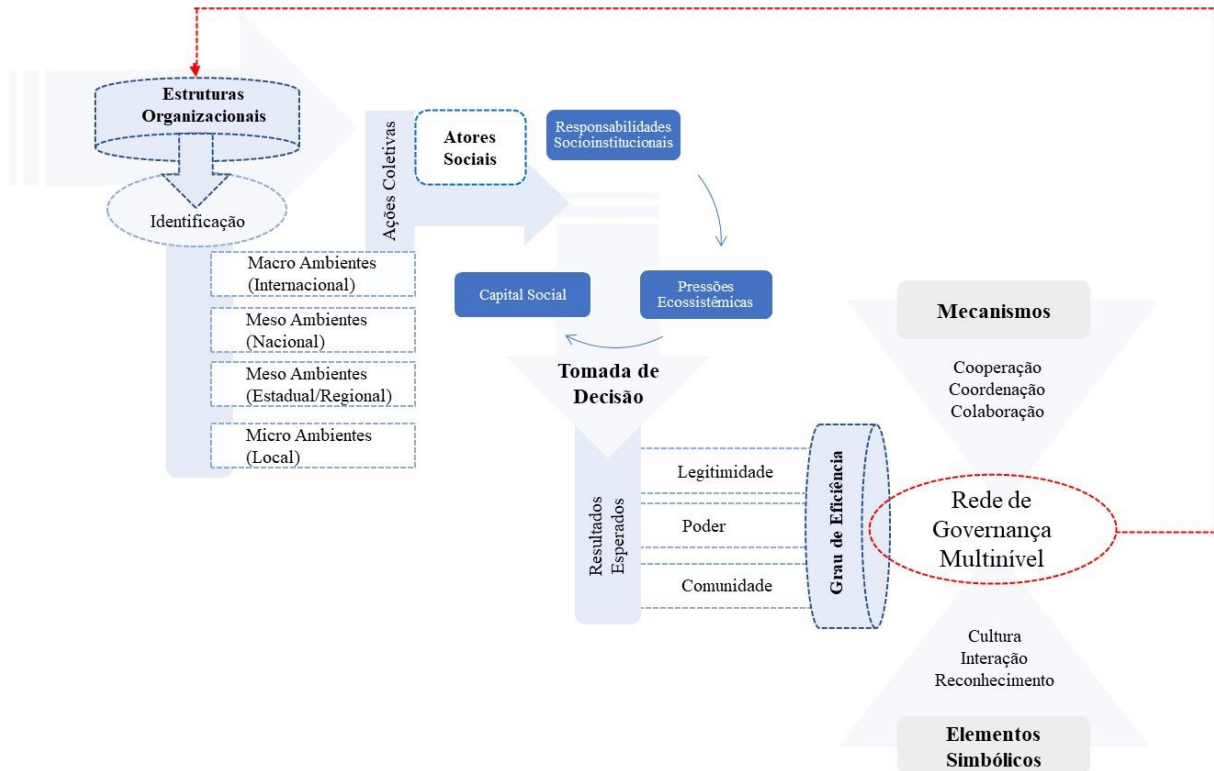
No âmbito da Governança Multinível, este debate torna-se relevante, sobretudo à proposição do estudo desta tese. Ademais, a concepção institucional abarca, desde a simbologia da vida social (regras, preceitos e significados), aos processos de implementação de políticas públicas por meio dos campos organizacionais, concebidos pela noção Weberiana de legitimidade, ambos constituídos por arranjos simbólicos, relacionais e de rotina, tal que, possibilitam a interação cultural, valores, mitos e crenças entre os diferentes atores sociais (DIMAGGIO; POWELL, 1983; PESSOA, 2009) instituídos em uma rede de Governança.

Outro aspecto relevante quanto ao processo de institucionalização de Redes de Governança, sobretudo a Multinível, trata-se da Legitimidade. Em sentido universal, a legitimidade possui um caráter multifacetado, pois compreende uma “generalizada percepção ou suposição das ações de uma organização [por meio dos seus atores constituintes] como desejáveis, convenientes, ou apropriadas em relação aos sistemas socialmente construídos de normas, valores, crenças e definições” (SUCHMAN, 1995, p. 574). Portanto, é possível afirmar que a legitimidade “é tida objetivamente, mas concebida subjetivamente, flexível a eventos particulares e dependente de uma história” (PESSOA, 2009, p. 22).

Nesse sentido, infere-se que a busca por legitimidade está relacionada aos atores institucionais vinculados às suas estruturas organizacionais de Governança, pela ação e pelo ambiente institucional, os quais exercem influências mútuas através da Coordenação, da Cooperação e da Colaboração, seja por meio de participação ou *status* social (CRUBELLATE, 2007; MACHADO-DA-SILVA; GONÇALVES, 2007; MEYER; ROWAN, 1977; SCOTT, 2008).

A seguir, é apresentado um *framework* institucional (Figura 6) da abordagem indivíduo social e estruturas organizacionais sob a perspectiva da Governança Multinível.

Figura 6: *Framework* conceitual para Governança Multinível



Fonte: Elaboração própria.

A partir do exposto na Figura 6, é possível observar a formação de uma Rede de Governança Multinível, com base em seus pressupostos básicos, como Elementos Simbólicos, os quais dizem respeito às questões que abrangem Cultura (formada pelo agrupamento dos níveis que a compõem), Interação (dos atores e organizações dos ambientes que as compõem), Reconhecimento (envolve o sentimento de pertença, simbologias, identidades e chancelas compartilhadas) e; Os Mecanismos, ora descritos pelos indicadores de Governança, apresentados nesta tese.

Portanto, a partir da identificação das Estruturas Organizacionais que integrarão a Rede, direciona-se para a Ação dos Atores Sociais envolvidos, sendo influenciados pelo ambiente socioinstitucional interno e externo, o qual implicará na Tomada de Decisão dos Atores Sociais, conferindo-lhes Legitimidade, Poder e senso de Comunidade. Logo, o Grau de Eficiência da Rede poderá ser mensurado, inclusive proposto por esta tese, a partir do fluxo entre a ação do Ator Social por meio da estrutura organizacional na qual ele pertence, ambos conectados à Rede de Governança Multinível, em seus distintos ambientes, convergindo simultaneamente.

Diante desse panorama apresentado, sobretudo no que concerne a efetividade da Governança Multinível, “coloca-se cada vez mais em evidência a necessidade do fortalecimento da capacidade de gestão dos atores que delas [estruturas organizacionais] participam e das

relações institucionais que se estabelecem entre eles para tornar mais eficientes as ações propostas” (ENDRES; PAKMAN; 2019, p. 2).

Finaliza-se esta seção ressaltando que, as concepções mencionadas em todo o *corpus* textual apresentado até este ponto, subsidiaram a construção teórico-empírica desta tese. Portanto, as seções que se seguem, exprimem o contorno epistemológico proposto, valendo-se, regularmente, dos conceitos, ideias, princípios e prescrições abordados por este Quadro Teórico de Referência.

3 PROCEDIMENTOS EPISTEMOLÓGICOS E METODOLÓGICOS

Para a execução de uma tese, é necessário, e fundamental, que o pesquisador possua uma concepção aprofundada sobre como a realidade pode ser concebida (perspectiva ontológica); sobre como se aplica a construção do conhecimento (perspectiva epistemológica); sobre quais teorias legitimam e fundamentam a pesquisa, para que possa, notadamente, investigar o fenômeno que se materializa por meio dos métodos cabíveis à produção da sua tese (CEFAI, 2002).

Portanto, com endosso aos argumentos supracitados, esta seção apresenta a estrutura da presente pesquisa de tese, considerando as premissas teórico-filosóficas e metodológicas para a construção do conhecimento diante do cenário analisado, a partir do tema proposto. Ressalta-se que esta pesquisa não possui um fim nela mesma, nem se pretende esgotar o objeto de análise, sobretudo não considera que as perspectivas ontológicas e epistemológicas empregadas neste estudo sejam absolutas, mas sim, as mais apropriadas ao contexto designado.

3.1. Paradigma do Estudo e Estruturação da Pesquisa

Todos os bons intelectos têm repetido, desde os tempos de Bacon, que não pode haver qualquer conhecimento real senão aquele baseado em fatos observáveis (Auguste Comte).

É preciso sentir a necessidade da experiência, da observação, ou seja, a necessidade de sair de nós próprios para aceder à escola das coisas, se as queremos conhecer e compreender (Émile Durkheim).

O interesse dos seres humanos em busca da compreensão da realidade é algo que sempre moveu o pensamento científico acerca dos processos cognitivos que envolvem a construção do conhecimento de mundo social, especialmente a interação entre sujeito e objeto. No entanto, essa busca pela realidade como parte da apreensão fez emergir não somente um posicionamento reflexivo, abstrato ou interpretativo concernente à realidade, mas também o pensamento crítico.

A procura por entender e explicar o mundo social a partir do ponto de vista dos atores envolvidos no processo social, mais especificamente, pelo cientista social, trouxe inúmeras formas de interpretação do que se constitui a realidade e a forma com a qual o ser humano a concebe, constrói e apreende.

Immanuel Kant, no século XVIII, foi um pioneiro ao articular fundamentos ontológicos e epistemológicos apregoando que o mundo social pode ser explicado pelo espírito ou ideia que o homem concebe sobre conhecimento, este relacionado como um produto da mente e da

capacidade de interpretação oriunda dela, e, realidade empírica, ambos interrelacionados ao domínio da mente e da intuição. Com o início do século XIX, o despertar pelo redescobrimto do ‘inexplicável’ fez com que a questão da realidade e do mundo social trouxesse uma nova abordagem sobre a dimensão subjetiva-objetiva como meio de produzir conhecimento científico pautado à mente humana e seus sentimentos, com base nas ações e realizações, e a objetificação da realidade.

Ao criar a Sociedade, os seres humanos passaram a interagir socialmente no mundo pelo qual torna-se parte das suas experiências relacionais e fenômenos sociais. Desta forma, o cientista tem buscado respostas sobre a concepção da realidade a partir da existência do ser humano no mundo criado pelas suas relações e interações (BURREL; MORGAN; 1979; MERTON, 1968; ARCHER, 2003; BHASKAR, 1998; ELDER-VASS, 2022; ELDER-VASS; MORGAN, 2022; PIMENTEL, 2012).

Tão importante quanto conceber a realidade é aceitar que o indivíduo pode ser meramente uma construção natural por obra do acaso. Endossando essa concepção, Aristóteles afirmava que a questão sobre a realidade estaria relacionada mais com a casualidade em vez da causalidade. Há aqueles que acreditam que o indivíduo constrói as suas percepções de mundo quando a sociedade interfere no seu comportamento, ou quando a sociedade é construída por meio das interferências individuais dos que a constroem. Há, ainda, os que acreditam que essa relação não é isolada, mas sim, é interrelacionada, ou seja, a sociedade interfere no indivíduo, assim como ele interfere na sociedade. Deste modo, o mundo é concebido a partir da relação social entre indivíduo e sociedade.

De forma pragmática, Descartes assinala que a força do pensamento está totalmente atrelada à existência humana, pois o indivíduo pode até duvidar que tudo à sua volta exista, mas nunca duvidar do pensamento, ou seja, “Penso, logo existo”. Logo, mesmo que o pensamento seja totalmente equivocado, isso também depende de quem o recebe como tal, de como ele se configura na relação personalidade, coletividade e instituição, esta última enquanto organismo vivo (MORGAN, 2005).

Enquanto Comte prescrevia como a sociedade deveria se tornar um modelo eurocêntrico industrial de sociedade, Durkheim parte de um entendimento das mudanças da sociedade tradicional (mecânica) para a sociedade na qual ele vivia, também denominada orgânica ou industrial, tornando, inclusive, a sociologia institucionalizada e com método próprio.

Para Durkheim, a pesquisa científica precisa lidar com fatos, com o que ele chamada de ‘coisas’ concretas, que existem, na realidade, e que podem ser observadas. Durkheim e Comte

tinham as mesmas preocupações, como: explicar os processos de transformações que se desenvolviam desde a Revolução Industrial, do surto de urbanização, a formação do fenômeno de massas nessas cidades, as lutas de classe e o problema de frustração dos indivíduos nas grandes cidades contemporâneas. Ademais, Durkheim assinala que a abordagem científica se dá na empiria da concepção de coletividade como orgânica, funcional e observável.

Durkheim atribui ao próprio indivíduo uma entidade que, em si mesma, possui uma dualidade da natureza humana, que é o ser individual (tudo aquilo que nasce com o indivíduo, como dados genéticos, psicológicos etc.) e o ser social, que vem externamente como as formas de agir, de pensar, de sentir, que são consolidadas na sociedade. Em outras palavras, aquilo que o indivíduo considera como padrões de beleza, como certo ou errado, que são assimilados a partir do ambiente externo, as influências que ele absorve desse ambiente.

Enquanto importante corrente do Funcionalismo, para Durkheim o pesquisador deve estudar os Fatos Sociais como um cientista das ciências naturais, tal que a interação ontológica se manifeste considerando a sociedade e o objeto, de um lado, e, do outro lado, o pesquisador. Portanto, deve existir uma relevante objetividade no estudo científico, uma neutralidade do sujeito com o objeto, ou como diria Husserl, o cientista deve se abster de julgamentos (ou suspensão do juízo). Assim, o pesquisador deve analisar os fatos sociais de forma neutra, não deve se colocar no estudo, evitando, assim, confundi-los com as suas questões pessoais.

Com base na Teoria Social de Aprendizagem, Wenger-Trayner et al. (2017) assinalam que a epistemologia do conhecimento científico não se limita a um paradigma exclusivo, pois “se tivéssemos que nos localizar nos paradigmas familiares à comunidade de métodos mistos, escolheríamos um híbrido entre pragmatismo e construtivismo contemporâneo” (*Ibidem*, p. 21). Nesse sentido, os autores referem-se à experiência da criação de valor, envolvendo múltiplas perspectivas acerca da construção do conhecimento por meio dos atores sociais, cujas concepções tornam-se essenciais às investigações da temática proposta neste estudo de tese.

Conforme já mencionado anteriormente, embora as abordagens teórico-filosóficas do Funcionalismo e do Pós-funcionalismo sejam relevantes, cabe ressaltar as suas distintas perspectivas acerca da Governança Multinível e dos processos socioinstitucionais existentes nesse contexto.

O Funcionalismo pode ser concebido como uma abordagem teórico-filosófica que se baseia na ideia de que as estruturas sócio-organizacionais burocráticas desempenham funções específicas, enfatizando eficiência e racionalidade, buscando promover o cumprimento de metas e objetivos predefinidos. No entanto, para fins deste estudo, quando se trata de

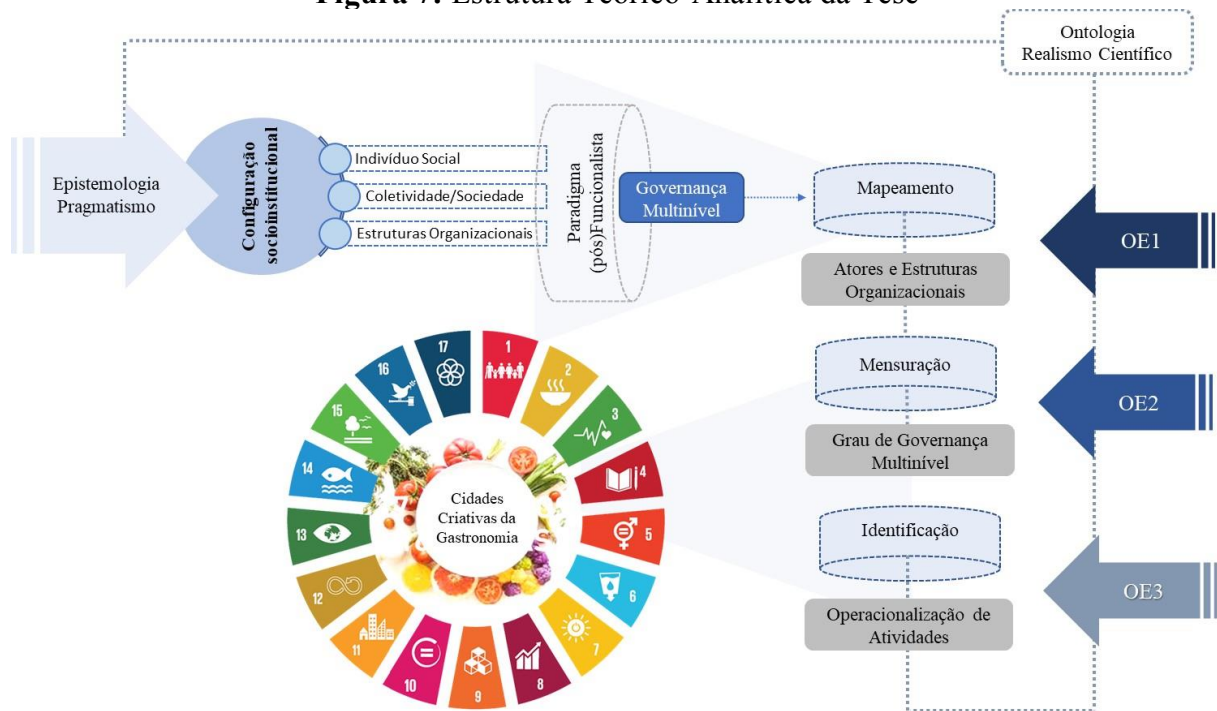
Governança Multinível, tal perspectiva pode ser considerada limitada, pois, segundo Hooghe e Marks (2020), não abarca a complexidade das interações entre diferentes Níveis de Governança e a diversidade de atores envolvidos. Logo, o funcionalismo tende a enfatizar a hierarquia e a autoridade formal, deixando de fora a perspectiva dos atores não governamentais e a importância das Redes de Governança em contexto multidimensional.

Por outro lado, a visão teórico-filosófica do (pós)funcionalismo reconhece a interação dinâmica entre diferentes Atores Sociais e Níveis de Governança. Essa abordagem destaca a interdependência entre os atores e a necessidade de Cooperação, Coordenação e Colaboração para enfrentar desafios abrangentes e complexos por meio da Governança Multinível. Nesse sentido, o (pós)funcionalismo enfatiza a importância das relações sociais, das normas e dos arranjos institucionais para entender como a Governança Multinível opera, na prática. Logo, compreende-se que a visão teórico-filosófica do (pós)funcionalismo tende a oferecer uma abordagem mais adequada para entender a complexidade e a natureza interativa da Governança Multinível, enquanto o Funcionalismo inclina-se a ser mais restrito e centrado na burocracia e na hierarquia formal.

Partindo do objetivo central deste estudo, que consiste em **“Analisar e compreender a materialização da Governança Multinível em Cidades Criativas da UNESCO a partir do arranjo de atividades dos atores sociais em suas estruturas organizacionais, no contexto da sustentabilidade”**, verificou-se que, tendo em vista os vértices filosóficos do conjunto de perspectivas ontológicas e epistemológicas existentes, esta pesquisa melhor se instrumentaliza a partir da visão teórico-filosófica do (pós)Funcionalismo, pois essa abordagem permite analisar as interações entre os diferentes Atores Sociais, os processos de tomada de decisão e a influência das Estruturas Organizacionais presentes na Governança Multinível.

A seguir, na Figura 7, são demonstrados os arranjos estruturais teórico-analíticos adotados nesta tese, com base em seus Objetivos propostos.

Figura 7: Estrutura Teórico-Analítica da Tese



Fonte: Elaboração própria.

Entende-se que a filosofia (pós)funcionalista seja apropriada para a condução desta tese, uma vez que a proposta do estudo se manifesta numa perspectiva de investigação pragmática de análise à luz da Governança Multinível, contextualizada a partir dos “espaços públicos que estimulam interações entre as pessoas em si e entre as pessoas e a cidade, promovendo comunidades mais saudáveis” e inclusivas, sobretudo possibilitando a concepção entre “atividades e conexões (culturais, econômicas, sociais, ambientais) que definem um espaço e dão suporte para a sua evolução” (HEEMANN; SANTIAGO, 2016, p. 10).

Compreendendo a Governança Multinível como uma interação entre indivíduo social, como parte de uma coletividade e, instituições ou estruturas organizacionais, a perspectiva funcionalista entende que o papel do sujeito possui protagonismo nesse processo, uma vez que ele é quem percebe e concebe a realidade a partir dos objetos que a compõem. Neste sentido, Vygotsky vai afirmar que, de fato, existe um conhecimento impregnado na cultura, nos objetos, nas formas como as pessoas vivem. Todavia, quando esse processo interativo é internalizado, ele pode ser reinterpretado pelo sujeito com base na sua história de vida (CASTAÑON, 2009).

Logo, compreende-se que todas as pessoas que vivem numa mesma sociedade compartilham ideias, hábitos e valores, mas, através das suas próprias interpretações individuais, pois cada pessoa passa por experiências diferentes ao longo da vida e isso acaba interferindo na forma como cada uma interpreta a realidade a sua volta (CASTAÑON, 2015).

Tal argumento endossa a lente teórico-empírica desta tese ao atribuir a Governança Multinível como principal fio condutor do estudo, uma vez que, a partir da concepção de realidade concebida pelo ator social é que se mobilizam esforços (ou não) para a realização das ações dentro das estruturas de Governança, sejam elas, individuais ou coletivas.

Tal argumento reforça a proposição de se trabalhar com a Governança Multinível de lugares gastronômicos nas Cidades Criativas, diante às diversas concepções dos atores que promovem esses espaços, tendo em vista as diretrizes provenientes da UCCN como forma de se atingir (ou não) os ODS da ONU. Isto posto, partindo da perspectiva ontológica do Realismo Científico (CHAKRAVARTTY, 2017), compreende-se, assim, que a realidade pode ser multifacetada, socialmente construída e, também, não governada por leis absolutas.

Por conseguinte, enquanto na perspectiva epistemológica do funcionalismo não há uma maneira de o indivíduo conhecer o mundo, sem transformá-lo (MATTHEWS, 1997), na teoria pós-funcionalista de Governança Multinível, acrescenta-se como uma das suas premissas fundamentais, a forma de participação (e atuação) dos diversos atores imersos em uma rede socioinstitucional, visando o atingimento de objetivos ‘glocais’, sobretudo considerando-se as suas especificidades e particularidades nesse processo.

Especificamente aos atores envolvidos neste estudo, pretende-se identificar maneiras de se (co)produzir conhecimento acerca da fundamentação e do compartilhamento de informações, sem descaracterizar a existência de objetivos, convicções, valores e cognições a partir da sua interação social, simbólica e histórica com o ambiente em que vivem, e, conseqüentemente, atuam, eventualmente fomentador de relações de conflitos.

A abordagem relativa ao pragmatismo refere-se, inclusive, aos símbolos de construção social, aqui referidos como a chancela da Gastronomia nas Cidades Criativas da UNESCO. Tais símbolos tornam-se objetos de representações da realidade à medida em que são apreendidos pelos indivíduos que compartilham e interagem nesses espaços. Portanto, quando esses símbolos passam a representar um sentido comum de identidade social entre esses sujeitos, a concepção de coletividade começa a existir. Diante disso, essas interações acabam sendo responsáveis por promover um processo de apropriação e significação entre a urbe e a sociedade que percorre e convive nesse território.

Considerando que os atores sociais participantes desta pesquisa possuem capacidade de reflexividade, e que as suas ações, no que tange à Governança, em especial, na cidade de Florianópolis (SC), são igualmente constituídas de elementos promotores de resistência e de criatividade a partir de estruturas sociais, também compreendidas como espaços urbanos,

ressalta-se relevante a adequabilidade de assimilação analisar as disposições trazidas por Bourdieu.

Bourdieu apregoa que as estruturas objetivas do mundo social podem influenciar e dirigir diretamente as ações dos indivíduos, na sociedade. Porém, essas mesmas estruturas (instituições sociais, aparelho burocrático etc.), existem porque são, também, fruto de uma construção social. Desse modo, para Bourdieu, a sociedade é baseada em uma relação dialética, na qual existem estruturas sociais que agem de forma objetiva para legitimar e reproduzir, ou transformar a sociedade (BOURDIEU, 2011; SOUZA; SILVINO, 2018).

Considera-se como estruturas sociais, às quais serão abordadas por este estudo, as Cidades Criativas da UNESCO e as suas instituições ou organizações, bem como os Conselhos, Associações e Secretarias, desde o nível local ao internacional, onde convivem e interagem todos os indivíduos, desde o cidadão local ao representante máximo dessas estruturas. Segundo Bourdieu, as estruturas sociais podem dirigir os seres humanos ao ponto que esses atores sociais constroem, mantêm, reproduzem e também transformam essa sociedade (BOURDIEU, 2011).

Refletindo sobre a Governança enquanto meio para se instituir uma arena pública na qual convivem e interagem todos os tipos de atores sociais, movimentos socioculturais e políticos em todas as esferas e níveis, desde o local ao supranacional, considera-se a perspectiva funcionalista importante, pois nesses espaços públicos é que os indivíduos manifestarão campos de debates e de ação, a partir da expressão de suas identidades culturais, ideologias, crenças e objetivos, por meio da sua própria voz e seu poder de persuasão, barganha, consenso, e, portanto, onde se (des)constróem ou não os espaços democráticos.

Ademais, além de identificar os elementos determinantes e influenciados pela operacionalização de atividades da Governança Multinível revelada, para o alcance dos ODS da ONU, a perspectiva filosófica adotada nesta tese busca analisar as etapas de desenvolvimento das ações realizadas pela UCCN dentro do contexto político-organizacional das instituições que constituem essa rede, nas quais decisões são tomadas e onde ocorrem transformações nas dimensões sociais e negociais, bem como a forma como são revelados os significados que os intervenientes concebem às mais diversas intervenções e prerrogativas.

Dentre os desafios pelos quais espera-se superar para a construção desta tese, encontra-se a possível dicotomia dos paradigmas positivistas e interpretativistas. De acordo com o paradigma funcionalista, os atores sociais, a gestão pública e as instituições burocráticas e deliberativas atuam racional e hierarquicamente, a fim de estabelecerem critérios e alternativas que convirjam com os seus objetivos, de forma que as tomadas de decisões sejam impressas

através de um cálculo utilitarista, visando a maximização de benefícios e recursos e a minimização de tempo e custos. Não obstante, no paradigma interpretativista, a análise das relações sociais pode ser realizada a partir da integração e da conexão da sociedade como um todo. Isto é, cria-se uma rede de interação na qual normas, objetivos, conflitos, interesses e atores sociais influenciam-se mutuamente, tal qual o grau de subjetividade dessas relações (LAPID, 1989).

Todavia, a abordagem funcionalista prevê que, nas relações entre os atores deva existir uma concepção contratualista relacionada ao fenômeno da UCCN, na qual pressupõe que estes atores devam possuir uma noção sobre as suas identidades, interesses e atribuições; no campo socioinstitucional, as políticas internacionais, a exemplo da UCCN, se constitui em uma teia formada por diversos atores e organizações em níveis e jurisdições distintos, cujos papéis, identidades e interesses confluem simultaneamente dentro das estruturas sociais, desde a formulação à implementação das políticas, do nível global ao nível local.

Logo, a perspectiva filosófica abordada nesta tese poderá contribuir para a inserção de novas variáveis importantes acerca da análise conceitual do objeto em estudo, pois acredita-se que tal visão epistemológica possa adicionar novos constructos fundamentais à compreensão e aprofundamento da Governança Multinível. Além disso, a presente pesquisa pode ser vista como um passo adiante nos esforços teórico-empíricos acerca do objeto em estudo, não raro, poderá ser concebida como uma das perspectivas acadêmicas mais integralizadas ou, pelo menos, mais ambiciosas com base na proposição de se investigar tal fenômeno.

Reconhece-se, portanto, que a visão (pós)funcionalista adotada por este estudo, não pretende encerrar os debates acerca da Governança Multinível no contexto da UCCN da Gastronomia. Algumas provocações devem permanecer em aberto para que outros trabalhos possam retomar essa temática. Por outro lado, admite-se que algumas das lacunas identificadas por este estudo possam, também, ser preenchidas adotando-se, em certa medida, uma perspectiva interpretativista, ou eventualmente, fazendo-se de forma consciente, a junção entre ambos os paradigmas, bem como caracterizando uma relação entre avaliação e retroalimentação.

3.2. Procedimentos Metodológicos

Este estudo abarca a abordagem qualitativa em sua essência, com caráter descritivo, pois tal investigação permite obter uma concepção epistemológica a partir da dimensão teórica conjugada ao processo indutivo. Justifica-se como descritiva, pois os elementos resultantes

dessa abordagem possibilitam uma análise mais próxima da realidade, viabilizando a exatidão dos dados coletados nos estudos (FLICK, 2009). Além disso, a análise qualitativa permite lidar com a complexidade e a diversidade da realidade em estudo, conferindo elevada validade interna, uma vez que focaliza especificidades fenomenológicas dos grupos sociais em estudo (GODOI *et al.*, 2010; SEABRA, 2010; MINAYO; SANCHES, 1993).

Excepcionalmente, será utilizada a abordagem quantitativa, pois acredita-se que esse tipo de investigação busca apresentar regularidades através da objetividade dos procedimentos adotados, visando explicar, predizer e controlar determinados fenômenos (SEABRA, 2010).

A utilização de métodos mistos, os quais abarcam as abordagens quantitativas e qualitativas de forma interdependentes, tem se tornado cada vez mais expressiva na literatura (GRAY, 2014; BRYMAN, 2012; JENNINGS, 2010), principalmente no que tange o presente estudo, o qual apresenta um cenário que carece de constructos a serem mensurados e que são, de certa forma, desconhecidos ou pouco estudados no contexto de Governança Multinível.

Portanto, optou-se pela utilização da metodologia mista a fim de harmonizar-se, de forma interdependente, o uso do método quantitativo para mensurar as variáveis categorizadas através de seus indicadores e para abstrair a interpretação de tais resultados, através do método qualitativo, pois acredita-se que a partir dos métodos mistos “o pensamento é planejado previamente, o projeto é colocado em prática e os protocolos são cumpridos” (GRAY, 2014, p. 200).

Diante à unidade de análise definida, este estudo de tese configura-se sob a perspectiva de Estudo de Caso, cuja premissa é ampliar os conceitos sobre o objeto da pesquisa (YIN, 2015). Além das justificativas apresentadas na Introdução deste estudo no que tange à escolha de Florianópolis (SC) como *locus* da pesquisa, Yin (2010) apregoa que o Estudo de Caso Crucial é a forma de se compreender um fenômeno apoiado em seu campo e em profundidade, de maneira que características intrínsecas àquele *locus* possam ser detalhadamente contextualizadas, a partir da vida real deste ambiente, de forma a evitar vieses de outras localidades. Assim, tornando-se possível, construir um aporte epistemológico a partir de um determinado *locus* que possibilitará a replicação do estudo de caso a outros ambientes, de forma empírica e conceitual.

Nesse sentido, tendo em vista a opção de manter “tão elevado quanto possível, o realismo da aplicação” com base no objetivo proposto (...) torna-se necessário apresentar os métodos e técnicas para a execução desta tese (LIMA, 2003, p. 61). Em síntese, apresenta-se no Quadro 6, a classificação da pesquisa.

Quadro 6: Classificação Geral da Tese

Quanto à Natureza	Quanto à Abordagem	Quanto aos Objetivos	Quanto às Técnicas	Quanto aos Procedimentos
Básica	Qualitativa Quantitativa	Descritiva Estatística Interpretativa	Observação não-participante Notas de campo e dados visuais Instrumento de Coleta de Dados Entrevista em profundidade Conversas informais	Análise Documental <i>Snowball</i> Análise de Conteúdo Crítica Análise Estatística Descritiva

Fonte: Elaboração própria.

3.2.1. *Locus da Pesquisa: Florianópolis (SC), Brasil*

A cidade de Florianópolis está localizada na região turística ‘Grande Florianópolis’ e é a capital do estado de Santa Catarina, ao sul do Brasil (BRASIL, 2021). Reconhecida nacional e internacionalmente pelo turismo, a cidade compreende uma dinâmica desde os atrativos procedentes de uma metrópole urbana a um estilo de vida de uma cidade de pequeno porte, cercada pelos recursos naturais e banhada pelo litoral, somando-se este último mais de 100 praias com distintas características e peculiaridades (FLORIPAMANHÃ, 2013).

Originalmente habitada pelos indígenas Carijó e Tupis-Guaranis, que praticavam uma agricultura procedente da pesca e dos moluscos, característica esta, preservada e amplamente explorada até a atualidade. Sua colonização data do século XVII, pela Coroa Portuguesa, fundada com o nome de Nossa Senhora do Desterro (IBGE, 2021).

Ainda no seu contexto histórico, Florianópolis “recebeu imigrantes africanos, espanhóis, italianos, alemães, poloneses, libaneses e gregos, entre pessoas de muitos outros países e de diferentes regiões do Brasil” (FLORIPAMANHÃ, 2013, p. 4), o que ocasionou a construção de fortalezas para a defesa do território por Portugal. Somente a partir da Lei Estadual Nº 111, de 01 de outubro de 1894, o município de Nossa Senhora do Desterro passou a denominar-se Florianópolis (IBGE, 2021).

Figura 8: Localização Geográfica de Florianópolis



Fonte: Adaptado de FloripAmanhã (2013), IBGE (2021), IPHAN (2021).

Na sequência, são apontados os principais elementos representativos de Florianópolis acerca da chancela Cidade Criativa da UNESCO da Gastronomia (Quadro 7).

Quadro 7: Elementos representativos de Florianópolis Cidade Criativa da Gastronomia

Elementos	Descrição
Economia (Criativa)	<ul style="list-style-type: none"> - Maricultura (ostras) - Pesca (tainha, anchova, brótea, lula, ouriço do mar, baiacu, peixe espada e garoupa) - Cachaça artesanal - Mandioca
Gastronomia	<ul style="list-style-type: none"> - Ostras - Siri - Mariscos - Camarão - Peixes - Farinha de Mandioca (pirão, farofa) - Doces (beiju, cuscuz, broa, mussi ou geleia, rosca de polvilho) - Bebidas (cachaça artesanal, caldo de cana, caipirinha de limão) - Frutas - Temperos e Condimentos
Eventos Gastronômicos	<ul style="list-style-type: none"> - Festa Nacional da Ostra e da Cultura Açoriana (FENAOSTRA) - Bar em Bar - Brasil Sabor - Festa de São Pedro - Festival Caminho dos Sabores da Praia dos Ingleses - Festa do Divino Espírito Santo - Berbigão do Boca (Carnaval)

Fonte: Elaboração própria com base em FloripAmanhã (2013).

Destaca-se, também, que “a cultura local e a Gastronomia que pode ser experimentada em Florianópolis hoje são resultado da influência de todos os povos, etnias e tradições que fazem parte da história da cidade, formando um caldo cultural único e atraente” (FLORIPAMANHÃ, 2013, p. 4).

3.2.2. Operacionalização da pesquisa: Coleta de Dados

Esta tese pretende ser operacionalizada a partir dos Objetivos Específicos (OE) constituídos para a execução do estudo. Nesse sentido, para garantir maior confiabilidade nos resultados, adotar-se-á uma triangulação dos dados por meio de métodos mistos, de forma interativa (STAKE, 2011).

Na abordagem quantitativa, referente ao Objetivo 2 (OE2), foi utilizada a Análise Estatística Descritiva a fim de “organizar, resumir e descrever os aspectos importantes de um conjunto de características observadas” (REIS; REIS, 2002, p. 31) a partir dos dados coletados no formulário Instrumento de Coleta de Dados (ICD), elaborado com reforço da Pesquisa Bibliográfica, presente no Quadro Teórico deste estudo, o qual fora ampliado o tema acerca da perspectiva de Governança Multinível.

O questionário ICD foi aplicado para os representantes que integram as Organizações instituídas na Governança da UCCN, com base no *locus* em estudo, e teve como finalidade medir o grau de Governança Multinível da Rede UNESCO de Cidades Criativas da Gastronomia, no Brasil, a partir de Florianópolis (SC). Esses resultados estão apresentados no formato de “gráficos e tabelas e também medidas de síntese como porcentagens, índices e médias”, tendo em vista o volume de informações coletadas (REIS; REIS, 2002, p. 31).

Na abordagem qualitativa, referente aos Objetivos 1 e 3, os meios utilizados para a investigação contemplam as pesquisas Bibliográfica²⁵, Documental²⁶ e de Campo²⁷. Na Pesquisa de Campo foram utilizadas entrevistas em profundidade, com roteiro semiestruturado

²⁵ A pesquisa bibliográfica “busca criar um quadro de referência, teórico conceitual por meio de uma sequência de ideias lógicas. É uma técnica de análise e interpretação de informações e dados secundários, que irá fornecer ao pesquisador fundamentos tanto teóricos como metodológicos para que a reprodução do conhecimento aconteça” (LAZARONI, 2016, p. 10).

²⁶ A pesquisa documental “é um procedimento que se utiliza de métodos e técnicas para a apreensão, compreensão e análise de documentos dos mais variados tipos” (SÁ-SILVA *et al.*, 2009, p. 5).

²⁷ A pesquisa de campo é uma “investigação empírica realizada no local onde ocorre ou ocorreu um fenômeno ou que dispõe de elementos para explicá-lo. Pode incluir entrevistas, aplicação de questionários, testes e observação participante ou não” (VERGARA, 2009, p.43).

e a Observação Não Participante²⁸, conforme apregoa Vergara (2009). Utilizou-se também a técnica de *Snowball*²⁹ para identificar todos os atores sociais e as estruturas organizacionais possíveis, no município em estudo, além da Pesquisa Documental, através de documentos cedidos pela Prefeitura Local de Florianópolis (SC), pela Associação FloripAmanhã, pela Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrasel), pelo Sindicato de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares de Florianópolis (SHRBS), pelo Observatório de Gastronomia de Florianópolis e outros documentos publicizados pela UNESCO.

As entrevistas foram realizadas com Representantes que compõem as Organizações mapeadas e tiveram como finalidade associar a compreensão desses representantes com o contexto de Governança Multinível, com enfoque no Desenvolvimento Sustentável, por meio dos ODS da ONU, relativos à sua principal atividade gastronômica.

Adotou-se, também, a técnica de Análise de Conteúdo Crítica, a qual permite construir uma análise dos resultados de forma qualitativa. Nesse sentido, de acordo com Bardin (2020), as fases da análise de conteúdo realizadas na presente pesquisa de tese estão organizadas, cronologicamente, em: Pré-análise (identificação e pré-seleção dos documentos a partir da busca e da leitura superficial deles); Exploração do material (análise e seleção final do material por meio da leitura completa dos documentos); e Tratamento dos resultados (aplicação de tratamento quantitativo, quando necessário, com interpretação qualitativa do material selecionado na fase de exploração).

Para Vergara (2006), a Análise de Conteúdo é considerada uma técnica para o tratamento de dados que visa a identificar o que é emitido a respeito de determinado tema, característica que a torna convergente aos objetivos desta pesquisa de tese.

Segundo Richardson (1989), toda Análise de Conteúdo deve basear-se em uma definição precisa dos objetivos da pesquisa, os quais variam em cada análise e condicionam a diferença das técnicas utilizadas. Portanto, a análise de Conteúdo é fundamental para o estudo das motivações, das atitudes, dos valores, das crenças e tendências.

Para atender ao Objetivo Geral proposto neste estudo, foram definidos Três Objetivos específicos, cujas descrições e métodos aplicados em cada um deles, podem ser encontrados no

²⁸ Na Observação não participante “o pesquisador toma contato com a comunidade, grupo ou realidade estudada, mas sem integrar-se a ela, permanecendo fora, presencia o fato, mas não participa dele” (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 193).

²⁹ A técnica metodológica *snowball* “é uma forma de amostra não probabilística utilizada em pesquisas sociais onde os participantes iniciais de um estudo indicam novos participantes que por sua vez indicam novos participantes e assim sucessivamente, até que seja alcançado o objetivo proposto (o ‘ponto de saturação’). O ponto de saturação é atingido quando os novos entrevistados passam a repetir os conteúdos já obtidos em entrevistas anteriores, sem acrescentar novas informações relevantes à pesquisa” (BALDIN; MUNHOZ, 2011, p. 332).

Quadro 8. Sendo assim, espera-se que cada OE represente uma etapa da pesquisa de forma estratégica, especificamente relacionada à operacionalização deste estudo.

Quadro 8: Síntese da Estrutura de Coleta e Análise de Dados por Objetivos

Objetivos Específicos (OE)	Objetivo Geral
<p>OE1</p> <p>Mapear os atores sociais e estruturas organizacionais vinculados à Rede UNESCO de Cidades Criativas da Gastronomia, a partir de Florianópolis (SC)</p>	<p>Abordagem: Qualitativa</p> <p>Técnicas e Procedimentos: Pesquisa Documental – documentos oficiais, notícias publicadas na <i>web</i> e sítios institucionais, e pesquisas oficiais, com dados sobre os indivíduos sociais e as organizações ou instâncias de Governança, vinculadas direta ou indiretamente com a chancela de Cidade Criativa da Gastronomia, no município estudado.</p> <p>Pesquisa de documentos que atestassem sobre a representatividade institucional das organizações ou instâncias de Governança e mandatos dos atores que compõem a UCCN no município em estudo, a fim de contribuir para o processo cognitivo sobre o universo da pesquisa, em especial, sobre a sua relação numa perspectiva multinível, do qual, possibilitou o direcionamento das escolhas e decisões no processo de mapeamento e execução desta tese, no que concerne o Objetivo Geral proposto neste estudo.</p> <p>Estratégias Utilizadas: Pesquisa de Campo – Observação Não Participante, notas de campo a partir de entrevistas com roteiro semiestruturado junto ao(s) ator(es) que representa(m) a instância máxima de representatividade da chancela Cidade Criativa (FloripAmanhã). Utilizou-se da técnica de <i>Snowball</i> para identificar outros atores, organizações ou instâncias, com influência, participação, atuação, envolvimento direto/indireto no contexto da Gastronomia chancelada pela UNESCO ao município em estudo, incluindo gestão pública, <i>stakeholders</i> (com observância aos representantes da iniciativa privada e da sociedade civil).</p>
<p>OE2</p> <p>Mensurar o Grau da Governança Multinível da Rede UNESCO de Cidades Criativas da Gastronomia, a partir de Florianópolis (SC)</p>	<p>Abordagem: Mista - Quantitativa e Qualitativa</p> <p>Técnicas e Procedimentos: Pesquisa Documental – documentos oficiais, notícias publicadas na <i>web</i> e no sítio institucional de Florianópolis (SC); pesquisas oficiais (nacionais e internacionais) com dados sobre Governança Multinível, inclusive a partir do <i>Snowball</i> (Mapear Instâncias e Participantes da Pesquisa). Análise de Conteúdo.</p> <p>Pesquisa de teses, dissertações, artigos e publicações na <i>web</i> (<i>ISI Web of Science; Scopus, Scielo</i>, entre outros), com dados sobre Governança (Multinível), UCCN e Gastronomia, tanto na literatura, quanto no município estudado. (re)Estruturação, a partir da literatura, de um Instrumento de Coleta de Dados (ICD), no formato de questionário de Escala <i>Likert</i>, aplicado através do <i>Google Forms</i> aos atores que representam o Ecossistema do programa ‘Florianópolis Cidade Criativa UNESCO da Gastronomia’, contemplando os Indicadores da Governança previamente estabelecidos, bem como relacionando-os às organizações ou instâncias de Governança Multinível, abarcando os níveis local, regional, nacional, internacional.</p> <p>Estratégias Utilizadas: Observação Não Participante; notas de campo, conversas informais junto aos atores que representam as entidades identificadas a partir do <i>site</i> institucional da Associação FloripAmanhã; aplicação de questionário e utilização do</p>

continua...

conclusão.

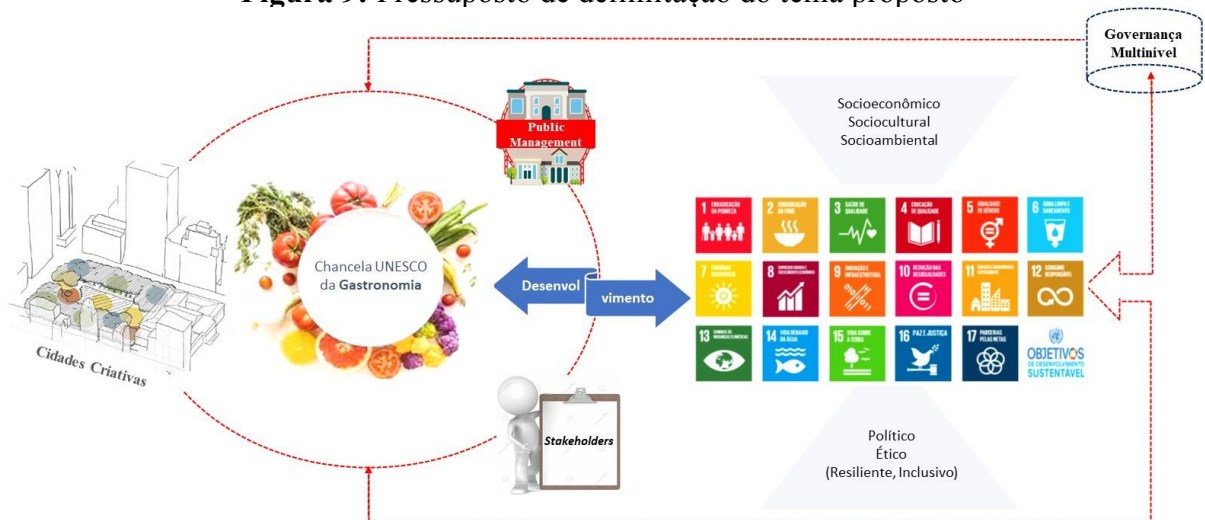
Software de Estatística *STATA*® para mensurar o Grau de Governança Multinível, a partir de Florianópolis (SC) enquanto Cidade Criativa da (e entre) UCCN da Gastronomia, desde o nível local ao internacional, bem como, apresentando. Descrição dos resultados obtidos através da Análise Estatística Descritiva.

<p>OE3</p> <p>Identificar os elementos determinantes e influenciados pela operacionalização de atividades da Governança Multinível revelada, para o alcance dos ODS da ONU</p>	<p>Abordagem: Qualitativa</p> <p>Técnicas e Procedimentos: Pesquisa Documental e Análise de Conteúdo com perspectiva Crítica.</p> <p>Pesquisa exploratória (<i>ISI Web of Science; Scopus, Scielo</i>, entre outros); participação em eventos e reuniões relacionadas às instâncias de Governança local, regional, nacional; visitas aos espaços públicos de maior concentração, utilização e exploração da chancela da Gastronomia no município em estudo, para a elaboração de um diagnóstico de Governança a partir do OE2; análise de documentos institucionais físicos, mídias e redes sociais, <i>Facebook, Twitter, Youtube, WhatsApp, Blogs</i>, Revistas e Jornais Eletrônicos.</p> <p>Estratégias Utilizadas – Observação não participante; notas de campo; Interações com membros e representantes da Governança local devidamente mapeados no OE1; elaboração de um diagnóstico de Governança com base no Roteiro de Entrevista semiestruturado, apresentando resumos narrativos, indicadores, pressupostos, impactos, produtos e resultados de Florianópolis Cidade Criativa da Gastronomia para (e entre) a UCCN, com atenção aos ODS da ONU; Dados visuais: fotografias e filmagens, devidamente acordadas com os envolvidos, imagens coletadas através das redes sociais e dos sítios institucionais para a execução da Análise de Conteúdo Crítica. Entrevistas em profundidade.</p>
---	--

Fonte: Elaboração própria.

Ademais, cabe ressaltar que o principal pressuposto que norteia esta tese encontra-se ilustrado na Figura 9, a seguir.

Figura 9: Pressuposto de delimitação do tema proposto



Fonte: Elaboração própria.

Com base na Figura 9, preconiza-se que existe uma Governança (Multinível) no contexto das Cidades Criativas, caracterizadas pelas suas vocações culturais e pela Economia

Criativa. Nesse sentido, a partir dessa Governança, a chancela UNESCO da Gastronomia tem sido aplicada e combinada com a gestão pública e os *stakeholders*, para que essas cidades estejam se direcionando ao desenvolvimento, visando o alcance dos ODS, da ONU.

3.2.1.1. Instrumento de Coleta de Dados (ICD)

A seguir, apresenta-se a ilustração do ICD disponibilizado para os PP, através do *link* <https://forms.gle/ThgyuPxVJMBMrvtS7>.

Figura 10: Capa do Instrumento de Coleta de Dados (ICD)



Fonte: Elaboração própria a partir de imagem da internet.

Tendo em vista o Objetivo Específico 2 (OE2), para chegar ao resultado do Grau de Governança Multinível existente nas (e entre) as estruturas organizacionais ou instâncias vinculadas à UCCN, considerando o nível local ao internacional, que atuam com a chancela de Cidade Criativa da Gastronomia em Florianópolis (SC), foi utilizado o Instrumento de Coleta de Dados (ICD).

A fim de mensurar a Governança Multinível no município em estudo, construiu-se, a partir dos indicadores Cooperação, Coordenação e Colaboração, as Categorias e Subcategorias de análise que subsidiaram a elaboração, aplicação e análise dos dados obtidos, com base nas respostas apontadas pelos Participantes da Pesquisa.

A partir disso, o ICD foi sistematizado através de variáveis (questões) separadas por *clusters*, às quais exercem interdependência entre os Indicadores, totalizando 188 questões totais, distribuídas em 4 Níveis (Local, Regional/Estadual, Nacional e Internacional), em 3

Blocos distintos (Cooperação, Coordenação e Colaboração), também interdependentes. Tal questionário foi elaborado a partir de um extenso estudo bibliográfico (TRENTIN, 2014; TCU, 2013, 2014a, 2014b, 2014c, 2016, 2018) e adaptado, ou (re)estruturado, de Mediotte (2020).

Na sequência, apresentam-se os seguintes critérios de análise utilizados para mensurar o Grau de Governança nas estruturas organizacionais ou instâncias de Governança mapeadas a partir do OE1, com atuação direta ou indireta na UCCN sob a chancela da Gastronomia, em Florianópolis (SC):

1. Cada um dos 3 (três) Indicadores de análise correspondem a 33% (Coordenação), 33% (Cooperação) e 33% (Colaboração) do percentual total (100%). Independentemente do total de variáveis (questões) contidas nos subgrupos formados pelas subcategorias de análise, entende-se que cada indicador deve exercer peso igual no total da mensuração da Governança. Neste caso, cada variável recebeu um percentual equivalente à quantidade de outras variáveis, ou não, dentro de cada subgrupo, não ultrapassando o somatório de 100%.
2. As questões foram preenchidas, selecionando, para cada uma delas, uma das opções de resposta a seguir, propostas de acordo com a escala de *Likert* (1 a 5 pontos).

Discordo Totalmente 1	Discordo Mais que Concordo 2	Concordo Parcialmente 3	Concordo Mais que Discordo 4	Concordo Totalmente 5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

3. As questões respondidas foram distribuídas na forma de premissas, às quais os respondentes selecionaram a opção mais adequada à realidade da instituição na qual atua, segundo a sua perspectiva, sendo:

- 1 – Discordo Totalmente;
- 2 – Discordo Mais que Concordo;
- 3 – Concordo Parcialmente;
- 4 – Concordo Mais que Discordo;
- 5 – Concordo Totalmente.

Tendo em vista que, para cada variável há uma possibilidade de respostas que varia de 1 a 5, optou-se por representar cada ponto a partir do pressuposto de que não há variação (intervalo) entre os pontos e que o máximo permitido abaixo de 5 deverá ser $\frac{1}{4}$ dos pontos, o que equivale, numa conversão de percentual a 0,25 ou 25% entre um e outro, sendo que os extremos sejam representados por 0 e 1 (100%):

- 1 – Discordo Totalmente = 0 (0%);
 - 2 – Discordo Mais que Concordo = 0,25 (25%);
 - 3 – Concordo Parcialmente = 0,50 (50%);
 - 4 – Concordo Mais que Discordo = 0,75 (75%);
 - 5 – Concordo Totalmente = 1 (100%).
4. Logo, a mensuração da Governança foi efetuada de acordo com o percentual total de distribuição das questões, entre todos os Blocos, a partir do somatório total de respostas obtidas, segundo as médias através dos pontos da Escala *Likert*. Isto posto, o Grau de Governança pôde ser classificado como Ausente, Baixo, Médio, Alto ou Pleno. Como há uma variação (intervalos) entre a classificação dos Graus de Governança, considerou-se a existência de 5 possibilidades de conceber a Governança, tendo em vista que a sua plenitude se dá quando ela apresentar 100% da média das respostas totais obtidas e sua ausência quando estiver dentro do percentual de 0% a 0,99%. Neste caso, os 99% de distribuição são as demais estimativas, sendo que foram distribuídos 33% de distribuição para cada intervalo, conforme observa-se no Quadro 9.

Quadro 9: Classificação do Grau de Governança

Grau de Governança		Classificação do Grau de Governança	
Grau de Cooperação (GCp)	33%	Ausente	0,00% a 0,99%
Grau de Coordenação (GCd)	33%	Baixo (Incipiente)	1,00% a 33,99%
Grau de Colaboração (GCb)	33%	Médio (Moderado)	34,00% a 66,99%
		Alto (Avançado)	67,00% a 99,99%
		Pleno	100,00%
Grau de Governança	100,00%		

Fonte: Elaboração própria.

A interpretação do Grau de Governança ocorreu em 4 (quatro) passos, quais sejam:

- **Passo 1:** Observar o Grau de Governança a partir do somatório de seus Indicadores constituintes;
- **Passo 2:** Observar o grau de cada Indicador para detectar comportamentos diferenciados entre as instituições analisadas que apresentaram o mesmo Grau de Governança;
- **Passo 3:** Observar as subcategorias para obter informações mais detalhadas em relação às possíveis diferenças existentes entre as instituições analisadas que apresentaram mesmo Grau de Governança;
- **Passo 4:** Descrever a Governança, pelos Graus identificados em cada Indicador e pelas particularidades identificadas, por meio da observação das diferenças entre as Categorias e Subcategorias constituintes.

Portanto, as evidências que suportaram as respostas obtidas através do questionário ICD encontram-se reunidas e mantidas à disposição das instituições mapeadas e estudadas, para verificação, consistência e aproveitamento organizacional no contexto da Governança Multinível da UCCN. A descrição completa do ICD encontra-se disposta no Apêndice A desta tese.

3.2.1.2. Análise de Conteúdo (com perspectiva Crítica)

Utilizou-se a Análise de Conteúdo para analisar os dados obtidos a partir das transcrições das entrevistas, bem como das análises documentais e outros documentos cedidos pelos membros das organizações mapeadas e estudadas. A partir dessa análise, foi possível compreender e interpretar a articulação da Governança em Florianópolis (SC), por meio dos documentos analisados e pelas entrevistas, adotando uma perspectiva crítica (DRISKO; MASCHI, 2016; KLEINHEKSEL et al., 2020; KRIPPENDORFF, 2018; LAW et al., 2021). Nesse sentido, apontou-se análises sobre a relação entre os atores da Rede de Governança de Florianópolis (SC), bem como, sobre a relação dessa rede com as articulações acerca do desenvolvimento da chancela concedida pela UNESCO e as concepções institucionais identificadas.

Ainda na Análise de Conteúdo, optou-se por utilizar a técnica de análise temática, a fim de desvendar os núcleos existentes no processo de comunicação como um todo “cuja presença ou frequência de aparição podem significar alguma coisa para o objetivo analítico escolhido”

(BARDIN, 2014, p. 131). Como as categorias já estavam definidas, previamente por esta pesquisa, antes de se direcionar para a Pesquisa de Campo, utilizou-se como critério de análise de categorização o processo de caixas e gavetas.

Além disso, também utilizou-se o *software IRaMuTeQ*³⁰ 0.7 para auxiliar na Análise de Conteúdo através da formação dos *clusters* e na disposição do discurso dos participantes da pesquisa, o que possibilitou materializar uma percepção explícita em relação ao cenário revelado no município no decorrer da pesquisa.

Ressalta-se, também, que o presente estudo adotou uma expressiva extensão digital para a coleta e análise de dados como redes sociais, via *Facebook*, *WhatsApp*, e o *Google Forms* a fim de legitimar-se perante ao avanço das conexões e redes digitais da atualidade e para o entendimento e a constatação sobre a forma com a qual os sujeitos percebem e idealizam a realidade (YAMAOKA, 2009), tornando-se, assim, um estudo em consonância com as principais ferramentas tecnológicas da atualidade.

Antes de adotar a Análise de Conteúdo Crítica nesta pesquisa, alguns critérios foram considerados relevantes, conforme assinala a própria técnica, tais quais:

- Em um processo de *Snowball*, as pessoas indicadas para as entrevistas possuem representatividade legitimada para tal?
- As pessoas que concederam as entrevistas convivem e estão integradas no contexto (ou são *outliers*)?
- O Participante da Pesquisa é introspectivo, faz muitas pausas (diferentemente do ponto em que insere-se as pausas propositais do próprio pesquisador, a fim de estimular a reflexão ou tenta compreender o seu próprio posicionamento dentro da UCCN)? Possui uma postura que possa indicar incômodos ou reatividade (por conveniência ou por não expressar inaptidão ao cargo)?
- Com base nas falas do Participante da Pesquisa, as suas ações sequenciais, e até mesmo as falas subsequentes, se contradizem?
- O pesquisador está atento para identificar as nuances que demarcam o conteúdo gerado, durante e pela entrevista, para captar o pretexto, o ludíbrio, o incômodo, a

³⁰ O *IRaMuTeQ*® é um *software* “livre distribuído sob os termos da licença GNU GPL (v2). Permite realizar análises estatísticas em corpo de texto e em tabelas de indivíduos/caracteres. É baseado no *software* R (www.r-project.org) e na linguagem *python* (www.python.org). (...) reproduz o método de Classificação Hierárquica Descendente em uma tabela cruzando formulários preenchidos e segmentos de texto, buscando especificidades a partir da segmentação definida; Estatísticas clássicas de texto e; Análise de similaridade nas formas completas de um *corpus* recortado em segmentos de texto” (Fonte: <http://www.iramuteq.org/>, **tradução nossa**).

pressa, a ansiedade etc.? (BARDIN, 2020; DRISKO; MASCHI, 2016; KLEINHEKSEL, 2020; KRIPPENDORFF, 2018; LAW *et al.*, 2021).

Infere-se que a Análise de Conteúdo, com perspectiva Crítica, considera elementos atinentes ao processo de entrevistas na dinâmica Entrevistador *versus* Participante da Pesquisa, quais sejam (Quadro 10).

Quadro 10: Elementos constitutivos da Análise de Conteúdo com perspectiva Crítica

Elementos	Descrição
Linguagem	Dominação de regras linguísticas e capacidade para expressá-las, externalizá-las, compreendê-las e interpretá-las.
Fala	Formas de comunicação e expressão (gírias, regionalismos, verbalizações ou posturas).
Relações de Poder (políticas e éticas)	Confiança, interesses, posições, ideologias, autoridade e poder.
Competência e Experiência	Transmite segurança, posicionamentos, cognição, atribuições, engajamentos e responsabilidades.
Dinâmica	A realidade não é imutável, pode ser modelada a partir do tempo, do ambiente, do espaço e volume de perguntas e respostas.
Socialização	O tema torna-se instigante à medida que as práticas sociais são reconhecidas pelos atores que a compartilham e vivenciam.
Situação	O contexto deve ser estrategicamente direcionado ao assunto que introduza uma situação em destaque, conveniente e que desperte interesse.

Fonte: Elaboração própria.

Sendo assim, entende-se que o ‘Conteúdo’ pode estar intrínseco no interior das ideologias, na análise vertical compreendida pelo implícito e, vice-versa. É, portanto, uma relação dialética reflexiva com base numa postura sobremaneira institucional (BARDIN, 2020; DRISKO; MASCHI, 2016; KLEINHEKSEL, 2020; KRIPPENDORFF, 2018; LAW *et al.*, 2021).

3.2.1.3. Estudo de Caso

A presente pesquisa de tese configura-se como um Estudo de Caso, pois visa encontrar respostas para as questões “como” e “por que” de determinados fenômenos em um processo, geralmente empírico, uma vez que esse tipo de pesquisa “investiga um fenômeno contemporâneo em profundidade e em seu contexto de vida real, especialmente quando os limites desse fenômeno e seu contexto não são claramente evidentes” (YIN, 2010, p. 39).

Consoante à investigação do tema proposto por esta tese, ressaltam-se as características essenciais consorciadas aos Objetivos indicados neste estudo:

- Particularística: o Estudo de Caso é uma situação particular, um evento ou fenômeno. O Caso, em si, é importante porque revela o que o fenômeno representa;
- Exploratória: o Estudo de Caso visa proporcionar maior familiaridade com o problema com vistas a torná-lo explícito ou a construir hipóteses [ou pressupostos]. Envolve levantamento bibliográfico; entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; análise de exemplo que estimulem a compreensão;
- Heurística: o Estudo de Caso é um método analítico que esclarece a compreensão do leitor sobre o fenômeno em estudo através de um conjunto de regras. Ele pode trazer a descoberta de novos significados, aumentar a experiência do leitor ou confirmar o que é conhecido (LIMA, 2003, pp. 62-63).

Ademais, cabe mencionar sobre a possibilidade desta tese fomentar e induzir novos Estudos de Casos Múltiplos (RAUEN, 1999; YIN, 2015), pois dependendo da imersão no *locus* de pesquisa indicado neste estudo, a escolha de outra(s) cidade(s) criativa(s) da Gastronomia no Brasil não fora descartada. Antes da execução integral deste estudo, o pré-teste foi realizado, *a priori*, em Brasília (DF) Cidade Criativa do *Design*, para testar o ICD, e, também, em Belém (PA) Cidade Criativa da Gastronomia, para testar, tanto o ICD, quanto os roteiros semiestruturados. Optou-se por realizar dois pré-testes em chancelas distintas, pois acredita-se que ambas as realidades são fundamentais para trazer novas perspectivas de pesquisa, com base na cognição do pesquisador.

3.3. Coleta dos Dados

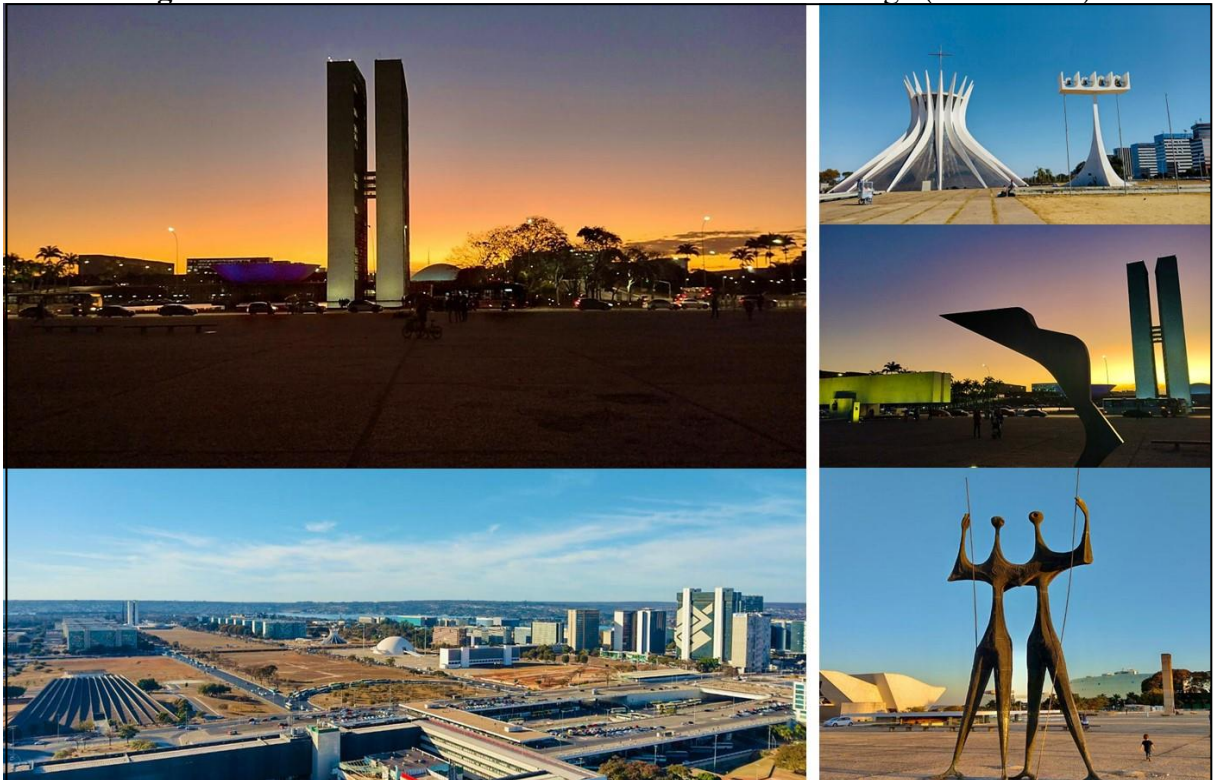
Conforme supracitado, para que a coleta de dados pudesse ser realizada, na íntegra, no município de Florianópolis (SC), realizou-se um pré-teste com os Instrumentos preliminares, constando o questionário quantitativo de mensuração da Governança Multinível, denominado Instrumento de Coleta de Dados (ICD) e o Roteiro de Entrevistas semiestruturado. Vale ressaltar os indicadores, as categorias e as subcategorias de Governança, bem como de desenvolvimento sustentável já encontravam-se pré-estabelecidos e pré-definidos (**Quadro 4:** Indicadores de Governança, página 55 do presente estudo; **Anexo I:** Indicadores de Desenvolvimento Sustentável – IDSC-BR) desde o projeto de pesquisa, apresentado defendido e aprovado em 04 de abril de 2022, com base nos estudos de Mediotte (2020).

A coleta de pré-teste ocorreu em dois municípios, sendo um no Distrito Federal (DF) e outro no estado do Pará, exclusivamente com atores representantes das organizações pertencentes à Rede de Cidades Criativas UNESCO. Ressalta-se que esta tese faz parte de um projeto maior, denominado “Governança Multinível e Desenvolvimento Sustentável: um estudo sobre Cidades Criativas da Gastronomia da Unesco em perspectiva comparada internacional”, submetido e aprovado pelo CNPq através do nº do **projeto 404606/2021-0**.

A escolha pelos municípios estudados no pré-teste valeu-se de proposições definidas em uma reunião ocorrida na Universidade Federal de Viçosa, em 16 de agosto de 2021, na qual definiu-se duas chancelas distintas, com realidades particulares, representando a Região Central (Centro-Oeste) do país e a Região Norte do país, às quais possibilitaram a constituição de subsídios, a construção e os (re)direcionamentos da presente pesquisa.

Ressalta-se que, para todos os municípios participantes do pré-teste, houve uma intermediação de um dos integrantes da UCCN no Brasil ou de um munícipe com relevante influência entre os participantes da pesquisa, sendo que na primeira cidade, em Brasília (DF), o pré-teste ocorreu entre os dias 19 e 26 de julho de 2022.

Figura 11: Pré-teste 1: Brasília – Cidade Criativa do Design (desde 2017)



Fonte: Acervo do autor.

Na segunda cidade, em Belém (PA), os agendamentos foram realizados *in loco*, a partir de uma viagem acadêmica e institucional, com base nas indicações dos contatos obtidos pelo pesquisador. A pesquisa do pré-teste nesta cidade ocorreu nos dias 25 de setembro a 03 de outubro de 2022.

Figura 12: Pré-teste 2: Belém – Cidade Criativa da Gastronomia (desde 2015)



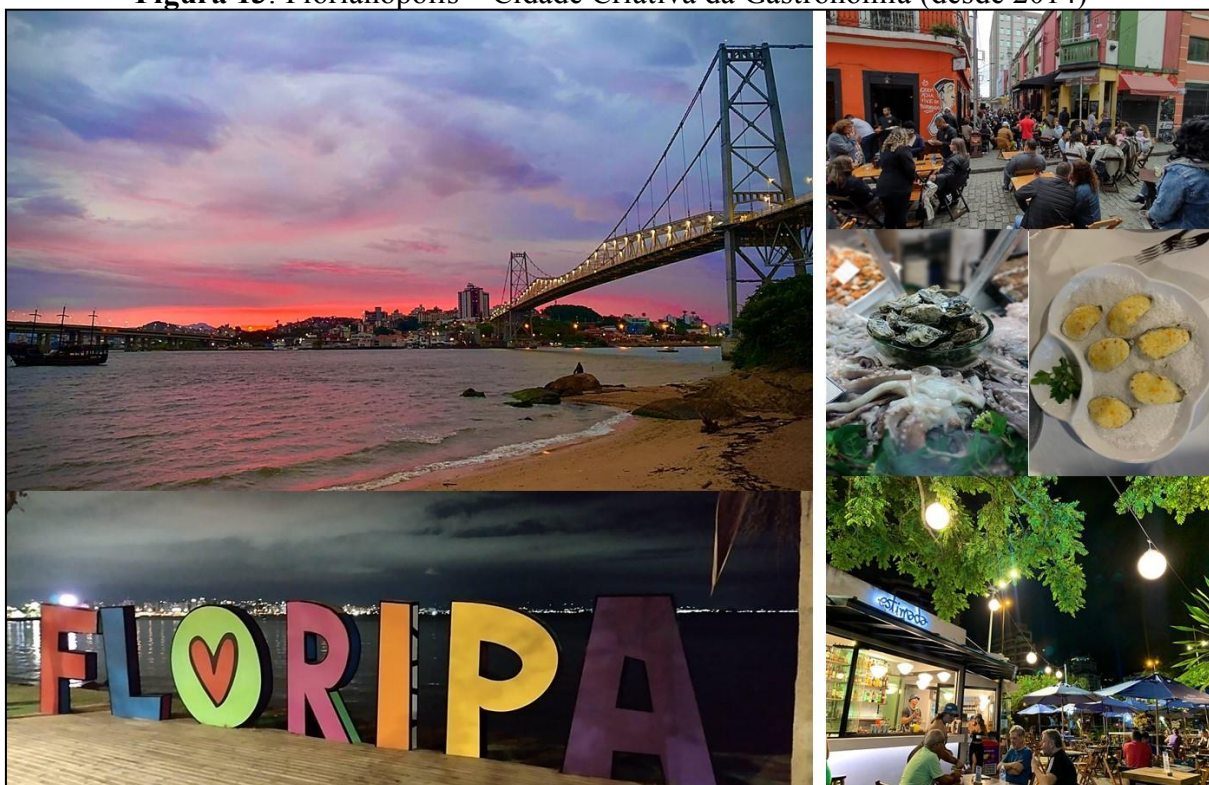
Fonte: Acervo do autor.

A partir das percepções do campo e dos dados coletados no pré-teste, tornou-se possível, e necessário, reconfigurar o ICD (APÊNDICE A) e Roteiro de Entrevistas (APÊNDICE B), bem como reajustar determinadas questões contidas nesses instrumentos, seja no âmbito da Governança, no âmbito institucional e de Desenvolvimento Sustentável, pois algumas nuances foram percebidas no campo de teste, que possibilitaram alterar de forma mais precisa os instrumentos a serem aplicados no município de Florianópolis (SC), sendo que neste último, a coleta de dados ocorreu em duas etapas distintas, para que tais objetos de coleta de dados, pudessem garantir maior confiabilidade e aproximação entre a literatura e a pesquisa empírica.

Finalmente, a Pesquisa de Campo na cidade em estudo, por meio da coleta dos dados primários, ocorreu entre os dias 13 de agosto a 05 de setembro de 2022. A segunda etapa da coleta dos dados, ocorreu nos dias 10 a 26 de janeiro de 2023.

Após as entrevistas, foi possível, através da Observação Não Participante, identificar as articulações entre os membros da Governança de Florianópolis (SC), identificar os interesses relativos às pautas prioritárias entre os atores sociais, as predominâncias de liderança, os engajamentos com os temas propostos e, também, quanto à convivência e sinergia do grupo gestor presente, bem como os direcionamentos, discernimentos, opiniões, críticas, cordialidades, permissividades, apatias, conformismos, entre outros.

Figura 13: Florianópolis – Cidade Criativa da Gastronomia (desde 2014)



Fonte: Acervo do autor.

A coleta de dados primários e secundários realizada por meio da Pesquisa de Campo, decorreu-se através das entrevistas em profundidade e do ICD, e pela pesquisa documental, por meio de documentos internos e externos provenientes das organizações participantes e por meio da pesquisa na internet, também nos sítios institucionais.

A partir da pesquisa bibliográfica, que forneceu subsídios para o discernimento a respeito do processo de decisão sobre o mapeamento dos atores sociais e suas estruturas organizacionais constituintes, que atuam direta ou indiretamente com a chancela da Gastronomia em Florianópolis (SC), utilizou-se das entrevistas em profundidade para a obtenção de elementos relevantes à presente pesquisa, sobretudo a percepção de situações de

espontaneidade através das perspectivas dos participantes da pesquisa a respeito do tema em estudo (SOARES, 2012; SCHLUTTER, 2003).

Neste caso, ainda que se tenha utilizado da técnica de *snowball* para a amostra, seja na definição dos atores, seja no mapeamento das organizações constituintes da Rede de Governança do município em estudo, considera-se que tal amostra é não probabilística intencional, que, segundo Pardal e Correia (1995), deve ser escolhida através da cognição e decisão do pesquisador, diante o universo da pesquisa, levando em consideração o alto grau de subjetividade envolvido na seleção e no processo de decisão.

A ferramenta utilizada nas gravações das entrevistas foi o aparelho celular móvel (quando presencial), com uso do aplicativo *Smart Recorder* 1.9 e o recurso de ‘Gravação’ de entrevistas *on-line*, por meio do *Google Meet*. Neste último caso, o aparelho celular também foi utilizado como medida de prevenção de possíveis perdas de dados, a partir das gravações *on-line*. O tempo das entrevistas durou, em média, 90 minutos.

Quanto ao questionário de mensuração da Governança, o ICD foi aplicado *on-line* e em loco, tendo em vista que em alguns lugares não foi possível utilizar os meios eletrônicos. Para estes, tão logo foi possível o acesso à rede de internet, o autor deste estudo lançou os dados preenchidos pelos participantes da pesquisa no questionário *on-line*, na íntegra. O questionário foi submetido e organizado pelo *Google Forms* e também enviado para os e-mails dos participantes da pesquisa que não puderam preenchê-lo presencialmente, durante as entrevistas. Sendo que, até a data de defesa desta tese, restaram dois questionários a serem preenchidos, devido a (in)disponibilidade e agenda dos participantes da pesquisa.

O questionário ICD contém 47 (quarenta e sete) questões ou variáveis em cada nível, totalizando 188 questões. O roteiro de entrevistas semiestruturado possui 31 (trinta e uma) questões específicas, sem considerar as demais questões que foram surgindo durante as entrevistas, uma vez que, por ser semiestruturado, permitiu flexibilidade ao pesquisador acrescentar outras questões de acordo com as respostas obtidas (MANZINI, 2004).

Antes de iniciar a entrevista, solicitou-se que os participantes da pesquisa assinassem o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)³¹. Para todos os participantes da pesquisa, prioritariamente membros das organizações pertencentes ao selo de Cidade Criativa da Gastronomia, foram entregues as Autorizações da Pesquisa³² e os Atestados de Pesquisa de

³¹ Informações sobre o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido no APÊNDICE I.

³² Informações sobre a Autorização da Pesquisa nos APÊNDICE D.

Campo³³, dos quais foi solicitada a assinatura referente à legitimidade pessoal e institucional da Rede de Governança de Florianópolis.

Optou-se por iniciar pelas entrevistas, pois como a pesquisa valeu-se de *snowball* e por ser não probabilística intencional, a partir das respostas obtidas pelos participantes da pesquisa, foi possível identificar se as Instâncias analisadas e indicadas tratavam-se, de fato, de organizações que atuam, direta ou indiretamente, na Governança e no planejamento de ações visando o desenvolvimento de Florianópolis (SC) e a manutenção da chancela UNESCO da Gastronomia. Logo após as entrevistas, os Participantes da Pesquisa eram convidados a preencher o questionário ICD. Partiu-se do pressuposto de que a ordem de coleta dos dados, sendo pelas entrevistas ou pelo questionário, não interferiria no resultado final de análise.

Sendo assim, este estudo totalizou 31 (trinta) potenciais participantes da pesquisa, ambos mapeados e considerados pertencentes à Rede de Governança da Cidade Criativa da Gastronomia, em nível local, estadual e nacional e internacional. Deste total, 26 (vinte e seis) concederam entrevistas entre os dias mencionados pelo pesquisador deste estudo. Dos outros 5 (quatro) restantes, 2 (dois) não responderam (embora tenha havido pelo menos 4 tentativas de contato), 1 (um) respondeu, mas não confirmou agendamento (embora tenha havido 07 tentativas de agendamento), 1(um) se recusou a participar da entrevista e 1(um), a nível internacional, não retornou ao convite para participar, voluntariamente, desta pesquisa.

Ainda, dos 26 (vinte e seis) participantes que concederam entrevistas, 19 (dezenove) preencheram o ICD e 7 (sete) não preencheram o questionário, até o presente momento desta defesa, ao passo que o próprio autor da presente pesquisa tenha enviado o documento para seus respectivos e-mails e solicitado retorno, tanto presencialmente, quanto virtualmente, por intermédio do *WhatsApp*.

Os participantes da pesquisa foram nomeados com a sigla PP (Participante da Pesquisa), obedecendo aos critérios previstos pelo Comitê de Ética, estando de acordo com a Norma Operacional CNS nº 01/2013, item 3.3, “i”. A numeração que segue a sigla dos PP foi realizada através do Excel, pelo *Visual Basic*, do qual foi criado o comando para gerar os números aleatórios sem repetição.

Como um dos objetivos do presente estudo é “Mapear os atores sociais e estruturas organizacionais vinculados à Rede UNESCO de Cidades Criativas da Gastronomia, a partir de Florianópolis (SC)”, partiu-se das indicações obtidas pelos representantes entrevistados na Associação FloripAmanhã, a qual foi a instituição de referência para iniciar a pesquisa. Os

³³ Informações sobre o Atestado da Pesquisa de Campo nos APÊNDICE E.

caminhos percorridos até o processo de decisão por estudar as organizações indicadas pelos Participantes da Pesquisa poderão ser vistos mais adiante. No entanto, antecipa-se que os Participantes da Pesquisa estão codificados, segundo apresentado nos Quadros 11 e 12, a seguir.

Quadro 11: Participantes da Pesquisa

Qde. de PP	Órgão de Atuação	Ocupação Institucional
01	UNESCO	Representante da UNESCO no Brasil
01	Ministério do Turismo MTur	Diretoria de Inteligência Mercadológica e Competitiva do Turismo
01	FloripAmanhã	Associado(a)
01	FloripAmanhã	Ponto Focal da Cidade Criativa da Gastronomia em Florianópolis
01	FloripAmanhã	Diretoria Executiva
01	Abrasel	Conselheiro(a)
01	Abrasel	Diretoria Executiva
01	SENAC SC	Analista Educacional de Turismo e Gastronomia
01	SENAC SC	Analista de Projetos Educacionais
01	Observatório da Gastronomia	Gestor(a)
01	SEBRAE Nacional	Diretoria Executiva da Unidade de Competitividade
01	SEBRAE Nacional	Representante Nacional da Unidade de Competitividade
01	SEBRAE SC	Analista Técnico(a)
01	Superintendência de Turismo	Superintendente de Turismo da Prefeitura de Florianópolis (SC)
01	Conselho Municipal de Turismo	Conselheiro(a)
01	Câmara de Dirigentes Lojistas	Gerente de Articulação e Negócios
01	Via Estação Conhecimento	Pesquisador(a)
01	Via Estação Conhecimento	Coordenador(a)
01	SESC SC	Gerente de Saúde e Assistência
01	Instituto Federal de SC	Professor(a) do IFSC
01	Universidade Estadual de SC	Pró-Reitoria de Ensino da UDESC
01	Universidade Federal de SC	Professor(a) da UFSC
01	Fund. de Amparo à Pesquisa e Inovação de SC	Gerente de Tecnologia e Inovação da FAPESC
01	Conselho de Alimentação Escolar	Conselheiro(a)
01	Grupo Gestor da Cidade Unesco de Gastronomia	Conselheiro(a)
01	Ator Privado e Estratégico das Cidades Criativas da UNESCO	Consultor(a) e Assessor(a)
Total de 26 Participantes da Pesquisa		

Fonte: Elaboração própria.

Quadro 12: Codificação dos Participantes da Pesquisa

Participantes da Pesquisa	Código	Instância/Organização
Participante da Pesquisa 1	PP1	Conselho Municipal de Turismo
Participante da Pesquisa 2	PP2	Grupo Gestor da Cidade Unesco de Gastronomia
Participante da Pesquisa 3	PP3	Instituto Federal de SC
Participante da Pesquisa 4	PP4	SENAC SC
Participante da Pesquisa 5	PP5	Ministério do Turismo MTur
Participante da Pesquisa 6	PP6	Observatório da Gastronomia
Participante da Pesquisa 7	PP7	Superintendência de Turismo
Participante da Pesquisa 8	PP8	FloripAmanhã
Participante da Pesquisa 9	PP9	UNESCO
Participante da Pesquisa 10	PP10	SEBRAE Nacional
Participante da Pesquisa 11	PP11	Câmara de Dirigentes Lojistas
Participante da Pesquisa 12	PP12	Via Estação do Conhecimento
Participante da Pesquisa 13	PP13	SESC SC
Participante da Pesquisa 14	PP14	Universidade Federal de SC
Participante da Pesquisa 15	PP15	SEBRAE Nacional
Participante da Pesquisa 16	PP16	SENAC SC
Participante da Pesquisa 17	PP17	FloripAmanhã
Participante da Pesquisa 18	PP18	Abrasel
Participante da Pesquisa 19	PP19	Fund. de Amparo à Pesquisa e Inovação de SC
Participante da Pesquisa 20	PP20	Conselho de Alimentação Escolar
Participante da Pesquisa 21	PP21	Ator Privado e Estratégico das Cidades Criativas da UNESCO
Participante da Pesquisa 22	PP22	FloripAmanhã
Participante da Pesquisa 23	PP23	Abrasel
Participante da Pesquisa 24	PP24	SEBRAE SC
Participante da Pesquisa 25	PP25	Via Estação do Conhecimento
Participante da Pesquisa 26	PP26	Universidade Estadual de SC

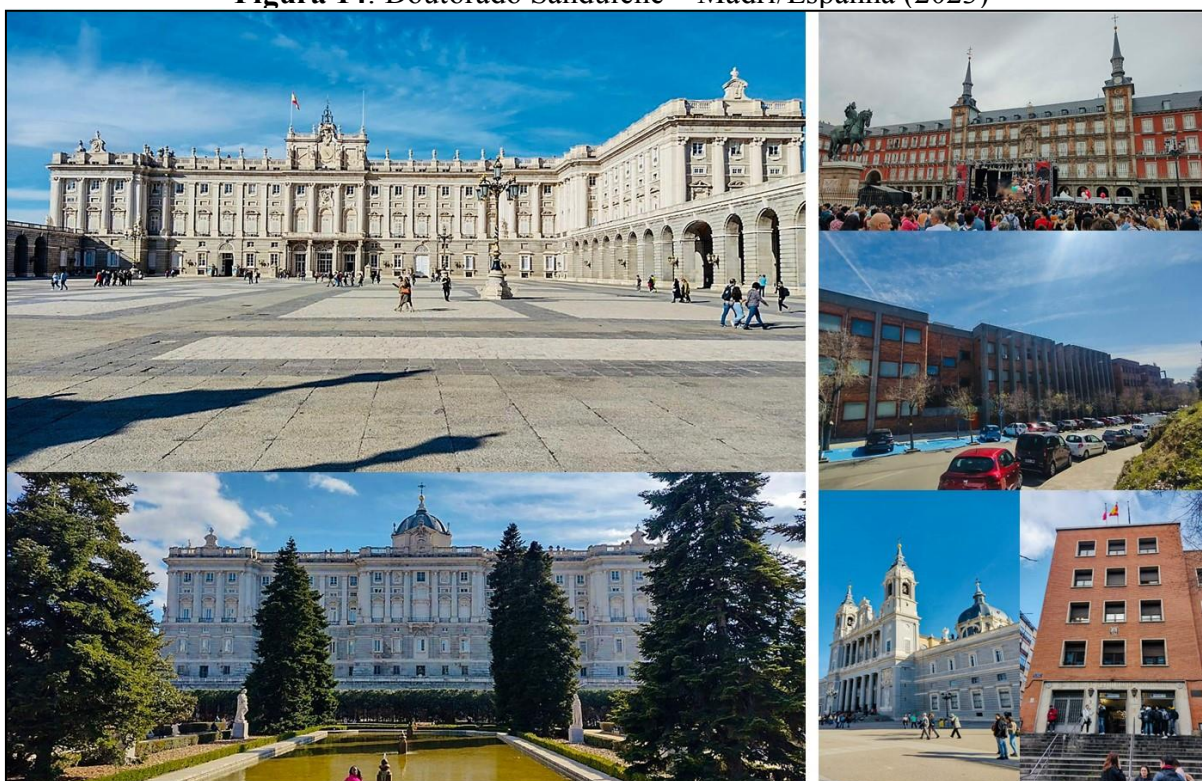
Fonte: Elaboração própria.

Todas as entrevistas foram gravadas e transcritas na íntegra. Utilizou-se para as transcrições o *software Transkriptor*®, cuja funcionalidade é compatível com aparelhos celulares móveis e *Desktops*, do qual é possível anexar arquivos com gravações de curta, média ou longa duração para as transcrições automáticas. Após as transcrições dos áudios, foi preciso retornar às gravações para corrigir certos termos e expressões não compreendidos pelo *Transkriptor*®, devido aos ruídos no ambiente das gravações, os termos e expressões populares, como vícios de linguagem, gírias e regionalismos presentes nas falas dos PP.

Nestes casos, as entrevistas foram complementadas de forma manual pelo autor do presente estudo, com auxílio de bolsista de Iniciação Científica, vinculado a esta pesquisa e ao projeto intitulado “Manifestações da Governança Multinível em Cidades Criativas da UNESCO: O que tem sido publicado pela comunidade acadêmica?”, submetido e aprovado pelo CNPq, através do **PIBIC/CNPq 2022-2023**, associado ao Departamento de Administração e Contabilidade – UFV.

Cabe ressaltar que, a partir do avanço obtido por meio dos estudos vinculados a esta tese, sobretudo com o aporte do projeto maior, denominado “Governança Multinível e Desenvolvimento Sustentável: um estudo sobre Cidades Criativas da Gastronomia da Unesco em perspectiva comparada internacional”, submetido e aprovado pelo CNPq através do nº do **projeto 404606/2021-0**, foi possível realizar o Doutorado Sanduíche na Espanha, especificamente na cidade de Madri, nos meses de março e junho de 2023. A Universidade que admitiu o desenvolvimento deste projeto foi a *Universidad Complutense de Madrid*, por meio da *Facultad de Ciencias Políticas y Sociología* e a *Facultad de Comercio y Turismo*.

Figura 14: Doutorado Sanduíche – Madri/Espanha (2023)



Fonte: Acervo do autor.

A experiência internacional possibilitou ao pesquisador desta tese obter maior aproximação com a literatura sobre Governança Multinível (tendo em vista que os seus estudos

são provenientes da UE) e Cidades Criativas. Os estudos empíricos ocorreram nas cidades de Burgos e Dénia, ambas chanceladas pela UNESCO com o selo de Cidades Criativas da Gastronomia, desde 2015.

3.4. Limitações da Pesquisa

Em primeiro lugar, o principal fator limitante da pesquisa trata-se da pandemia da Covid-19, declarada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em março de 2020, momento em que se iniciava o curso de doutorado do pesquisador desta tese. A previsão para o início da coleta de dados era o ano de 2021. No entanto, com o avançar da crise epidemiológica da Covid-19, as recomendações dos órgãos de saúde no Brasil e no mundo quanto ao distanciamento social e medidas de isolamento, a Pesquisa de Campo deste estudo se iniciou com mais de 1 (um) ano de atraso.

Os demais fatores limitantes para a consecução do presente estudo são teóricos e empíricos. Teóricos, no sentido da própria abordagem do tema proposto, especificamente no contexto de Governança Multinível, não obter avanços bibliográficos consonantes. Além disso, por se tratar de um tema específico, ao mesmo tempo abrangente, encontrou-se dificuldades em identificar na literatura, estudos que aproximem Desenvolvimento Sustentável e Governança Multinível na UCCN. Não obstante, espera-se que os resultados deste trabalho possam servir de aporte para o campo de estudos acadêmicos, como referência bibliográfica no que concerne tais temas.

Empiricamente, as limitações consistiram no tempo para o aprofundamento da pesquisa de campo na cidade em estudo e nas restrições e desencontros de agenda dos Atores Sociais que não puderam conceder entrevistas. Vale ressaltar que, a maior dificuldade encontrada durante o agendamento das entrevistas, ocorreu em decorrência da falta de retorno de professores vinculados às Universidades, ambas integrantes da Governança da Cidade Criativa de Florianópolis (SC). Em alguns casos, foi preciso persistir por mais de 5 vezes, dentre as quais, há professor(es) que, até o presente momento da conclusão desta tese, não deram retorno.

Além disso, consideram-se fatores limitantes, a não disponibilização de documentos importantes, como Atas de Reuniões atuais e organizadas, mapeamento do circuito gastronômico da cidade, da imprecisão de dados relativos à estrutura física da Rede de Governança da cidade, como número de Atores, Organizações, *trade* e Gastronomia, entre outros.

Por fim, também considera-se como limitação da pesquisa a impraticabilidade de esgotar este estudo para além de uma Cidade Criativa da Gastronomia, embora os resultados do presente trabalho possam servir de subsídios para aplicação nas demais Cidades Criativas da Gastronomia da Rede Mundial UCCN, previstas pelo Projeto do qual este estudo está vinculado, e que possam, também, apresentar características similares ao *locus* empírico desta tese.

Figura 15: As 50 Cidades Criativas da Gastronomia da Rede Mundial UCCN (ano 2023)



Fonte: Elaboração própria com base em UNESCO (2023).

Na sequência, são apresentados os Capítulos originados a partir da proposição deste estudo, com base nos dados coletados durante a trajetória de amadurecimento desta tese de doutorado, de 2020 a 2023, a qual culminou na execução da Pesquisa Teórico-Metodológica e Empírica, por meio da Análise e Discussão dos elementos obtidos e lapidados, a fim de responder a Pergunta Central desta pesquisa, sobretudo dispendo-se ao atingimento dos Objetivos, ora preceituados.

4 MAPEAMENTO DA GOVERNANÇA MULTINÍVEL DA UCCN A PARTIR DE FLORIANÓPOLIS (SC)

Em resposta ao Objetivo Específico 1 (OE1), apresenta-se, a seguir, o mapeamento realizado pela presente pesquisa, abrangendo os indivíduos sociais e as estruturas organizacionais instituídas na Rede de Governança de Florianópolis Cidade Criativa UNESCO da Gastronomia.

A priori, conforme especificado nos procedimentos metodológicos, partiu-se da instituição de referência da cidade, a Associação FloripAmanhã. Nessa organização, além de configurar como ponto focal da UCCN, concentra-se, também, o ator-chave (legitimado pelo próprio grupo gestor, conforme demonstrado nos dados apresentados adiante) da Cidade Criativa da Gastronomia em estudo, e, geralmente, onde são fomentadas as reuniões, para assuntos vinculados ao desenvolvimento de Florianópolis, com base na manutenção do selo concedido pela UNESCO, desde 2014 (conforme apresentado no Quadro 1, pág. 20).

Após a reunião presencial na sede dessa Associação, a qual representa a Sociedade Civil Organizada de Florianópolis no que concerne a quaisquer ações relativas ao selo de Cidade Criativa, obteve-se a relação ‘atualizada’ (dados de 2022) da distribuição da Governança na cidade, conforme apresentado nas Figuras 16 e 17, a seguir.

Figura 16: Governança Estratégica de Florianópolis – Atribuições Institucionais



Fonte: Documento cedido pela Diretoria Executiva da Associação FloripAmanhã.

Figura 17: Estrutura de Governança em Florianópolis



Fonte: Documento cedido pela Diretoria Executiva da Associação FloripAmanhã.

Conforme se observa, a Governança de Florianópolis (SC) concentra todos os ramos socioinstitucionais preconizados pela literatura, no que tange à sua formação estrutural, desde a Gestão Pública, representada pela Prefeitura Municipal de Florianópolis, por meio da Superintendência de Turismo e; pelos *stakeholders*, representados por:

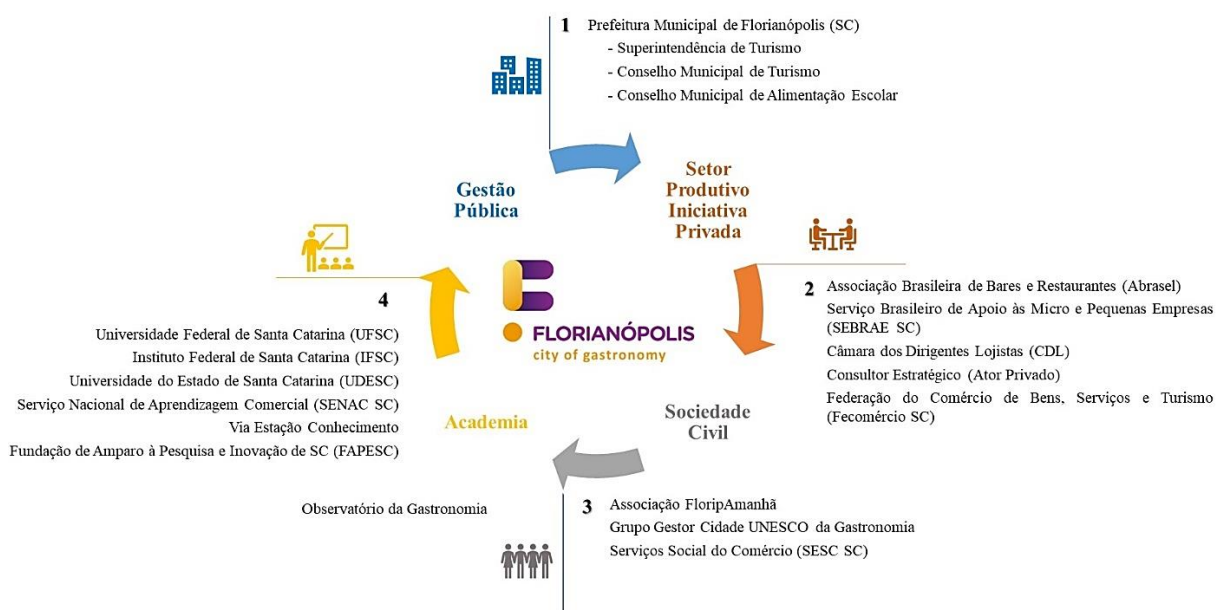
- **Sociedade Civil:** por meio da Associação FloripAmanhã, Floripa Convention & Visitors Bureau, Serviço Social do Comércio (SESC SC);
- **Setor Produtivo + Iniciativa Privada:** por meio do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE SC), Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (Fecomércio SC³⁴), Câmara dos Dirigentes Lojistas (CDL), Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrasel), Sindicato de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares de Florianópolis (SHRBS);
- **Setor Acadêmico (Instituições de Ensino)** – Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC), Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC SC), Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL), Universidade do Estado de Santa Catarina

³⁴ Ressalta-se que a Fecomércio SC não participou das entrevistas e do preenchimento do questionário ICD devido à indisponibilidade de agenda.

(UDESC), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Faculdade Estácio de Sá (Estácio).

No entanto, durante a Pesquisa de Campo, identificou-se que algumas alterações foram realizadas no contexto da estrutura de Governança de Florianópolis (SC), levando o autor da presente pesquisa a reformular a representação da Rede de Governança da cidade, com ampliações consideráveis entre os atores sociais e organizações vinculadas à Governança da UCCN, às quais podem ser vistas a seguir, na Figura 18, e com maior precisão, no Apêndice F.

Figura 18: Rede de Governança de Florianópolis (SC) Pós Mapeamento³⁵



Fonte: Elaboração própria.

Após o mapeamento realizado, foi possível observar que algumas organizações não estão descritas na nova estrutura de Governança de Florianópolis (SC). Segundo o PP8, algumas organizações estariam se reajustando ao novo modelo de Governança, ora instituído pela rede local. Nesse sentido, seguem abaixo, a listagem das organizações que deixaram de representar a Governança da cidade, bem como a listagem das organizações que foram inseridas na Rede, segundo pesquisa realizada por esta tese, ao cumprimento do OE1.

³⁵ Para melhor visualização, cf. APÊNDICE F.

Organizações que deixaram a Rede de Governança de Florianópolis:

- **Sociedade Civil** – Floripa Convention & Visitors Bureau;
- **Setor Produtivo** – Sindicato de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares de Florianópolis (SHRBS);
- **Academia** – Faculdade Estácio de Sá (Estácio).

Segundo o PP8, a saída dessas organizações da Rede de Governança de Florianópolis se justifica, a seguir:

O Convention está na linha de promoção do destino, e a pessoa que representava a entidade no grupo saiu na semana passada... então estamos aguardando a indicação de novo representante. No Sindicato [SHRBS] estamos ajustando a representação, então, no momento não seria o caso. A Estácio está sob mudanças grandes, e realmente tivemos uma parada na participação. Então, no momento pode considerar suspenso (PP8).

Na sequência, apresenta-se a listagem das organizações que foram mapeadas a partir da Pesquisa de Campo, realizada conforme calendário supramencionado.

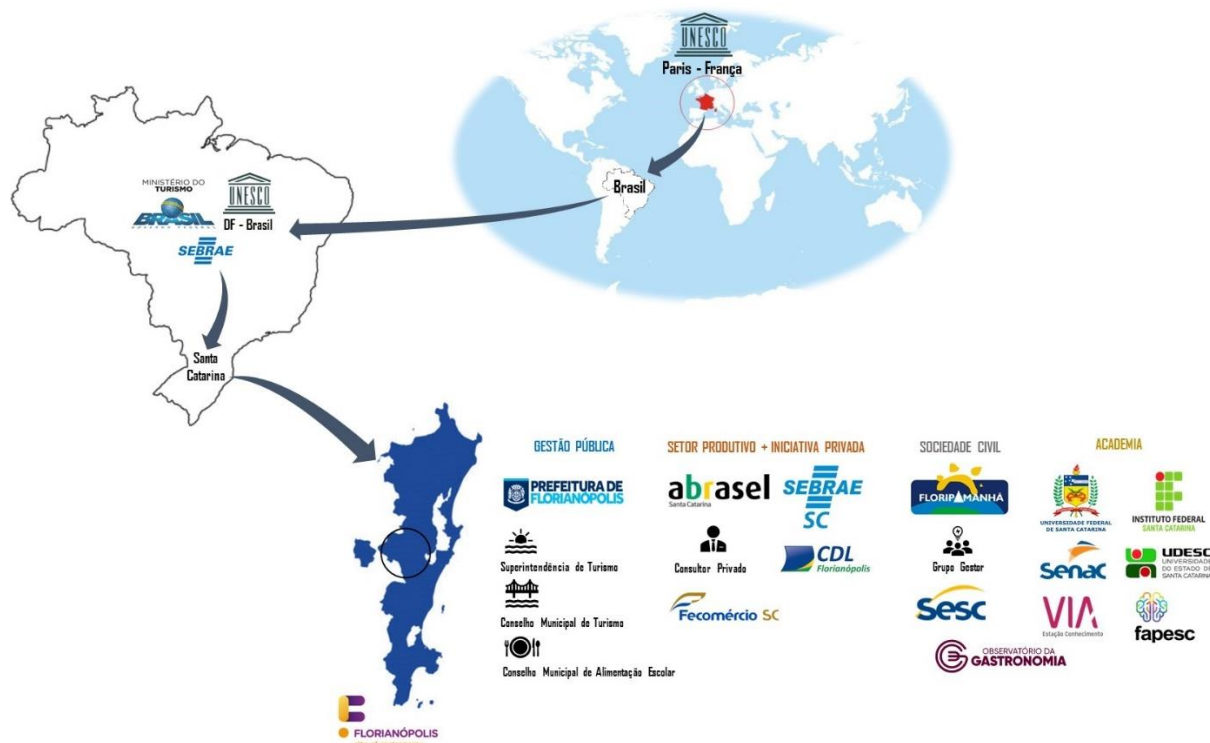
- **Gestão Pública:** Conselho Municipal de Turismo e Conselho Municipal de Alimentação Escolar.
- **Sociedade Civil:** Grupo Gestor Cidade UNESCO da Gastronomia;
- **Setor Produtivo:** Ator Privado (Consultor Estratégico das Cidades Criativas da UNESCO);
- **Academia:** Via Estação Conhecimento, Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação de SC (FAPESC).

Cumprir destacar, que há uma instituição com sede física no SENAC SC, embora suas atividades sejam atreladas a uma plataforma digital, cuja representatividade é interposta entre a Sociedade Civil Organizada (FloripaAmanhã) e a Academia (SENAC SC), denominada Observatório da Gastronomia. Constatou-se, durante a Pesquisa de Campo, que essa instituição também constitui (ou integra) a Rede de Governança de Florianópolis Cidade Criativa da Gastronomia.

A Governança ilustrada na Figura 18 representa os atores sociais e as estruturas organizacionais em níveis Local, Regional/Estadual. A Governança em nível Nacional é representada pelos seguintes órgãos: UNESCO Brasil, Ministério do Turismo (MTur) e SEBRAE Nacional. A Governança em nível Internacional é representada pela máxima estrutura organizacional, a UNESCO ‘Paris’ (França).

Na sequência, são expostas as localizações das organizações mapeadas, constituídas pelos seus atores sociais representantes, inclusive àqueles que concederam as entrevistas para a realização deste estudo.

Figura 19: Distribuição Socio-interorganizacional da Governança Multinível da UCCN a partir de Florianópolis SC³⁶



Fonte: Elaboração Própria a partir de imagem da internet.

Uma vez que as organizações foram devidamente mapeadas e atestadas sobre as suas atuações, direta ou indiretamente, para o desenvolvimento de Florianópolis (SC) a partir da chancela de Cidade Criativa da Gastronomia, convém apresentar os dados sociodemográficos dos Participantes da Pesquisa (PP), com vistas a elucidar o perfil dos representantes que atuam em tais instituições. Nesse sentido, são expostos os resultados referentes aos atores sociais que constituem a Governança do município de Florianópolis (SC), utilizando-se uma amostra não representativa³⁷ dos Participantes da Pesquisa, apresentando-se, em primeiro lugar, as estatísticas descritivas das características socioeconômicas. Cabe salientar que, todas as

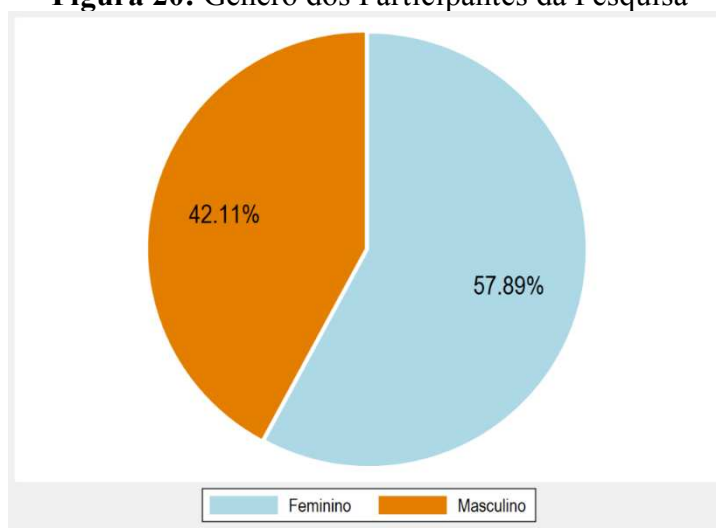
³⁶ Para melhor visualização, cf. Apêndice G.

³⁷ Define-se como amostra representativa porque não foi realizado um processo de amostragem aleatório.

estatísticas descritivas apresentadas nesta seção foram calculadas utilizando o *software* estatístico *STATA*³⁸®.

Após o preenchimento do ICD, o qual compõe questões relativas ao perfil sociodemográfico dos atores sociais respondentes, constatou-se que, de acordo com a Figura 18, a amostra revelou que 57,89% dos participantes que responderam à pesquisa são do sexo feminino.

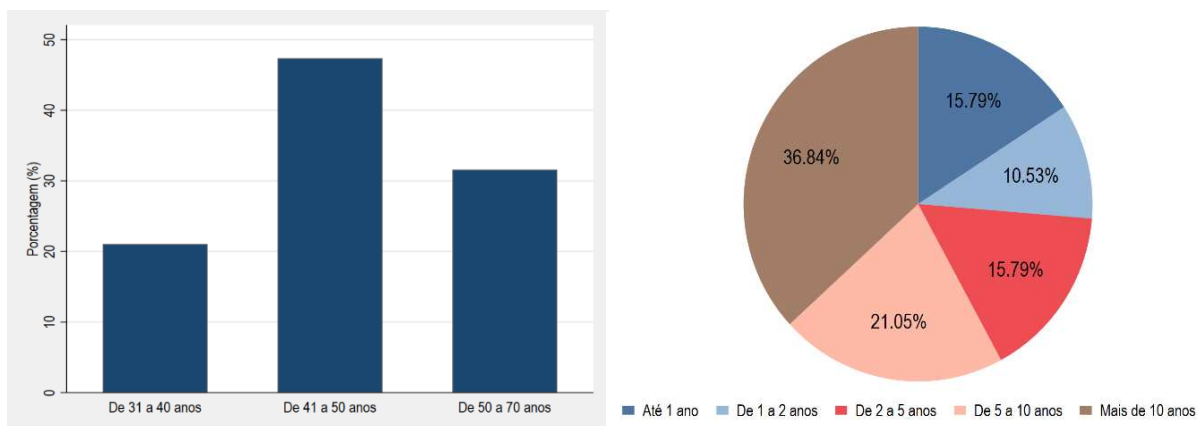
Figura 20: Gênero dos Participantes da Pesquisa



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da pesquisa.

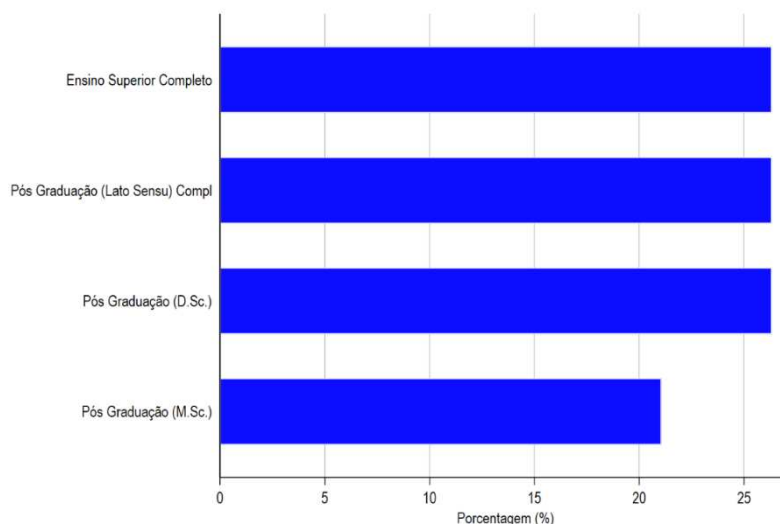
O questionário aplicado também coletou informações sobre a idade, escolaridade, tempo de trabalho na atividade que desempenha na organização da qual atua, formação, remuneração e tipo de trabalho dos Participantes da Pesquisa. Na Figura 21(a), por exemplo, observa-se que, dos atores que responderam ao questionário, 45% têm, entre 41 e 50 anos, sendo que a média foi de 46 anos. Por sua vez, quando analisada a variável que define o tempo que o ator desempenha alguma atividade a partir da sua organização constituinte, observou-se que a média de atuação é de 3,5 anos. A Figura 21(b), mostra um maior detalhamento desta variável.

³⁸ Stata® é um *software* de estatística que permite realizar tarefas de cálculo de médias, desvio padrão, regressão linear e não linear, testes de hipóteses, dados em painel, *cross-section* e outros recursos para tabulação de variáveis, por meio de dados do Excel e outros aplicativos estatísticos (Fonte: <https://www.stata.com/>).

Figura 21: Idade dos Participantes (21a) e tempo de trabalho na Organização (21b)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da pesquisa.

Na Figura 22, apresenta-se o nível de escolaridade das pessoas entrevistadas e a sua área acadêmica de formação. Observa-se que 100% dos entrevistados possuem, no mínimo, ensino superior completo. Além do ensino superior, 26,3% dos Participantes da Pesquisa possuem alguma Especialização, 21% possuem pós graduação em nível de Mestrado e 26,3%, Doutorado.

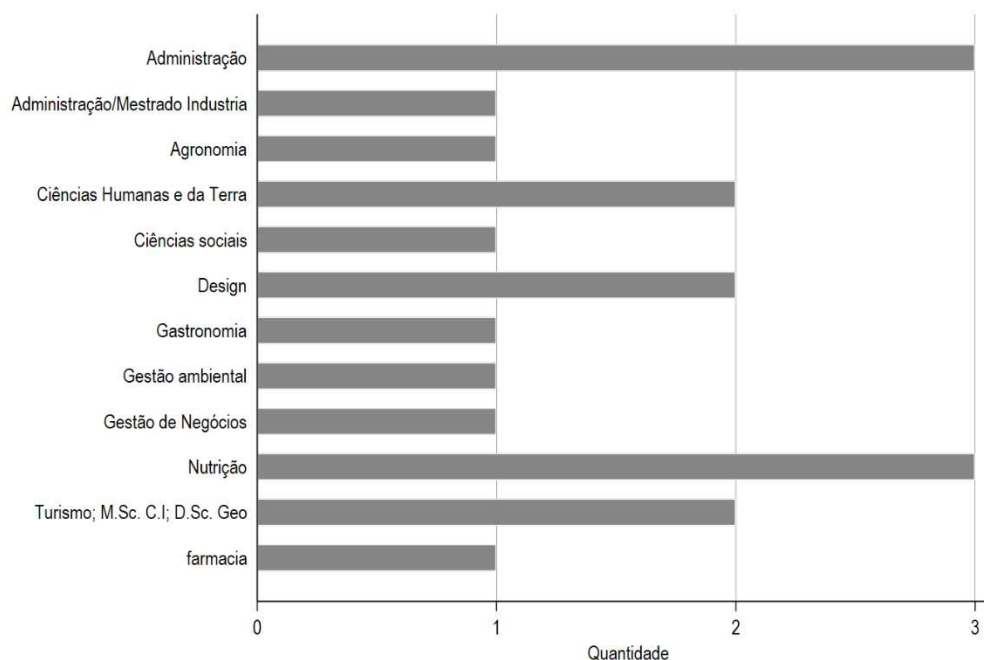
Figura 22: Nível de Escolaridade dos Participantes da Pesquisa

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da pesquisa.

Analisando a área de formação, identificou-se, na Figura 23, que 3 pessoas declararam ter formação em Administração. Da mesma forma, outros 3 Participantes da Pesquisa declararam ter formação em Nutrição. Algo a ser destacado na Figura 23 é que 26,31% dos

entrevistados possuem formações relacionadas à Administração (Administração, Administração/Mestrado Indústria criativa e Gestão de Negócios).

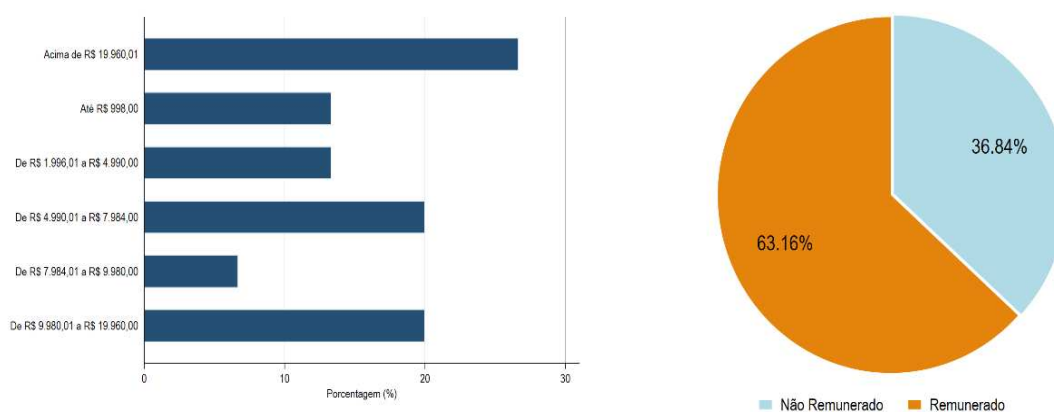
Figura 23: Área de Formação dos Participantes da Pesquisa



Fonte:Elaboração própria com base nos dados da pesquisa.

A partir destes dados, tornou-se possível criar um perfil das pessoas que trabalham nos setores de interesse para esta pesquisa de tese. As figuras apresentadas revelam que, em Florianópolis (SC), os representantes das organizações mapeadas são majoritariamente do sexo feminino, têm entre 41 e 50 anos e possuem, no mínimo, Ensino Superior. Além disso, a área de formação predominante dos participantes é a Administração.

Para finalizar a caracterização dos Participantes da Pesquisa, apresenta-se, também (Figura 24), o tipo de trabalho realizado por estes atores sociais, bem como o salário recebido (quando remunerado). De acordo com a Figura 24b, percebe-se que 63,16% dos atores sociais de Florianópolis SC são remunerados, enquanto 36,84% declararam não receber nenhuma remuneração pelo trabalho realizado dentro das suas estruturas organizacionais constituintes, o que caracteriza-se como trabalho essencialmente voluntário. Além disso, nota-se na Figura 24a que, mais de 25% dos participantes declararam receber mais de R\$ 19,960.01. Em contraste, menos de 10% declarou receber entre R\$ 7,984.01 a R\$ 9,980.01. A contar do piso salarial adotado no Brasil, a remuneração aplicada em Florianópolis representa uma média relativamente alta, configurando-se como a cidade com um dos maiores PIB *per capita* do país.

Figura 24: Remuneração recebida (24a) e Tipo de Trabalho realizado (24b)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da pesquisa.

Enquanto contribuição desta tese ao setor gastronômico da cidade de Florianópolis, admite-se que, tão importante quanto mapear os atores sociais e estruturas organizacionais instituídos na Rede de Governança de Florianópolis (SC), entendendo a cidade como pertencente à UCCN sob a chancela criativa da Gastronomia, torna-se relevante dispor a concentração do ‘circuito’ gastronômico da cidade, para que atores sociais, organizações, academia, sociedade civil, empresários e turistas, tenham acesso e saibam se orientar a partir da segmentação dos setores que envolvem a Economia Criativa, com base na cultura e na oferta especializada que condecora e promove a cidade enquanto legítima para a manutenção do selo concedido pela UNESCO, desde 2014.

Durante a Pesquisa de Campo e da coleta de dados (presencial e virtual), não se identificou um mapeamento sistematizado, contendo a sua principal atividade criativa, a qual lhe garantiu a entrada e permanência na UCCN, isto é, cadeia produtiva da Gastronomia local.

Considera-se fundamental que as Cidades Criativas tenham bem detalhado, quantitativamente, sobretudo por meio de uma cartografia georreferenciada, todos (ou, pelo menos a maioria) os segmentos gastronômicos disponíveis, inclusive disponível para os próprios atores sociais envolvidos com a Governança da Rede de Cidades Criativas, pois essa organização facilita o acompanhamento da qualidade do serviço, da sustentabilidade dos produtos produzidos, ofertados e consumidos, sobretudo para que se possa planejar ações voltadas ao atingimento dos ODS da ONU, prescrito pela UNESCO.

Ressalta-se que, por unanimidade, inclusive durante as entrevistas, após a pesquisa realizada nos sítios institucionais da cidade, que nenhum ator social tem conhecimento desse mapeamento. Alguns alegaram que a pandemia da Covid-19 foi um elemento limitador para que essa sistematização ocorresse, tendo em vista que inúmeros estabelecimentos comerciais sofreram danos irreparáveis com a crise epidemiológica, a qual promoveu o fechamento definitivo de estabelecimentos do *trade* gastronômico da cidade. Em contrapartida, este estudo alega que a chancela foi concedida desde 2014, e mesmo que pandemia tenha, de fato, representado danos socioeconômicos devastadores, mesmo antes de sua ocorrência, em 2020, não se teve concordância acerca desse mapeamento.

(...) com a pandemia, alguns fecharam, saíram do setor e desarticulou. Então, assim, hoje, não tem nenhum estabelecimento que é vinculado diretamente, pertencente [ao selo da Gastronomia] (...) a gente não tem essa indicação, sabe “Ah, esse estabelecimento faz parte, está ligado totalmente com a chancela”. A gente tá num momento de reestruturação. (...) o pessoal aqui sofreu bastante com a pandemia, então quando se fala nessas questões... se antes da pandemia, muitos estabelecimentos vendiam o almoço para pagar a janta, agora tá vendendo o almoço e pagando por ele ali na hora. E a coordenadora do [Organização vinculada ao PP] está a frente desse projeto de rearticulação, reestruturação (...). E aí, a gente acredita que vai ter de novo, um engajamento e uma atualização desse mapa. Vai levar um tempo (PP6).

Mapeamento geral a gente não tem, eu acho que quem tem isso é a SANTUR [Agência de Desenvolvimento do Turismo de Santa Catarina], eles até tem um portal bem, bem... até esqueci o nome aqui... pra coletar *bastante* dados (PP23).

Nós temos, assim, de uma forma parcial né. Nós temos uma série de associados que trabalham na área de alimentação e bebida. Quem teria talvez essa informação de uma forma de censo, talvez o Sindicato de Hotéis Bares e Restaurantes de Florianópolis (PP11).

Acho que quem tem uma base de dados boa, é o Sindicato de Hotéis, Bares, Restaurantes e Similares. Eu acho que eles têm uma base bem significativa, se eu não me engano (PP1).

Logo, enquanto contribuição desta pesquisa de tese, realizou-se, desde agosto de 2022 a dezembro de 2022, um levantamento de todos os estabelecimentos gastronômicos na cidade de Florianópolis, os quais podem ser observados através dos mapas de georreferenciamento disponibilizados na sequência, com uma média absoluta de 10% do total mapeado. Esse mapeamento ocorreu através de documentos gentilmente cedidos pela Abrasel e Sindicato de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares de Florianópolis (SHRBS). Ademais, a pesquisa se valeu, também, de consulta ao TripAdvisor, através de sua página na internet. Ao total, foram mapeados 3361 Bares, Restaurantes e Similares, os quais foram segmentados de acordo com a sua oferta gastronômica, quais sejam:

- Frutos do Mar
- Comida Japonesa

- Variedades
- Massas e Pizzas
- *Fast Food* e *Stakehouse*
- *Drinks*, Vinhos, *Fondues* e Sorveterias

Optou-se por segmentar Comida Japonesa de Culinária Internacional, pois a principal atividade de oferta gastronômica, pautada na Economia Criativa, de Florianópolis, são os Frutos do Mar, sendo considerada, especialmente, como a capital internacional da Ostra. Nesse sentido, de acordo com o mapeamento, observou-se uma elevada concentração na culinária Japonesa, utilizando-se, eventualmente, de forma criativa, a cultura oriental com nuances da cultura sul americana, sobretudo a cultura gastronômica brasileira.

Essa [amálgama culinária], na verdade, é a riqueza de Florianópolis. É que ela tem uma Gastronomia formatada por várias mãos. Como sofremos influência de várias imigrações, inclusive oriental, então a gente começou o nosso trabalho justamente buscando identificar quais são os pratos de referência que remetem a tua memória afetiva, com base numa culinária do litoral, com base numa culinária do interior (...). Se você perceber, a gente não produz aqui dentro. Nossos insumos, eles vêm da região do entorno. Consequentemente, nós temos influência desse tipo de Gastronomia do interior também, e, contemporânea, porque ela é justamente formatada por influência de outros *chefs* [que realizam] viagens de intercâmbio com outras culturas alimentares. (PP8).

Considerando o total de estabelecimentos gastronômicos mapeados, este estudo fornecerá uma cartografia georreferenciada, através de gráficos e ilhas de calor, de aproximadamente 300 estabelecimentos comerciais, segmentados por local e setores gastronômicos, conforme elaboração pelo *software QGIS*³⁹® (conhecido anteriormente como Quantum GIS). Assegura-se que, este percentual de 10% do total da cadeia produtiva gastronômica de Florianópolis compõe uma margem de segurança confiável, tendo em vista que o montante de 90%, configura-se como agrupamento dos ambientes destacados nas ilhas de calor, não representando discrepâncias nos pontos de calor demonstrados.

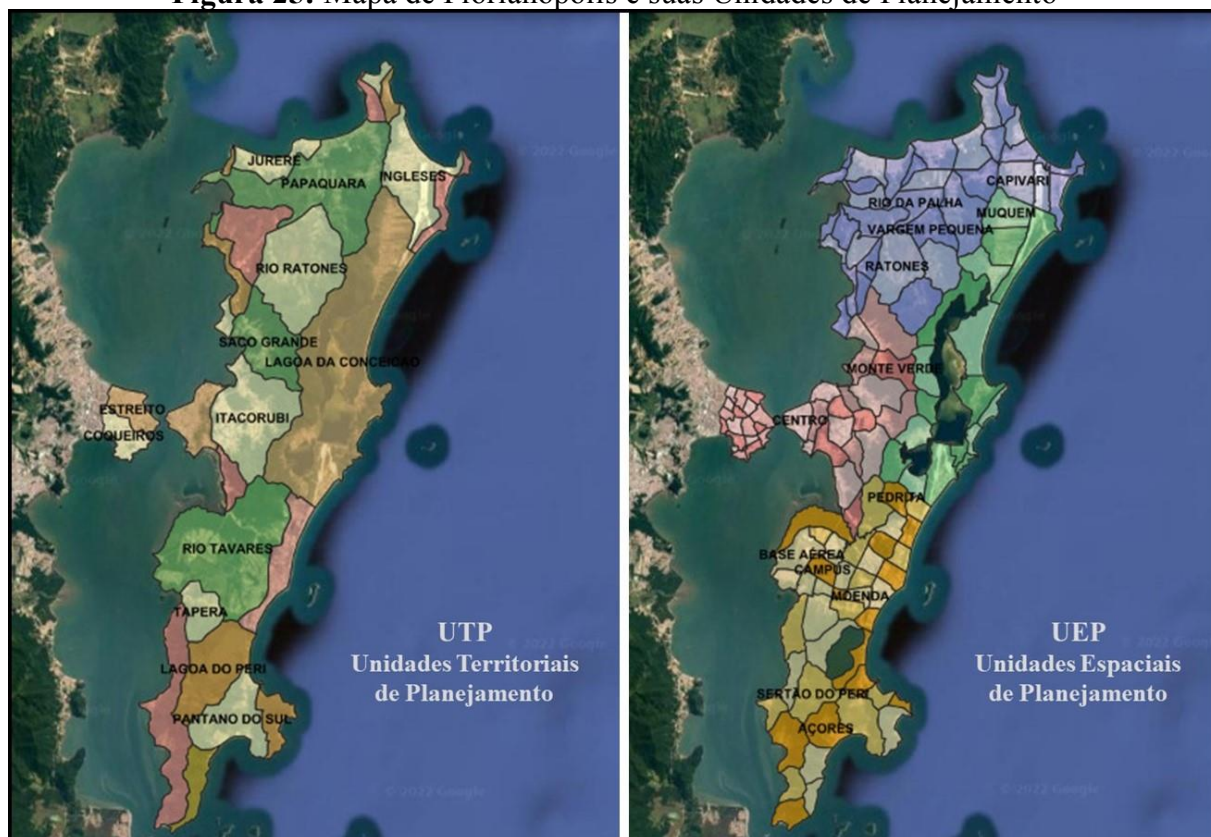
Para georreferenciar os estabelecimentos, a partir dos dados fornecidos, foi realizada uma pesquisa no *Google Maps* com o endereço dos estabelecimentos e, capturadas as suas coordenadas em graus decimais (Latitude e Longitude) a partir do próprio *site*. Essa informação

³⁹ QGIS é um *software* livre de código aberto, que permite visualizar, editar e analisar dados georreferenciados. Além disso, possibilita criar mapas com ilhas de calor a partir de camadas vetoriais e georreferenciar diferentes tipos de imagens matriciais (Fonte: <https://www.qgis.org/en/site/about/index.html>).

foi inserida em uma planilha de EXCEL, e importada para o *software* QGIS®, que distribuiu, espacialmente, os pontos, a partir desses dados.

Como base para a estrutura dos mapas, foram utilizados dados disponibilizados pelo Geoportal da Prefeitura de Florianópolis (FLORIANÓPOLIS, 2022), como limite do município, municípios vizinhos e unidade espacial de planejamento (UEP).

Figura 25: Mapa de Florianópolis e suas Unidades de Planejamento



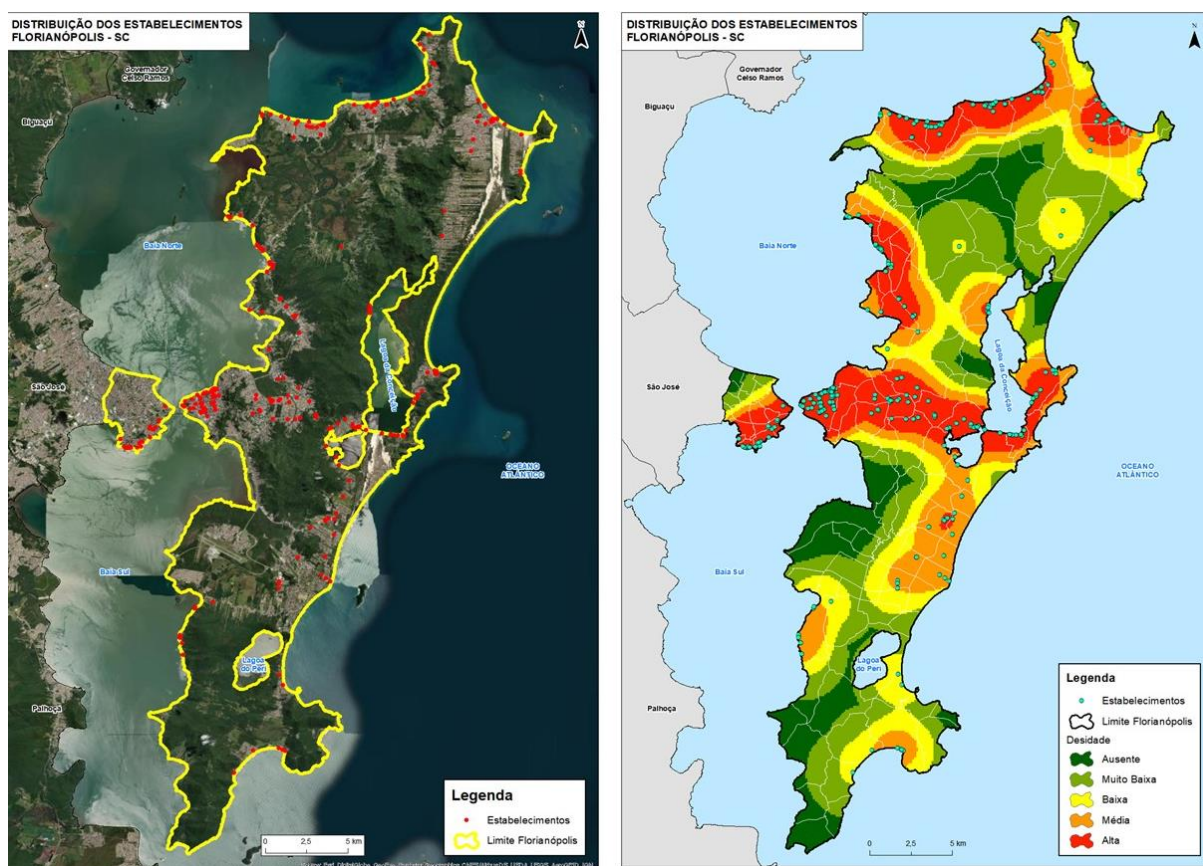
Fonte: Florianópolis (2022).

Para a elaboração do mapa de calor com a distribuição dos estabelecimentos, na totalidade ou por categoria, foi utilizada a ferramenta Mapa de Calor (Densidade de Kernel) do *software* QGIS®, e importado os pontos específicos. Na ferramenta ‘Simbologia’ do programa, foram estabelecidas 5 (cinco) classes, proporcionalmente distribuídas para classificação dos dados obtidos como Ausente, Muito Baixa, Baixa, Média e Alta.

Como resultado, foram elaborados dois tipos de mapas, sendo um, abrangendo os estabelecimentos distribuídos espacialmente sobre o limite do município e imagem de satélite, facilitando a localização e, outro, com a sobreposição desses pontos ao mapa de calor, de acordo com cada categoria. Isto posto, seguem, na sequência, os mapas e as suas distribuições

constituintes, conforme supramencionado, iniciando pelo Total de estabelecimentos mapeados, pertencentes ao *trade* gastronômico da cidade de Florianópolis (SC).

Figura 26: Distribuição de Estabelecimentos Gastronômicos de Florianópolis (SC)



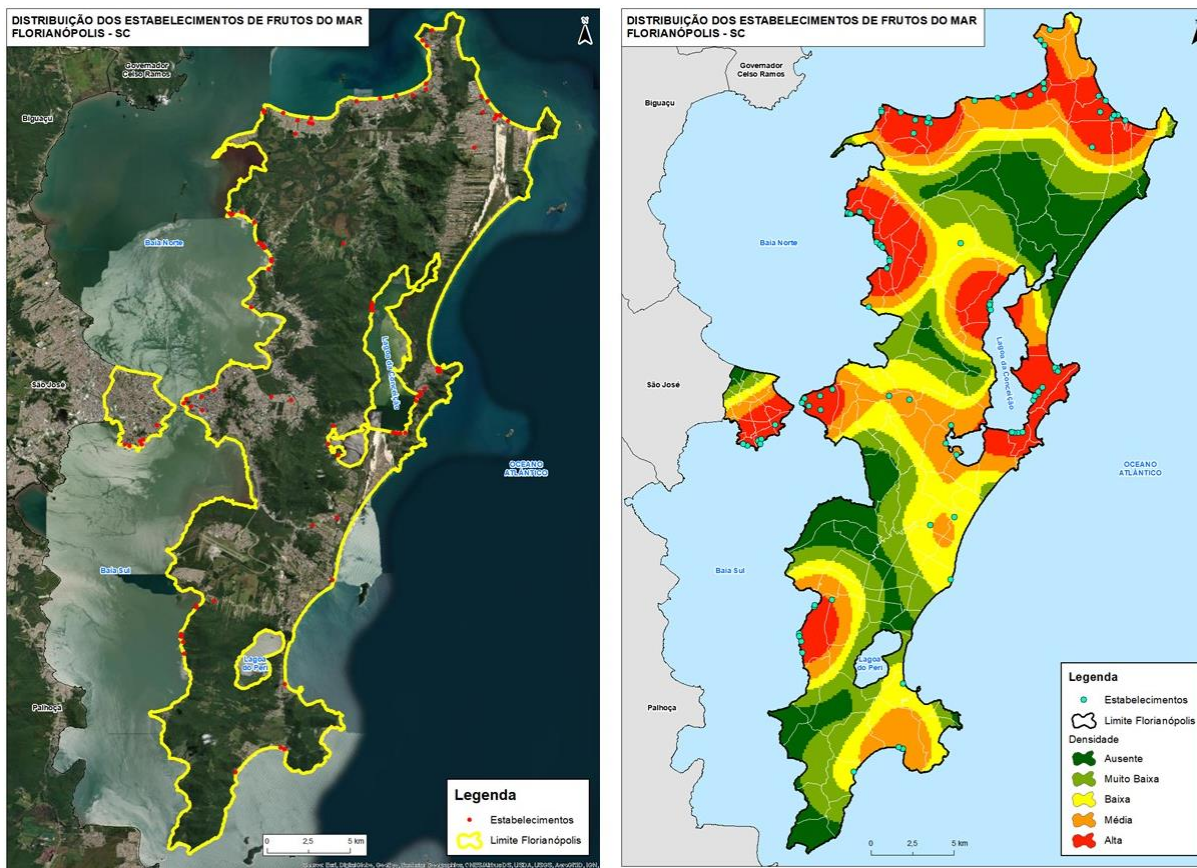
Fonte: Elaboração própria.

Conforme demonstrado na Figura 26, de uma maneira geral, as grandes concentrações de estabelecimentos estão na faixa central da cidade, desde o continente, partindo de Itaguaçu, passando por Coqueiros, Centro, Santa Mônica, Lagoa da Conceição, Retiro e Barra da Lagoa, contornando até a Costa da Lagoa, terminando a faixa central na costa leste da ilha.

Na sequência, apresenta-se os estabelecimentos gastronômicos mapeados em Florianópolis (SC), cuja principal especialidade são os Frutos do Mar.

Florianópolis é uma cidade que vive dos frutos do mar. Então (...) você tem roteiros em que você vai lá falar com o pescador, até ajudar a pescar, ganha o peixe, é muito legal essa prática e a pesca é 100% artesanal, e claro, e é um dos produtos muito tradicionais. O outro, apesar de não ser natural daqui, virou, inclusive, uma indicação geográfica, que é a ostra. A ostra de Florianópolis também virou uma tradição. Florianópolis produz, hoje, mais de 90% das ostras consumidas no Brasil. Ela [a ostra] se adaptou muito bem à nossa água, montou-se uma tecnologia de criação das sementes, montou-se a tecnologia da produção em fazendas, se transferiu esse conhecimento para os, então, pescadores artesanais, que começaram a se estruturar, criaram as suas fazendas, e, hoje, é uma potência econômica (PP18).

Figura 27: Distribuição de Estabelecimentos Frutos do Mar de Florianópolis (SC)



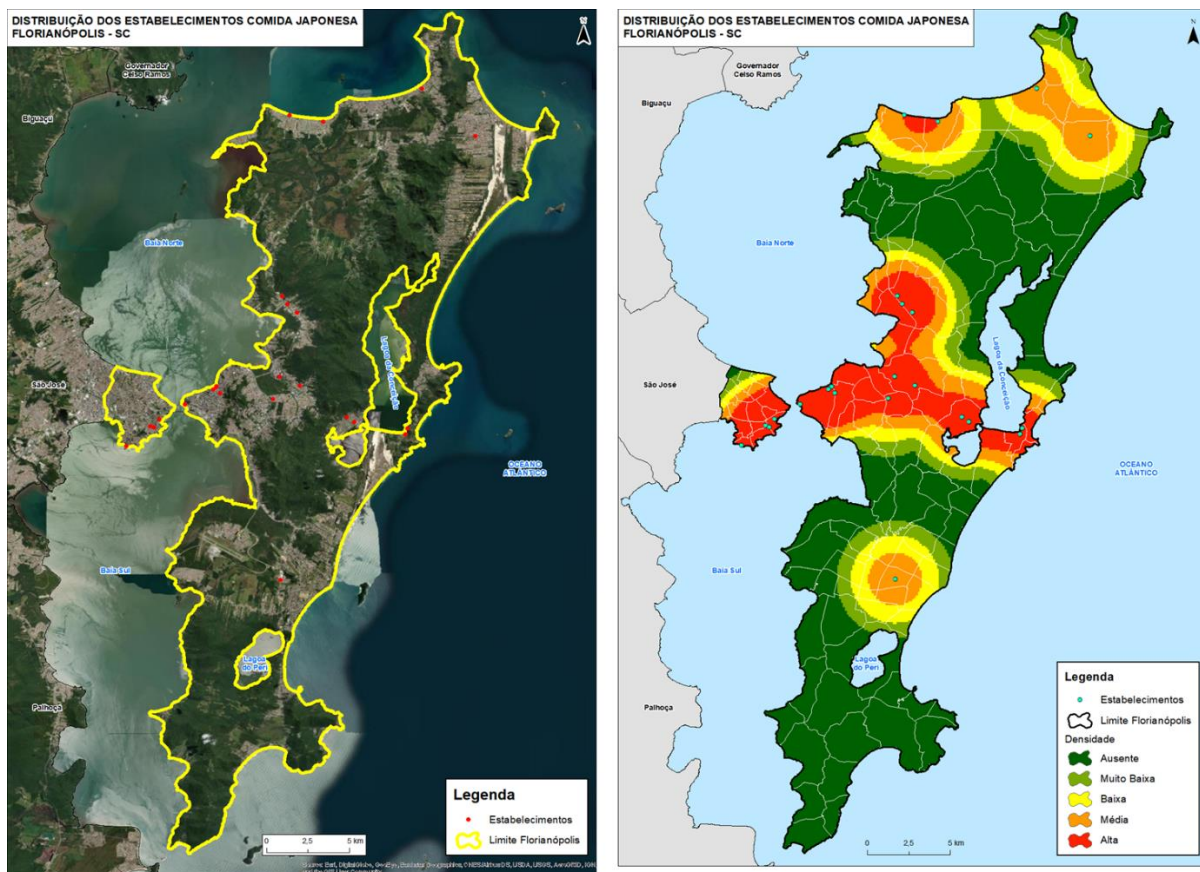
Fonte: Elaboração própria.

Quanto aos estabelecimentos de Frutos do Mar, de acordo com a demonstração da Figura 27, estes estão predominantemente concentrados nas regiões costeiras e na borda da Lagoa da Conceição, principalmente na região do Jurerê, Ingleses e Cachoeira do Bom Jesus, na parte Norte da cidade. Em Santo Antônio e Sambaqui, na face noroeste. No sudeste da cidade, em Ribeirão da Ilha. Na região da Lagoa da Conceição, englobando Retiro, Barra da Lagoa e Costa da Lagoa. Destaque também para o Centro da cidade e Coqueiros, e seu entorno.

Na sequência, apresenta-se os estabelecimentos gastronômicos mapeados em Florianópolis (SC), cuja principal especialidade é a Gastronomia oriental, exclusivamente japonesa.

(...) morando em Florianópolis, desde 1987 eu percebi o quanto a cidade evoluiu no que diz respeito à sua Gastronomia. Para se ter uma ideia, quando eu cheguei em Florianópolis, há 30 anos atrás, só existia um restaurante japonês, em Ingleses [Ingleses do Rio Vermelho, bairro da cidade]. No momento de fazer o dossiê, eu identifiquei mais de 500 lugares que serviam comida japonesa no centro da cidade, beira mar... nessa região. Ou seja, isso demonstrava o quanto a cidade tinha multiplicado a sua oferta gastronômica, tinha aberto as suas cabeças e mentes para outras culturas e tudo isso me fez pensar que Florianópolis poderia se candidatar como Cidade Criativa da Gastronomia (PP21).

Figura 28: Distribuição de Estabelecimentos Comida Japonesa de Florianópolis (SC)

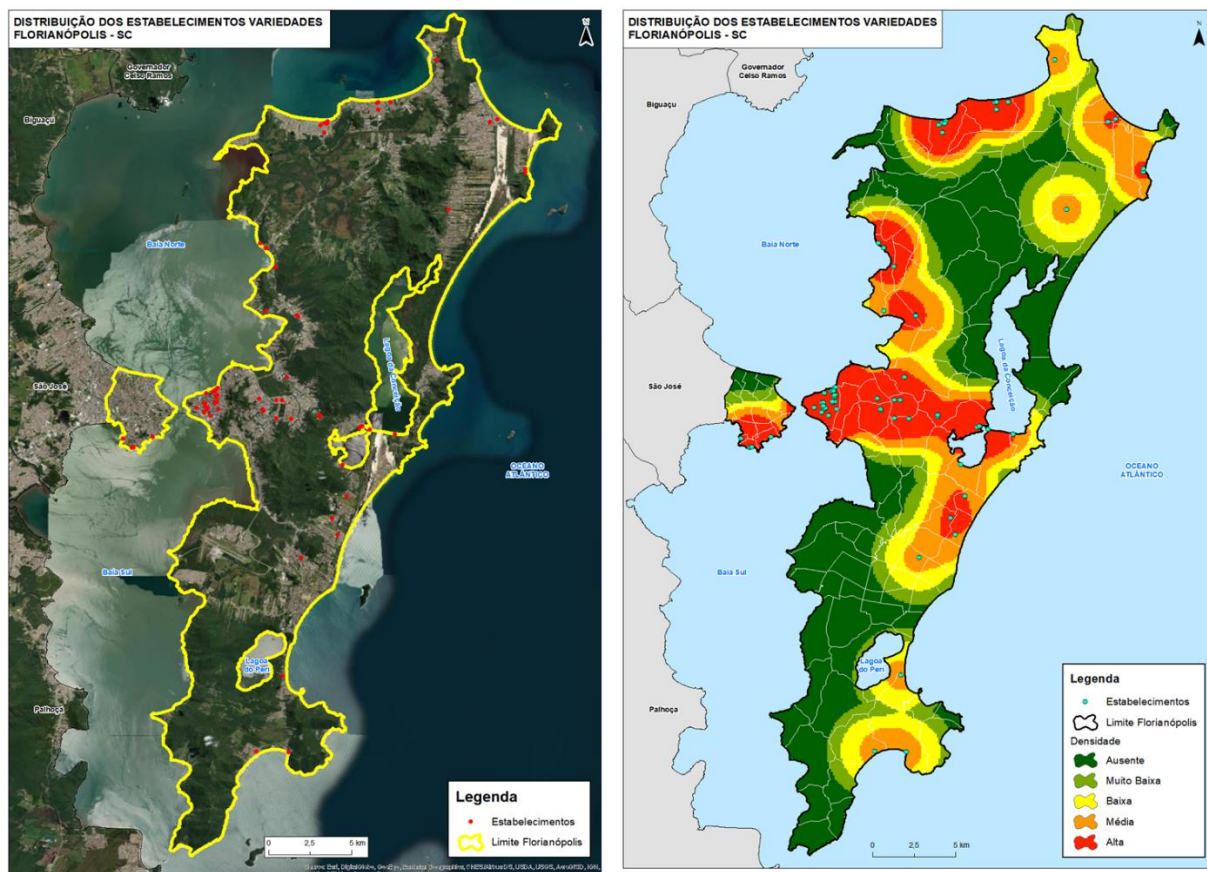


Fonte: Elaboração própria.

Conforme apresentado na Figura 28, os estabelecimentos de Comida Japonesa estão concentrados, principalmente, no Centro da cidade e na região de Coqueiros, e em seu entorno. Outros polos são observados em Saco Grande Leste e na parte Sul da Lagoa da Conceição. Em Jurerê, também há certa relevância de estabelecimentos.

Na sequência, apresenta-se os estabelecimentos gastronômicos mapeados em Florianópolis (SC), que atuam em vários segmentos da Gastronomia, classificados pela sua Variedade gastronômica, como cafés, *self-services*, panificação, doces, mercados e petiscos orgânicos etc.

Figura 29: Distribuição de Estabelecimentos **Variedades** de Florianópolis (SC)

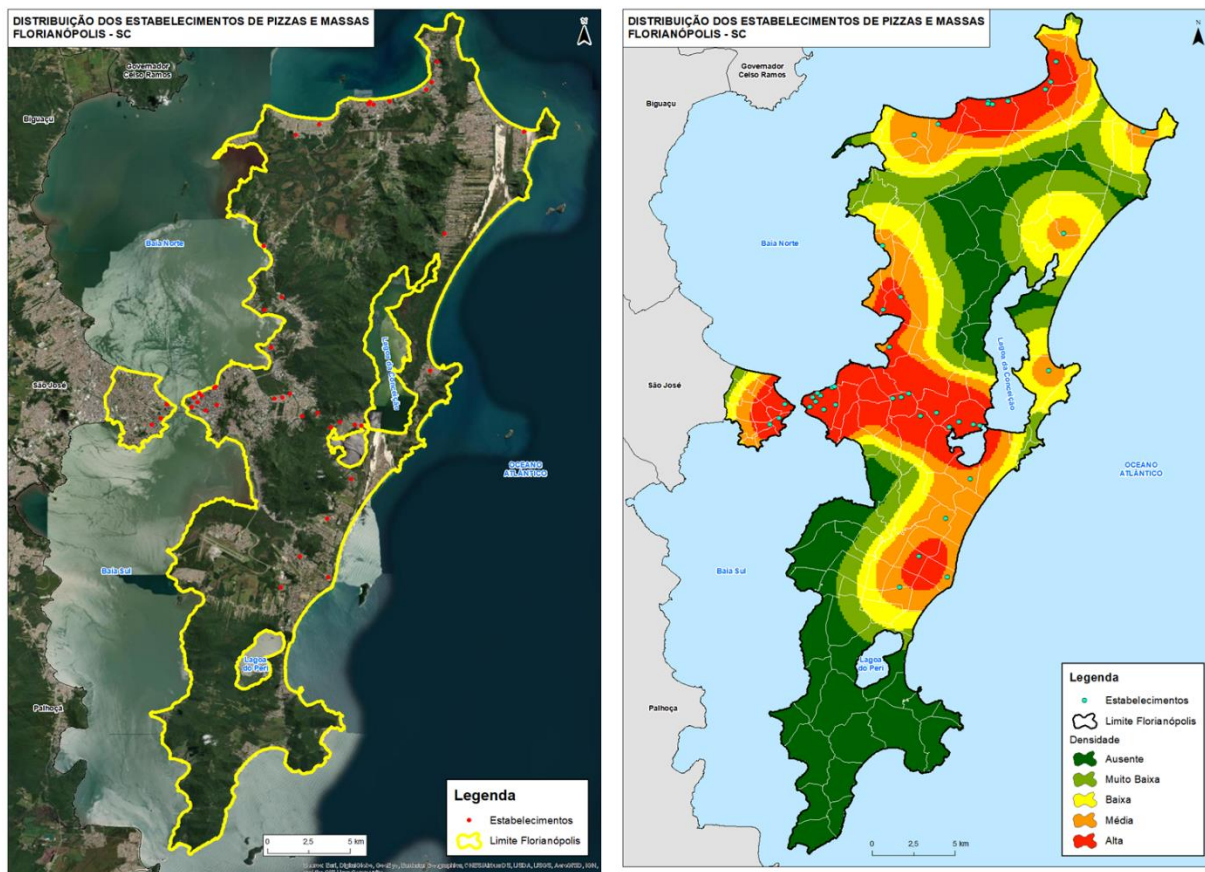


Fonte: Elaboração própria.

Considera-se, a partir da Figura 29, que os estabelecimentos de Variedades têm certa relevância na porção continental, principalmente em Itaguaçu e na faixa central da ilha, com grande concentração no Centro e boa concentração em direção à Lagoa da Conceição. Santo Antônio, à noroeste, e Jurerê, com Canasvieiras, ao norte, também são consideráveis.

Na sequência, apresenta-se os estabelecimentos gastronômicos mapeados em Florianópolis (SC), cuja principal especialidade são Pizzas e Massas.

Figura 30: Distribuição de Estabelecimentos Pizzas e Massas de Florianópolis (SC)



Fonte: Elaboração própria.

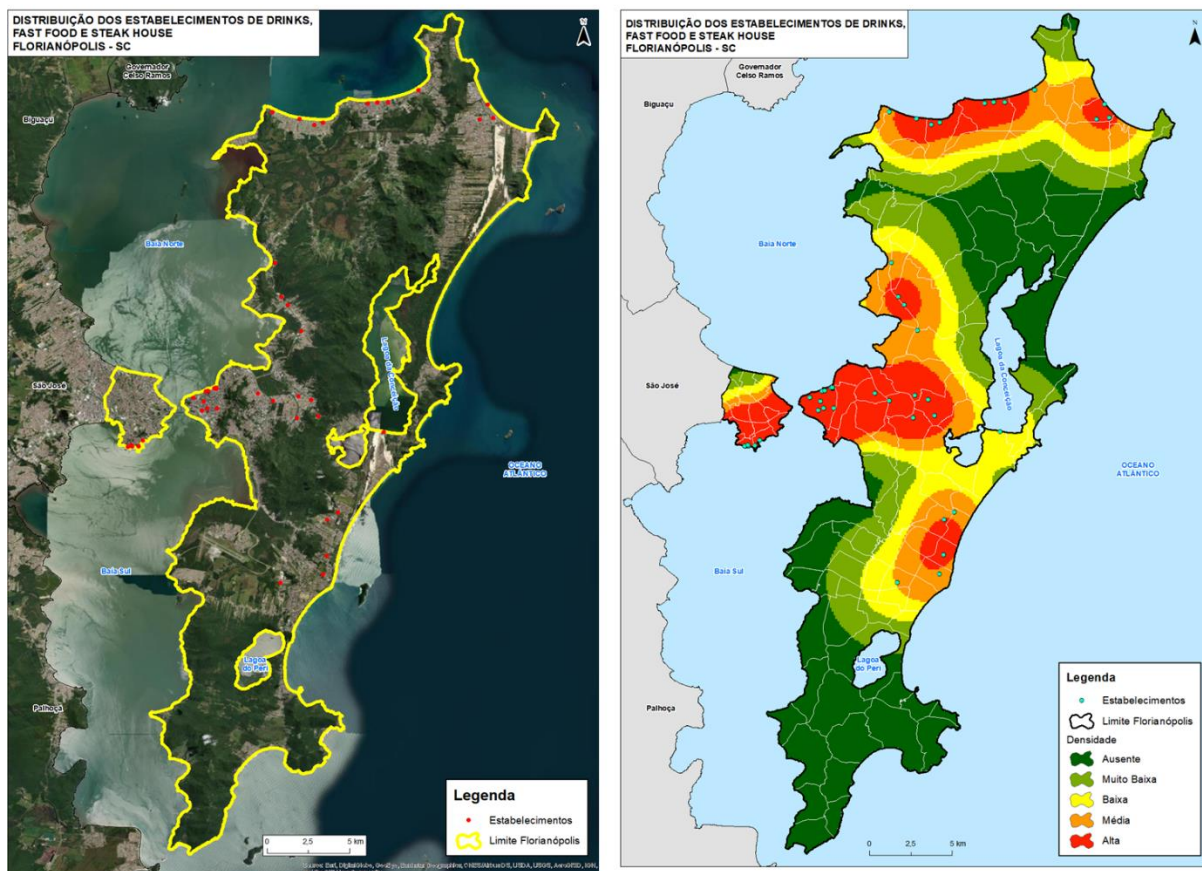
De acordo com os resultados georreferenciáveis, apresentados na Figura 30, Pizzas e Massas estão concentradas em uma faixa central da cidade, que vai desde o Centro até a Lagoa da Conceição, passando por Santa Mônica. Observa-se, também, uma concentração ao norte da cidade, em Canasvieiras e Cachoeira do Bom Jesus. Existe certa relevância, também, nas proximidades de Campeche.

Embora admita-se a possibilidade de que nem todos os estabelecimentos mapeados a seguir, representem, especificamente, a chancela da Cidade Criativa da Gastronomia, inclusive por não terem sido citados com frequência pelos Participantes da Pesquisa, considera-se relevante apresentar, conforme Figura 31, a distribuição do *trade* de *Drinks*, *Fast Food* e *Steakhouse*, sobretudo por revelarem-se na constituição da cultura gastronômica ou cadeia produtiva da Gastronomia, em Florianópolis (SC), por meio dos documentos institucionais analisados a partir da Associação FloripAmanhã, ambos destacados nos Anexos deste estudo.

(...) como a gente tá muito perto do Rio Grande do Sul, o churrasco gaúcho também tá aqui presente, muito forte. Mais recentemente a *Parrilla*, vindo pra cá e, eu acho que vale a pena destacar, também, a questão das receitas tradicionais, o mocotó. A

gente tem um morro muito grande aqui na cidade, o Morro do Mocotó, ele teve esse nome por causa dessa receita (PP18).

Figura 31: Distribuição de Estabelecimentos *Drinks*, *Fast Food* e *Steakhouse* de Florianópolis (SC)



Fonte: Elaboração própria.

O que se buscou, a partir das entrevistas, do questionário ICD aplicado e das análises da documentação obtida e analisada, para além de Mensurar o Grau de Governança da Multinível da UCCN a partir de Florianópolis (SC), foi, também, identificar os elementos determinantes e influenciados pela operacionalização de atividades da Governança Multinível revelada, para o alcance dos ODS da ONU. Em outras palavras, evidenciar se ações para o desenvolvimento da cidade e, conseqüentemente, da UCCN, têm sido compreendidas, conjugadas e implementadas pela Governança de Florianópolis (SC), para o alcance dos ODS da ONU, sobretudo com base na chancela de Cidade Criativa da Gastronomia. As respostas para essas questões encontram-se descritas nos próximos capítulos.

5 GRAU DE GOVERNANÇA MULTINÍVEL DA UCCN A PARTIR DE FLORIANÓPOLIS SC

Com base no mapeamento dos Atores e Organizações vinculados à Governança de Florianópolis (SC) e do questionário ICD respondido, chegou-se à mensuração da Governança Multinível a partir da Cidade Criativa designada. Em resposta ao Objetivo Específico 2 (OE2), são demonstrados, a seguir, os Graus de Governança identificados em cada Nível (Local, Regional/Estadual, Nacional e Internacional), por meio dos resultados⁴⁰ obtidos através da análise quantitativa dos dados coletados.

De acordo com os dados apresentados, tornou-se possível demonstrar comparações entre os Níveis de Governança constituintes, na percepção dos Participantes de Pesquisa, e destacar os pontos com maior Grau de relevância e os mais críticos, evidenciados pelo ICD. Dessa forma, cabe resgatar a síntese no que concerne às principais características dos Indicadores de Governança, sendo:

- **Cooperação:** A cooperação é descrita como uma relação informal sem uma missão comum na qual a informação é compartilhada conforme a necessidade. A autoridade é autônoma e permanece com cada organização. Há pouco (ou nenhum) risco e os recursos e as recompensas são mantidos separados. Cada parte fornecerá acesso aos seus recursos.
- **Coordenação:** A coordenação é vista como mais formal e há missões compatíveis que exigem um planejamento comum, e canais de comunicação mais formais. Enquanto cada organização mantém autoridade, o risco entra na equação.
- **Colaboração:** A colaboração é um relacionamento mais duradouro e difundido que envolve a criação de novas estruturas para incorporar autoridade, desenvolvendo uma missão comum entre elas. Envolve-se em um planejamento abrangente e compartilhado no qual a comunicação formal e informal entre múltiplos níveis ocorre, à medida em que confianças são estabelecidas.

Para fins de esclarecimentos e exemplificação, são apresentados, na Tabela 1, os percentuais adotados para os Pesos utilizados na construção do ICD, o qual direcionou as

⁴⁰ As fórmulas aplicadas no *software* STATA® para mensuração do Grau de Governança Multinível, a partir de Florianópolis (SC), considerando os Indicadores, Categorias e Subcategorias, ambos descritos no ICD, podem ser conferidas no Apêndice A.

estatísticas relativas à Mensuração do Grau de Governança Multinível, a partir de Florianópolis (SC).

Tabela 1: Sínteses dos Percentuais dos Indicadores de Governança

Indicador	Categorias	Subcategorias	Variáveis (Questões)	%Peso da Subcategoria
Cooperação 33%	Relações Cooperativas (33,33%)	Gestão de Recursos	2	66%
		Isonomia	1	33%
	Relacionamentos Informais (33,33%)	Acessibilidade	1	100%
	Redes Interorganizacionais (33,33%)	Parcerias Público-Privadas	5	100%
Coordenação 33%	Planejamento (16,66%)	Reuniões	3	100%
	Formalização (16,66%)	Documental	7	100%
	<i>Controle</i> (16,66%)	Sist. de Gestão Riscos Conflito de Interesses	1	33%
			2	66%
	Orientação (16,66%)	Ferramentas Divulgação	3	100%
	Direcionamento (16,66%)	Autoavaliação Feedback	1	50%
1			50%	
Deliberação (16,66%)	Tomadas de Decisões Consenso	1	25%	
		3	75%	
Colaboração 33%	Formalização (16,66%)	Comprometimento	2	100%
	Informalização (16,66%)	Interatividade	2	100%
	<i>Reciprocidade</i> (16,66%)	Engajamento	4	100%
	Confiança (16,66%)	Legitimidade Estabilidade	2	66%
			1	33%
	Ações Conjuntas (16,66%)	Implementação	4	100%
Autoridades Compartilhadas (16,66%)	Institucionalização	1	100%	
Total de Variáveis (Questões)			47	

Fonte: Elaboração própria.

Em tempo, o número de Participantes da Pesquisa variou de acordo com a disponibilidade dos atores e por decisão do autor deste estudo. Destaca-se, também, que a rede de atores envolvidos com a chancela de Cidade Criativa da Gastronomia é formada por um

núcleo de Governança, o que a caracteriza como uma ‘*Core Governance*’, cuja definição, proveniente do estudo de Mediotte (2020), parte da premissa de que há uma Governança centrada nesse núcleo e que existem atores que se mobilizam e se articulam, dentro dessas organizações, como forma de institucionalizar e legitimar interesses, ações, propostas, normativos e deliberações, em nome do coletivo. Tal percepção para este contexto, será mais bem abordado no próximo Capítulo, relativo ao Objetivo Específico 3 (OE3) da presente pesquisa de tese.

Ressalta-se que, embora esses atores participem, cada qual, de suas organizações de origem (não há atores participando de mais de duas instâncias de Governança simultaneamente), identificou-se, tanto pela Observação não Participante, quanto no discurso de alguns dos atores, que há pouca diversidade de indivíduos e instituições envolvidos com a chancela UNESCO de Cidade Criativa, em Florianópolis (SC), sobretudo pode-se observar que, embora existam atores que não compreendam precisamente qual o seu papel nessa rede de Governança, as suas participações são possivelmente pensadas a partir da premissa de pactuação e vínculos, o que lhes confere sobremaneira, certa legitimidade.

Dessa forma, do total de 30 (trinta) representantes mapeados, a pesquisa foi realizada com 26 (vinte e seis) atores entrevistados, dentre indicações (*snowball*) e discernimento do autor deste estudo. Ressalta-se que, destes, obteve-se resposta do ICD o total de 19 (dezenove) atores sociais. A justificativa relativa ao não preenchimento do questionário por todos os PPs encontra-se relatada no item 3.3. Coleta de Dados, página 97, deste estudo.

A seguir, apresentam-se os resultados dos Indicadores relativos à Governança Multinível, previamente definidos à análise realizada. Optou-se por realizar a Análise Estatística Descritiva por meio de cada Indicador (Cooperação, Coordenação, Colaboração), inseridos em seus Níveis constituintes (Local, Estadual/Regional, Nacional, Internacional).

Assim, seguiu-se a mesma sequência lógica do ICD, conforme apresentado aos Participantes da Pesquisa.

Vale destacar que, em alguns pontos de interpretação dos resultados, foram utilizados trechos dos discursos dos PPs. No entanto, as inferências pontuadas neste Capítulo, estão mais bem detalhadas através dos discursos dos PPs, no Capítulo 6 desta tese.

5.1. Mensuração Grau de Governança Multinível da UCCN a partir de Florianópolis (SC) – Indicador Cooperação

Na Tabela 2, são demonstrados os resultados referentes ao Indicador Cooperação, em Nível Local.

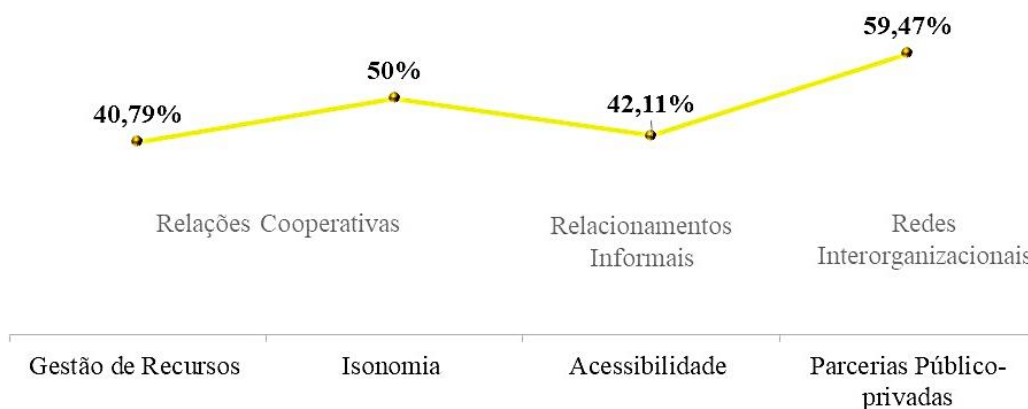
Tabela 2: Grau de Governança do Indicador Cooperação em Nível Local

Subcategorias/Categorias	Valor	Percentual
Valor Médio Gestão de Recursos	7,75	40,79
Valor Médio Isonomia	9,50	50,00
Valor Relações Cooperativas	8,33	43,86
Valor Médio Acessibilidade	8,00	42,11
Valor Relacionamentos Informais	8,00	42,11
Valor Médio Parcerias Público-privadas	11,30	59,47
Valor Redes Interorganizacionais	11,30	59,47
Valor Grau de Cooperação	9,21	48,48%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da pesquisa.

Os resultados da mensuração do Grau de Governança LOCAL do indicador Cooperação direcionaram para a classificação “Moderado”, tendo em vista que apresentou percentual de **48,48%**, localizando-se dentro do intervalo de 34% a 66%, correspondente ao Grau **Médio** de classificação da Governança.

Para melhor ilustração e compreensão dos valores que resultaram no percentual deste Indicador, elaborou-se um gráfico (Gráfico 1) das Subcategorias, do qual é possível visualizar os índices mais altos e mais baixos obtidos, a partir das respostas dos Participantes da Pesquisa.

Gráfico 1: Percentual Subcategorias Indicador Cooperação – Governança em Nível Local

Fonte: Elaboração própria.

Diante o Gráfico 1, destaca-se o valor mais baixo de mensuração, de **40,79%**, da Subcategoria **Gestão de Recursos**, a qual compõe e complementa a Categoria Relações Cooperativas, embora esteja no intervalo pertencente ao Grau **Médio** de Governança. A exemplo de conceituação, esta Subcategoria preconiza que deve haver um compartilhamento de Recursos (tempo, materiais, imateriais, financeiros, humanos etc.) disponíveis e necessários para a implementação de ações estratégicas coletivas. Além disso, prevê que a alocação de recursos para estabelecer e sustentar programas deve ser realizada de forma compartilhada.

Entende-se esse resultado, conforme previsto por grande parte dos PPs, sobre a dificuldade entre os atores para dispor de tempo e recursos necessários para que ações concretas e vinculadas diretamente com a chancela UNESCO de Cidade Criativa da Gastronomia em Florianópolis (SC), sejam implementadas. Além disso, a observância do campo revelou que cada estrutura organizacional atua conforme demanda e não de forma coletiva. Em outras palavras, cada organização atua de forma individual, embora exista um senso de boa convivência mútua entre os atores.

Porém, no que tange a ações coletivas, o compartilhamento dos recursos ainda é insuficiente, sobretudo por haver um forte sentimento de mágoa entre os *stakeholders* com a prefeitura de Florianópolis (SC), cujas críticas direcionam-se a uma negligência com o selo obtido pela UNESCO.

Eu acho que o poder público não entende a importância desse selo, ou não entende a importância, ou não quer se comprometer naquilo que ele representa, porque receber um título de Cidade Criativa da UNESCO, para os prefeitos, para as pessoas do Poder Público é apenas o elemento de distinção de valor enquanto destino turístico qualificado. Mas isso é um efeito colateral, isso jamais foi o objetivo da UNESCO, isso é o objetivo da maioria das candidaturas, mas não da UNESCO. O objetivo da

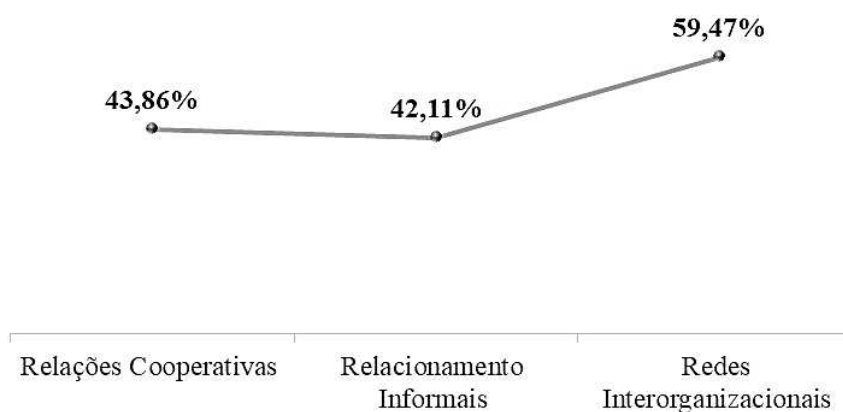
UNESCO é fazer com que a cultura faça parte real do centro das decisões de uma política pública. É isso, que no fundo quer dizer ser parte de uma Rede de Cidades Criativas, é colocar a cultura, os ODS, como uma provocação verdadeira dos entes públicos. E, talvez, seja por isso que eles não queiram afirmar de modo tão formal esse compromisso. Essa é a minha maneira de ver as coisas (PP21).

Embora argumentem que na atual Administração Pública Local há um certo compromisso com a chancela Criativa da Gastronomia, os atores ainda parecem não ter superado as experiências anteriores.

Com relação à Subcategoria **Parcerias Público-Privadas**, a qual subsidia a Categoria Redes Interorganizacionais, os dados obtidos através do ICD a direcionam como o maior Grau obtido neste Indicador, em Nível Local, com **59,47%**, indicada com Grau **Médio** de Governança. Vale ressaltar que, das 20 Subcategorias avaliadas, as Parcerias Público-Privadas apresentaram um dos maiores índices, ocupando o sétimo lugar.

Para uma melhor ilustração e compreensão dos valores que resultaram no percentual deste Indicador, elaborou-se um gráfico (Gráfico 2) das Categorias, do qual é possível visualizar os índices mais altos e mais baixos obtidos, a partir das respostas dos Participantes da Pesquisa.

Gráfico 2: Percentual Categorias Indicador Cooperação – Governança em Nível Local



Fonte: Elaboração própria.

Conforme já mencionado, a Categoria **Redes Interorganizacionais**, formada pela Subcategoria Parcerias Público-Privadas, obteve o maior percentual do Grau de Governança Local do Indicador Cooperação. De acordo com o ICD, esta Categoria obteve **59,47%** de incidência, configurando-a com Grau **Médio** de Governança. A exemplo de conceituação, esta Categoria preconiza que deve haver algumas premissas essenciais de Governança, quais sejam: Parcerias em Nível Local com outras Organizações (públicas e privadas); Parcerias entre o setor

público e o privado para definir estratégias de desenvolvimento local; Parcerias para captar recursos financeiros, públicos e/ou privados, necessários à implementação de políticas públicas de desenvolvimento local; Atuação substantiva do setor público e do setor privado para captação de recursos financeiros.

Portanto, esse resultado corrobora com a opinião de grande parte dos PPs ao relatarem que, embora os recursos provenientes da prefeitura sejam mais escassos, a Cooperação em Nível Local, tratando da perspectiva de Recursos visando o desenvolvimento local e os insumos direcionados pelas estruturas organizacionais que compõem essa Governança, apontam para bons índices de parcerias público-privadas. No entanto, essa realidade parece distante de ser a ideal, para outros Atores Sociais.

Então, quando a gente tem uma possibilidade, não que uma coisa leva a outra, mas assim, a gente trabalha muito com concessão. Então, vem dinheiro novo de fora, do privado, ou mesmo daqui. Mas, enfim, dinheiro novo que eu digo, de fora da prefeitura a gente tem construído editais que tentam manter uma certa tradição, por assim dizer (PP7).

O próprio título da UNESCO veio pra trazer esse olhar e metas *pra* profissionalizar mais, porque eram todos muito isolados, cada restaurante vendo outro como um competidor em potencial ao invés de se enxergar como um grande ecossistema, que pode atrair recursos e gente, clientes pra todo mundo. Então essa mudança desse paradigma é que é fundamental. E aí precisa da gestão pública pra fazer essa construção. É porque, raramente, ela acontece sozinha. Acontece? Acontece, *né?!*, os empresários podem se unir, mas se você tem ali o gestor público traçando essa meta e fomentando com recurso, com capacitação, com conhecimento aí acelera muito mais esse processo de profissionalização, *né?* (PP26)

Na Tabela 3, são demonstrados os resultados referentes ao Indicador Cooperação, em Nível Estadual/Regional.

Tabela 3: Grau de Governança do Indicador Cooperação em Nível Estadual/Regional

Subcategorias/Categorias	Valor	Percentual
Valor Médio Gestão de Recursos	7,63	40,13
Valor Médio Isonomia	9,00	47,37
Valor Relações Cooperativas	8,083	42,54
Valor Médio Acessibilidade	6,25	32,89
Valor Relacionamento Informais	6,25	32,89
Valor Médio Parcerias Público-privadas	8,15	42,89

continua...

conclusão.

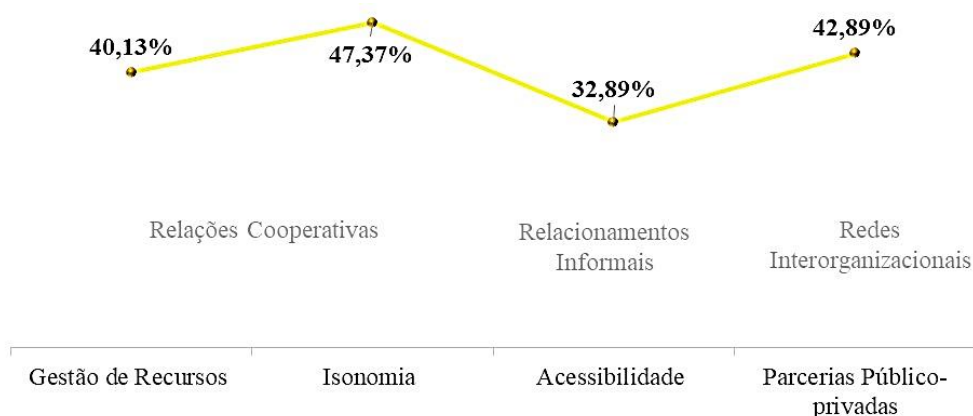
Valor Redes Interorganizacionais	8,15	42,89
Valor Grau de Cooperação	7,494	39,44%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da pesquisa.

Os resultados da mensuração do Grau de Governança ESTADUAL/REGIONAL do indicador Cooperação direcionaram para a classificação “Moderado”, tendo em vista que apresentou percentual de **39,44%**, localizando-se dentro do intervalo de 34% a 66%, correspondente ao grau **Médio** de classificação da Governança.

Para uma melhor ilustração e compreensão dos valores que resultaram no percentual deste Indicador, elaborou-se um gráfico (Gráfico 3) das Subcategorias, do qual é possível visualizar os índices mais altos e mais baixos obtidos, a partir das respostas dos Participantes da Pesquisa.

Gráfico 3: Percentual Subcategorias Indicador Cooperação – Governança em Nível Estadual/Regional



Fonte: Elaboração própria.

Diante o Gráfico 3, destaca-se o valor mais baixo de mensuração, de **32,89%**, da Subcategoria **Acessibilidade**, a qual compõe e complementa a Categoria Relacionamento Informais, caracterizada com Grau **Baixo** de Governança, localizando-se dentro do intervalo de 1% a 33%. A exemplo de conceituação, esta Subcategoria, juntamente com a sua Categoria constituinte, preconiza que deve haver acesso flexível aos recursos organizacionais, como informações, sistemas e documentos, relevantes ao desenvolvimento local.

Entende-se esse resultado, conforme previsto por grande parte dos PPs, pela própria indisponibilidade organizacional de obter dados precisos e disponíveis acerca de recursos

vinculados ao desenvolvimento da cidade, com base no selo de Cidade Criativa, em especial pelas Organizações Estaduais, com exceção do SEBRAE SC, que figura como uma das representações de maior relevância na Governança. No entanto, ao comparar a atuação com as demais organizações, até mesmo com alguns Atores Sociais, há uma limitação considerável de se obter recursos e de flexibilizá-los, tendo em vista que, boa parte dos Atores Sociais em nível Estadual, não atuam no sentido de coprodução e coparticipação de ações, embora a concessão seja evidente.

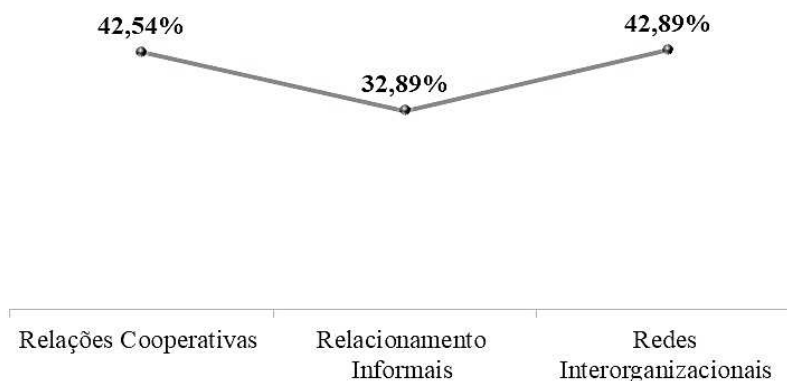
Então, acho que há falta de conexão da Prefeitura com o Governo do estado também. Porque eu entendo que, se eu fosse governadora do estado eu ia olhar e falar “meu Deus, eu tenho uma cidade em Santa Catarina que recebeu esse título da UNESCO. Também vou dar todo o apoio possível”, mas aí se têm as questões, né?! de gestores diferentes que, de repente, não se conversam, não que seja o caso específico, mas pode acontecer. Então, essa é uma grande dificuldade (PP26).

No entanto, para fins de mais valia na perspectiva socioinstitucional, esses Atores não possuem uma visão coletiva de atuação, sobretudo com base nos seus recursos e potencialidades para o trabalho de cooperação, como tempo, temáticas, deliberações etc. A eles, cabe executar as demandas, quando dirigidas às suas estruturas organizacionais. Logo, as ações ocorridas e relatadas, ocorrem de forma isolada, tampouco exclusivamente direcionadas à chancela Cidade Criativa da Gastronomia, mas sim, para o desenvolvimento orgânico da cidade de Florianópolis (SC), não observada a influência do selo UNESCO.

Com relação à Subcategoria **Isonomia**, a qual complementa a Categoria Relações Cooperativas, embora os dados obtidos através do ICD a direcionam como o maior Grau obtido neste Indicador, em nível Local, com **47,37%**, indicada com Grau **Médio** de Governança, a média do maior Grau obtido nesse indicador, em Nível Estadual refere-se à Categoria **Redes Interorganizacionais**, com **42,89%** de Governança. De forma analítica, a média da Subcategoria Isonomia (47,37%) somada à Subcategoria Gestão de Recursos (40,13%), às quais concentram a Categoria Relações Cooperativas, totalizou 42,54%, ficando abaixo das **Redes Interorganizacionais**.

Para uma melhor ilustração e compreensão dos valores que resultaram no percentual deste Indicador, elaborou-se um gráfico (Gráfico 4) das Categorias, do qual é possível visualizar os índices mais altos e mais baixos obtidos, a partir das respostas dos Participantes da Pesquisa.

Gráfico 4: Percentual Categorias Indicador Cooperação – Governança em Nível Estadual/Regional



Fonte: Elaboração própria.

Conforme já mencionado, a Categoria **Redes Interorganizacionais**, formada pela Subcategoria Parcerias Público-Privadas, obteve o maior percentual do Grau de Governança Estadual/Regional do Indicador Cooperação, mantendo-se nessa posição, seguindo o nível Local. De acordo com o ICD, esta Categoria obteve **42,89%** de incidência, configurando-a com Grau **Médio** de Governança, embora tenha havido uma redução no percentual, comparado com o Nível Local.

Na Tabela 4, são demonstrados os resultados referentes ao Indicador Cooperação, em Nível Nacional.

Tabela 4: Grau de Governança do Indicador Cooperação em Nível Nacional

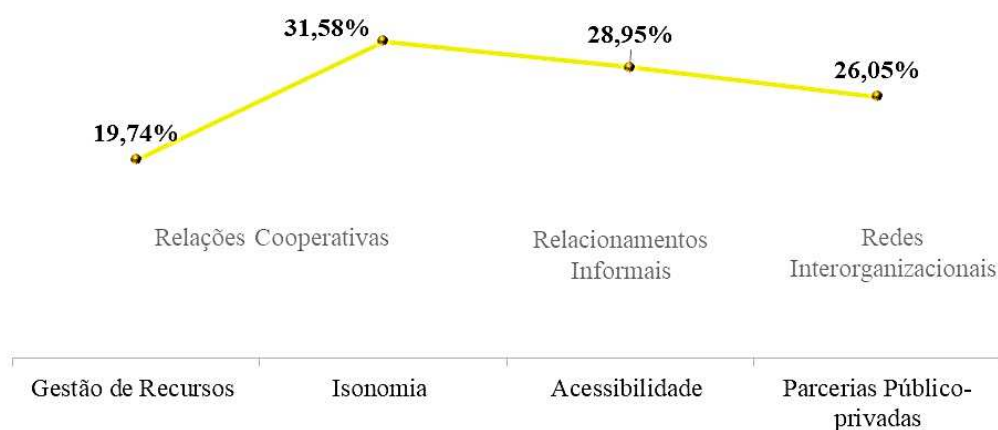
Subcategorias/Categorias	Valor	Percentual
Valor Médio Gestão de Recursos	3,75	19,74
Valor Médio Isonomia	6,00	31,58
Valor Relações Cooperativas	4,50	23,68
Valor Médio Acessibilidade	5,50	28,95
Valor Relacionamento Informais	5,50	28,95
Valor Médio Parcerias Público-privadas	4,95	26,05
Valor Redes Interorganizacionais	4,95	26,05
Valor Grau de Cooperação	4,983	26,23%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da pesquisa.

Os resultados da mensuração do Grau de Governança NACIONAL do indicador Cooperação direcionaram para a classificação “Incipiente”, tendo em vista que apresentou percentual de **26,23%**, localizando-se dentro do intervalo de 1% a 33%, correspondente ao Grau **Baixo** de classificação da Governança.

Para uma melhor ilustração e compreensão dos valores que resultaram no percentual deste Indicador, elaborou-se um gráfico (Gráfico 5) das Subcategorias, do qual é possível visualizar os índices mais altos e mais baixos obtidos, a partir das respostas dos Participantes da Pesquisa.

Gráfico 5: Percentual Subcategorias Indicador Cooperação – Governança em Nível Nacional



Fonte: Elaboração própria.

Antes de descrever a análise estatística, julga-se oportuno revelar que, a partir dos Níveis Local e Estadual/Regional, houve uma ‘queda’ considerável nos índices relativos aos Graus de Governança deste Indicador. Esse é um fato observado no Gráfico 5, cujos dados revelam que todas as Subcategorias apresentaram Graus Baixos de Governança. Nesse sentido, destaca-se o valor mais baixo de mensuração, de **19,74%**, da Subcategoria **Gestão de Recursos**, a qual compõe e complementa a Categoria Relações Cooperativas. Conforme já mencionado, esta Subcategoria preconiza que deve haver um compartilhamento de Recursos disponíveis e necessários para a implementação de ações estratégicas coletivas. Além disso, prevê que a alocação de recursos para estabelecer e sustentar programas deve ser realizada de forma compartilhada.

Tal resultado, vai de encontro ao relatado pelos Atores Sociais, em Nível Nacional, que atestam e confirmam ter boas relações Cooperativas, inclusive a respeito de flexibilização de

recursos e suporte, não somente para a cidade em questão, mas também, para todas as Cidades Criativas do Brasil.

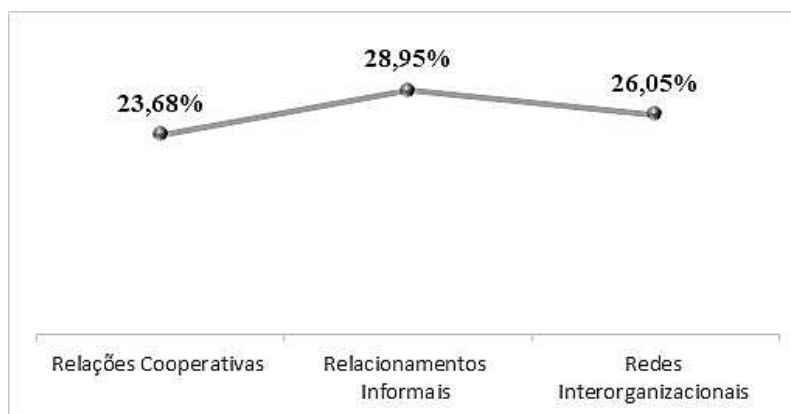
Por mais que muitas vezes a gente não consiga atuar na ponta, a nossa capacidade de trabalhar essa articulação de instituições federais ela é uma articulação poderosa. E eu vejo que quando a gente consegue lograr êxito nisso Cara, a gente deixa legados. Entendeu? Então assim, eu sou muito dessa coisa de a gente trabalha muito em rede, tá? Você vai escutar muito rede aqui dentro. Por quê? Porque nós temos pouquíssimo recurso e nós temos um Brasil gigante. Então como que a gente consegue fazer um trabalho que possa repercutir? Por meio de redes, por meio de cooperação, por meio de pilotos. Você desenvolve metodologias e replica metodologias (PP5).

A despeito disso, o que se manifestou a partir de Florianópolis (SC), com base nas respostas obtidas pelos PPs, foi um desarranjo na Gestão de Recursos, sobretudo pelo fato do grande distanciamento dessas estruturas organizacionais Nacionais com a cidade de Florianópolis (SC), no que concerne à Gestão de Recursos, com base nas suas diretrizes, ora destacada anteriormente.

O principal fator, hoje, que a gente tem dificuldade é a questão econômica né?!, *pra* que os projetos sejam viabilizados. Cada instituição acaba desenvolvendo, dentro das suas possibilidades, mas, projetos de cunho coletivo, integrando várias instituições, a gente acaba não conseguindo desenvolver por falta de recurso financeiro específico pra essa ação. Então, acredito que alguns órgãos, como o Ministério do Turismo (...) poderiam estar promovendo editais específicos para as Cidades Criativas. Isso ainda não ocorre dentro do nosso território. Então a gente acaba tendo muita dificuldade financeira para implementação dos projetos (PP3).

Não se pode afirmar se esse resultado é decorrente da falta de comprometimento da própria cidade em se articular com as organizações Nacionais, ou pela não observância factual de elementos de cooperação dessas Organizações com a cidade de Florianópolis (SC), embora argumentado por um dos PPs que as Cidades Criativas, em um contexto geral, não possuem Relações Cooperativas habituais com o Nível Nacional, e quando esses processos ocorrem, são diretamente ligados à instância Máxima de Governança, a UNESCO ‘Paris’, em Nível Internacional.

Para uma melhor ilustração e compreensão dos valores que resultaram no percentual deste Indicador, elaborou-se um gráfico (Gráfico 6) das Categorias, do qual é possível visualizar os índices mais altos e mais baixos obtidos, a partir das respostas dos Participantes da Pesquisa.

Gráfico 6: Percentual Categorias Indicador Cooperação – Governança em Nível Nacional

Fonte: Elaboração própria.

Seguindo a mesma posição, a Categoria **Relações Cooperativas** mante-se com o Grau mais baixo do Indicador Cooperação em Nível Nacional, obtendo o percentual de **23,68%**. Além de ser constituída pela Subcategoria Gestão de Recursos, a Categoria Relações Cooperativas também é composta pela Subcategoria Isonomia, a qual resultou em 31,58% (ainda presente no intervalo de Grau Baixo, entre 1% a 33%) do Grau de Governança. Embora esta Subcategoria tenha obtido o maior percentual do Indicador, em Nível Nacional, a média dos resultados entre Gestão de Recursos (19,74%) e Isonomia (31,58%) resultou em 23,68%, resultando no Grau **Baixo** de Governança.

Não obstante, diferentemente do Nível Estadual/Regional, a Categoria **Relacionamentos Informais** obteve o maior índice neste indicador, em Nível Nacional, embora ainda configure com Grau **Baixo** de Governança, com **28,95%**. Seguindo as suas diretrizes, já citada anteriormente, na qual deve haver acesso flexível aos recursos organizacionais, como informações, sistemas e documentos, relevantes ao desenvolvimento local, tal afirmativa pode ser resultado do foi destacado pelos Atores Sociais em Nível Nacional, inclusive pela possível influência de compartilhamento de dados (e não ações) Federais e públicos, uma vez que essas estruturas organizacionais possuem plataformas *on-line* de acesso livre e aberto a todos os cidadãos, por meio dos seus *sites* institucionais.

Embora não se afirme, aponta-se para a probabilidade dessas relações baseadas em dados abertos estarem influenciando as respostas dos PPs junto ao ICD, ainda que não se ateste a confirmação dessa proposição, não evidenciada durante o processo de entrevistas. Apesar de que este resultado esteja distante de ser o ideal de Governança, o que se manifestou, por meio dos discursos, foram conjecturas, mas não a confirmação legítima dessas alegações, o que não cabe ao autor desta tese contestar.

Na Tabela 5, são demonstrados os resultados referentes ao Indicador Cooperação, em Nível Internacional.

Tabela 5: Grau de Governança do Indicador Cooperação em Nível Internacional

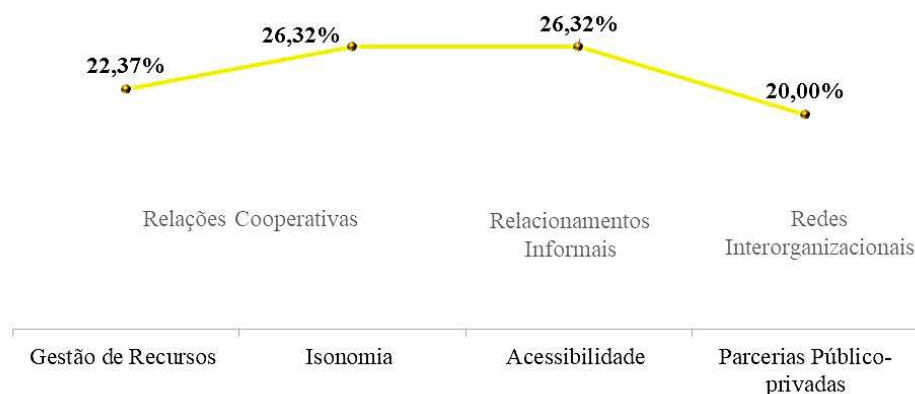
Subcategorias/Categorias	Valor	Percentual
Valor Médio Gestão de Recursos	4,25	22,37
Valor Médio Isonomia	5,00	26,32
Valor Relações Cooperativas	4,50	23,68
Valor Médio Acessibilidade	5,00	26,32
Valor Relacionamento Informais	5,00	26,32
Valor Médio Parcerias Público-privadas	3,80	20,00
Valor Redes Interorganizacionais	3,80	20,00
Valor Grau de Cooperação	4,43	23,33%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da pesquisa.

Os resultados da mensuração do Grau de Governança INTERNACIONAL do indicador Cooperação direcionaram para a classificação “Incipiente”, tendo em vista que apresentou percentual de **23,33%**, localizando-se dentro do intervalo de 1% a 33%, correspondente ao grau **Baixo** de classificação da Governança.

Para uma melhor ilustração e compreensão dos valores que resultaram no percentual deste Indicador, elaborou-se um gráfico (Gráfico 7) das Subcategorias, do qual é possível visualizar os índices mais altos e mais baixos obtidos, a partir das respostas dos Participantes da Pesquisa.

Gráfico 7: Percentual Subcategorias Indicador Cooperação – Governança em Nível Internacional



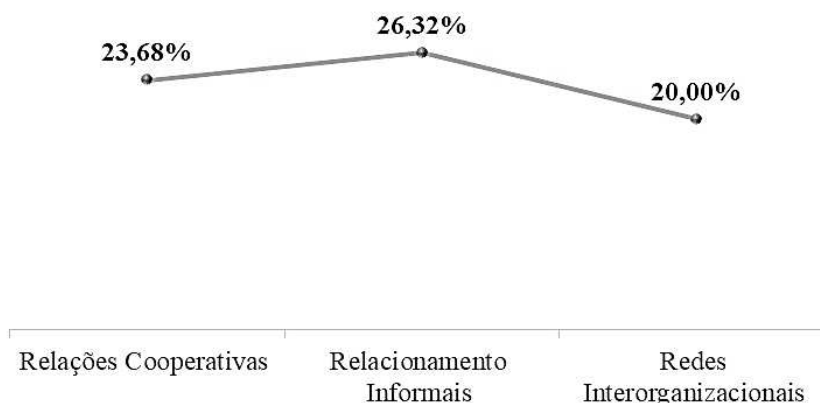
Fonte: Elaboração própria.

Bem como ocorre no Nível Nacional, julga-se oportuno revelar que a ‘queda’ nos índices relativos aos Graus de Governança deste Indicador se manteve. A julgar pelo resultado deste Nível com os demais, o Nível Internacional obteve o menor Grau de Governança do Indicador Cooperação. Esse é um fato observado no Gráfico 7, cujos dados revelam que todas as Subcategorias apresentaram Graus **Baixos** de Governança. Nesse sentido, destaca-se o valor mais baixo de mensuração, de **20,00%**, da Subcategoria **Parcerias Público-Privadas**, a qual subsidia a Categoria Redes Interorganizacionais.

Conforme já mencionado, esta Subcategoria preconiza parcerias público-privadas em nível internacional; parcerias entre esses setores para definição de estratégias de desenvolvimento internacional; recursos para definição de políticas públicas em nível internacional; envolvimento dos setores públicos e privados para captação de recursos financeiros. Tais premissas não estão presentes nos discursos da maioria dos PPs, que declararam a inobservância de ações e estratégias provenientes ou fomentadas a Nível Internacional.

Portanto, para uma melhor ilustração e compreensão dos valores que resultaram no percentual deste Indicador, elaborou-se um gráfico (Gráfico 8) das Categorias, do qual é possível visualizar os índices mais altos e mais baixos obtidos, a partir das respostas dos Participantes da Pesquisa.

Gráfico 8: Percentual Categorias Indicador Cooperação – Governança em Nível Internacional



Fonte: Elaboração própria.

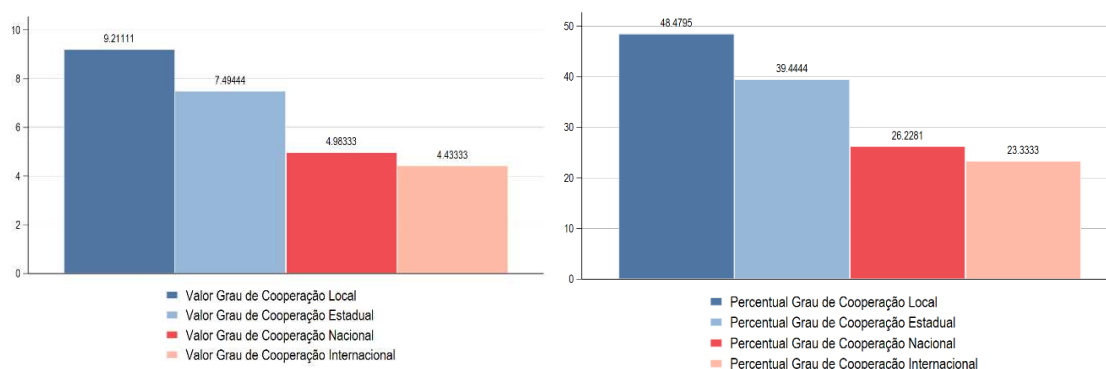
Mantendo a mesma posição anterior, diante às demais Categorias de Análise, as **Redes Interorganizacionais** apresentam o menor Grau de Governança do Indicador Cooperação, em Nível Internacional. Bem como já mencionado anteriormente, as relações entre estruturas

organizacionais, sobretudo por meio dos seus Atores Sociais constituintes, são incipientes, configurando **20,00%** ao Grau de Governança deste Nível, resultando em Grau **Baixo** de Governança.

Nesse sentido, umas das principais críticas quanto ao Indicador Cooperação em Nível Local, dado aos apontamentos dos PPs, é a insuficiência de parcerias, não somente entre a cidade de Florianópolis (SC) e as demais cidades que compõem a UCCN, chanceladas como Cidades Criativas da Gastronomia, mas, principalmente, pela própria UNESCO Internacional. O que se percebeu, segundo relatado pelos PPs, foi um distanciamento abissal entre a cidade e a UNESCO ‘Paris’, além de uma certa negligência desta para com as Cidades, o que, certamente resultou no Grau apontado por este estudo.

Na sequência, são apresentados, conforme a Figura 32, os resultados referentes ao Indicador Cooperação, nos distintos Níveis analisados.

Figura 32: Valor do Indicador Cooperação (32a) e Percentual do Indicador Cooperação (32b)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da pesquisa.

Conforme se observa na Figura 32, sobretudo à Figura 32b, quanto mais alto o Nível socioinstitucional, mais baixo é o Grau de Governança do indicador Cooperação. Essa contextualização, inclusive, é apontada na literatura como fragilidade da Rede ou ruptura da Governança Multinível (ANSELL; TORFING; 2022; HOOGHE; MARKS, 2020; STEPHENSON, 2013; TOUATI et al., 2015).

Além disso, corroborando e endossando essa afirmativa, Mediotte (2020), ao desenvolver o termo *Core Governance*, apregoa para a existência de formações de núcleos de atores em nível local, os quais consideram como *outsiders* todos aqueles agentes externos (HOOGHE; MARKS, 2018, 2020). Essa afirmativa, embora não comprovada explicitamente pelos discursos dos PPs, pode ser objeto de inferência, tendo em vista as especificidades que se

aglutinam em torno da cidade de Florianópolis (SC), sobretudo no que concerne aos ajustes culturais do próprio ambiente, centrados no *self* e não no *collective*.

Logo, com base nos resultados deste indicador, a chancela de Cidade Criativa da Gastronomia, em Florianópolis (SC) está centralizada, essencialmente em Nível Local, em detrimento do Multinível. Isso pode representar à UCCN uma fundamentação de que as Cidades Criativas, ao receberem a chancela, por meio do selo criativo, cooperam especialmente no âmbito **intramunicipal**, com pouca (ou quase nenhuma) frequência **intermunicipal**, sequer com as estruturas de Governança em outros Níveis. Algumas proposições podem ser apontadas como falta de incentivos e participação incipiente entre os Níveis de Governança, falta de fomento de ações coletivas e recursos, sobretudo financeiros, para que as Cidades Criativas possam se articular adequadamente, seguindo as diretrizes da própria entidade máxima de Governança, a UNESCO (seja em nível Nacional e/ou Nacional).

Portanto, considerando os valores resultantes do indicador Cooperação, a Rede de Governança Multinível da UCCN está representada da seguinte forma (de acordo com os Graus obtidos por esta pesquisa, em seus distintos Níveis):

- Nível Local: **48,48%** Grau Médio de Governança;
- Nível Estadual/Regional: **39,44%** Grau Médio de Governança;
- Nível Nacional: **26,23%** Grau Baixo de Governança;
- Nível Internacional: **23,33%** Grau Baixo de Governança.

Nesse sentido, considerando a média obtida pelos Níveis mensurados, conclui-se que o Grau de Governança Multinível do Indicador Cooperação da UCCN, a partir de Florianópolis (SC), este estudo evidenciou o percentual de **34,37%**. Embora este Grau esteja presente no intervalo de **Grau Médio de Governança** (entre 34% a 66,99%), recomenda-se atenção prioritária de todos os envolvidos com a UCCN, para além de Florianópolis, pois o índice revelado neste estudo ao Indicador Cooperação está bem próximo do Grau Baixo de Governança Multinível, intervalo de 1% a 33%.

Tal resultado, tende a causar efeitos adversos à toda estrutura de Governança da UCCN, bem como à própria cadeia produtiva e socioinstitucional da Cidade Criativa, em termos de Desenvolvimento Sustentável, haja vista a (quase) baixa Cooperação entre atores sociais e estruturas organizacionais, em seus diversos Níveis, para além do Nível Local, tendo em vista a propositura de uma Cidade Criativa pertencer a uma Rede de Governança Mundial e não essencialmente Local.

5.2. Mensuração Grau de Governança Multinível da UCCN a partir de Florianópolis (SC) – Indicador Coordenação

Na Tabela 6, são demonstrados os resultados referentes ao Indicador Coordenação, em Nível Local.

Tabela 6: Grau de Governança do Indicador Coordenação em Nível Local

Subcategorias/Categorias	Valor	Percentual
Valor Médio Reuniões	12,92	67,98
Valor Planejamento	12,92	67,98
Valor Médio Documental	8,75	46,05
Valor Formalização	8,75	46,05
Valor Médio Sistema de Gestão de Risco	7,25	38,16
Valor Médio Conflito de Interesse	8,25	43,42
Valor Controle	7,92	41,67
Valor Médio Ferramentas de Divulgação	10,42	54,82
Valor Orientação	10,42	54,82
Valor Médio Autoavaliação	6,75	35,53
Valor Médio Feedback	8,50	44,74
Valor Direcionamento	7,63	40,13
Valor Médio Tomada de Decisões	12,50	65,79
Valor Médio Consenso	11,83	62,28
Valor Deliberações	12,00	63,16
Valor Grau de Coordenação	9,938	52,30%

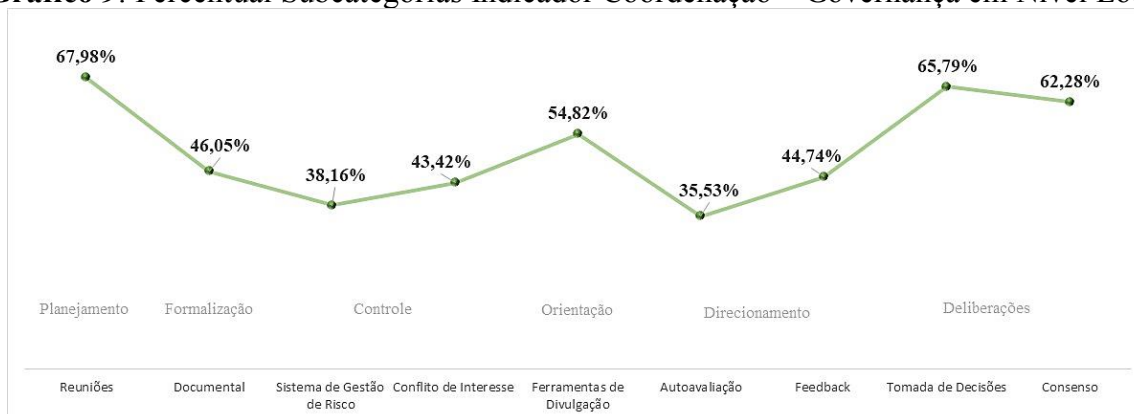
Fonte: Elaboração própria com base nos dados da pesquisa.

Os resultados da mensuração do Grau de Governança LOCAL do indicador Coordenação direcionaram para a classificação “Moderado”, tendo em vista que apresentou percentual de **52,30%**, localizando-se dentro do intervalo de 34% a 66%, correspondente ao grau **Médio** de classificação da Governança.

Para uma melhor ilustração e compreensão dos valores que resultaram no percentual deste Indicador, elaborou-se um gráfico (Gráfico 9) das Subcategorias, do qual é possível

visualizar os índices mais altos e mais baixos obtidos, a partir das respostas dos Participantes da Pesquisa.

Gráfico 9: Percentual Subcategorias Indicador Coordenação – Governança em Nível Local



Fonte: Elaboração própria.

Diante o Gráfico 1, destaca-se o valor mais baixo de mensuração, de **35,53%**, da Subcategoria **Autoavaliação**, a qual compõe e complementa a Categoria Direcionamento, embora esteja no intervalor pertencente ao Grau **Médio** de Governança. A exemplo de conceituação, esta Subcategoria preconiza que deve ser adotado um sistema de autoavaliação vinculado aos resultados esperados.

Entende-se esse resultado, conforme previsto por unanimidade pelos PPs, sobre a dificuldade em dispor de um sistema de retroalimentação, embora possuam uma plataforma digital de dados e estatísticas acerca da chancela da Gastronomia (Observatório da Gastronomia), que possibilite mensurar, ou até mesmo organizar, todos os resultados obtidos, desde 2014 (ano em que a cidade recebeu o título de Cidade Criativa da Gastronomia, pela UNESCO), sobretudo as ações, em sentido macro, vinculadas exclusivamente à chancela.

Nesse sentido, o que se percebe, diante aos resultados esperados pelas ações vinculadas à chancela, é que existem projetos e ações em demasia, seja no *status* de planejamento, de conjecturas/ideação, em desenvolvimento, paralisadas ou suspensas, sem que haja algum controle sobre essas demandas, quem as executa, como as executam e para quem ou qual finalidade executam, em sentido coletivo.

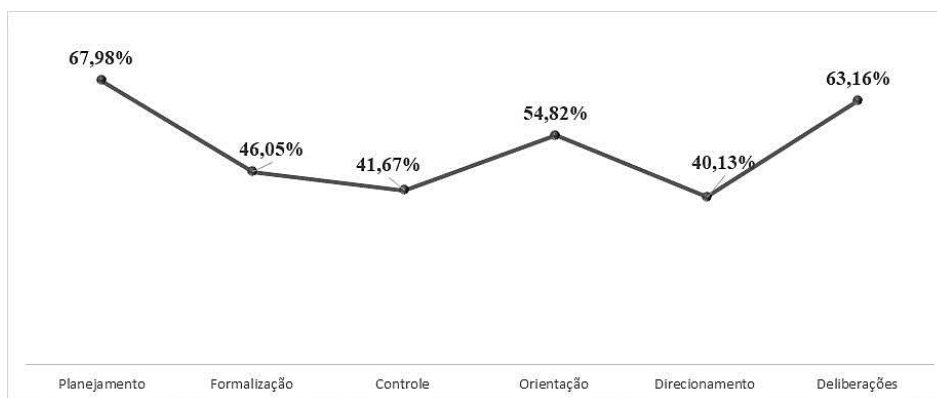
Muitos Participantes da Pesquisa argumentaram que esse limitador é relativo à co-dependência da Prefeitura Municipal à entidade ponto focal de Florianópolis (SC), sobretudo por não assumir, efetivamente, a chancela da Gastronomia, ficando à margem de todo o processo de desenvolvimento da cidade com base nos preceitos vinculados ao título de Cidade Criativa da Gastronomia.

Além disso, outra questão revelada pelos PPs está relacionada com a falta de uma equipe específica e exclusiva para assumir as demandas essenciais e originárias da chancela Cidade Criativa da Gastronomia. Embora exista um ponto focal da UCCN em Florianópolis (SC), instituído por um Ator Social e sua Organização constituinte, sob representação da Sociedade Civil Organizada, foi argumentado que a chancela Cidade Criativa da Gastronomia, conferida à Florianópolis (SC), não é produto prioritário dessa Organização, embora o Ator Social represente considerável relevância e influência entre os demais atores da Governança da UCCN, nos mais distintos Níveis, os quais chegam a associar a sua imagem como a mais importante para a sobrevivência desse selo UNESCO na cidade.

No entanto, em conversa informal (pós entrevista) com alguns PPs, que solicitaram a não identificação, sequer pelo código gerado neste estudo, relataram para um paradoxo acerca dessa afirmativa ao afirmarem que a Governança de Florianópolis (SC) precisa ser oxigenada, precisa ser reestruturada e repensada, no intuito de tornar mais aderente e mais atrativa para outros Atores Sociais, para buscarem novas ideias e projetos inovadores vinculados à chancela UNESCO Cidade Criativa da Gastronomia, em vez de prevalecer como um ‘projeto pessoal’, uma vez que este selo pertence à cidade e não a um Ator Social ou a um grupo exclusivo de Atores, o que contraria sobremaneira a concepção de Governança (Multinível).

Com relação à Subcategoria **Reuniões**, a qual subsidia a Categoria Planejamento, os dados obtidos através do ICD a direcionam como o maior Grau obtido neste Indicador, em Nível Local, com **67,98%**, indicada com Grau **Alto** de Governança. Vale ressaltar que, das 20 Subcategorias avaliadas, as Reuniões apresentaram um dos maiores índices, ocupando o segundo lugar.

Para uma melhor ilustração e compreensão dos valores que resultaram no percentual deste Indicador, elaborou-se um gráfico (Gráfico 10) das Categorias, do qual é possível visualizar os índices mais altos e mais baixos obtidos, a partir das respostas dos Participantes da Pesquisa.

Gráfico 10: Percentual Categorias Indicador Coordenação – Governança em Nível Local

Fonte: Elaboração própria.

Conforme já mencionado, a Categoria **Planejamento**, formada pela Subcategoria Reuniões, obteve o maior percentual do Grau de Governança Local do Indicador Coordenação. De acordo com o ICD, esta Categoria obteve **67,98%** de incidência, configurando-a com Grau **Alto** de Governança, localizando-se dentro do intervalo de 67% a 99%. A exemplo de conceituação, esta Categoria preconiza que devem acontecer reuniões periódicas e em datas previamente marcadas para que os atores sociais que representam as suas estruturas organizacionais possam se programar antecipadamente, o que denota um sentido de organização. Além disso, prevê que todos os participantes da rede de Governança, em Nível Local, participem, ou que pelo menos, que exista um quórum mínimo para validar deliberações, cujos assuntos centrais sejam direcionados para planos ou ações coletivas de desenvolvimento local por meio da chancela UNESCO da Gastronomia.

No entanto, foi relatado sobre a dificuldade de disponibilização de tempo e agenda para participação dessas reuniões, sobretudo por ser tratar de trabalho voluntário e não comissionado.

Eu acredito que, embora nós tenhamos mapeados muitas coisas importantes na cidade, e ter agentes próximos eu percebo que, como estamos presentes como entidades, como parceiros e voluntários, vamos dizer desta forma, nós temos a dificuldade em dispor o tempo necessário para lidar com as atividades. Então, muitas vezes, nós lidamos com reuniões semanais, reuniões quinzenais, pra tratar de alguns assuntos, mas nós temos dificuldade de organizar as nossas agendas e participar com grande quórum para que possamos, realmente, trabalhar e pensar mais e planejar mais pra cidade (PP4).

Embora essa categoria tenha atingido o Nível **Alto** de Governança, ainda que não esteja percentualmente em um índice mais elevado, os Atores Sociais reconhecem que existe uma

organização do grupo de Governança quanto às Reuniões programadas e planejadas previamente, sobretudo acerca da sua periodicidade.

Na Tabela 7, são demonstrados os resultados referentes ao Indicador Coordenação, em Nível Estadual/Regional.

Tabela 7: Grau de Governança do Indicador Coordenação em Nível Estadual/Regional

Subcategorias/Categorias	Valor	Percentual
Valor Médio Reuniões	8,00	42,11
Valor Planejamento	8,00	42,11
Valor Médio Documental	5,11	26,88
Valor Formalização	5,11	26,88
Valor Médio Sistema de Gestão de Risco	5,75	30,26
Valor Médio Conflito de Interesse	5,63	29,61
Valor Controle	5,67	29,82
Valor Médio Ferramentas de Divulgação	8,94	47,04
Valor Orientação	8,94	47,04
Valor Médio Autoavaliação	5,25	27,63
Valor Médio Feedback	5,25	27,63
Valor Direcionamento	5,25	27,63
Valor Médio Tomada de Decisões	6,00	31,58
Valor Médio Consenso	6,50	34,21
Valor Deliberações	6,38	33,55
Valor Grau de Coordenação	6,80	35,80%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da pesquisa.

Os resultados da mensuração do Grau de Governança ESTADUAL/REGIONAL do indicador Coordenação direcionaram para a classificação “Moderado”, tendo em vista que apresentou percentual de **35,80%**, localizando-se dentro do intervalo de 34% a 66%, correspondente ao grau **Médio** de classificação da Governança.

Para uma melhor ilustração e compreensão dos valores que resultaram no percentual deste Indicador, elaborou-se um gráfico (Gráfico 11) das Subcategorias, do qual é possível

visualizar os índices mais altos e mais baixos obtidos, a partir das respostas dos Participantes da Pesquisa.

Gráfico 11: Percentual Subcategorias Indicador Coordenação – Governança em Nível Estadual/Regional



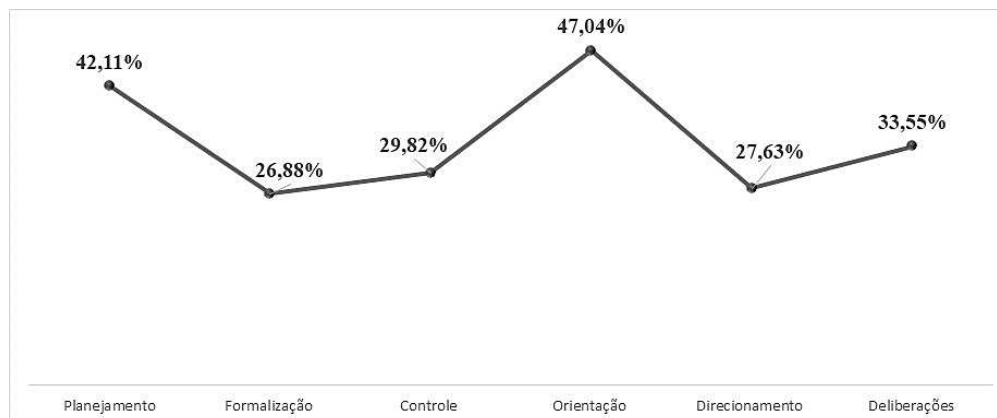
Fonte: Elaboração própria.

Diante o Gráfico 11, embora a representação das Subcategorias tenha revelado resultados quase lineares, exceto pelas Reuniões (42,11%) e Ferramentas de Divulgação (47,04%), destaca-se o valor mais baixo de mensuração, de **27,63%**, das Subcategorias **Autoavaliação** e **Feedback**, às quais compõem e complementam a Categoria Direcionamento, caracterizadas com Grau **Baixo** de Governança, localizando-se dentro do intervalo de 1% a 33%. A exemplo de conceituação, a Subcategoria Autoavaliação já fora mencionada anteriormente. No entanto, a Subcategoria **Feedback** preconiza que a avaliação dos resultados deve ser apresentada aos participantes, em relação aos aspectos positivos e negativos desses resultados.

Corroborando com os resultados obtidos no Nível Local, sobretudo pontuado no Indicador Cooperação, em Nível Estadual/Regional, como a relação dos Atores Sociais deste Nível é bem próxima aos Atores de Nível Local, o mesmo se aplica nesse contexto, tendo em vista a dificuldade de avaliação dos resultados obtidos por meio da chancela, sobretudo pela limitação de recursos para que isso ocorra. Logo, torna-se deficitário um instrumento de retroalimentação das atividades desempenhadas, bem como dos resultados vinculados a estas.

Para uma melhor ilustração e compreensão dos valores que resultaram no percentual deste Indicador, elaborou-se um gráfico (Gráfico 12) das Categorias, do qual é possível visualizar os índices mais altos e mais baixos obtidos, a partir das respostas dos Participantes da Pesquisa.

Gráfico 12: Percentual Categorias Indicador Coordenação – Governança em Nível Estadual/Regional



Fonte: Elaboração própria.

De acordo com o Gráfico 12, o maior Grau de Governança do Indicador Coordenação, em Nível Estadual/Regional, refere-se à Categoria **Orientação**, também formada pela Subcategoria Ferramentas de Divulgação, a qual preconiza que deve haver a divulgação de calendário de reuniões, eventos e campanhas de interesse dos participantes da rede de governança estadual/regional nos principais meios de comunicação, os resultados das políticas públicas de desenvolvimento deverão ser amplamente divulgados e, devem ser adotados princípios de transparência e prestação de contas em todas as ações.

Embora essa Categoria esteja no Grau **Médio** de Governança, com percentual de **47,04%**, infere-se que tal resultado, mesmo que não constituído em Grau mais elevado de Governança, pode ser atribuído ao terceiro item preconizado pela Categoria. Na opinião dos Atores Sociais, ao serem questionados, durante a entrevista, sobre os princípios de transparência e *accountability* adotados pela Governança de Florianópolis, foi unânime entre os PPs, sobretudo por constarem em Nível Estadual/Regional, em sua maioria, estruturas organizacionais do Setor Produtivo e Iniciativa Privada, que há, de fato, atenção considerável quanto aos princípios supracitados.

Não obstante, entende-se que este resultado, por si só, não foi capaz de elevar este Grau de Governança, tendo em vista que as ações relativas a essas estruturas organizacionais, bem como a atuação dos atores envolvidos através deste Nível são limitadas, sobretudo devido ao que já foi mencionado anteriormente, pela dificuldade de agenda, tempo e até mesmo por não haver consonância quanto ao seu papel nessa Rede de Governança, vinculada à uma chancela UNESCO de Cidade Criativa da Gastronomia.

Na Tabela 8, são demonstrados os resultados referentes ao Indicador Coordenação, em Nível Nacional.

Tabela 8: Grau de Governança do Indicador Coordenação em Nível Nacional

Subcategorias/Categorias	Valor	Percentual
Valor Médio Reuniões	7,33	38,60
Valor Planejamento	7,33	38,60
Valor Médio Documental	4,07	21,43
Valor Formalização	4,07	21,43
Valor Médio Sistema de Gestão de Risco	3,75	19,74
Valor Médio Conflito de Interesse	4,16	21,71
Valor Controle	4,00	21,05
Valor Médio Ferramentas de Divulgação	3,80	20,00
Valor Orientação	3,80	20,00
Valor Médio Autoavaliação	4,50	23,68
Valor Médio Feedback	4,25	22,37
Valor Direcionamento	4,37	23,03
Valor Médio Tomada de Decisões	4,75	25,00
Valor Médio Consenso	5,08	26,32
Valor Deliberações	5,00	26,32
Valor Grau de Coordenação	5,87	30,87%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da pesquisa.

Os resultados da mensuração do Grau de Governança NACIONAL do indicador Coordenação direcionaram para a classificação “Incipiente”, tendo em vista que apresentou percentual de **30,87%**, localizando-se dentro do intervalo de 1% a 33%, correspondente ao grau **Baixo** de classificação da Governança.

Para uma melhor ilustração e compreensão dos valores que resultaram no percentual deste Indicador, elaborou-se um gráfico (Gráfico 13) das Subcategorias, do qual é possível visualizar os índices mais altos e mais baixos obtidos, a partir das respostas dos Participantes da Pesquisa.

Gráfico 13: Percentual Subcategorias Indicador Coordenação – Governança em Nível Nacional



Fonte: Elaboração própria.

Antes de descrever a análise estatística, julga-se oportuno revelar que houve uma ‘queda’ considerável nos índices relativos ao Grau de Governança deste Indicador, se comparado com o Nível Local. Esse é um fato observado no Gráfico 13, cujos dados revelam que, praticamente, todas as Subcategorias apresentaram Graus Baixos de Governança. Nesse sentido, destaca-se o único valor mais elevado, embora esteja constituído no Grau **Médio** de Governança, de **38,60%**, representado pela Subcategoria **Reuniões**, a qual compõe a Categoria Planejamento.

Conforme já mencionado, esta Subcategoria preconiza que devem acontecer reuniões periódicas e em datas previamente marcadas para que os atores sociais que representam as suas estruturas organizacionais possam se programar antecipadamente, o que denota um sentido de organização. Além disso, prevê que todos os participantes da rede de governança, em nível local, participem, ou que pelo menos exista um quórum mínimo para validar deliberações, cujos assuntos centrais sejam direcionados para planos ou ações coletivas de desenvolvimento local por meio da chancela UNESCO da Gastronomia.

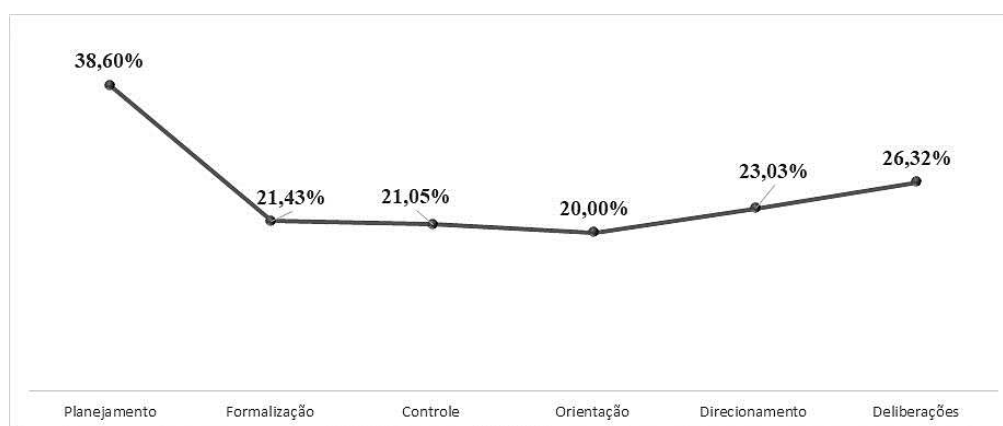
Nesse sentido, de acordo com os PPs, essas reuniões, quando ocorrem, seguem critérios de organização de agenda e calendário, bem como estipulado pelas diretrizes desta Subcategoria/Categoria. No entanto, não foi possível identificar, por meio dos discursos dos Atores Sociais, se essas reuniões são realizadas, em especial, para fomentar o desenvolvimento sustentável da cidade de Florianópolis (SC) com base na chancela de Cidade Criativa da Gastronomia.

No entanto, o que se constatou, apesar de haver um distanciamento entre as estruturas organizacionais de Florianópolis (SC) com o Nível Nacional, é que as instituições deste último

Nível se manifestam sempre que necessário, quando são convidadas ou convocadas para algum evento específico da cidade. Essa característica de se mostrar disponível sempre que solicitados, decorre-se de uma postura percebida pelo autor dessa pesquisa, durante a coleta de dados, em Brasília (DF), por meio das entrevistas e, posteriormente, com base na Análise de Conteúdo Crítica.

Para uma melhor ilustração e compreensão dos valores que resultaram no percentual deste Indicador, elaborou-se um gráfico (Gráfico 14) das Categorias, do qual é possível visualizar os índices mais altos e mais baixos obtidos, a partir das respostas dos Participantes da Pesquisa.

Gráfico 14: Percentual Categorias Indicador Coordenação – Governança em Nível Nacional



Fonte: Elaboração própria.

Diferentemente dos Níveis Local e Estadual/Regional, de acordo com o Gráfico 14, o Grau de Governança da Categoria **Orientação**, em Nível Nacional, também formada pela Subcategoria Ferramentas de Divulgação, apresentou o Grau mais **Baixo** deste Indicador com **20,00%** de incidência, ocupando, inclusive, o ranking dos três percentuais mais baixos de todas as Categorias da Governança Multinível da UCCN. Embora já se tenha exposto, esta Categoria preconiza que, além da divulgação de calendário de reuniões, eventos e campanhas, bem como dos resultados das políticas públicas, deverão ser adotados princípios de transparência e prestação de contas em todas as ações.

Portanto, é passível de inferência, ainda que não explicitamente revelado pelos Atores Sociais, que há, de fato, um distanciamento considerável entre as estruturas organizacionais de Florianópolis (SC), com as organizações de Nível Nacional. Ademais, devido ao que se percebeu no Nível Estadual/Regional acerca da ‘disponibilidade’ das agências daquele Nível, é constatado que a Governança de Florianópolis (SC) não possui conhecimento do que ocorre em

Nível Nacional, no que tange a demandas, que deveriam, por imposição da UNESCO ‘Paris’, acontecer de forma compartilhada.

Na Tabela 9, são demonstrados os resultados referentes ao Indicador Coordenação, em Nível Internacional.

Tabela 9: Grau de Governança do Indicador Coordenação em Nível Internacional

Subcategorias/Categorias	Valor	Percentual
Valor Médio Reuniões	8,42	44,30
Valor Planejamento	8,42	44,30
Valor Médio Documental	6,04	31,77
Valor Formalização	6,04	31,77
Valor Médio Sistema de Gestão de Risco	4,50	23,68
Valor Médio Conflito de Interesse	5,38	28,29
Valor Controle	5,08	26,75
Valor Médio Ferramentas de Divulgação	6,00	31,58
Valor Orientação	6,00	31,58
Valor Médio Autoavaliação	7,00	36,84
Valor Médio Feedback	7,25	38,16
Valor Direcionamento	7,13	37,50
Valor Médio Tomada de Decisões	6,25	32,89
Valor Médio Consenso	4,75	25,00
Valor Deliberações	5,13	26,97
Valor Grau de Coordenação	7,03	37,02%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da pesquisa.

Os resultados da mensuração do Grau de Governança INTERNACIONAL do indicador Coordenação direcionaram para a classificação “Moderado”, tendo em vista que apresentou percentual de **37,02%**, localizando-se dentro do intervalo de 34% a 66%, correspondente ao grau **Médio** de classificação da Governança. Cabe ressaltar, que este foi o maior percentual obtido no Nível Internacional, de todos os Indicadores avaliados.

Para uma melhor ilustração e compreensão dos valores que resultaram no percentual deste Indicador, elaborou-se um gráfico (Gráfico 15) das Subcategorias, do qual é possível

visualizar os índices mais altos e mais baixos obtidos, a partir das respostas dos Participantes da Pesquisa.

Gráfico 15: Percentual Subcategorias Indicador Coordenação – Governança em Nível Internacional



Fonte: Elaboração própria.

Destaca-se que o valor mais elevado deste indicador, com base nas suas Subcategorias, embora esteja constituído no Grau **Médio** de Governança, foi **44,30%**, representado pelas **Reuniões**, a qual compõe a Categoria Planejamento.

Conforme já mencionado, esta Subcategoria preconiza que devem acontecer reuniões periódicas e em datas previamente marcadas para que os atores sociais que representam as suas estruturas organizacionais possam se programar antecipadamente, o que denota um sentido de organização. Além disso, prevê que todos os participantes da rede de governança, em nível local, participem, ou que pelo menos exista um quórum mínimo para validar deliberações, cujos assuntos centrais sejam direcionados para planos ou ações coletivas de desenvolvimento local por meio da chancela UNESCO da Gastronomia.

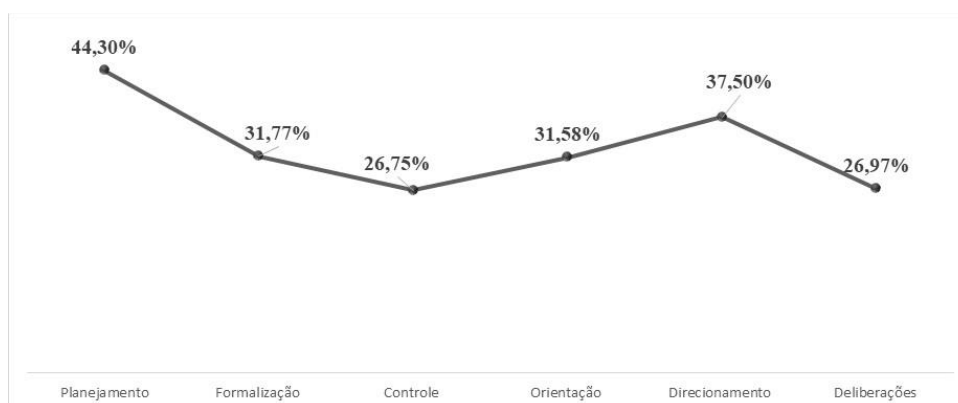
Nesse sentido, de acordo com os PPs, essas reuniões, sempre que ocorrem, seguem critérios de organização de agenda e calendário, bem como estipulado pelas diretrizes desta Subcategoria/Categoria. Por se tratar da Instância máxima de Governança das Cidades Criativas, a UNESCO ‘Paris’ exerce forte influência normativa na Rede de Governança Multinível, tal que, não somente Florianópolis (SC), mas acredita-se que todas as demais Cidades Criativas da Rede se mobilizam para acompanhar e participar das reuniões programadas por essa Instância, bem como dos eventos periódicos entre a Rede Mundial de Cidades Criativas (cita-se o Encontro Mundial de Cidades Criativas da UNESCO), às quais,

para além do carácter prescritivo, é, também, segundo os PPs, uma oportunidade para trocar ideias, experiências, *network*, tendências e parcerias.

No entanto, como esses eventos não são abertos ao público em geral, mas sim, direcionadas a um grupo específico de Atores Sociais, possivelmente esse índice de Governança não atingiu um Grau mais elevado.

Para uma melhor ilustração e compreensão dos valores que resultaram no percentual deste Indicador, elaborou-se um gráfico (Gráfico 16) das Categorias, do qual é possível visualizar os índices mais altos e mais baixos obtidos, a partir das respostas dos Participantes da Pesquisa.

Gráfico 16: Percentual Categorias Indicador Coordenação – Governança em Nível Internacional



Fonte: Elaboração própria.

De acordo com o Gráfico 16, o menor Grau de Governança do Indicador Coordenação, em Nível Internacional, refere-se à Categoria **Controle**, com **26,75%** de incidência (Grau **Baixo**), também constituída pelas Subcategorias Sistema de Gestão de Riscos (23,68%) e Conflitos de Interesses (28,29%), às quais preconizam que a atuação da UNESCO Internacional deve viabilizar a democratização e descentralização das ações. Ademais, recomenda-se que devem ser estabelecidas ações para minimizar os conflitos de interesses que possam influenciar as decisões dos Atores Sociais envolvidos com a UCCN.

Em primeiro lugar, segundo os PPs, a primeira premissa desta Categoria não condiz com a realidade das Cidades Criativas, sobretudo a partir de Florianópolis (SC), uma vez que as decisões são frequentemente *top-down*, o que fere ao assinalado pela literatura acerca de ações *bottom-up* (HOOGHE; MARKS, 2021; SAITO-JENSEN, 2015). Um dos argumentos a essa questão, diz respeito ao carácter cada mais regionalista ou ‘bairrista’ que a Cidade Criativa tem

se revelado, a partir deste estudo. De certo, há uma barreira entre democratização e descentralização entre a UNESCO ‘Paris’ e Florianópolis (SC), inclusive a respeito da sua própria omissão com a Rede, de acordo com o apontado por alguns PPs.

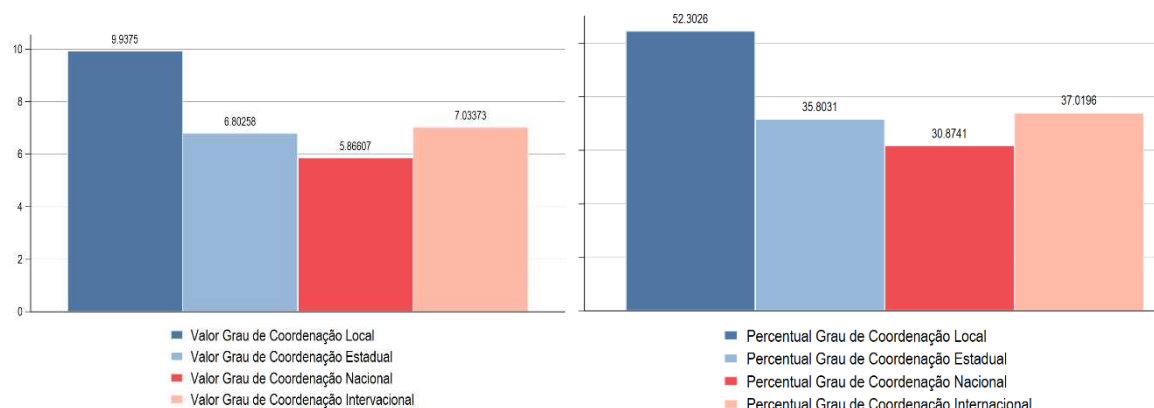
Em segundo lugar, e talvez um dos mais elementos mais desafiadores da Governança Multinível da UCCN, diz respeito ao Conflito de Interesses. Em vários momentos presentes nos discursos dos PPs, foram explicitadas críticas quanto ao real interesse dos Atores Sociais que representam o selo de Cidade Criativa em Florianópolis, inclusive já citado anteriormente a respeito da oxigenação do Ponto Focal da Cidade.

Bom, o primeiro ponto do *gap*, eu acho que são os interesses difusos em detrimento do interesse comum, né?! Esse primeiro *gap* que é realmente relevante. No caso de Florianópolis, especificamente, que é uma capital (...) nós temos uma complexidade muito maior, política de interesses difusos, inclusive de ordem partidária, que procuram impedir que as coisas aconteçam, não importa se elas estão bem consolidadas ou não, mas pelo simples fato de que aqueles que estão conduzindo, vou dizer assim, não concatenam com as ideias daqueles que *tão* lutando contra, né?! E eu não acredito em ideologia. *Pra* mim, ideologia é, principalmente, partidária... não existe mais. Mas, vamos chamar de pseudo-ideologia, ou interesses difusos, que contaminam o desenvolvimento. (...) Então, é fundamental que a gente possa ter o foco no interesse público, foco no tema que a gente se propõe a trabalhar *pra* poder avançar, e isso são forças que realmente atrapalham o processo *né*?! Demasia do ponto de vista de uma [elite]... não vou nem tecer críticas sobre isso, mas é isso (PP11).

No entanto, o próprio Poder Público continua não atraído em assumir integralmente a chancela UNESCO de Cidade Criativa, conforme exposto pelos PPs. Outra questão é sobre o alcance dos ODS da ONU, principal propósito de existência da UCCN. Para a UNESCO, é fundamental que as Cidades Criativas estejam mobilizadas e conscientes de que devem utilizar o selo que lhes são concedidos para ações que visem o Desenvolvimento Sustentável sob o tratado de atingimento dos ODS da ONU, presentes na Agenda 2030.

Nesse sentido, o que se percebeu neste estudo, e endossado pelo resultado do Grau desta Categoria, são os interesses escusos, inclusive apontados nos discursos dos PPs, revelando que o selo de Cidade Criativa tem despertado outros objetivos restritos, em detrimento do coletivo. As expressões *Status*, *Vitrine*, *Turismo* (essa não é a exclusividade da chancela, mas sim, que deve ocorrer de forma espontânea a partir da divulgação pública da Cidade Criativa), *Marca* (artigo de grife), *Estampa* etc., também foram frequentemente manifestadas nos discursos dos PPs.

Na sequência, são apresentados, conforme as Figuras 33(a) e 33(b), os resultados referentes ao Indicador Coordenação, nos distintos Níveis analisados.

Figura 33: Valor Indicador Coordenação (33a) e Percentual do Indicador Coordenação (33b)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da pesquisa.

Conforme se observa na Figura 33, sobretudo à Figura 33b, é possível a variação da Governança Multinível, no que concerne à Coordenação do Atores Sociais e suas Estruturas Organizacionais constituintes.

Logo, com base nos resultados deste indicador, a chancela de Cidade Criativa da Gastronomia, em Florianópolis (SC) mantém-se centralizada, exclusivamente em Nível Local, em detrimento do Multinível. No entanto, conforme observado pelos resultados deste estudo, devido ao caráter normativo deste indicador de Governança, inclusive pontuado na perspectiva *top-down*, e pela imposição da Instância máxima de Governança (UNESCO ‘Paris’) no âmbito de gestão socioinstitucional e de exigência quanto à difusão de dados acerca do Monitoramento de Atividades, a cada 4 anos (sob o imperativo de perder o título de Cidade Criativa UNESCO em caso de descumprimento), ao determinado pela UNESCO quanto às reuniões Anuais da UCCN etc., é possível perceber que a Coordenação em Nível Internacional apresentou um Grau superior aos Níveis Estadual/Regional e Nacional.

Portanto, considerando os valores resultantes do indicador Coordenação, a Rede de Governança Multinível da UCCN está representada da seguinte forma (de acordo com os Graus obtidos por esta pesquisa, em seus distintos Níveis):

- Nível Local: **52,30%** Grau Médio de Governança;
- Nível Estadual/Regional: **35,80%** Grau Médio de Governança;
- Nível Nacional: **30,87%** Grau Baixo de Governança;
- Nível Internacional: **37,02%** Grau Médio de Governança.

Nesse sentido, considerando a média obtida pelos Níveis mensurados, conclui-se que o Grau de Governança Multinível do Indicador Coordenação da UCCN, a partir de Florianópolis (SC), este estudo evidenciou o percentual de **39,00%**. Embora este Grau esteja presente no intervalo de Grau **Médio** de Governança (entre 34% a 66,99%), recomenda-se a atenção de todos os envolvidos com a UCCN, para além de Florianópolis (SC), pois o índice revelado neste estudo quanto ao Indicador Coordenação, não apenas pelo aspecto estatístico, mas também discursivo e descritivo, tem revelado concepções díspares dos Atores Sociais, por meio de suas estruturas organizacionais, no âmbito jurisdicional (HOOGHE; MARKS, 2020) do desenvolvimento da cidade com base na chancela UNESCO Cidade Criativa da Gastronomia.

Tal resultado, tende a causar efeitos adversos à toda estrutura da Governança da UCCN, bem como à própria cadeia produtiva e socioinstitucional da Cidade Criativa, em termos de Desenvolvimento Sustentável, haja vista um certo (quase) desarranjo de Coordenação entre Atores Sociais e estruturas organizacionais, em seus diversos Níveis, para além do Nível Local, tendo em vista a propositura de uma Cidade Criativa quanto aos atingimento de Objetivos Coletivos, sobretudo aos ODS da ONU, em detrimento de objetivos restritos ou apartados.

5.3. Mensuração Grau de Governança Multinível da UCCN a partir de Florianópolis (SC) – Indicador Colaboração

Na Tabela 10, são demonstrados os resultados referentes ao Indicador Colaboração, em Nível Local.

Tabela 10: Grau de Governança do Indicador Colaboração em Nível Local

Subcategorias/Categorias	Valor	Percentual
Valor Médio de Comprometimento	8,25	43,42
Valor Formalização	8,25	43,42
Valor Médio de Interatividade	11,50	60,53
Valor Informalização	11,50	60,53
Valor Médio de Engajamento	8,94	47,04
Valor Reciprocidade	8,94	47,04
Valor Médio Legitimidade	13,00	68,42
Valor Médio Estabilidade	10,00	52,63

continua...

conclusão.

Valor Confiança	12,00	63,16
Valor Médio de Implementação	11,31	59,54
Valor Ações Conjuntas	11,31	59,54
Valor Médio de Institucionalização	10,50	55,26
Valor Autoridades Compartilhadas	10,50	55,26
Valor do Grau de Colaboração	10,42	54,82%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da pesquisa.

Os resultados da mensuração do Grau de Governança LOCAL do indicador Colaboração direcionaram para a classificação “Moderado”, tendo em vista que apresentou percentual de **54,82%**, localizando-se dentro do intervalo de 34% a 66%, correspondente ao grau **Médio** de classificação da Governança. Cabe ressaltar, que este foi o maior percentual obtido dentre os Níveis (Local, Estadual/Regional, Nacional e Internacional) de todos os Indicadores avaliados.

Para uma melhor ilustração e compreensão dos valores que resultaram no percentual deste Indicador, elaborou-se um gráfico (Gráfico 17) das Subcategorias, do qual é possível visualizar os índices mais altos e mais baixos obtidos, a partir das respostas dos Participantes da Pesquisa.

Gráfico 17: Percentual Subcategorias Indicador Colaboração – Governança em Nível Local



Fonte: Elaboração própria.

Diante o Gráfico 11, destaca-se o valor mais alto de mensuração, de **68,42%**, da Subcategoria **Legitimidade**. Esta Subcategoria, juntamente com a Estabilidade (52,63%),

compõem e complementam a Categoria Confiança. Portanto, a Legitimidade, segundo revelam os Atores Sociais, sobretudo por meio do ICD, resultou no maior índice de Governança de todas as Subcategorias avaliadas, em todos os Indicadores. Nesse sentido, considera-se caracterizada com Grau **Alto** de Governança, localizando-se dentro do intervalo de 67% a 99%. A exemplo de conceituação, a Legitimidade preconiza que o posicionamento dos Atores Sociais nas deliberações coletivas de desenvolvimento local deve ser acolhido e que as intervenções dos outros Atores Sociais dentro da Rede no que tange às deliberações coletivas devem ser igualitárias.

Essas premissas foram confirmadas de forma unânime entre os PPs, tendo em vista o caráter amistoso existente entre a Governança Local de Florianópolis (SC) que, inclusive, tem sido uma das características mais marcantes desta pesquisa.

Portanto, a crítica também deve ser mencionada, tendo em vista que o aspecto cultural da própria cidade se interpõe entre dois perfis acerca do arranjo de Governança nas tomadas de decisão, sendo o primeiro desviar-se do debate, promovendo um ambiente de pactuação, uma vez que se tende a evitar ao máximo a indisposição e, o segundo, trata-se do caráter permissivo da Rede no que tange às ações assertivas e propositivas, vinculadas à chancela e ao próprio desenvolvimento da cidade, sobretudo manifestado por um conservadorismo velado, de ideias, posicionamentos e atitudes, conforme atestam alguns PPs.

(...) a cultura local, aqui, ela tem um perfil, que ela não diverge objetivamente, diretamente. Então, ela é harmoniosa nas relações, mas existe o conflito subjetivo, *né?! E então, isso não se dá de forma clara. Então, acho que esse é um pouco da cultura local de fazer política, né?! Então, as organizações batem foto, participam, mas disputam, se boicotam, de forma muito... muito intrínseca (PP25).*

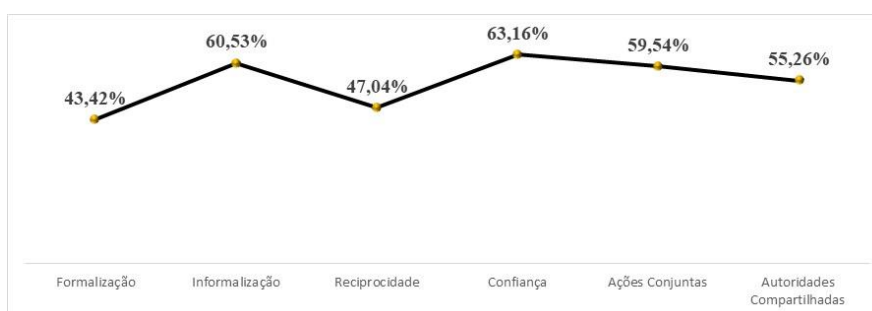
Talvez pela cultura brasileira, quando há um conflito, uma das duas pessoas se afasta, há a alienação. Eu acho que isso vem muito da cultura brasileira, a gente não é uma cultura do pronto positivo de você, “poxa, tenho uma diferença com você, vamos sentar e acertar?”, ... Não, a gente vai se afastando, se afastando e ninguém quer encostar muito no problema e daqui a pouco, a relação *tá* quebrada e ninguém sabe por quê. Então, pra mim, esse é o maior problema interno (PP18).

Como resultado, destaca-se a Subcategoria **Estabilidade**, com índices que não seguem a mesma corrente da Legitimidade. A Estabilidade foi avaliada com **52,63%**, ocupando o Grau **Médio** de Governança do Indicador Colaboração, em Nível Local. Quando há um forte apelo ao pacto, em detrimento ao fomento de um ambiente de debate e miscigenação de ideias, consequentemente há um desequilíbrio na estabilidade da Governança, o que sugere ao distanciamento e ao desligamento de Atores Sociais da Rede, de forma espontânea ou

intencional. Nesse sentido, o valor da Rede se compromete, pois tanto atores quanto organizações passam a não interagir em ações coletivas específicas, mas sim, de forma apartada, sobretudo propiciando um ambiente de incertezas.

Para uma melhor ilustração e compreensão dos valores que resultaram no percentual deste Indicador, elaborou-se um gráfico (Gráfico 18) das Categorias, do qual é possível visualizar os índices mais altos e mais baixos obtidos, a partir das respostas dos Participantes da Pesquisa.

Gráfico 18: Percentual Categorias Indicador Colaboração – Governança em Nível Local



Fonte: Elaboração própria.

Embora já tenha sido mencionado sobre a Legitimidade reconhecida pela Rede de Governança de Florianópolis (SC), mesmo que a Estabilidade não tenha seguido o mesmo padrão de avaliação, a Categoria **Confiança** permaneceu com o Grau mais elevado deste Indicador, obtendo o Grau de **63,16%**. No entanto, esse resultado não foi suficiente para mantê-la no Grau Avançado de Governança, mas sim, ao Grau **Médio**, pertencente ao intervalo de 34% a 66%.

Além disso, cabe destacar a Categoria **Formalização**, composta pela Subcategoria Comprometimento, a qual possui o menor Grau do índice de Governança Local, com **43,42%**. Ainda que seja avaliada com Grau **Médio** de Governança, tendo em vista o aspecto cultural entre as relações socioinstitucionais da cidade, ora confundida com relações pessoais, a Formalização cede espaço à **Informalidade (60,53%)**, cujo equilíbrio, embora preconizado pela Literatura (BETSILL; BULKELEY, 2006; FLINDERS; 2004; MARKS, 1992; TOUATI et al., 2015), não ocorre empiricamente. A Categoria Formalidade preconiza que deve haver o fortalecimento de habilidades intraorganizacional e interorganizacional, fomentadas por iniciativas de liderança, iniciativas, sustentabilidade, trabalho em equipe etc. Segundo os PPs, essa não é uma realidade adotada em Florianópolis (SC), tendo em vista que, apesar de haver um senso de confiança mútua, as ações têm ocorrido de forma exclusiva às estruturas

organizacionais, sempre quando há demandas e não de forma espontaneamente coletivas, bem como desarticuladas da Rede.

Na Tabela 11, são demonstrados os resultados referentes ao Indicador Colaboração, em Nível Estadual/Regional.

Tabela 11: Grau de Governança do Indicador Colaboração em Nível Estadual/Regional

Subcategorias/Categorias	Valor	Percentual
Valor Médio de Comprometimento	5,25	27,63
Valor Formalização	5,25	27,63
Valor Médio de Interatividade	7,25	38,16
Valor Informalização	7,25	38,16
Valor Médio de Engajamento	5,19	27,30
Valor Reciprocidade	5,19	27,30
Valor Médio Legitimidade	6,38	33,55
Valor Médio Estabilidade	8,75	46,05
Valor Confiança	7,17	37,72
Valor Médio de Implementação	6,19	32,57
Valor Ações Conjuntas	6,19	32,57
Valor Médio de Institucionalização	6,00	31,58
Valor Autoridades Compartilhadas	6,00	31,58
Valor do Grau de Colaboração	6,17	32,49%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da pesquisa.

Os resultados da mensuração do Grau de Governança ESTADUAL/REGIONAL do indicador Colaboração direcionaram para a classificação “Incipiente”, tendo em vista que apresentou percentual de **32,49%**, localizando-se dentro do intervalo de 1% a 33%, correspondente ao grau **Baixo** de classificação da Governança. Cabe ressaltar, como já referido anteriormente, que, embora os Atores Sociais estejam pertencentes a este Nível, as suas perspectivas podem ter sido influenciadas pelo Nível Local, tendo em vista a configuração da localização das suas Estruturas Organizacionais estarem presentes neste Nível.

Para uma melhor ilustração e compreensão dos valores que resultaram no percentual deste Indicador, elaborou-se um gráfico (Gráfico 19) das Subcategorias, do qual é possível

visualizar os índices mais altos e mais baixos obtidos, a partir das respostas dos Participantes da Pesquisa. Portanto, por inferência, com base nos resultados obtidos, acredita-se que, o que não estiver no Nível Local, possa ser, (in)voluntariamente, considerado como *Outlier*, já mencionado anteriormente, ao revelar que a chancela de Cidade Criativa de Florianópolis (SC), possivelmente, esteja propiciando a criação de um Subtipo de Governança (*Core Governance*) dentro da Governança Multinível da UCCN.

Gráfico 19: Percentual Subcategorias Indicador Colaboração – Governança em Nível Estadual/Regional



Fonte: Elaboração própria.

Diferentemente dos resultados obtidos no Nível Local, as Subcategorias Legitimidade e Estabilidade, embora não tenham mantido os mesmos Graus de Governança, apresentaram uma inversão nos percentuais de incidência no Nível Estadual/Regional. Portanto, a **Legitimidade** obteve **33,55%** de Grau de Governança, considerado como Grau **Baixo**, e a **Estabilidade** ocupou o Grau **Médio** de Governança, com **46,05%**, inclusive obtendo a maior incidência das demais Subcategorias deste Nível. Uma das razões deste resultado pode ser relativo às estruturas organizações que integram a Rede de Governança em Nível Estadual, conforme reconhecimento dos PPs, cujas instituições, sobretudo o SEBRAE SC, possuem relevante atuação com a chancela UNESCO, seja por meio de parcerias, seja por meio de recursos.

Para uma melhor ilustração e compreensão dos valores que resultaram no percentual deste Indicador, elaborou-se um gráfico (Gráfico 20) das Categorias, do qual é possível visualizar os índices mais altos e mais baixos obtidos, a partir das respostas dos Participantes da Pesquisa.

Gráfico 20: Percentual Categorias Indicador Colaboração – Governança em Nível Estadual/Regional



Fonte: Elaboração própria.

Cabe destacar a Categoria **Engajamento**, composta pela Subcategoria Reciprocidade. Esta Categoria foi avaliada com índice de **27,30%**, portanto o mais baixo nesse Nível, sendo correspondente ao Grau **Baixo** de Governança. Seguindo a mesma perspectiva, o Engajamento prevê que os interesses coletivos devem se sobressair aos interesses individuais, buscando produzir esforços mútuos para resultados amplamente apoiados. Ademais, preconiza que deve haver engajamento e transparências nas relações de reciprocidade nas redes de políticas públicas transversais, multidisciplinares e descentralizadas.

Logo, tendo em vista o resultado obtido por este estudo, conclui-se que a *Core Governance* de Florianópolis (SC) tem concentrado cada vez mais as suas ações internamente, embora admita-se que exista um desajuste coletivo de projetos ordenados e exclusivos para a chancela UNESCO, consequentemente limitando o alcance dos ODS da ONU.

Na Tabela 12, são demonstrados os resultados referentes ao Indicador Colaboração, em Nível Nacional.

Tabela 12: Grau de Governança do Indicador Colaboração em Nível Nacional

Subcategorias/Categorias	Valor	Percentual
Valor Médio de Comprometimento	4,12	21,71
Valor Formalização	4,12	21,71
Valor Médio de Interatividade	3,38	17,76
Valor Informalização	3,38	17,76
Valor Médio de Engajamento	4,75	25,00
Valor Reciprocidade	4,75	25,00

continua...

conclusão.

Valor Médio Legitimidade	4,00	21,05
Valor Médio Estabilidade	7,50	39,47
Valor Confiança	5,17	27,19
Valor Médio de Implementação	6,19	32,57
Valor Ações Conjuntas	6,19	32,57
Valor Médio de Institucionalização	5,25	27,63
Valor Autoridades Compartilhadas	5,25	27,63
Valor do Grau de Colaboração	4,81	25,31%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da pesquisa.

Os resultados da mensuração do Grau de Governança NACIONAL do indicador Colaboração direcionaram para a classificação “Incipiente”, tendo em vista que apresentou percentual de **25,31%**, localizando-se dentro do intervalo de 1% a 33%, correspondente ao grau **Baixo** de classificação da Governança.

Para uma melhor ilustração e compreensão dos valores que resultaram no percentual deste Indicador, elaborou-se um gráfico (Gráfico 21) das Subcategorias, do qual é possível visualizar os índices mais altos e mais baixos obtidos, a partir das respostas dos Participantes da Pesquisa.

Gráfico 21: Percentual Subcategorias Indicador Colaboração – Governança em Nível Nacional



Fonte: Elaboração própria.

Não diferente do Nível Estadual/Local, a Subcategoria **Estabilidade**, embora não tenha apresentado os mesmos percentuais, ocupou o maior Grau apontado em Nível Nacional. A dimensão das Organizações como a UNESCO Brasil, o Ministério do Turismo e o SEBRAE Nacional pode ter contribuído para que esta Subcategoria tenha obtido esse resultado, configurando **39,47%** de Governança e Grau **Médio**, dentro do intervalo de 34% a 66%.

Embora esse resultado apresente um Grau Médio de Governança, existem perspectivas divergentes entre os Atores Sociais, pois, enquanto alguns consideram essas instituições como importantes e necessárias para a Rede UCCN, outros (inclusive os próprios representantes dessas estruturas organizacionais) não se reconhecem expressivamente atuantes a ela. De acordo com a Análise de Conteúdo Crítica, por meio dos discursos dos PPs, observou-se que estes Atores Sociais, embora admitam, de forma geral, o reconhecimento da UCCN, não manifestaram argumentos condizentes com o que se preconiza no Indicador Colaboração, previsto pelas premissas da Governança Multinível.

Para uma melhor ilustração e compreensão dos valores que resultaram no percentual deste Indicador, elaborou-se um gráfico (Gráfico 22) das Categorias, do qual é possível visualizar os índices mais altos e mais baixos obtidos, a partir das respostas dos Participantes da Pesquisa.

Gráfico 22: Percentual Categorias Indicador Colaboração – Governança em Nível Nacional



Fonte: Elaboração própria.

Importante destacar a baixa pontuação da Categoria **Informalização**, com **17,76%** de Grau de Governança, considerada como ‘Incipiente’, correspondente ao Grau **Baixo** de Governança do Indicador Colaboração, em Nível Nacional. Destaca-se que essa Categoria obteve o menor percentual dentre as Categorias Multiníveis de todos os Indicadores. A Informalização apregoa que deve haver a promoção de interação entre as instituições, de forma

proativa e interorganizacional. Conforme já citado anteriormente, as estruturas organizacionais de Nível Nacional, apesar de legitimadas como instâncias estáveis ao contexto analisado, parecem não ter envolvimento proativos com as demais instituições vinculadas à chancela UNESCO Cidade Criativa. Essa percepção pode estar relacionada com a omissão dos Atores Sociais que constituem essas Estruturas Organizacionais em Nível Nacional, ou pela própria omissão dos Atores Locais.

Portanto, é possível inferir que essa relação informal seja mais bem percebida em Níveis nos quais os atores possuem mais acessos, seja por meio de relações estratégicas, socioinstitucionais ou até mesmo pessoais.

Na Tabela 13, são demonstrados os resultados referentes ao Indicador Colaboração, em Nível Internacional.

Tabela 13: Grau de Governança do Indicador Colaboração em Nível Internacional

Subcategorias/Categorias	Valor	Percentual
Valor Médio de Comprometimento	3,88	20,39
Valor Formalização	3,88	20,39
Valor Médio de Interatividade	5,75	30,26
Valor Informalização	5,75	30,26
Valor Médio de Engajamento	4,75	25,00
Valor Reciprocidade	4,75	25,00
Valor Médio Legitimidade	5,88	30,92
Valor Médio Estabilidade	7,25	38,16
Valor Confiança	6,33	33,33
Valor Médio de Implementação	5,81	30,59
Valor Ações Conjuntas	5,81	30,59
Valor Médio de Institucionalização	6,00	31,58
Valor Autoridades Compartilhadas	6,00	31,58
Valor do Grau de Colaboração	5,42	28,53%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da pesquisa.

Os resultados da mensuração do Grau de Governança NACIONAL do indicador Colaboração direcionaram para a classificação “Incipiente”, tendo em vista que apresentou

percentual de **28,53%**, localizando-se dentro do intervalo de 1% a 33%, correspondente ao grau **Baixo** de classificação da Governança.

Para uma melhor ilustração e compreensão dos valores que resultaram no percentual deste Indicador, elaborou-se um gráfico (Gráfico 23) das Subcategorias, do qual é possível visualizar os índices mais altos e mais baixos obtidos, a partir das respostas dos Participantes da Pesquisa.

Gráfico 23: Percentual Subcategorias Indicador Colaboração – Governança em Nível Internacional



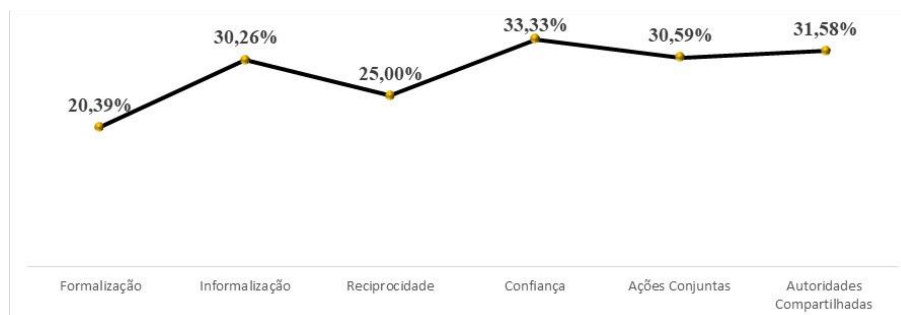
Fonte: Elaboração própria.

De acordo com o Gráfico 23, é possível observar que a **Estabilidade** atingiu o maior Grau obtido nesse Nível, com **38,16%**, classificado como ‘Moderado’ ou de Grau **Médio** de Governança. Cabe destacar que essa Subcategoria foi a única a obter esse percentual, dentre as demais deste Nível. Para endossar os argumentos supramencionados, o percentual obtido nessa Subcategoria reforça a perspectiva de Estabilidade das Instituições sólidas, a considerar os Níveis mais elevados da hierarquia da Rede de Governança Multinível.

Nesse sentido, considerando a UNESCO ‘Paris’ como a Instância máxima de Governança, este estudo revela a percepção dos Atores Sociais, em seus mais distintos Níveis, os quais a consideram como uma provedora da Rede. Embora não esteja ocupando um percentual ideal ao que se espera de uma Instituição desse escalão, entende-se que a Colaboração em Nível Internacional, se deve, essencialmente, por uma questão burocrática e não de confiança mútua.

Para uma melhor ilustração e compreensão dos valores que resultaram no percentual deste Indicador, elaborou-se um gráfico (Gráfico 24) das Categorias, do qual é possível visualizar os índices mais altos e mais baixos obtidos, a partir das respostas dos Participantes da Pesquisa.

Gráfico 24: Percentual Categorias Indicador Colaboração – Governança em Nível Internacional

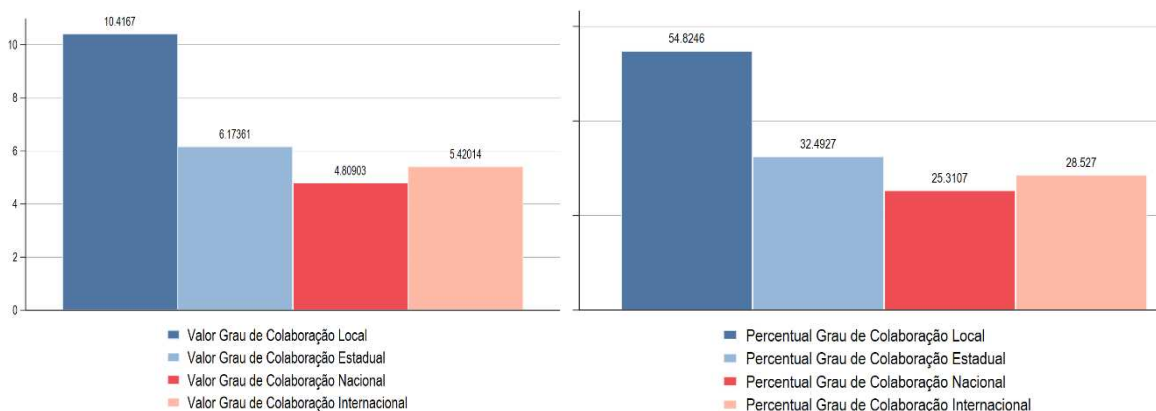


Fonte: Elaboração própria.

Conforme pode ser observado no Gráfico 24, diferentemente do Nível Nacional, a **Formalização** está com o menor índice deste Indicador, no Nível Internacional, com **20,39%** de Grau de Governança, localizando-se dentro do intervalo de 1% a 33%, correspondente ao Grau **Baixo** de classificação da Governança.

Logo, é possível interpretar, sobretudo por meio dos discursos dos PPs acerca dos desafios para a manutenção do selo de Cidade Criativa, a partir de Florianópolis (SC), que existe uma formação de uma subcultura de Governança em Nível Local, restringindo-se apenas ao cumprimento das formalidades impostas pela UNESCO, de forma documental. Nesse sentido, diante ao Indicador Colaboração, o Comprometimento dos Atores Sociais com o Nível Internacional, por meio desta Categoria é baixo, inclusive pelo próprio arranjo socioinstitucional percebido durante a Pesquisa de Campo, quanto à configuração e articulação dos Atores Sociais por meio de suas estruturas organizacionais constituintes no contexto de Governança existente, por meio das demandas, atividades, ações e atuações frente aos preceitos da UNESCO.

Na sequência, são apresentados, conforme as Figuras 34(a) e 34(b), os resultados referentes ao Indicador Colaboração, nos distintos Níveis analisados.

Figura 34: Valor Indicador Colaboração (34a) e Percentual do Indicador Colaboração (34b)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da pesquisa.

Conforme se observa na Figura 34, sobretudo à Figura 34b, é possível a variação da Governança Multinível, no que concerne ao arranjo socioinstitucional do Atores Sociais e suas Estruturas Organizacionais constituintes.

Logo, com base nos resultados deste Indicador, a chancela de Cidade Criativa da Gastronomia, em Florianópolis (SC) manteve-se centralizada, exclusivamente em Nível Local, em detrimento do Multinível.

Portanto, considerando os valores resultantes do indicador Coordenação, a Rede de Governança Multinível da UCCN está representada da seguinte forma (de acordo com os Graus obtidos por esta pesquisa, em seus distintos Níveis):

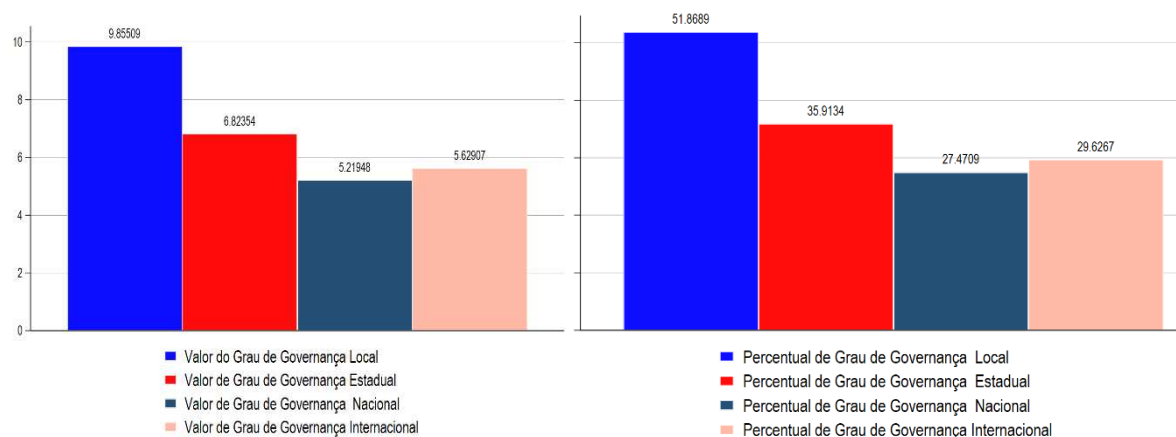
- Nível Local: **54,82%** Grau Médio de Governança;
- Nível Estadual/Regional: **32,49%** Grau Baixo de Governança;
- Nível Nacional: **25,31%** Grau Baixo de Governança;
- Nível Internacional: **28,53%** Grau Médio de Governança.

Nesse sentido, considerando a média obtida pelos Níveis mensurados, conclui-se que o Grau de Governança Multinível do Indicador Coordenação da UCCN, a partir de Florianópolis (SC), este estudo evidenciou o percentual de **35,29%**. Embora este Grau esteja presente no intervalo de Grau **Médio** de Governança (entre 34% a 66,99%), recomenda-se atenção de todos os envolvidos com a UCCN, para além de Florianópolis (SC) e sobretudo à UNESCO, pois o índice revelado neste estudo quanto ao Indicador Colaboração, tende a causar efeitos adversos à toda estrutura da Governança da UCCN, bem como à própria cadeia produtiva e socioinstitucional da Cidade Criativa, em termos de Desenvolvimento Sustentável, haja vista uma certa (quase) subcultura de Governança sendo formada em Nível Local, o que pode

deslegitimar a própria Rede UCCN, uma vez que a formação de sub-redes de Governança tende a se distanciar dos objetivos multidimensionais, com base nas relações colaborativas, pautadas no personalismo e na contrapartida em detrimento do coletivismo e voluntarismo.

Por fim, são apresentados os resultados referentes ao Grau de Governança nos 4 níveis de interesse (Figura 35a e Figura 35b).

Figura 35: Valor do Grau da Governança Multinível (35a) e Percentual do Grau da Governança Multinível (35b), a partir de Florianópolis (SC), Cidade Criativa da Gastronomia



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da pesquisa.

Com base nos resultados revelados por este estudo, conclui-se que a Governança Multinível da UCCN foi mensurada em **36,22%**, tendo em vista as respostas obtidas pelo questionário ICD, através dos Participantes da Pesquisa. Como esse Grau está dentro do intervalo de 34% a 66%, embora próximo ao ‘Incipiente’, a UCCN está classificada com **Grau Médio** (Moderado) de Governança Multinível.






6 A GOVERNANÇA (MULTINÍVEL) NA CIDADE CRIATIVA E OS ODS DA ONU

Procurou-se, neste capítulo, identificar os elementos determinantes e influenciados pela operacionalização de atividades da Governança Multinível, a partir de Florianópolis (SC), para o alcance dos ODS da ONU, com base nos Indicadores de Desenvolvimento Sustentável (IDSC-BR) para as Cidades Criativas da Gastronomia no Brasil.

Considerando que a cidade de Florianópolis (SC) se manifesta, significativamente, através da Gastronomia marítima (Frutos do Mar), esta pesquisa de tese se propôs, por cognição, abordar três indicadores principais, os quais considera-se relevantes ao contexto da cidade. Portanto, a abordagem deste capítulo, terá como pilares os ODS 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis); ODS 12 (Consumo e Produção Responsáveis); ODS 14 (Vida na Água).

Embora admita-se a concentração deste Capítulo em três ODS da ONU, tendo em vista a amplitude do selo da Gastronomia para a UCCN, sobretudo à cidade de Florianópolis (SC), este estudo também perpassa por outros ODS, de forma pontual, tendo em vista que, durante as entrevistas, questões foram abordadas considerando os desafios sociais, econômicos, culturais e ambientais à luz da realidade empírica do *locus* da pesquisa. Nesse sentido, esta tese percorre elementos dos seguintes ODS da ONU: ODS 3 (Saúde e Bem-Estar); ODS 5 (Igualdade de Gênero); ODS 8 (Trabalho Decente e Crescimento Econômico); ODS 10 (Redução das Desigualdades) e; ODS 13 (Ação Climática).

De acordo com a metodologia adotada pelo IDSC-BR, cada ODS é avaliado através de pontuações (0 a 100) de acordo com o estágio de alcance desses Objetivos pelas cidades do Brasil avaliadas. Feito isso, cada Indicador elaborado pelo IDSC-BR para compor os ODS, com base nas Metas estipuladas pela Agenda 2030, é classificado com um Grau atingido, quais sejam:

-  Há Grandes Desafios
-  Há Desafios Significativos
-  Há Desafios
-  ODS Atingido
-  Informações Indisponíveis

Em Florianópolis (SC), *locus* deste estudo, os Graus de classificação relativos aos ODS da ONU, segundo o IDSC-BR, podem ser verificados de acordo com a Figura 36.

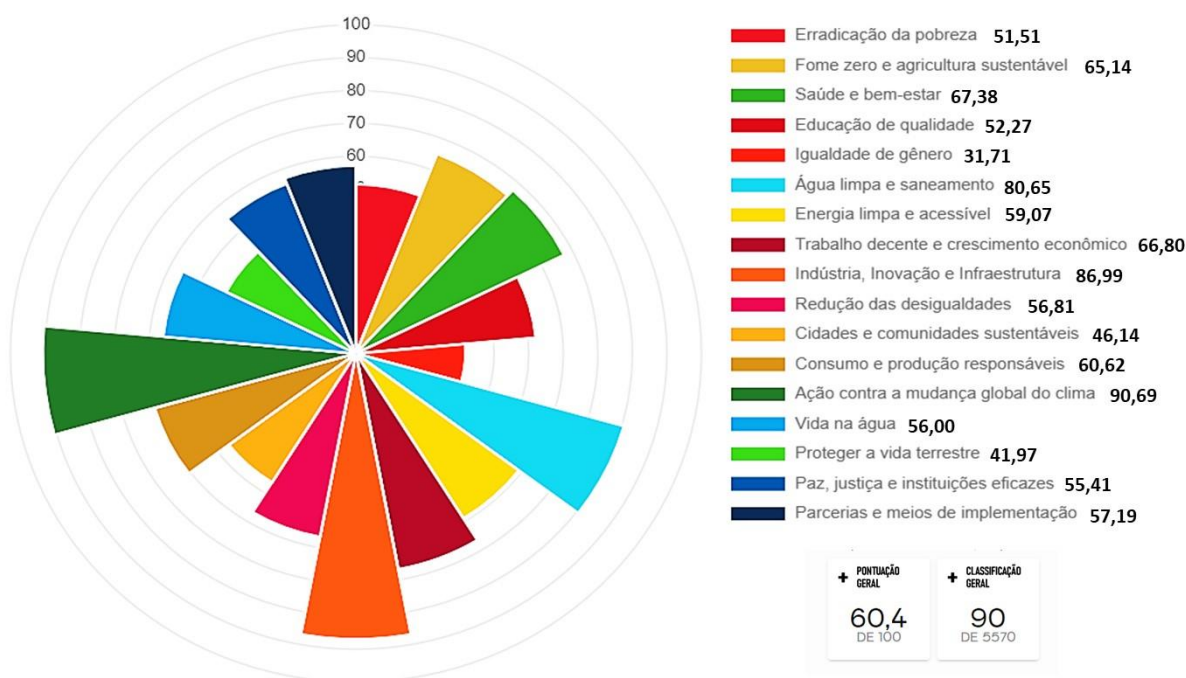
Figura 36: Grau de Classificação dos ODS em Florianópolis (SC)



Fonte: Adaptado de IDSC-BR (2023).

Cabe ressaltar que a posição no *ranking* das cidades brasileiras se dá a partir dos seus resultados, frente aos ODS e aos seus Indicadores constituintes.

Nesse sentido, em se tratando do *locus* desta pesquisa, com base nos 17 ODS da ONU, os resultados obtidos através do IDSC-BR, considerando o ano atual (2023), revelou que a cidade ocupa o 90º lugar, de um total de 5570 cidades analisadas. Portanto, os valores referentes aos 17 ODS, em Florianópolis (SC), podem ser observados através da Figura 37.

Figura 37: Pontuação dos 17 ODS em Florianópolis (SC)

Fonte: Adaptado de IDSC-BR (2023).

A partir da Avaliação da Governança Multinível revelada no Capítulo anterior, torna-se essencial, para além das inferências, identificar os elementos determinantes no contexto dos ODS da ONU, por meio dessa Governança. Assim, descreve-se, a seguir, a estrutura adotada para execução deste Capítulo, com base nos arranjos empregados pelos Atores Sociais no que concerne a articulações, ações, projetos e atividades que possam evidenciar direcionamentos para o desenvolvimento sustentável de Florianópolis, por meio da chancela UNESCO de Cidade Criativa da Gastronomia.

A começar, destacam-se os ODS, pilares e pontuais, orientados para o cumprimento da pesquisa, bem como os seus indicadores e perspectivas vinculados ao roteiro de entrevista semiestruturado. Vale mencionar que a proposição deste estudo foi obter o máximo de respostas possíveis dos PPs, a fim de contemplar um escopo de dados considerável para o norteamento da pesquisa, à luz do ambiente socioinstitucional de Governança presente na UCCN, a partir de Florianópolis (SC).

Figura 38: Florianópolis e os ODS da ONU – Principais desafios à Governança⁴¹



Fonte: Elaboração própria com base em IDSC-BR (2023) e ONU (2016).


Considerando que as Cidades Criativas são orientadas ao cumprimento da Agenda Global 2030, ora estabelecida pela Organização das Nações Unidas (ONU), sobretudo pela limitação da literatura brasileira acerca de ações e articulações provenientes da Governança entre as cidades chanceladas pela UNESCO no segmento gastronômico, este estudo buscou fomentar subsídios comparados entre as singularidades e identificações de Florianópolis (SC), não só nas concretudes que conservam a chancela, como também no que concerne à exequibilidade do plano proposto à Rede de Cidades Criativas da UNESCO referente aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, com destaque para os ODS supracitados.

Para tanto, tomou-se como base, premissas de Desenvolvimento Sustentável e da Governança como uma dinâmica de Ação Coletiva, que lançam luzes para a imbricação e indissociabilidade entre essas dimensões, ambas estabelecidas por meio dos estudos auferidos a esta pesquisa.

No Brasil, a primeira cidade a receber o selo de Cidade Criativa da Gastronomia foi a capital de Santa Catarina, em 2014. Com esforços voltados ao segmento gastronômico, apresentam-se no Quadro 13, as principais ações propostas por Florianópolis, junto à UCCN.

⁴¹ Para melhor visualização, cf. Apêndice H.

Quadro 13: Descrição dos Objetivos de Florianópolis (SC) – proposições preliminares

Florianópolis - Cidade Criativa da Gastronomia no Brasil	
Ano de Entrada na UCCN 2014	Ações de Colaboração e Cooperação junto à UCCN
 <p>Mercado Público de Florianópolis (SC)</p>	<p>Como proposição de execução:</p> <ul style="list-style-type: none"> - A intenção de um festival anual com participação de convidados, a criação de um prêmio anual para os melhores restaurantes em Florianópolis (SC), com base em critérios que auxiliem na melhoria dos serviços e produtos; - Oferecer ferramentas inovadoras para a preparação de pratos típicos; - Criação do Observatório Gastronômico para difundir as informações relacionadas à cadeia alimentar e divulgação global de dados e; - Expandir programas de intercâmbio acadêmico para estudantes de Gastronomia.

Fonte: Elaboração própria com base em UCCN (2018, pp. 97-105-112). Foto: Acervo do autor.

A partir das proposições da cidade, fez-se necessário estabelecer uma rede de Governança Multinível entre o conglomerado, face às aspirações da UNESCO, a fim de alcançar, por meio de Ações colaborativas e coproduzidas, aos ODS, e, contemplando, assim, a Agenda 2030.

Devido ao número de turistas (e excursionistas) que transitam pelas Cidades Criativas, esperava-se que houvesse o compartilhamento de ações entre a Rede na expectativa de diminuir a insustentabilidade do aparato turístico, sobretudo que a atividade criativa não fosse única e exclusivamente vislumbrada por uma cosmovisão econômica. Sendo assim, o planejamento e as ações compartilhadas em conjunto tornam-se elementos primordiais (não devendo ser considerados, aqui, como esferas dissociáveis) para a valorização das tradições autóctones, da condução de uma urbanização sustentável e da participação dos representantes das esferas pública e privada, aliada à sociedade civil, na promoção de um *ethos* ‘glocal’ pelas Cidades Criativas e que deve, portanto, ser trabalhado do ponto de vista de uma Governança democrática e participativa, inclusiva, resiliente e sustentável.

Posto isso, ao trazer consigo o estabelecimento de relações oriundas de práticas cooperativas e colaborativas, a Rede de Cidades Criativas, mais especificamente, a UNESCO, enquanto instituição macro dimensional, demarca uma ação que é a da Governança como pilar central na coordenação da Rede. É esperado que os atores sociais se articulem para a promoção do bom desenvolvimento da cidade e tenham ações coordenadas para todas as dimensões do desenvolvimento, para além do econômico.

Considerando a Governança existente entre os Atores Sociais e suas organizações constituintes, a partir da Coopeação, Coordenação e Colaboração, para o cumprimento da Agenda 2030, observou-se que na cidade de Florianópolis (SC), pautados na análise do primeiro ‘Relatório de Monitoramento de Atividades’ do ciclo de quatro anos (2014-2018)⁴², também de outros documentos e exploração do *site* institucional da Associação FloripAmanhã, dentre os eixos temáticos desta instituição, está o ‘Planejamento de Cidade Sustentável’. A Associação tem como missão “contribuir com estratégias para o desenvolvimento sustentável e construção da cidadania e bem-estar social” (FLORIPAMANHÃ, 2020, p. 1), tendo como prioridade as seguintes atividades/projetos:

- Florianópolis Cidade Criativa UNESCO da Gastronomia;
- Rede de Monitoramento Cidadão – Rede Ver a Cidade;
- Adote uma Praça;
- Floripa 2030;
- Plano de Ordenamento Náutico;
- Resíduos Sólidos;
- Revitalização do Centro Histórico;
- Distrito 48, Cidade Inteligente e Turismo.

Além das entidades representativas supramencionadas da Rede de Governança, a Associação FloripAmanhã, fundada em 2005, por iniciativa de diversos representantes, é composta, na gestão 2022/2023, por: Presidência, Vice-Presidência, Diretoria Administrativa, Diretoria Financeira, Diretoria de Comunicação e Diretoria Jurídica, representantes da coordenação de Grupos de Trabalho (Inovação, Revitalização de Espaço Público e Meio Ambiente, Saúde da Cidadania e Ver a Cidade), Conselheiros Consultivos, Conselheiros Fiscais Titulares e Conselheiros Fiscais Suplentes.

Ao todo, somam a composição da Associação FloripAmanhã, 51 Atores, sendo 30 destes, representantes do Conselho Consultivo. No entanto, durante a Pesquisa de Campo, constatou-se que dentre estes representantes, apenas 2 (dois) Atores estão vinculados à chancela da Cidade Criativa UNESCO da Gastronomia, sendo um representante da Diretora Executiva da Associação e um Ponto Focal da chancela UNESCO.

Especificamente para a exequibilidade dos ODS, Florianópolis (SC) criou, em 2015, o ‘Plano de Ação Florianópolis Sustentável’ (PLAFS). De acordo com os PPs vinculados à

⁴² Para mais informações do Relatório de Monitoramento de Atividades cf. ANEXO E.

FloripAmanhã, o PLAFS é resultado de um amplo trabalho de cooperação interinstitucional realizado no âmbito da Iniciativa Cidades Emergentes e Sustentáveis (ICES).

[...] A Prefeitura de Florianópolis aderiu à iniciativa assumindo a coordenação local das atividades por meio de uma Comissão de Acompanhamento e Apoio à Implementação da ICES no Município. [...] Outras instituições e empresas locais, nacionais e internacionais, parceiras da Iniciativa, também colaboram em assuntos das suas especialidades” (FLORIPAMANHÃ, p. 3, 2015).

Faz-se importante demarcar alguns excertos presentes no Plano de Ação para que, *a posteriori*, sejam feitas as considerações:

O Plano de Ação tem como principais eixos o da Mobilidade Urbana, a Gestão Integrada do Saneamento Básico, o Uso do Solo e Ordenamento Territorial, a Vulnerabilidade a Desastres Ambientais e Mudanças do Clima e a Gestão Pública Moderna, promovendo assim uma integração da administração municipal e a apresentação de soluções para problemas comuns do cotidiano do cidadão florianopolitano – César Sousa Júnior, Prefeito em exercício na Gestão Municipal em 2015 (FLORIPAMANHÃ, 2015, p. 9).

Esperamos que o governo e a sociedade de Florianópolis se apropriem deste trabalho exitoso e busquem, juntos, concretizar as ações previstas, construindo, em um caminhar contínuo, um futuro em que as pessoas se sintam cada vez mais preparadas e apoiadas diante dos problemas, desafios e oportunidades de viver na cidade (FLORIPAMANHÃ, 2015, p. 10).

Esses dois excertos revelam uma preocupação do Poder Público Municipal em estreitar laços com a comunidade civil a partir da promoção e inserção de uma colaboração integrada e atuante. A Governança é, nesse sentido, conduzida a partir de uma perspectiva para que a exequibilidade do Plano seja efetiva, embora seja unânime entre os entrevistados sobre a apatia da Gestão Pública no que diz respeito à chancela da Cidade Criativa, especialmente durante o processo de candidatura da cidade para entrada na UCCN.

No Começo do projeto a gente envolveu umas entidades que tinham mais sinergia com o tema gastronomia, porque nós focamos nesse tema, e nós envolvemos universidades, envolvemos o SEBRAE, um grande parceiro nosso, a própria FAPESC nos ajudou no projeto de pesquisa... mas, quem faltou, realmente, nesse processo todo, foi a municipalidade, foi o Governo Municipal. Ele não nos deu o suporte que a gente queria. Tanto, que, quando nós concluímos todo esse trabalho, que foi uma ação da iniciativa privada, foi a sociedade civil que se organizou para fazer, que foi uma coisa diferente que a gente enxerga nas outras cidades, que é a Prefeitura... que é o Poder Público que enxerga e que vai atrás e constrói o processo, aqui foi o inverso, aqui foi a Sociedade Civil que se organizou, realmente, e fez. (...) Então, o envolvimento do Poder Público Municipal foi muito aquém do que a gente precisava, do suporte que a gente precisava, enquanto sociedade, para que esse processo fosse adiante. Inclusive, as coisas que pegam muito pra gente, foi que, terminamos toda a candidatura, que foi um processo árduo de construção, e nós só tínhamos que ter uma carta assinada pelo Prefeito, pra encaminhar o nosso processo para a UNESCO. Era só o que nos faltava, a assinatura do Prefeito para que a gente pudesse encaminhar o processo. Você não

tem noção do que nós corremos atrás pra conseguir a assinatura e não conseguimos, *tá?! Um secretário municipal teve pena da gente... Um professor da Universidade que entendeu, ele assinou pela Prefeitura. E assim começou o processo de Florianópolis. Então, isso pra gente marcou muito, porque, poxa, a sociedade entregou de presente pra cidade uma candidatura pronta, construída e a cidade só precisava de uma carta do prefeito pra encaminhar, e foi uma dificuldade de todo tamanho. Isso foi triste (PP8).*

Além do ‘Plano de Ação Florianópolis Sustentável’, a cidade também tem se mobilizado ao desenvolvimento sustentável pelo Relatório desenvolvido em 2017, denominado ‘Relatório Anual de Análise de Progresso dos Indicadores de Florianópolis (RAPI)⁴³’ ou Relatório Anual de Indicadores de Florianópolis. Os temas de trabalho sobre os quais o RAPI se propõe a executar estão alinhados em três dimensões da sustentabilidade da ICES, elaborados a partir de Indicadores⁴⁴ oriundos de consulta pública por meio de pesquisa de opinião, quais sejam:

- Dimensão Ambiental: 3 Pilares e 8 Temas – 36 indicadores;
- Dimensão Urbana: 5 Pilares e 12 Temas – 124 Indicadores;
- Dimensão Governança e Conselho Fiscal: 04 Pilares – 06 Temas – 37 indicadores (FLORIPAMANHÃ, 2022).

O RAPI apresenta dados metodológicos do diagnóstico dos 197 indicadores, agrupados em 26 temas, que teriam sido debatidos entre os atores sociais responsáveis pela condução de ações de desenvolvimento sustentável da cidade. Conforme se observa, a Governança Local tem adotado o RAPI como essencial ferramenta para o desenvolvimento sustentável da cidade, por iniciativas próprias e não universais, conforme preconizado pela UNESCO, ao estabelecer os ODS da ONU como uma razões de existência da UCCN.

Nesse sentido, percebe-se que a cidade, por cultura e natureza vocacional, já reconhece a questão da sustentabilidade enquanto identidade, e as ações prevaletentes desse tema, ocorrem de forma natural e orgânica, por meio da sua própria predisposição, em vez de influenciada pelos preceitos preconizados pelos ODS da ONU, o que tende a acarretar certa desarmonia e desarticulação entre a vocação da cidade e a chancela UNESCO Cidade Criativa. Em outras palavras, independentemente da chancela concedida pela UNESCO, Florianópolis

⁴³ Para mais informações do Relatório Anual de Análise de Progresso dos Indicadores de Florianópolis (RAPI) cf. ANEXO G.

⁴⁴ Vale destacar que a UNESCO já prioriza e preconiza, no âmbito das Cidades Criativas, os Indicadores de Desenvolvimento Sustentável. Nesse sentido, o RAPI tende a ser uma proposição de Subindicadores de Desenvolvimento Sustentável, com base no ‘Programa Cidades Emergentes e Sustentáveis (CES)’, do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) (FLORIPAMANHÃ, 2022), e portanto, exclusivamente adotado pela cidade, desde 2017 como Indicadores próprios e não universais, conforme os assinalados pelos ODS da ONU, desde 2015.

(SC) já possui em sua identidade a premissa do desenvolvimento sustentável, independentemente do selo de Cidade Criativa. Essa argumentação se torna mais evidente no decorrer deste Capítulo, a partir dos dados apresentados e revelados, sobretudo com base nos discursos dos Atores Sociais que participaram do presente estudo de tese.

Quanto às atuações oriundas das Instâncias Municipal (Local), Nacional e Internacional, este estudo identificou que, a nível municipal, dentre os objetivos da Governança Local estaria o estímulo à cooperação público-privada para o desenvolvimento sustentável. A principal ação foi a criação do Observatório da Gastronomia, a fim de difundir pesquisas e estabelecer cooperação entre a rede local. A Governança foi estabelecida a partir de iniciativas privadas, órgãos públicos e academias, como supramencionado, com o objetivo de fomentar o desenvolvimento a partir da Gastronomia, com vistas à sustentabilidade (UNESCO, 2022).

Para a coordenação das atividades descritas no Relatório de Monitoramento de Atividades⁴⁵, foi criado um Plano Estratégico, no qual pessoas e entidades designavam a Coordenação. Em parceria com a Associação Brasileira de Bares e Restaurantes de Santa Catarina (Abrasel/SC), as capacitações de bares, restaurantes e estabelecimentos deveriam ser estabelecidas, a fim de fomentar ações de sustentabilidade, tendo a questão da Gestão de Resíduos Sólidos entre os cursos. Segundo a FloripAmanhã, assim como Belém (PA), no dia Internacional da Gastronomia Sustentável⁴⁶, a Associação tem ofertado *workshops*, oficinas, orientação nutricional, debates sobre a sustentabilidade, entre outros, desde aos alunos, aos empresários e aos profissionais do setor gastronômico.

Em 10 de setembro de 2020 foi formalizada a adesão ao Movimento Nacional ODS Santa Catarina. Em notícia⁴⁷ publicada neste mesmo mês, encontravam-se ações que deveriam ser executadas, às quais estariam diretamente associadas aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Dentre as iniciativas previstas, destacaram-se: a revitalização de espaços urbanos, a Rede de Monitoramento Cidadão Ver a Cidade, Programa Florianópolis Cidade Criativa da Gastronomia, Grupo Interinstitucional para a Gestão de Resíduos Sólidos, capacitação de

⁴⁵ O Relatório de Monitoramento de Atividades é um documento imposto pela UNESCO para que as Cidades Criativas apresentem as suas ações pautadas no desenvolvimento sustentável local com base na chancela concedida. Nesse sentido, para que haja a manutenibilidade da cidade na UCCN, é necessário, a cada 4 anos, submeter à plataforma UNESCO o Relatório de Monitoramento de Atividades, a fim de cumprir com as exigências indicadas pela Entidade, bem como divulgar ações realizadas e propor ações para os próximos 4 anos. Para mais informações sobre o Relatório de Monitoramento de Atividades, sobretudo de Florianópolis (SC) cf. ANEXOS E e F.

⁴⁶ De acordo com a ONU (2023, p. 1, **tradução nossa**) “Em dezembro de 2016, a Assembleia Geral das Nações Unidas designou, em sua resolução A/RES/71/246, o dia 18 de junho como o Dia da Gastronomia Sustentável.”

⁴⁷ Para acessar a notícia cf. <http://floripamanha.org/2020/09/floripamanha-passa-a-integrar-o-movimento-ods-santa-catarina/>.

jovens e mulheres no Morro do Mocotó, em parceria com o Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC).

A proposta seria fortalecer o protagonismo dos produtores locais, artesãos e empreendedores de pequenos negócios, possibilitando a geração de renda e a conquista da dignidade. Outra iniciativa do IFSC, apoiada pela associação FloripAmanhã, foi o projeto ‘As cozinheiras escondidas’, que teria o intuito de levar conhecimentos de Gastronomia às cozinheiras da comunidade. Além disso, também no Morro do Mocotó, outra iniciativa apoiada pela Governança Local, foi o movimento Traços Urbanos, que visava aproximar arquitetos e engenheiros da UFSC à comunidade. Junto com a associação dos moradores, os profissionais se propuseram a reformar uma creche e uma igreja e planejaram instalar um escritório de arquitetura para atender pequenos projetos (FLORIPAMANHÃ, 2020).

No âmbito municipal, as ações estariam previstas, também, através do Grupo Interinstitucional para a Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos de Florianópolis⁴⁸ e da Rede de Monitoramento Cidadão⁴⁹, que segundo os PPs estão diretamente ligados ao Desenvolvimento Sustentável. Ainda, no âmbito municipal, o Observatório da Gastronomia e o Senac SC criaram o projeto ‘Regionalidades que Geram Renda’, que é uma iniciativa para a criação de uma série de *podcasts*, os quais orientam sobre o preparo de produtos alimentícios.

A exemplo do âmbito nacional, em 2019, foi promovido o II Fórum das Cidades Criativas no Brasil. Na ocasião, os principais pontos debatidos giraram em torno da Economia Criativa para o Desenvolvimento Sustentável, com destaque para o estabelecimento de uma Governança de abordagem ecossistêmica, na qual deveria envolver, não apenas atores do Poder Público/Distrital, como também a academia, atores dos Setores Privados e Organizações Não-Governamentais; estímulo da Economia Criativa como uma Política Pública do estado de Santa Catarina e não apenas do Governo Local, entre outros.

Deliberaram, na ocasião, o encaminhamento da criação de um modelo de Governança que fosse disseminado pelas demais cidades ‘coirmãs’ do selo gastronômico do ECRATIVA, a partir do modelo de ‘tríplice hélice’ (FLORIANÓPOLIS, 2019). Como articulação nacional e internacional, organizou-se, em 2020, embora em meio à pandemia da Covid-19, um evento *on-line*, via *YouTube*, sobre estratégias do setor de alimentação no Brasil e Itália, além da proposição e participação de eventos da Rede de Cidades Criativas UNESCO da Gastronomia do Brasil, também virtualmente.

⁴⁸ Fonte: http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/09_05_2018_11.24.32.2f505d9f52417ab8e40c297a8486c97e.pdf.

⁴⁹ Fonte: <https://www.baobasustentabilidade.eco.br/blog>.

A exemplo do âmbito internacional, Florianópolis (SC) foi convidada, em 2020, para participar de uma iniciativa para celebrar o Dia Mundial da *Paella* (prato mais representativo da cozinha espanhola), em Dénia (Espanha). A cidade, na representação de um *chef* local, participou do 3º Festival Internacional de Gastronomia, realizado em Gaziantep, Turquia, também em 2020. Além disso, na representação do superintendente de Ciência, Tecnologia e Inovação da Prefeitura Municipal e dos *chefs* do ‘Programa Florianópolis Cidade Criativa Unesco da Gastronomia’, a cidade esteve presente no Simpósio Internacional de Gastronomia, em Phuket, na Tailândia.

Dentre as ações mais destacadas para o fomento ao desenvolvimento sustentável, de acordo com a análise documental e entrevistas, destaca-se a Agenda Estratégica de Desenvolvimento Sustentável de Florianópolis na Região; o projeto educacional ‘Recicla Bem Floripa’ e; o Observatório da Gastronomia (FLORIPA2030, 2020).

A seguir, são apresentados os dados relativos aos dados primários, obtidos por meio das entrevistas com roteiro semiestruturado, com base na articulação ou arranjos dos Atores Sociais da Governança Multinível para questões sobre o desenvolvimento sustentável, pautados nos ODS da ONU, a começar pelo ODS 11. Como base fundamental, partiu-se das entrevistas realizadas a partir de Florianópolis (SC), não descartando-se, portanto, os discursos obtidos pelos demais atores da UCCN, por meio das entrevistas com os atores em Nível Estadual/Regional e Nacional.

Vale ressaltar que as questões relativas aos ODS apresentados na sequência, foram articuladas com base nos Graus de Classificação (Desafios) apontados pelo IDSC-BR, criado no ano de 2021.

Figura 39: Perspectivas dos Atores Sociais acerca dos Indicadores de Sustentabilidade do ODS 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis)



Fonte: Elaboração própria com base em IDSC-BR (2023) e ONU (2016).

- *Desigualdades Socioeconômicas*  Há Desafios Significativos

Esse é um problema, porque Florianópolis, devido ao seu próprio sucesso de ações sociais e tudo mais, não é que a gente não tenha problemas, nós temos pobreza, ela atrai muita gente de fora, muita gente vê a propaganda boca a boca: “Ah eu to ficando em Florianópolis, aqui é legal...” os índices sociais aqui são bons, a criminalidade é baixa, o saneamento é alto, então as pessoas vêm aqui achando que é uma terra de oportunidades infinitas. (...) e a crise econômica reflete assim, se você tem alta qualificação profissional, a cidade vai te receber de braços abertos, ou seja, tem que ter isso. Se você não tem, ela é cruel (PP18).

Olha, eu até fiquei espantada, escutando essa semana, um palestrante dizer que a renda média do pessoal de Florianópolis é quatro mil e poucos reais. Nós temos um poder aquisitivo alto, né... na cidade, de um modo geral. (...) às vezes a gente fica pensando “Como é que as pessoas são ricas?” “De onde que elas têm o poder aquisitivo tão alto?” Mas, tem! Por outro lado, temos o setor popular também e a gente observa que existe assim uma vontade das pessoas de ir pra rua, de ir pro restaurante, de tomar uma cerveja, mas, por outro lado, [com a pandemia] o poder aquisitivo dessa população caiu muito mais né (PP17).

Eu não consigo exemplificar ações da agenda que bebem da marca criativa, (...) eu não consigo ver, mesmo, ações assistencialistas de grandes redes... relacionados às suas comunidades [vulneráveis socioeconomicamente] ... deve-se existir, mas elas são invisíveis né?! Deve ser um trabalho muito pessoal ou não divulgado. Assim, não tem uma ação coordenada e nem consigo visualizar. A cidade tem, eventualmente, uma menor desigualdade social. A pobreza, ela tende a ser escondida, né? (PP25).

Tratando da Teoria da Governança Multinível, a questão da vulnerabilidade e desigualdade socioeconômica decorrente do Nível Local, quando não consideradas um

problema público, e, conseqüentemente, não absorvidas pela agenda pública por meio dos Atores Sociais, podem ocasionar impactos, inclusive, em outras regiões, sobretudo em outros Níveis da Governança (TOUATI et al., 2015), pois esses locais tendem a comprometer a efetividade da Rede de Governança, tendo em vista que exigirão esforços em demasia para se alcançar o equilíbrio por parte dos outros Níveis, uma vez que a perspectiva multidimensional de uma estrutura de Governança Multinível preconiza o entrelace de todos os Níveis, que acabam, de certa forma, absorvendo questões locais de forma universal. Em outras palavras, um problema em Nível Local afeta todos os Níveis de uma Rede de Governança Multinível, pois esta, segundo a Teoria, preconiza a conectividade ‘glocal’ (BETSILL; BULKELEY, 2006; FLINDERS; 2004; MARKS, 1992).

- *Condições Socioespaciais*  Há Desafios Significativos

Com certeza o que a gente tem observado é que essa chamada qualificação do turismo, *né?!...* ela implica em empreendimentos com posicionamentos mais voltados a públicos de maior poder aquisitivo. Com isso, um morador cada vez mais tem um acesso dificultado a alguns elementos e algumas ofertas do município. Tem a ver com essa forma teatral de tratar cultura, *né?!*, e encarecer preços. A especulação imobiliária muito forte é presente aqui em Florianópolis, muito forte. Tem saída? Não sei, eu acho que há caminhos alternativos que dependem da participação efetiva da comunidade na tomada de decisões aqui (PP24).

É uma linha muito tênue e uma questão muito delicada essa questão da gentrificação. Aqui, recentemente, lá em dois mil e quatorze, quinze, foi feita uma concessão do mercado público, e eu acho que deveria ter sido feita mesmo essa concessão, porque tinha gente há dezenas de anos sem uma licitação específica lá no mercado público, mas a gente tem... os custos são altos, conseqüentemente os preços acabaram se tornando muito altos também, então ocorreu um processo de gentrificação no mercado público, não tenho dúvida alguma (PP1).

Uma outra questão apontada por um dos PPs, inclusive pontuada pela UNESCO como um fator crítico à UCCN, refere-se ao comprometimento de uma Cidade Criativa com as outras cidades limítrofes, para que as demandas adversas não sejam negligenciadas ou transferidas para outras regiões. Nesse sentido, a cooperação intermunicipal deve ser efetiva para que problemas pontuais, dada a possível potencialidade e ao compromisso social, econômico, cultural e ambiental de uma Cidade Criativa, não somente com as suas coirmãs, sobretudo com as cidades vizinhas, não sejam repassados e/ou omitidos. Além disso, para que o desenvolvimento possa ser impulsionado regionalmente, é preciso agregar esforços mútuos de forma que o selo de Cidade Criativa UNESCO não se concentre apenas em um polo do

município. No entanto, relativo à ‘Condições Socioespaciais’, há uma crítica em relação ao exposto, conforme se observa a seguir.

Então... o que acontece?... A gentrificação tem acontecido? Tem. Mas, eu acho que tem algo pior, que o migrante que vem pra cá e não tem oportunidade e aí, ele entra em situação de vulnerabilidade. Isso é muito complicado. O que tem acontecido, por estarmos numa região metropolitana densa, esse pessoal acaba nem ficando em Florianópolis, ele vai pros municípios vizinhos, principalmente São José e Palhoça. Ali o problema tá grande, principalmente Palhoça, que é uma cidade mais industrial. Então, Florianópolis acaba não ficando com esse problema tanto, mas o problema existe (PP18).

A seguir, relata-se sobre a questão da Cultura e da Valorização das Tradições. Como se observa, não é consenso entre os Atores Sociais que, em Florianópolis (SC), o tema Cultura esteja sendo fomentado ou articulado pela Governança, por meio da chancela da Gastronomia, como uma forma de ações em prol do desenvolvimento sustentável na Cidade, exceto por projetos pontuais. Ademais, a hibridização cultural, algo que também tem ocorrido na cidade, a partir da Gastronomia, tem despertado posicionamentos acerca da contemporaneidade em termos de espetacularização ou teatralização cultural, sobretudo discutidos por pesquisadores como Reis (2002), Ferreira (2017) e Landry (2013).

- *Reforço da Cultura da Comunidade* Há Desafios

A gente tá longe de viver a cultura gastronômica, como eu disse (...), é uma questão muito processual, cada dia um dia, cada pequeno avanço é um avanço importante, mas sem dúvida alguma, é que a gente precisa amadurecer bastante a utilização dessa chancela (PP1).

Então temos vários agentes, que eles estão muito bem mapeados e isso faz parte do fortalecimento da marca de Florianópolis como cultura *né?!* Então, você vai ver um vídeo de Florianópolis, você vai ver o pescador lançando a rede, você vai ver a pesca da tainha [peixe típico da região], os turistas querendo participar da pesca da tainha, pra ajudarem a puxar a rede. Então ele [o pescador] sempre conta com isso, então é um efeito cultural, isso já está enraizado. Eu acho que isso nos ajuda a fortalecer a Economia Criativa e toda essa questão de agentes envolvidos, os fornecedores envolvidos, porque isso é uma marca que é muito batida e repetida e já está, acredito, na cultura do dia a dia das pessoas da cidade, ainda que elas não conheçam o que é uma Economia Criativa, que não conheçam a cadeia em si, ou conheçam o programa da Cidade Criativa. Então eu acho que isso é um produto que pode nos ajudar (PP4).

No sentido cultural das formas de expressão do *ethos* florianopolitano, embora a Governança reconheça as suas manifestações enraizadas em seu cotidiano, admite-se, também,

que o fortalecimento da cultura da comunidade, com base no selo criativo, ainda é um caminho a ser percorrido, para que os moradores locais possam empreender os seus valores socioculturais por meio, inclusive, da Economia Criativa. Desse modo, torna-se assumido que a chancela da Cidade Criativa não exerce, expressivamente, o seu papel junto à comunidade para que ações vinculadas ao selo criativo sejam fortalecidas e integradas na rotina dos cidadãos.

- *Promoção e Valorização das Tradições*  Há Desafios Significativos

Eu acho que que essa chancela abriu portas pra uma discussão mais técnica, mas, também, político-institucional, considerando a Gastronomia como elemento, ou melhor, a Economia Criativa como um elemento dinamizador e fundamental pra uma nova Florianópolis, né?! Uma nova Florianópolis que não tem só turismo, mas tem tecnologia, que valoriza a sua cultura, que tem buscado, também, uma ampliação da sua base econômica por ser uma ilha turística que ficou refém, não é a melhor palavra, mas de certo modo traduz um pouco o que eu penso, dependeu ou pensou depender durante muitos anos, em termos de matriz econômica [do turismo]. Hoje, a Economia Criativa se estabelece com força e a gente não está falando só do turismo, a gente está falando da Gastronomia (PP24).

As linhas de pesquisa que a gente tem, [por exemplo] no Instituto Federal, inclusive as universidades privadas, isso tem sido muito legal, a conservação dos saberes, dos fazeres, isso tá tudo muito registrado. E eles promovem muitos encontros. Isso ainda em nível acadêmico. Mas, é como eu te falei, pessoas, que obviamente veem muito valor nisso, começaram a registrar em materiais não tão acadêmicos, mais acessíveis para a população. E os próprios eventos, como a FenaOstra e as outras manifestações mais pontuais que a gente tem procuram divulgar isso para manter, então essa é a preocupação. Mas a gente não tem uma troca entre cidades [criativas] ainda, tá? Mas, mesmo nessas outras cidades, a gente não consegue, não é um problema daqui, tem-se o nível estratégico, têm muitas ações pontuais que a gente consegue fazer, mas não se tem a consolidação geral das ações (PP18).

A gente tem conseguido, eu não gosto de usar o termo, nem eu e nem os historiadores, de resgatar a cultura, mas de uma reconstrução da cultura que relembre as tradições seculares da cultura açoriana e de outras culturas miscigenadas que nós temos aqui. Então, a gente tem conseguido fazer um trabalho, como eu disse, um resgate de recapitulação de algumas questões. Temos algumas outras possibilidades importantes... temos, entre aspas, “utilizado” a tradição da festa Divino em diversas comunidades, como a questão da procissão Nossa Senhora dos Passos também, uma tradição de muito mais de 200 anos, quase 300 anos, que a gente tem conseguido manter e isso nos orgulha bastante de termos. Mas, ao mesmo tempo a gente deve reconhecer, e não é uma questão apenas brasileira ou florianopolitana aqui, os investimentos privados muitas vezes fogem um pouco das questões relativas às tradições daqui e isso é um aspecto no mundo inteiro que acaba acontecendo, mas é um aspecto sempre muito delicado, e é um tema bastante profundo... a gente tem recebido grandes investimentos... e a gente tem conseguido conciliar o contemporâneo, mas mantendo a tradição. Então, tem lá por exemplo, o Pátio CFL, o Primavera Garden, tem lá... coisas novas né?!, o Armazém Itamará, o Pátio Milano, quer dizer, são coisas novas, contemporâneas, mas nas operações lá dentro, tem muita coisa que remete às nossas tradições. Então, eu acho que esse é um mix interessante que a gente tem conseguido fazer, ou pelo menos estimular. Porque não é a

[Organização vinculada ao PP] que faz, que escolhe o mix, mas a [Organização vinculada ao PP] fica satisfeita com essas escolhas dos próprios empresários (PP7).

Com base nesses discursos, é percebido que a Rede de Governança Multinível das Cidades Criativas, a partir da experiência de Florianópolis (SC) tem se inclinado a objetivos intrínsecos e pontuais, em detrimento do compartilhamento coletivo, não apenas entre as estruturas organizacionais, mas também, entre as Cidades Criativas UNESCO. Ainda, observa-se uma questão sobre a hibridização e/ou mimetismo cultural da Gastronomia, inclusive criticado pela literatura (REIS, 2002). No entanto, pela falta de consenso entre a própria UNESCO com relação a programas de incentivo e conscientização acerca deste tema, o que se percebe é um (re)direcionamento universal e não fragmentado à realidade de cada território criativo. Nesse sentido, não é possível afirmar se esse movimento híbrido seja considerado um aspecto positivo ou negativo para a Promoção e Valorização das Tradições. No entanto, ele existe.


Essa, talvez, seja a pergunta de um milhão [referindo-se ao termo popular “a pergunta de um milhão de dólares”]. Veja, o próprio conceito de território, ele fala em evolução, *né?! E*, o que fez sentido no passado, pode não fazer hoje, entretanto é fundamental a salvaguarda desse patrimônio todo, material e material, *né?! Essa questão da Espetacularização da oferta cultural, ou melhor, da cultura daqui eu vou te dizer que, eu acho que a gente não está nesse nível ainda, pela própria adesão dos turistas a isso. Eu acho que a gente não está nessa fase como acontece em outros países aí que gerou, assim, teatral a coisa [a cultura]. Eu acho que Florianópolis ainda tem as apresentações culturais que agregam eventos. Acho que é uma forma, inclusive, de se rentabilizar esses grupos, esse novo momento que hoje faz sentido, diferente do passado, pra que permaneçam vivos e atraiam aí, principalmente, jovens, pra melhorar suas raízes com o município e dar sequência a essas manifestações (PP24)*

A questão da hibridização, já é outra questão complicada. Eu conheço bem o Brasil, nas suas manifestações culturais, então eu acho que essa questão da hibridização é a coisa mais saudável que existe, eu acho que essa história da cultura pura, ela *tá* no museu. A cultura é um processo vivo. Então, quanto mais você hibridiza, quando mais você mescla, mais forte você se torna. E isso é próprio da biologia, inclusive. Então, a cultura, ela tem que se expor, ela tem que receber os reflexos do seu tempo. Ela tem que ter aquilo que os alemães chamam de *zeitgeist*, que é o espírito da época. Se ela não tiver isso, não faz sentido. E qual o espírito da época, agora? É a hibridização, é a mescla cultural, a fusão de ideias, de pessoas, de tudo. A internet *tá* aí pra fazer isso... é outro mundo. Então, acho que a gente não pode ficar com purismos na área da cultura. Essa é a minha opinião (PP21).

Eu acho que Florianópolis, por muito tempo ela sofreu dessa hibridização cultural, nos últimos 20 anos. Eu acho que é uma questão de políticas, de gestão, de comércio da cidade, ela parou de vender muito do que ela faz bem de cultural para tentar copiar as demais. Eu acho aí cometeu um pouco desse erro né, porque quando você tem os turistas e pessoas que realmente vieram de outras cidades para morarem aqui, ela [o *trade* local] tentou-se fazer isso. Recentemente, eu vi um restaurante turco, famoso aqui na cidade, que começou a trocar lentamente os seus produtos típicos e estava

vendendo o básico, de arroz, de feijão e como aquilo as pessoas pedem bastante, e ele cedeu a esse público, sabe... eu acho que por muito tempo, houve esses restaurantes que vendiam muita comida típica daqui e aos pouquinhos foram abrindo para fazer um pouquinho de coisas de fora. Eu acredito que esse movimento de cozinha, que em vez de comprar o *escargot*... nós temos a ostra, então vamos vender o que é típico daqui... isso tem ocorrido, aos poucos, os restaurantes parando de trazer coisas de fora, mas ainda é uma barreira. Eu acho que nós temos uma divisão muito grande entre uma Gastronomia empírica, não profissionalizada, mas que trabalha essa cultura, mas é uma tradição que tem o seu valor fundamental, e a Gastronomia, muitas vezes, importada, mas bem profissionalizada. A gente precisa unir o melhor dos mundos (PP4).

A seguir, apresenta-se um dos Indicadores mais emblemáticos para a cidade de Florianópolis, a mobilidade urbana. Embora seja algo reconhecidamente como um problema público, para alguns dos PPs, o conservadorismo ideológico dominante de uma elite da cidade, com a finalidade de manter o seu *status quo*, não permite que medidas estratégicas sejam implementadas para resolver essas questões. Nesse sentido, ainda que ações possam estar em discussão na elaboração do Plano Diretor, essa pauta não tem sido abordada pela Governança, sobretudo pelo caráter permissivo da sua estrutura socioinstitucional.

- *Tempo de Deslocamento ao Trabalho – Mobilidade Urbana*  Há Desafios Significativos

Então a discussão, hoje, é exatamente aumentar a possibilidade de adensamento pra criar as centralidades urbanas e de uso misto. Que a gente tenha, na mesma edificação, num raio pequeno, comércio, escritórios e residências e com isso você ajuda a resolver a mobilidade também, evita deslocamentos. Florianópolis, hoje, é uma área mais cumprida do que larga, quilômetros e quilômetros de uma ponta a outra... a gente tem, também, tem um problema dessa espécie de gentrificação, mas não do nativo, mas do migrante, que vem pra cá e não consegue moradia na ilha e ele vai morar em São José e Palhoça, só que o trabalho dele é na ilha e aí a gente tem um gargalo gigante, que são as pontes, sobrecarga na ponte. Como a densidade não é alta, não conseguimos ter uma lógica que pague o transporte coletivo urbano de qualidade. Como a qualidade é ruim, as pessoas [referindo-se aos trabalhadores das cidades vizinhas] vêm de moto ou de carro e aí tá feita a crise de mobilidade (PP18).

É claro que não adianta aumentar o turismo, e não aumentar a infraestrutura *né?!...* isso pode gerar efeitos colaterais... problemas que a gente enfrenta todo verão: o trânsito, às vezes problema no abastecimento de energia não dá conta pra população de Florianópolis aumenta drasticamente, às vezes a gente não tem essa infraestrutura. Então, é importante que essa chancela cresça junto com a cidade, que a cidade esteja sempre pronta com infraestrutura necessária para que essa chancela consiga trazer mais gente (PP4).

Eu acho que a cidade é dominada por um grupo de pessoas que quer manter a todo custo a cidade do passado, dos anos sessenta, anos setenta. Ninguém admite fazer um túnel para a Lagoa [bairro Lagoa da Conceição], porque isso vai aumentar o fluxo de turista, tirando a calma e a tranquilidade. Mas as duas horas que você perde para subir e descer aquele morro durante o verão, não conta. Então, o conservadorismo que eu

digo é nessa área aí... então existe muita pressão para manter uma coisa que não é mais suportável. O conservadorismo nas ideias (PP21).

Portanto, de acordo com a literatura, essa concepção de centralidade ideológica em detrimento da proatividade, considerando-se o caráter propositivo de uma Rede de Governança Multinível tem sido assinalada como elementos disfuncionais acerca da realocação da autoridade *top-down*, *bottom-up* e *by-the-side* (ANSELL; TORFING; 2022; BORZEL, 2020; CONTEH; HARDING; 2021; HOOGHE; MARKS; 2021).

Na sequência, são abordados os elementos ou Indicadores relacionados com a moradia e atividades sociais para a população, sobretudo às comunidades mais vulneráveis. O primeiro exemplo refere-se aos domicílios subnormais, ou aqueles constituídos em comunidades periféricas aos centros produtivos da cidade. Embora se admita que existam ações relacionadas às questões de habitação social, estas ações são projetadas por planos distintos e pontuais na cidade, mesmo com a participação de determinados Atores Sociais pertencentes à Governança da chancela UNESCO Cidade Criativa.

- *Domicílios em Aglomerados Subnormais* Há Grandes Desafios

O problema é esse... como ocupar a cidade de forma mais densa nas áreas que são seguras, oferecendo habitação para todos, isso também é um desafio. A questão da habitação social, e todos esses assuntos estão incorporados no Plano Diretor. Mas qual a relação do programa Cidade Criativa UNESCO com isso? FloripAmanhã e várias outras associações, a CDL e todos os que compõem a Governança estão participando ativamente da revisão do Plano Diretor levando isso (PP18).

E, talvez a principal questão né, a gente tem um percentual xis de população negra aqui, boa parte concentrada no maciço do Morro da Cruz e os principais serviços sociais que a [Organização vinculada ao PP] tem feito é justamente para atingir esse pessoal, com vulnerabilidade social grande, nessa região. É claro que tem outras regiões também pobres, mas a gente tem trabalhado bastante no maciço do morro da Cruz (PP7).

- *Atividades Esportivas e Recreativas* Há Grande Desafios

Aí a gente traz a visão de cidade inteligente, mas não só a cidade tecnológica, mas o conceito de [CHIS] “Cidade Humana, Inteligente e Sustentável”. As principais ações que foram feitas, aí a prefeitura entrou com muita força para revitalizar os espaços de convívio público nas praças... foi um programa muito grande de adoção de praças e parques municipais para que as pessoas possam ter lazer, frequentem e tudo mais, e,

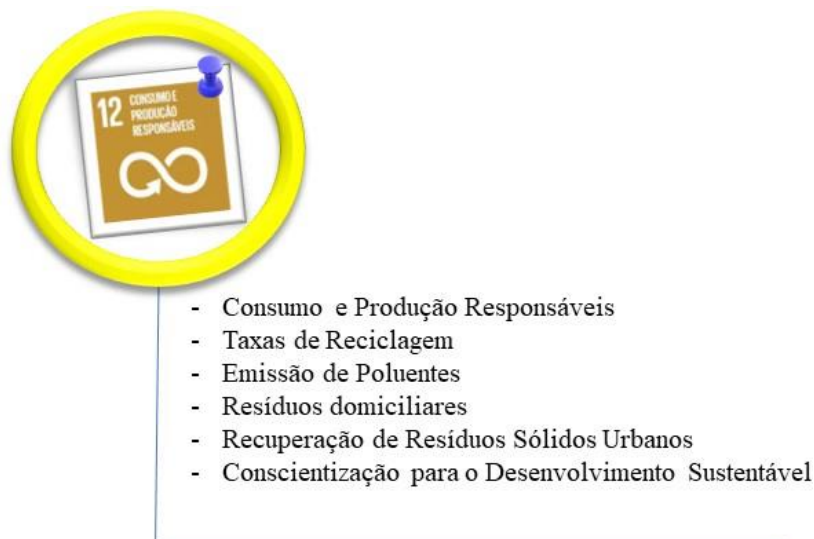
claro, a Gastronomia *tá* ali. Porque tem um carrinho de pipoca, carrinho do churros, que é tradicional aqui também, então isso movimenta muito aquela pequena economia local, inclusive artesanato e tudo mais. Então, Florianópolis tem mais de cem praças, e todas foram revitalizadas nos últimos anos para que a comunidade, inclusive no antigo aeroporto tinha uma praça que era horrorosa, você via assim, muito descaso, [e quando] ela foi revitalizada... a ocupação parecia formigas, todo mundo indo e mesmo nas comunidades carentes, no Morro do Mocotó, tinha uma praça lá que estava decaída, foi toda revitalizada e a comunidade adora (PP18).

Não tem nenhum incentivo fiscal aqui em Florianópolis, não existe incentivo fiscal pra adoção de uma praça, não tem. É responsabilidade social das empresas que adotam esses espaços. É por conta do SGE [Sistema de Gestão Empresarial] delas. Elas querem trabalhar isso, elas querem dar a sua contribuição para a comunidade onde elas estão inseridas, porque de uma forma, elas, se qualificarem esses espaços, cuidarem desses espaços, deixarem esses espaços seguros para a comunidade poder se apropriar e à medida que a comunidade se apropria [desperta o sentimento de pertença]... então assim, tem iniciativas maravilhosas acontecendo na cidade. Os Conselhos de Segurança, de Desenvolvimento Regional, enfim, vários Conselhos... eu acho que esse sentimento de pertencimento tá crescendo. (...) É aquela questão da cidadania *né?!* E, também, aquela questão de apropriação comunitária. Tem muito disso ainda, eu pago os meus impostos, se eu *tô* pagando os meus impostos, “a prefeitura que faça”, “a prefeitura que cuide”, “a prefeitura que limpe”, “a prefeitura que...”, não é assim. A gente tem responsabilidade social no ambiente que a gente está inserido, a gente tem a nossa parcela de responsabilidade, a gente precisa ser proativo nesse processo, a gente precisa se apropriar desses espaços, que eles são públicos, eles são pra todos, eles são plurais, eles são espaço pra todos (PP8).

De acordo com este último discurso do PP8, é percebido que os espaços urbanos são ‘concedidos’ à iniciativa privada para manutenção e conservação, sobretudo de praças públicas. A questão da possível co-concessão de patrimônio público ao privado, é algo pontuado na Literatura como objeto de discussão em duas perspectivas, sendo uma sobre a questão positiva em economia de recursos públicos, mão de obra e recursos, cocriação e coprodução compartilhadas (HUMPHREY; SCHMITZ, 2000; STORPER; HARRISON, 1991) e a outra, refere-se à questão de apropriação desse patrimônio, o que pode gerar, em médio ou longo prazo numa descaracterização e perda da identidade local, formando-se um certo patrimonialismo velado devido, inclusive, a uma possível negligência do Poder Público com os bens públicos, que, porventura possam afastar os cidadãos, por não sentirem-se acolhidos em um ambiente público, mas predominantemente privado (HOOGHE; MARKS, 2020; SAITO-JENSEN, 2015).

Na sequência, são apresentados os resultados referentes aos desafios e questões pertinentes à Governança Multinível da UCCN relativas ao ODS 12.

Figura 40: Perspectivas dos Atores Sociais acerca dos Indicadores de Sustentabilidade do ODS 12 (Consumo e Produção Responsáveis)



Fonte: Elaboração própria com base em IDSC-BR (2023) e ONU (2016).

- *Consumo e Produção Responsáveis* Há Desafios

Não são temas diretamente debatidos pela governança relacionados à Cidade Criativa Não tá na pauta, poderia, mas não está (PP6).

Eu acredito que não tem sido uma pauta recorrente (PP4).

Consumo e produção responsáveis, é... é uma questão que nós estamos muito atrasados né? A gente, com a reciclagem, a gente gostaria de estar mais adiantado na questão da economia circular né? Por que eu falo isso? Porque a economia circular, ela interfere diretamente na consciência de consumo, no consumo consciente... mas efetivamente, um trabalho de consumo consciente, ele é muito incipiente. Nós não tivemos êxito de produzir uma campanha, de produzir uma política pública que efetivamente estimule as pessoas ao consumo consciente, de pensar na embalagem quando for comprar um produto. Tudo isso é muito incipiente ainda. Qualquer coisa que a gente tenha em função disso, é em função do trabalho da questão da reciclagem e também algumas iniciativas pontuais, isoladas, que as pessoas trabalham promovendo isso, mas de uma forma bem isolada e pontual né?! Mas a gente não tem efetivamente uma política pública em razão disso, eu acho que até essa política pública, ela deva se dar no âmbito Federal, porque é importante que a gente possa ter uma política pública Federal pra que o Brasil possa trabalhar conjuntamente esse trabalho do consumo consciente né?! E quando a gente fala em consumo inconsciente, muitas pessoas falam assim: “Pô, mas isso vai ser uma barreira pras indústrias que não vão concordar com isso nunca”. Mas, a gente já tem visto algumas indústrias e algumas grandes redes pensando muito, graças a Deus, com foco muito grande nisso. Eu espero que prospere, mas algumas usam mais como marketing do que como efetividade. A gente tem visto algumas grandes estruturas, indústrias e até redes trabalhando na questão do consumo consciente, entendendo que pregar o consumo consciente não vai reduzir a sua venda, não vai limitar, não vai comprometer o crescimento daquele processo fabril, de comercialização que ele tem (PP11).

Conforme se observou através dos discursos dos PPs, o elemento consumo consciente não tem sido pauta entre as demandas da Governança da chancela Cidade Criativa, em Florianópolis (SC). Ademais, segundo os pressupostos sugeridos por esta tese, a questão do desperdício, por meio do consumo e produção da Gastronomia local, pode ser responsável pela geração de problemas ocultados por meio desta atividade. No sentido da sustentabilidade, para uma Cidade Criativa lidar com essas questões, é preciso que ações emergenciais possam ser adotadas, sobretudo de conscientização público-privada, seja por meio dos consumidores, seja por meio dos fornecedores (FERREIRA, 2017; KOERICH, 2020; PORTER; KRAMER, 2011; UNESCO, 2016). Tal perspectiva, pode inclusive, induzir a outros problemas, como se vê na sequência, acerca das taxas de reciclagem. É possível que o resultado empírico do Indicador Consumo e Produção Responsáveis esteja implicando em ‘Desafios Significativos’ quanto às Taxas de Reciclagem, segundo verifica-se.

- *Taxas de Reciclagem*  Há Desafios Significativos

[Florianópolis] não trabalha ainda fortemente com o processo de reciclagem né?! Hoje a gente sabe que o lixo tem uma demanda muito grande, principalmente em termos econômicos, o lixo não é mais lixo, só se chama de lixo, mas ele tem valor econômico [alusão à economia circular]. Então, por isso que eu acho que precisaria de uma ação mais integrada, até para que esse lixo produzido pelo setor de turismo e Gastronomia pudesse gerar renda pro próprio setor. Então, um trabalho mais eficiente das cooperativas, uma taxa de coleta já direto... a gente trabalha no lixo na dependência daquilo que o poder público nos coloca à disposição, mas nunca pensamos que a gente poderia trabalhar com o lixo como forma de geração de renda, porque ele é, e cada vez mais ele vai ter que ser, porque a gente vai produzir mais lixo e vai ter que dar conta de transformar esse lixo (PP3)

Florianópolis, se não me engano, já tem luta de... eu não sei se é um projeto, mas é o ‘Lixo Zero’ né?! É uma própria ONG [que] tem um trabalho muito bacana em relação a liberação de praças, de resíduos também, as instituições de ensino também trabalham o cuidado com os resíduos... eu acho que o município tem umas coisas bacanas que nem a gente sabe (PP20).

É uma boa pergunta. Mas eu sei que, com relação à reciclagem, a prefeitura estava com um grande projeto pra isso, sabe? Eu não acompanhei de perto, mas em algumas reuniões, e é uma pauta que eu não trabalho, não é uma pauta de meu domínio, né?! Mas eu sei que a prefeitura estava trabalhando, sim, essa questão da reciclagem, especificamente (PP12).

Na sequência, também observa-se, inclusive, justificado pelo contexto orgânico da cidade, que a questão da Emissão de Poluentes não tem sido pauta de discussões em Florianópolis (SC). Conforme alegam os PPs, a cidade não enfrenta tais problemas devido ao controle vocacional e cultural da cidade. Além disso, um dos fatores apontados para esse

elemento não ser considerado, ainda, como um problema público, refere-se às suas legislações, sobretudo no âmbito das indústrias limpas.

- *Emissão de Poluentes*  Há Desafios

Olha, eu não to muito por dentro desse [tema], mas visualizando enquanto moradora de Florianópolis... eu não vejo que é um problema hoje pra nós, *sabe?! Acredito que aqui em Florianópolis tenha um controle dentro dessa perspectiva sabe?! Eu vou acabar falando besteira, mas não vejo isso como um problema hoje em Florianópolis né?! Acho que existe um controle aqui. Não vejo como um problema, pelo menos visível, mas eu teria que estudar pra ver o que ta sendo feito. Estamos seguindo pelo caminho certo, mas pelo que a gente vê, nas redes sociais e o que a gente vê na cidade, acredito que não seja, hoje, um problema grave pra Florianópolis (PP13).*

Infelizmente nada tem sido feito, mas felizmente, na contrapartida, Florianópolis, como basicamente 95% é uma ilha e ela tem muita fluência da circulação marítima... não sei se você sabe, ela é uma cidade que é não permite a instalação de indústrias, só indústria limpa *né?! Então, por esses dois fatores, a qualidade do ar, ela nunca foi, que eu saiba, nunca foi trabalhada mais a fundo. A FloripAmanhã, em uns anos atrás, eles chegaram a provocar na cidade, e a gente chegou a participar do grupo pra trabalhar reserva da biosfera urbana, até pra ter também o título de Reserva da Biosfera né? E... isso acabou não prosperando pra frente (PP11).*

Quanto aos resíduos domiciliares, de acordo com o IDSC-BR e através dos discursos dos PPs, este indicador é um dos elementos de conscientização intrínsecos ao morador de Florianópolis (SC). Nesse sentido, independentemente da chancela Cidade Criativa, a cidade possui um perfil socioambiental na questão dos resíduos domiciliares, conforme se observa a seguir.


- *Resíduos Domiciliares*  Desafio Atingido

A gente tem algumas iniciativas em relação aos orgânicos, a separação desse resíduo *né?! Para o reaproveitamento dele com compostagem. A gente tem um trabalho muito interessante dentro da COMCAP [Companhia Melhoramentos da Capital], nas escolas também, nos hortos aqui, nos parques, em relação a isso, (...) a também evitar desperdícios. A gente trabalha muito forte nisso, ao aproveitamento total dos alimentos, né... já começa por aí, pra não ter desperdícios, se atua muito fortemente (PP8).*

Então, a gente tem todo um trabalho aí envolvendo compostagem, mas eu acho que a chancela UNESCO, pela forma como ela é trabalhada, hoje, aqui em Florianópolis, assim como os ODS, não é nada muito diferente, pois ela se apropria mais do que promove. Então, eu acho que é isso, *tá?! Eu já acompanhei algumas discussões do Grupo [Grupo Gestor], mas ações efetivas, eu acho que estão muito mais ligadas a uma aderência que a chancela faz ao que já tá acontecendo aqui no município. Mas veja, essa é uma questão histórica da chancela aqui e tem a ver também, me parece ter a ver com a falta de um projeto estruturado para com que a chancela, que seja ativa e*


não só reativa a esses movimentos. Hoje, esse grupo interinstitucional que faz parte da governança do selo UNESCO, assim como o [Organização vinculada ao PP], ele adere iniciativas à chancela, mas me parece que poucas políticas são emanadas da chancela *pras* entidades, para que o plano de trabalho seja, de fato, vinculado a ela. De forma ativa, não de forma reativa (PP24).

Endossando os resultados revelados por este estudo, bem como aos pressupostos oriundos do contexto analisado, o discurso do PP24 é emblemático para atestar que as ações provenientes da Governança do selo da Gastronomia enquanto Cidade Criativa da UNESCO são essencialmente apropriadas do decurso natural e orgânico da cidade. Esse argumento corrobora com a noção de falha de proatividade de ações promovidas, mas apropriadas, no sentido de Colaboração, Indicador apontado na Teoria da Governança Multinível (CONTEH; HARDING; 2021; HOOGHE; MARKS; 2002, 2020, 2021; TOUATI *et al.*, 2015).

- *Recuperação de Resíduos Sólidos Urbanos*  Há Desafios Significativos

Bom, a gente tem alguns fóruns já ao longo dos anos na cidade, trabalhando essa questão ambiental *né?! Vários eixos, na questão de resíduos sólidos a [Organização vinculada ao PP] de Florianópolis lidera um grupo multidisciplinar, com poder público e sociedade civil pra tratar as questões de resíduos sólidos, de uma forma geral. Esse grupo, ao longo desses anos, produziu e ajudou o poder público a produzir leis e políticas públicas no sentido de melhorar esse panorama na área de resíduos, e a cidade de Florianópolis é uma das que mais recicla no país, que separa reciclagem no país. Então, isso é uma preocupação que a gente tem e que... esse arcabouço legal se traduziu também numa exigência maior para que o mercado pudesse atuar, não só na área de resíduos sólidos, mas a sua separação adequada, sua destinação adequada pra coleta. (...) Agora, dizer que cem por cento está atuando nisso aí hoje, não é uma verdade (PP11).*

Quanto à concepção de Conscientização para o Desenvolvimento Sustentável com base na chancela de Cidade Criativa, assim como pressuposto por este estudo, pode-se observar que a cidade possui reconhecido o seu histórico sustentável, desde ações voltadas para o bioma e a biodiversidade do patrimônio natural, quanto para questões voltadas para o desenho urbanístico da cidade. No entanto, ainda que se tenha consciência disso, a especulação pelo capital exploratório ainda é algo factual em Florianópolis (SC), embora admita-se que não haja ligação exclusiva com a Gastronomia, pois até mesmo os Atores Sociais que constituem a Governança Multinível da UCCN não conseguem mensurar os efeitos positivos e/ou negativos que sejam provenientes da chancela UNESCO Cidade Criativa da Gastronomia, a partir de Florianópolis (SC).

- *Conscientização para o Desenvolvimento Sustentável*  Há Desafios

Eu acho que uma Cidade Criativa aspira, no meu entendimento, atrair capital financeiro e humano de qualidade. Capital financeiro de qualidade é aquele que vem pra investir e não pra especular. Então, se tá vindo capital especulativo ela não está cumprindo a sua função de Cidade Criativa. E capital humano de qualidade é aquele que vem pra gerar riqueza com o seu trabalho e não pra explorar as pessoas com o seu trabalho. Então, as pessoas que apenas utilizam os atrativos turísticos pra ganhar dinheiro em cima do turista, eu acho que é capital especulativo e capital humano especulativo. Estão ali, não para gerar riqueza, mas para poder tirar proveito próprio de uma situação (PP21).


Na sequência, são apresentados os resultados referentes aos desafios e questões pertinentes à Governança Multinível da UCCN relativas ao ODS 14.

Figura 41: Perspectivas dos Atores Sociais acerca dos Indicadores de Sustentabilidade do ODS 14 (Vida na Água)



- Esgoto tratado antes de chegar ao mar, rios e córregos
- Sustentabilidade do Setor de Pesca
- Medidas da Biodiversidade Oceânica
- Reduzir e Prevenir a Poluição Marinha
- Proteger os Ecossistemas Marinhos e Costeiros
- Regular a Coleta e acabar com a Sobrepesca
- Acesso a Pescadores Artesanais: Recursos Marinhos e Mercados

Fonte: Elaboração própria com base em IDSC-BR (2023) e ONU (2016).

- *Esgoto tratado antes de chegar ao mar, rios e córregos*  Há Desafios

Eu acho que extrapola bastante o que a governança, específico ao que a chancela pode fazer, porque esse é um assunto, talvez, mais delicado que nós temos aqui em Florianópolis. Ou seja, a questão do esgoto, balneabilidade como um todo né. Esse é um assunto que nós não podemos fugir e, ainda que os investimentos tenham aumentado, nós não chegamos em padrões aceitáveis. Padrão aceitável é zero, e a gente tá bem longe disso (...). Mas, nós temos que nos aperfeiçoar bastante na questão do saneamento *pra*, justamente, não perdermos aquele papo antigo, *clichê*,

‘matarmos a galinha dos ovos de ouro’ né?! Isso, tanto do ponto de vista da Gastronomia, quanto do ponto de vista da balneabilidade para o uso do turista e do morador. Então esse é, particularmente, um assunto que mais me deixa preocupado e a governança extrapola a questão, por exemplo, da Gastronomia, mas, a governança é todo mundo, que tem que tratar disso, todas as áreas têm que tratar disso (PP1).

Isso é uma coisa triste da gente dizer, mas a gente tem que ter o ônus e o bônus né?! Mas, dos dez maiores rios poluidores do mundo, três rios estão localizados aqui... é verídico, é fato, agora, qual é a metodologia? A questão da fragilidade tá na metodologia que se aplica pra dizer isso, se é com base na população, enfim, não é essa a questão (PP8). (...) Nas nossas comunidades mais frágeis existe um programa da prefeitura extraordinário, porque o que se percebeu foi o seguinte, o poder público vai lá e faz toda a obra de saneamento, mas o morador, o prédio, continua despejando o esgoto nas redes fluviais, que vão bater no mar. Então, eles criaram um programa que é maravilhoso, que se chama Se Liga na Rede, tá ainda em execução. (...) Considera-se uma coisa extraordinária, mas ainda é um problema. Saneamento é um problema (PP17).

Embora se admita que a questão do esgoto e saneamento básico em Florianópolis (SC) seja algo assumidamente um problema público, na concepção dos PPs essa demanda não compete apenas à Governança da Gastronomia, mas de toda a Governança da Cidade. Nesse sentido, também se percebe uma certa aquiescência da Governança da chancela UNESCO da Gastronomia em admitir a existência do problema, mas esperar que outras frentes tomem alguma atitude. No entanto, a própria Gastronomia pode ser um dos elementos críticos para a questão dos problemas de esgoto, sobretudo pela questão do desperdício e dos resíduos, que porventura sejam gerados pelo *trade*, e, conseqüentemente, lançados nos esgotos ou diretamente no mar, devido à falha de fiscalização da própria chancela.

Na sequência, são apresentados os Indicadores ou elementos relativos ao bioma marítimo e as suas especificidades, como sustentabilidade da pesca e as medidas adotadas pela cidade no que concerne à proteção da biodiversidade marinha e de ações voltadas ao pescador artesanal. Ao final, são pontuados elementos relativos aos discursos dos PPs, com base nos desafios de cada Indicador.

- *Sustentabilidade do Setor de Pesca*  Há Desafios

A universidade, 30 anos atrás, observando a ociosidade do pescador artesanal, fora da temporada da tainha trouxe pra cá a ostra do pacífico, do Chile. Ela se adaptou muito bem à nossa água, montou-se a tecnologia da criação das sementes, montou-se a metodologia e a tecnologia da produção em fazendas, se transferiu esse conhecimento para os então pescadores artesanais, que começaram a se estruturar, criaram as suas fazendas, o hoje é uma potência econômica. (...) as fazendas de produção de ostras são um sucesso, super sustentáveis, inclusive pensando na renovação genética, ou seja, as sementes são atualizadas geneticamente e a produção só cresce. (PP18).

- *Medidas da Biodiversidade Oceânica*  Há Desafios

Por exemplo, a ostra. O nosso principal produto, já vamos na veia. A casca da ostra, muitas vezes o destino desse resíduo, é o próprio mar e ele impacta diretamente no pH da água. Ele é alcalino e à medida que você vai colocando isso, tem um impacto negativo no bioma, no meio ambiente. Então, a gente precisa trabalhar alguma coisa em relação à economia circular por conta dessa casca da ostra, ela não pode ser destinada e mesmo que vá para um aterro sanitário, também tem impactos. Mas a gente não encontrou essa forma economicamente viável de se tratar isso (PP8). Têm algumas experiências, por exemplo, asfalto, tijolo, mas são ainda, coisas piloto. E, também, existe uma procura de um grande laboratório, porque elas são puro cálcio, para serem incluídos como medicamento, como alimentação (PP17).


Na Gastronomia, nós temos um problema sério, a casca da ostra. É um lixo pesado, é um lixo complicado, não a casca em si, mas o resto da ostra, ele é muito perecível e muito mal cheiroso e ao mesmo tempo é um resíduo de alto valor, se você pensar na econômica circular. Houve momentos, se você for analisar ali na beira mar da ilha insular, se você caminhar ou olhar pra pavimentação das calçadas, todo o tijolo foi construído metade com casca de ostra. Só que, o que aconteceu? Por que não se deu continuidade? Porque a fábrica que fazia isso e que estava aqui na região metropolitana desativou as operações e foi para o Rio Grande do Sul. E aí se perdeu essa cadeia produtiva, mas é um problema que se busca solução. Mas, isso precisa passar por alguém que queira empreender, primeiro, fazendo a coleta, então tem um problema logístico, onde armazenar, fazer a coleta regular, que não dá pra deixar uma semana, por causa do mal cheiro. Então, precisa fazer a coleta regular daquele insumo que é pesado, portanto custa caro, e para se beneficiar para transformá-lo em insumo para a construção civil, se refinar um pouco mais ele vira cálcio, calcário, pode virar insumo para a produção agrícola, e se refinar pode até virar insumo para indústria farmacêutica, mas é, ainda, um insumo de alto valor para ser aproveitado, já foi melhor aproveitado (PP18).

- *Reduzir e Prevenir a Poluição Marinha*  Há Desafios Significativos

E uma outra preocupação, que também diz respeito ao mar, é o projeto que nós estamos começando nessa semana que passou. Que são as Eco Barreiras (...) para poder tirar esse plástico, pra que ele não vá para o mar... existe um número muito grande de plástico que vai pro mar, de rios daqui de perto. (...) é um problema que está posto, de plástico que desemboca no mar. E é um processo muito interessante [projeto Eco Barreiras], porque você tem que tirar do mar, tem que dar um destino pra esse plástico, pra esse lixo, mas a gente já articulou isso tudo, inclusive com o prefeito vizinho, porque um dos rios é divisa entre os dois municípios. Mas até que foi rápido né. E olha, vinte mil reais resolve (PP17). Só que, assim, esse não é um problema, a gente tá trabalhando na fonte do problema. Vamos deixar muito claro. A gente sabe que trabalhar essa causa, isso pode dar um impacto positivo, porque à medida que você mostra o que está sendo jogado no mar, isso vai trabalhar essa questão de conscientização (PP8). Se você enche um caminhão de plástico tirado do rio, a população vai se escandalizar e a gente vai fazer ações o dia que começar isso aí, nós vamos chamar a televisão, fazer bem visível, que é para as pessoas se escandalizarem mesmo. E o processo educacional é muito forte também, né... nas escolas e tudo... (PP17).

- *Proteger os Ecossistemas Marinhos e Costeiros*  Há Desafios Significativos

Eu acredito que exista um trabalho da valorização da pesca artesanal e dessa desindustrialização do processo de se tirar das mãos dessas grandes companhias através da valorização do pescador artesanal. Houve até uma lei, recentemente, que surgiu dentro do grupo gestor que é a legalização do uso de peixes do pescador artesanal diretos pelo restaurante, porque você ajuda a cuidar dessa cadeia de Economia Criativa, porque você está cortando também o atravessador, que gera poluição, que abastece o caminhão, mais porque hoje, é por causa da questão da Anvisa, pra você trabalhar, passar pelo veterinário, toda uma questão sanitária, tem-se o medo de que você vai ter um produto fresco mas, que daqui a pouco não está com o cuidado necessário, que possa gerar algum dano, e aí, foi passada essa lei. Mas, eu acredito que pode ser feito mais, eu acredito que se a gente fizesse algo mais relacionado à fiscalização para ganhar um selo, que pessoas buscassem um selo... da UNESCO, que tem esse peso de Cidade Criativa da Gastronomia, a gente estaria sendo também, um agente regulador né?! (PP4).

- *Regular a Coleta e Acabar com a Sobrepesca*  Há Desafios

O nosso problema maior, hoje, não é em nível local, não é algo que depende de uma ação da cidade, mas a pesca predatória em alto mar, que depende de ações estaduais, federais, principalmente. Por exemplo, a pesca da tainha, ano após ano as populações e, obviamente, a pesca da tainha tem diminuído, porque o peixe não chega, ele tá sendo pescado em alto mar. Então a preocupação grande do pescador artesanal aqui, “poxa, como é que eu cuido da biodiversidade?”, porque aqui a pesca é artesanal mesmo, é barco a remo, rede... zero mecânica, e essa tradição é muito valorizada. O problema é que por causas de terceiros que fogem ao controle da cidade, não tem como controlar. (...) Então, falta também essa mentalidade de quanto pescar, pra equilibrar a oferta com a demanda. Isso é até uma oportunidade de trabalho. Mas o que a prefeitura e o próprio programa UNESCO em Florianópolis podem fazer, com certeza não será suficiente. A gente precisa envolver outros órgãos, outras esferas, porque a gente que tá na orla marítima do Brasil, fiscalização, regulação dependem do nível federal (PP18).

- *Acesso a Pescadores Artesanais: Recursos Marinhos e Mercados*  Há Desafios

(...) se a gente conseguir, realmente conseguir colocar esse peixe direto do pescador para o restaurante a gente já vai tá fazendo um bem gigantesco para o ecossistema e é uma grande barreira que nós temos, nós temos peixe fresco, as pessoas vêm para Florianópolis para comer peixe fresco e aí a gente bota o peixe na boca e sabe, esse peixe *tava* congelado... “Florianópolis, por que eu to comendo peixe congelado?” Os turistas, muitas vezes, não sabem *né?!*, mas eu sei, eu sou daqui, sou comedor de tainha. Então a gente sabe quando o peixe foi congelado, e isso interfere na qualidade (PP4).

A gente, apesar de ser uma ilha, a gente não conseguia comprar peixe fresco... [a opção era as] “delícias do freezer”, o peixe primeiro tinha que ir pro posto e depois voltava,

a gente não conseguia comprar diretamente com o pescador artesanal, então eles conseguiram uma aprovação de uma lei, que já era uma indicação antiga do pescador, da compra direto com o pescador artesanal, com isso, eu acredito que eles perceberam a força que eles têm, que podem modificar o cenário muito mais em favor deles (PP16).

A partir do que se observa, diante dos discursos dos PPs, percebe-se que a cidade tem adotado medidas estratégicas que foram introduzidas como tradição cultural e gastronômica a adaptação da ostra, inclusive transformando-se em expressivo capital econômico, a nível mundial. No entanto, embora Florianópolis (SC) seja reconhecida como a ‘Capital da Ostra’, segundo os PPs, há de se destacar o problema gerado pelo seu uso e consumo. Conforme relatado, a casca da ostra tem sido um dos grandes limitadores de sustentabilidade da Gastronomia, pois esse resíduo sólido compromete a biodiversidade oceânica, embora possua alto valor econômico, a considerar pela Economia Circular como uma possibilidade de lidar com esse rejeito. No entanto, fora declarado que não há investimentos ou interessados em coordenar esforços para essa questão.

Quanto às questões sobre poluição marítima, embora tenha havido uma manifestação para parcerias com cidades vizinhas, ainda que de forma pontual, a declaração frequentemente referida ‘nós estamos começando um projeto...’, não induz a quem se trata esse vínculo, se é uma manifestação da governança da chancela UNESCO ou da entidade organizacional, por meio de suas demandas institucionais. No entanto, admite-se que essa coordenação de esforços, beneficia, ao final, a própria sustentabilidade marítima e do próprio ODS da ONU, independentemente se for emanda pela chancela UNESCO, assim como outras ações que se despontaram neste estudo.

Vale ressaltar que a literatura assinala para os aspectos do ‘eu’, do ‘nós’ e ‘eles’ como uma politização de identidade no processo de conscientização, percepção, capacidades e compreensão de ações que vão estruturar a arquitetura territorial intra e inter local, regional, nacional e internacional. e o Grau de intensidade, e de valor, de como a colaboração entre atores Sociais ocorre (BORZEL, 2020; BACHE; FLINDERS, 2004; HOOGHE; MARKS, 2020; STEPHENSON, 2013).

Com relação às medidas relativas ao processo de pesca artesanal e até mesmo de medidas de acesso socioeconômico e mercadológico aos pescadores locais, identifica-se como positivo que a cidade, no geral, por meio de um pacto de Governança transversal tem adotado, não somente estratégias para a manutenção das suas tradições, mas também ampliando medidas contemporâneas e sustentáveis entre pescador e mercado. Tais consequências influenciam,

naturalmente, de forma profícua a este ODS da ONU, inclusive à Governança da própria chancela UNESCO, mesmo que de forma pontual.

Conforme mencionado anteriormente, durante o período das entrevistas, alguns discursos perpassaram por questões vinculadas a outros ODS da ONU, cujos desafios, segundo o IDSC-BR (2023) merecem destaque. Nesse sentido, apresentam-se, a seguir, os dados obtidos através do roteiro de entrevista semiestruturado, acerca dos ODS 3, ODS 5, ODS 8, ODS 10 e ODS 13, respectivamente.

Figura 42: Perspectivas dos Atores Sociais acerca dos Indicadores de Sustentabilidade do ODS 3 (Saúde e Bem-Estar)



Fonte: Elaboração própria com base em IDSC-BR (2023) e ONU (2016).

- *Mortalidade por Suicídio* Há Desafios

Há dois anos atrás eu participei de uma reunião, que até me emociona um pouco, onde foi falado o número crescente de suicídios no Brasil... Enfim, isso pra minha vida pessoal tem um impacto aí, isso me toca num tanto... Isso é um número absurdo. No mundo inteiro não se discute isso porque já se foi comprovado de que trazer essa temática muito público, acaba incentivando outros casos. Então o mundo todo meio que dá uma velada nessa questão de suicídio. Pra você ver como o buraco é muito mais embaixo. Porque quando a gente fala de ocupar espaço público dentro de uma cidade, você está falando em transformar a vida das pessoas pra melhor. Você está falando em deixar as pessoas mais felizes dentro da cidade. Você está falando diretamente de um impacto baixo no número de suicídios na cidade. Então pensar em deixar uma cidade com condições de acolher melhor a pessoa humana, essa é uma das causas que me movem nesse projeto, *tá?!* Então quando a gente pensa em trabalhar, quando eu falo muito da gente pensar a ocupação do espaço público, é a gente pensar, inclusive, na diminuição do número de suicídios nesse país. E o número de suicídio está aumentando vertiginosamente entre crianças e adolescentes, isso é um problema muito grave, entendeu? E que eu acho que *pra* você ver, parece uma loucura, *né?!* Mas isso aqui [o Programa Cidade Criativa] é um grande diferencial pra qualidade de vida do cidadão... Você transformar a cidade num ambiente acolhedor. Então *pra* mim, essa é uma das pautas mais caras que a gente tem (PP5).

- *Prevenção às Drogas*  Há Desafios Significativos

Tráfico de drogas é um problema, porque tem toda uma cadeia de criminalidade atrelada a ele, e é a gente quem sustenta, não é o pobre, é o rico. E uma cidade muito turística sempre tem esse problema, como a prostituição infantil e tudo mais (PP18).

A questão do tráfico de drogas, como em qualquer cidade de 500 mil habitantes na América Latina, a gente tem sofrido em alguns bolsões mais específicos as questões relativas à violência e tudo a ver com o tráfico de drogas, e a droga tá permeada no seio da sociedade já há alguns anos e Florianópolis, talvez em menor escala do que em outras cidades, mas sim, existem aqui alguns locais. A nossa polícia militar trabalha diuturnamente, e eu sou um entusiasta do trabalho da polícia militar e que pese um ou outro excesso, mas enfim, entendo bem o trabalho da polícia militar. (...) a atuação da política militar no tráfico de drogas tem sido um exemplo para o Brasil, em que pese, obviamente, a gente não pode ser romântico e achar que dá pra comparar com Floripa da década de 70, porque qualquer cidade de 500 mil habitantes tem problema com tráfico de drogas hoje em dia, e drogas de um modo geral, né?! (PP7).

Na sequência, são apresentados os resultados referentes aos desafios e questões pertinentes à Governança Multinível da UCCN relativas ao ODS 5.

Figura 43: Perspectivas dos Atores Sociais acerca dos Indicadores de Sustentabilidade do ODS 5 (Igualdade de Gênero)



Fonte: Elaboração própria com base em IDSC-BR (2023) e ONU (2016).

A discussão acerca desta questão, especificamente sobre a ocupação plena de mulheres, tanto na política quanto no mercado de trabalho ultrapassa o contexto desta tese, e, portanto, a proposição dos seus objetivos. No entanto, esse é um assunto que atravessa, não somente à cidade de Florianópolis, mas todo o território brasileiro. Nesse sentido, vale ressaltar essa questão, sobretudo porque o movimento de mulheres tem crescido e merece destaque, por se tratar de um dos elementos preponderantes dos ODS da ONU. Esse movimento se reflete,

inclusive, na conjuntura da Governança da UCCN mapeada, na qual, segundo já divulgado, 57,89% dos participantes que responderam à pesquisa são do sexo feminino.

- *Mulheres na Política*  Há Grandes Desafios

Existem muitos movimentos de mulheres, existe uma consciência de que nós temos que eleger mulheres para a câmara de vereadores. Nós tivemos épocas aqui, que não tínhamos nenhuma mulher na câmara de vereadores e não tá muito longe não, foram duas gestões antes, hoje, nós temos cinco. Nunca tivemos cinco mulheres. (...) e agora tem, nós vamos ter eleição né?! Nós vamos ter diversas mulheres candidatas. Nós tínhamos, também, cinco ou sete mulheres deputadas. Então, existe um crescimento, mas, muito pequeno. Eu, pessoalmente, considero, e nunca imaginei que a gente vivesse numa sociedade tão conservadora. Essa situação, hoje, cada vez mais perto das eleições, eu descobri amigos que eu admirava, que eu não quero mais nem conversar. (...) As pessoas esconderam muito o preconceito. Florianópolis, nesse ponto, é uma cidade conservadora. (...) Eu sou do movimento feminista desde a década de oitenta, olha o que a gente lutou, e quando eu digo que tenho amigos que eu não falo, é porque eu descobri que eles escondiam [o preconceito], meu Deus, que coisa horrível. É impressionante (PP17).

- *Mulheres no Mercado*  Há Desafios Significativos

Nós temos um trabalho, mais especificamente com uma comunidade em fragilidade social aqui, que é o pessoal do Morro do Mocotó, é uma favela, onde a gente tá atuando em duas frentes ali. Uma, especificamente, ajudando uma associação da criança e do adolescente, em questão de infraestrutura e de capacitação e qualificação, e outra, um trabalho que a gente teve que suspender durante a pandemia, que a gente vai ter de resgatar agora, que são as cozinheiras escondidas do Morro do Mocotó, pra justamente trabalhar essa questão das mulheres, e dar para elas oportunidade de emprego e qualificação, que a gente sabe que tem muitas cozinheiras que moram no Mocotó e atuam em outros estabelecimentos na cidade (PP8).

A [Nome] vai sair candidata a presidente da ACIF [Associação Comercial e Industrial de Florianópolis] há 100 anos nunca teve uma mulher presidente. Você olha *pra* Fecomercio, nunca teve uma mulher presidente, nem vice-presidente. É uma cidade machista, sabe. Agora, tem uma chegada muito grande de gente jovem, de pessoas jovens, principalmente os trabalhadores da tecnologia, tem chegado muita gente de fora. E isso tá mexendo na cidade. E na área de Gastronomia também, porque tem chegado muita gente nova na área de Gastronomia. Então, gradativamente a coisa vai, mas tá muito longe ainda, tá muito devagar (PP17).

Bem, Santa Catarina carrega essa característica da gente ser uma província e eu não sei o quanto esse conservadorismo é tão velado, eu acho que não é tão velado. No geral, talvez Florianópolis seja um pouquinho menos, mas com relação a intolerâncias, continuam fortes aqui. E enquanto Governança para Cidade Criativa, acho que não tem um olhar pra isso, não tem uma preocupação. As tentativas, o que eu vou falar vai parecer muito forte... não que sejam boicotadas, mas são desorganizadas. Uma tentativa de representação, que seja feminina, pelo menos, não *tô* nem entrando na questão da diversidade, do olhar trans ou da comunidade LGBTQI

completa, ou da população preta... tô só na feminina, ela é segregada, não tem esse espaço, ainda. Não é perfeito, algumas pessoas tem a consciência disso, tentam mudar isso, apresentar isso como uma proposta de atuação. Mas ainda não teve nenhuma aposta nisso, não seria nem uma aposta, mas não se teve nenhum olhar para isso ainda, não teve nenhuma ação efetiva pra isso, mas “água mole pedra dura, tanto bate até que fura né”. Enquanto eu estiver aqui, vou poder levar essa bandeira (PP16).

Na sequência, são apresentados os resultados referentes aos desafios e questões pertinentes à Governança Multinível da UCCN relativas ao ODS 8.

Figura 44: Perspectivas dos Atores Sociais acerca dos Indicadores de Sustentabilidade do ODS 8 (Trabalho Decente e Crescimento Econômico)



Fonte: Elaboração própria com base em IDSC-BR (2023) e ONU (2016).

A questão da informalidade é tema de discussão em diversos estudos, sobretudo no turismo, haja vista que este setor é um facilitador ou indutor de trabalhos informais (AYUNINGSASI et al.; 2023; MEDIOTTE, 2020; MIDDLETON, 2023; OBISPO-SALAZAR; PEDRAZA-ÁLVAREZ, 2021; OLIVEIRA et al., 2023; REGALADO-CALANCHE et al., 2021; SALINAS et al., 2023). Diante à realidade do país, na qual revela explicitamente as desigualdades sociais, inclusive em destinos turísticos, as condições de trabalho e as oportunidades percebidas, não necessariamente geradas, tornam esse setor em um objeto propício à informalidade.

Considera-se que na cadeia produtiva de bens e serviços provenientes da Economia Criativa em cidades cujo o turismo é um fomentador da economia, pouco se fiscaliza, embora a Governança dessas cidades reconheça a existência da informalidade. E isso interfere em problemas públicos diversos, como a baixa qualidade de vida do trabalhador, a baixa qualificação no atendimento, a especulação em diversas escalas, a falta de segurança física e à integridade do patrimônio, fraudes trabalhistas (MEDIOTTE, 2020; LEONE et al., 2021) e outras intempéries da natureza ou da própria intervenção humana.

- *Empregos Informais*  Há Desafios

Difícil precisar, mas historicamente, e isso também seria um forte indicador do Desenvolvimento Econômico e Valor agregado fiscal, o nível de informalidade da cadeia produtiva do turismo na Gastronomia é muito alto. Muito alto. Não sei te precisar, qualquer valor que eu te diga vou estar errando feio, mas é alto tá?! (PP18)

- *Direitos Trabalhistas*  Há Desafios

Sobre a Governança ter um olhar para questões que envolvam trabalho decente a proteção dos direitos trabalhistas, destaca-se:

[A Governança de Florianópolis] não tem braço pra isso. Não tem. O SENAC faz um trabalho de qualificação, mas isso, apesar da gente saber que isso está dentro dos ODS, a gente não tem braço pra fazer essa ligação (PP22).

Também foi questionado se existe algum tipo de ação, algum planejamento sendo realizado para a integração no mercado de trabalho, de pessoas com vulnerabilidade socioeconômica que estejam desempregadas, sobretudo em razão da pandemia.

É... no momento não, mas existe um projeto no Paraná que a gente tem vontade de implementar aqui, que é justamente isso... a gente faz um [programa de capacitação], eles [a população vulnerável] fazem uma capacitação... um processo seletivo e a pessoa ganha, desde o vale transporte pra ir fazer o curso, treinamento, até o uniforme e sai dali já empregado da [Organização vinculada ao PP]. A gente não conseguiu firmar uma parceria que viabilizasse isso aqui, mas a gente tem o desejo de fazer o projeto que já existe no Paraná (PP10).

Existe, hoje, um investimento forte, não só de entidades como o SENAI e outras, na formação de técnicos para essa área [referindo-se à indústria da tecnologia], inclusive com iniciativas ligadas às áreas de comunidades, de favelas. A gente tem lideranças muito legais nessas favelas. Então existe, hoje, toda uma preocupação de preparar essa juventude, que fica à mercê do tráfico, que ela tenha realmente acesso ao trabalho (PP17).

Na sequência, são apresentados os resultados referentes aos desafios e questões pertinentes à Governança Multinível da UCCN relativas ao ODS 10.

Figura 45: Perspectivas dos Atores Sociais acerca dos Indicadores de Sustentabilidade do ODS 10 (Redução das Desigualdades)



Fonte: Elaboração própria com base em IDSC-BR (2023) e ONU (2016).

Com relação ao Acesso à Saúde Básica e de qualidade, é destacado que essa pauta não se faz presente pela Governança da Rede em estudo, exceto pela saúde alimentar, de forma orgânica. Além disso, as ações provenientes desse Indicador, são resultados de projetos sem explícita ligação com a chancela UNESCO de Cidade Criativa da Gastronomia, conforme se observa a seguir.


- *Acesso à Atenção Básica de Saúde*  Há Desafios

Isso não é um item em pauta, eu acho que ela [atenção básica de saúde] vem subliminar né? Ela vem junto, até porque a Gastronomia é ... segurança higiênico sanitária. Mas, assim, não claramente, não vejo isso, saúde não é pauta. O fato de você se alimentar bem é saúde né?! Mas não com esse foco assim, direcionado não (PP20).

Enquanto [Organização vinculada ao PP] a gente atua com vários projetos dentro da área da saúde, né?! Mas não relacionados ao selo da UNESCO. Mas o [Organização vinculada ao PP] é uma instituição que atua fortemente no cunho social, principalmente, e atua com projetos considerando os 17 ODS. Agora... relacionado ao selo da Gastronomia de Florianópolis... não existe esse link dentro do [Organização vinculada ao PP]. A gente tem uma dificuldade muito grande de operacionalizar esse conceito dentro da nossa programação, mas é uma busca que já está no nosso programa de trabalho para 2023 (PP13).

A discussão acerca da questão sobre a violência contra a população LGBTQIA+ ultrapassa o contexto desta tese, e, portanto, a proposição dos seus objetivos. No entanto, esse é um assunto que atravessa as relações sociopolíticas e econômicas de Florianópolis, reforçado o seu caráter conservador, embora para alguns PPs a cidade não exprima essa característica. Nesse sentido, como Florianópolis (SC) tem atraído cada vez essa população, em busca de experiências de sol e mar, de manifestações culturais, de eventos de grande proporção, como a

Parada do Orgulho LGBTQIA+, torna-se efetivo observar as aproximações e dissonâncias existentes nos discursos dos PPs.

- *Violência contra a População LGBTQIA+*  Há Desafios Significativos

Acho que ainda isso não é uma coisa que está na pauta principal dessas cidades. E eu acho que isso é fundamental. Isso é preguiça, cara, de uma cidade criativa, sabe? Isso não é luxo, isso é premissa. Agora, estou te falando, assim, de forma bem honesta, *né?!* Porque a gente acompanha os grupos e tal. A gente não vê esse assunto em destaque... Ele está sempre fundamentando um discurso bonito no papel. Mas, efetivamente, eu acho que a gente ainda tem que amadurecer muito nesse tipo de olhar e cuidado. Uma cidade criativa, ela não se faz sem diversidade, cara. Se ele virar pra mim e falar que, ah, tem uma cidade criativa só com brancos, homens, héteros, não sei o quê. Eu não acredito nisso, cara. Isso não é uma cidade criativa, ponto. E uma cidade criativa ela tem como base fundamental ser democrática. Ter espaços democráticos (PP5).

Eu acho que, como muitas das questões que estão acontecendo na cidade, de positivas, é muito orgânico, *né?!* Então, ao mesmo tempo que a cidade se torna um polo tecnológico de empregabilidade, ela atinge talentos e esses talentos naturalmente precisam-se de tolerância. O turismo LGBTQIA mais, ele é um turismo de um ticket médio maior de consumo, *né?!* Porque eventualmente tende a não ter filhos ou menos filhos... e consome mais, se diverte mais na cidade, eu acho que a cidade já tá ligada nesse processo, mas o fator econômico é o principal determinante, não a questão de gênero ou orientação, digamos assim. Óbvio que existem problemas muito grandes sobre isso [causa LGBTQIA+], mas o fator econômico é o principal. Então, se tu *pertence* a uma minoria, digamos assim, a uma comunidade, um perfil... mas, se tem consumo, a cidade não tem problema com isso, *né?!* Eu acho que é mais ou menos isso (PP25).

Florianópolis é um destino reconhecidamente ligado a esse segmento [LGBTQIA+], *né?!* Mas, eu não vejo movimentos de políticas públicas, não vejo movimentos ligados à própria chancela, buscando se conectar a esse público, *tá?!* Acho que as coisas passam naturalmente e estão bem ligadas assim ao dia a dia, não ao planejamento efetivo (PP24).

Eu acho que o conservadorismo da cidade, não tá ligado a costumes de gênero. Eu acho que pelo contrário, a cidade é muito tolerante. Parece que a passeata LGBT de Florianópolis é a segunda maior do país, já ouvi falar em 700 mil pessoas, enquanto a cidade deve ter 400 mil, enfim. Mas existe uma tolerância nesse sentido (PP21).

Na sequência, são apresentados os resultados referentes aos desafios e questões pertinentes à Governança Multinível da UCCN relativas ao ODS 13.

Figura 46: Perspectivas dos Atores Sociais acerca dos Indicadores de Sustentabilidade do ODS 13 (Ação Climática)



Fonte: Elaboração própria com base em IDSC-BR (2023) e ONU (2016).

Com relação à Gestão de Crises Climáticas e Gestão de Riscos a desastres naturais, estudos revelam que essas questões não são efetivamente temas das agendas públicas nas cidades (MEDIOTTE et al., 2021). No entanto, percebe-se que em Florianópolis (SC), por mais que exista uma política de atuação um tanto quanto efetiva, a concepção destes temas, segundo os PPs tem ocorrido seguem na esteira da ocasião e não da efetiva prevenção.

- *Gestão de Crises Climáticas*  Há Desafios

Olha, eu não tenho uma noção (...) de todos os projetos de pesquisa que são desenvolvidos, ou de extensão, que são desenvolvidos dentro do [Organização vinculada ao PP]. Então, eu não posso te afirmar, com certeza, de que há ou não projetos que estejam sendo desenvolvidos nessa área. Durante a pandemia, grande parte dos projetos vieram no intuito de auxiliar o setor do turismo e da Gastronomia a manter as suas atividades econômicas, com estratégias de higiene, manipulação de alimentos e assim por diante. Mas, se essas ações se deram em continuidade pós pandemia para a prevenção de um cenário próximo de uma outra, eu não sei te responder (PP3).

Existem diversas ações, na minha opinião, de certa forma desarticuladas. Então, o sistema 'S' faz uma agenda, tem temporadas, vou definir temporadas como ciclos de projetos de formação, vai lá, gera, paralisa, corta os recursos né?! Um pouco do perfil brasileiro, né?! da inconstância de políticas ou ações. Então eu vejo que o sistema S trabalha nessa pauta e os órgãos locais ajudam. Então, assim, existe algumas ações, não dá pra se negar, mas elas são desarticuladas. Na minha opinião (PP25).

- *Gestão de Riscos a Desastres Naturais*  Há Desafios

O que há é uma preocupação local, dentro do Plano Diretor que está em discussão para evitar a ocupação de áreas que são propensas a alagamentos, principalmente alagamentos, é o nosso problema aqui. Porque aqui, quando tem chuva, são bastante fortes, os vendavais já foram um problema maior, hoje têm poucos vendavais, mas o

problema nosso são as áreas alagadas. Mesmo os morros ocupados aqui a gente raríssimas vezes tem problemas de desabamento, então está sob controle (PP18).

Por fim, os resultados apresentados neste Capítulo corroboram com o Capítulo anterior, no sentido de que o Grau de Governança Multinível, a partir de Florianópolis (SC), esteja apontando para níveis relativamente baixos de Governança, sobretudo no Indicador Cooperação, tendo em vista a percepção de que a participação de Atores Sociais e suas Estruturas Organizacionais constituintes tenham se inclinado cada vez mais à contrapartida, em detrimento do desenvolvimento público da cidade de Florianópolis (SC).

Tal concepção traz um fator de fragilidade à Governança, pois, baseada no voluntarismo e troca de experiências, a percepção dos Atores Sociais, sobretudo em Florianópolis (SC) tem demonstrado que as ações e projetos de desenvolvimento, embora existam e em larga escala, segundo afirmam os PPs, essas ações e projetos se mantêm, quase sempre, apartados do coletivo, ou seja, cada organização cuida dos seus objetivos e projetos rotineiros, e somente atuam em coletividade, quando atuam, quando são demandadas a isso. No entanto, mesmo quando as demandas ocorrem, a própria Governança afirma não ter o controle dessas ações, e, portanto, ainda impossível mensurar o que é, de fato, vinculado à chancela ou à própria vocação da cidade para o desenvolvimento sustentável.

Um dos maiores limitadores desse argumento refere-se à inexistência de direcionamento da chancela por meio de uma estrutura específica para lidar com o projeto UNESCO Cidade Criativa da Gastronomia. O Poder Público Municipal alega não ter corpo de trabalho suficiente para lidar exclusivamente com as demandas provenientes da manutenibilidade do selo criativo. A Associação FloripAmanhã, atualmente ponto focal da chancela, alega que o selo Cidade Criativa da Gastronomia não é o setor prioritário da Associação, consequentemente não possui uma equipe dedicada e exclusiva para lidar com esta chancela de Cidade Criativa UNESCO. Nesse sentido, abre-se uma lacuna para questões sobre a representatividade da chancela para a cidade em uma Rede Mundial de Cidades Criativas da UNESCO, quando as suas ações, atores e estruturas não convergem com os preceitos dedicados à missão da UCCN, neste caso, com o selo da Gastronomia.

Ademais, mesmo que Florianópolis (SC) tenha sido pioneira neste segmento a receber o título de Cidade Criativa no Brasil, em 2014, a própria cidade não se reconhece pertencente à UCCN. A falta de comunicação e divulgação da chancela à população, mesmo depois de quase 10 anos do recebimento do título, abre precedentes para críticas dos próprios atores, que

ainda não conseguem se articular coletivamente para que essa comunicação ocorra maciçamente.

Nesse sentido, este selo criativo tem sido utilizado por um único grupo detentor de indicadores e domínios acerca de um título que não se populariza, sobretudo por meio de ações voltadas para a comunidade, com base na chancela da Gastronomia, para além da vocação cultural da cidade, tal que a sua culinária, ainda que democraticamente acessível em alguns pontos da cidade, se inclina cada vez mais para uma Gastronomia elitista, bem como o próprio perfil da Governança que se manifesta em Florianópolis (SC), como se percebeu através dos resultados deste estudo.

Encerra-se este Capítulo mencionando as concepções, em destaque, obtidas através do contexto revelado pela pesquisa, tendo em vista a concepção de Governança Multinível evidenciada nesta pesquisa e, associada às percepções de Desenvolvimento Sustentável, sobretudo ao alcance dos ODS da ONU por meio da coordenação ou arranjo de ações dos Atores Sociais e suas estruturas sociais constituintes.

Em primeiro lugar, destaca-se a estrutura de Governança de Florianópolis (SC), *locus* desta pesquisa. Segundo os resultados revelados, sobretudo na perspectiva socioinstitucional, chama-se a atenção para a concepção dos próprios Atores Sociais acerca de quem deveria assumir essa chancela. Mesmo quase 10 anos após Florianópolis (SC) ter recebido o título, a cidade ainda não se estruturou formalmente acerca da gestão do selo recebido pela UNESCO, em 2014. Salienta-se para o discurso do PP21, ao mencionar para a falta de entendimento dos Atores Sociais em compreender a natureza da chancela e para quem ela se direciona, bem como o aspecto significativo e simbólico de se pertencer a uma UCCN.

A primeira coisa é que os programas [chancela Cidade Criativa UNESCO] têm que ser programas de Estado, e não de governo, isso é um grande equívoco do país. As coisas são feitas pra durar um calendário político. Uma obra, um investimento que dure mais de quatro anos, ninguém quer fazer. As pessoas querem resultados imediatos. A primeira coisa é essa, temos que pensar em políticas públicas e não de governo. Como conseguir isso? Através de uma estrutura de governança que não seja só do poder público municipal, mas envolva a iniciativa privada, academia e a sociedade civil organizada, simples assim. Porque, você tendo uma estrutura de gestão com esses quatro componentes, muda-se um deles, o trabalho continua. Então eu acho que essa é a questão (...). Estruturas de gestão, nunca ocorreu formalmente. (...) Agora, pra isso é preciso, em primeiro lugar, que o gestor principal [prefeito] esteja de acordo, porque é ele que convoca essa estrutura de Governança. (...) Agora, os gestores têm que entender que esse título é dado à cidade, e não a ele. E ele, como representante da cidade, ele teria que aceitar essa responsabilidade. Agora, esse tipo de cobrança é que não se faz abertamente em Florianópolis. Uma das razões, inclusive, que eu me afastei do FloripAmanhã, porque na época eu achei que eles estavam sendo muito condescendentes com o prefeito. E não ter uma cobrança mais incisiva para pegar o cara e dizer, “cara, você é o representante da cidade, não é a sua opinião que está em jogo aqui, isso é um compromisso que foi pactuado com as forças vindas da sociedade

junto à UNESCO, você tem que respeitar esse compromisso”. Então esse embate nunca ocorreu em Florianópolis. Há certa tendência a uma convivência pacífica entre os atores. Eu acho que quando você tem uma ideia, você tem que defendê-la a unhas e dentes, então eu acho que isso faltou [referindo-se à Governança], uma agressividade maior na cobrança das instituições que conseguiram esse título para Florianópolis para que o poder público assumisse a sua responsabilidade (PP21).

Em segundo lugar, a partir desse discurso, cabe mencionar sobre a atual estrutura de Governança institucionalizada em Florianópolis (SC), como já relatado neste estudo sobre a *Core Governance*. Essa questão de uma centralização da Governança e uma provável imprecisão sobre a representatividade do título e sobre o que, de fato, é demanda exclusiva da chancela e o que é demanda exclusiva da cidade, tem sido percebida como temática de reflexão, sobretudo para a manutenibilidade deste título de Cidade Criativa da Gastronomia.

Pelo que eu vejo, a maior dificuldade se encontra, eu acho, que nessa aquisição desse título como algo da cidade e não de um programa que alguém fez e que “ah, não tenho tempo agora pra dar sequência a isso”. Eu acho que o maior problema mesmo é dos próprios gestores, assim como da população terem o real entendimento do que que significa ter um título como esse, pode gerar tantas outras coisas (PP26).

Mas não é só a questão da Governança em si, por uma questão de membros, mas, principalmente, eu acho que tá mudando, mas eu acho que a falta de um plano de trabalho muito claro, dessa Governança, ele é um elemento dificultador dessa disseminação, desse vínculo maior entre chancela e desenvolvimento de Florianópolis e região. (...) Eu acho que, enquanto ela não for disseminada pelo município, onde, primeiramente, a comunidade e o empresariado vão ficar atentos e conhecedores do real significado disso, dificilmente ela [chancela] vai trazer algum benefício diferente pro município. Acredito que hoje, ela ainda seja mais influenciada do que influencie, propriamente dito, o desenvolvimento aqui de qualquer setor ou abolindo os setores do território em si, né?! (PP24).

Essa crítica relativa ao alcance da chancela de Cidade Criativa da Gastronomia entre a população de Florianópolis (SC) foi amplamente declarada pelos PPs da Governança, não só da cidade, mas de toda a Rede de Governança Multinível, a partir de Florianópolis (SC). O *gap* sobre a aplicabilidade e utilização adequada da chancela, desde 2014 parece estar longe de ser uma resolução, pois o problema, segundo os Atores Sociais, é mais político do que social.

A população não sabe, noventa e nove por cento dos habitantes de Florianópolis, se você parar na rua e perguntar “você sabia que Florianópolis é uma cidade criativa da UNESCO?”, os caras vão dizer assim, “ah é?!, desde quando?”. Ninguém sabe, ou seja, se a população não se apropria dessa ideia, fica difícil. Porque, à medida que ela [população] se apropriar dessa ideia, ela não vai permitir, por exemplo, chegar no restaurante e ser mal atendido, comer uma comida ruim, pagar caro... isso não é uma Cidade Criativa, isso é uma cidade abusiva, sabe?! Então, primeiro a população tem que tomar consciência disso, porque esse título que a cidade recebeu, e que tá tentando manter, não dá pra se ter meia dúzia, dez, vinte grandes [empreendimentos]... todos fora da curva. Você tem que ter a curva inteira, com qualidade, com criatividade. (PP21)

Nós tivemos, no verão, agora, nesse início de ano [2022], uma campanha que nós ganhamos de uma agencia de publicidade que ficou em seis ou oito aeroportos *né?!*, mostrando Florianópolis como Cidade Criativa da Gastronomia. Quantos turistas resolveram vir para Florianópolis porque viram aquela divulgação? A gente não sabe, não consegue mensurar (PP17).

Com relação ao que foi exposto pelo PP21, sobretudo pela Pesquisa de Campo, identificou-se que existem, em Florianópolis (SC), demandas em construção e projetos no espaço da ideação, muitos deles obtidos em viagens e experiências internacionais, os quais precisam ser colocados em prática. Existem muitas iniciativas ‘na gaveta’, acumuladas e/ou represadas, às quais os Atores Sociais as reconhecem, sabem que existem, mas, geralmente, não saem do papel.

Quanto ao que foi exposto pelo PP17, uma das soluções seria a realização de uma pesquisa de demanda turística, inclusive nos aeroportos, rodoviárias, rotas de chegadas e de saídas de turistas. Parcerias com instituições como universidades, prefeitura, sobretudo no âmbito do turismo, seriam fundamentais para essa mensuração. Vale ressaltar que estudos nessa perspectiva já foram realizados, desde a política dos Destinos Indutores⁵⁰, promovida pelo Ministério do Turismo. Sendo assim, o *Know-how* para esse estudo, a cidade já possui.

Em terceiro lugar, destaca-se a dificuldade de avaliar os ganhos obtidos pela chancela, desde a obtenção deste título. As respostas foram as mais diversas, mas o consenso é que, até o momento, não foi possível mensurar o que mudou para a cidade, em termos econômicos, sociais, ambientais, após a titulação de Florianópolis ‘Cidade Criativa da Gastronomia’ pela UNESCO.

Nós não podemos mensurar isso. É muito difícil, porque, por falta de recurso e pela falta de envolvimento do poder público a gente teve muita dificuldade de que a cidade... tivemos e temos... que a cidade abrace e se aposse dessa chancela. Então, os impactos econômicos, o número de trabalhadores criativos, a gente não tem muita informação, *sabe?!* Nós temos trabalhado muito nisso, nós criamos a REC, que é a Rede de Economia Criativa, o movimento dentro do processo *pra* gente conseguir mensurar onde é que estão os trabalhadores criativos, quais são as áreas mais efervescentes e não conseguimos, até hoje, fazer um [levantamento], e é o que a gente agora (PP17).

⁵⁰ Iniciada em 2008 (e descontinuada em 2015), a política dos Destinos Indutores, por meio da regionalização do turismo brasileiro, criou o “Estudo de Competitividade, o sistema de informações e o projeto ‘gestão de destinos’ (...), a partir desse fluxo, o destino busca a competitividade planejando, mensurando, acompanhando ações e fortalecendo os grupos gestores e, conseqüentemente, a gestão do turismo.” “(...) Os destinos indutores do desenvolvimento turístico regional são definidos como aqueles que dispõem de infraestrutura básica e turística e atrativos qualificados, que se caracterizam como núcleo receptor e/ou distribuidor de fluxos turísticos, capazes de atrair e/ou distribuir significativo número de turistas para o entorno e dinamizar a economia do território em que estão inseridos” (FERNANDES; CORIOLANO, 2015, pp. 263 e 266).

Então, a gente não fez um indicador de quantas feiras nós tínhamos e quantas feiras nós temos hoje... pra saber o quanto as ações vinculadas aos objetivos foram alcançadas por meio de indicadores... quantos novos *artêsões*, quantos novos chefs de cozinha... então, a gente não fez esses indicadores quantitativos. Então, essa é uma necessidade que a gente já viu, no final do ano passado [2021] e que a gente vem trabalhando pra construção desses indicadores, porque senão a análise da efetividade [da chancela] fica difícil *né?!...* porque ela fica subjetiva. (PP3)

Com base nesses argumentos, e a partir da Pesquisa de Campo, observou-se que essa dificuldade de mensurar o que mudou, de fato, para a cidade, após a chancela de Cidade Criativa, foi em decorrência da falta de parâmetro, desde antes da titulação. O que se discute, no entanto, é que, mesmo que seja realizado um estudo com base em Indicadores quantitativos, a mensuração da evolução (ou não) do desenvolvimento da cidade, a partir do selo criativo da Gastronomia, pode situar-se no âmbito da dedução.

No entanto, sugere-se, com base no fortalecimento das relações em conjunto com as Instituições de Ensino, a Prefeitura Municipal, a FAPESC, o SEBRAE SC e outras organizações de fomento em todos os Níveis de Governança, que sejam promovidos editais de Iniciação Científica e/ou projetos de extensão e pesquisa para jovens acadêmicos, como uma forma estratégica de atuar nessa frente. Ademais, afirma-se que, para isso, é preciso um posicionamento mais assertivo e propositivo da gestão da chancela frente aos órgãos financiadores desses projetos, desde a Prefeitura aos órgãos estaduais e nacionais, tendo em vista que a chancela é promovida por uma Governança Multinível e envolve outros Atores Sociais e estruturas organizacionais para além do governo Local, embora admita-se que essa articulação tenha envolvimento sistemático a partir do Poder Público.

Então... é todo um processo bastante amplo e nós já não estamos mais dando conta (...) de profissionalização de trabalhar a gestão de uma forma mais efetiva. Mas aí a gente tem que ir atrás de uma coisa importante que chama o “faz-me rir” [recurso financeiro] *né?!* Para poder contratar pessoas que nos ajudem, porque o nosso trabalho é voluntário. A FloripAmanhã tem ‘N’ outras ações e outras atividades que ela faz. O programa Cidade UNESCO é uma das ações. Então, assim, hoje o ponto focal perante a UNESCO do programa em Florianópolis é a FloripAmanhã. (...) A estrutura operacional da FloripAmanhã somos nós duas, nós somos toda a equipe que a FloripAmanhã tem. Então, a gente tem que dividir o tempo dentro dessas outras ações todas que a FloripAmanhã atua... Então, é isso que eu digo pra ti, a gente poderia ser mais efetivo nesse processo se a gente tivesse a profissionalização, tivesse uma equipe dedicada ao programa, eu acho que é isso que está faltando pra gente conseguir dar um gás, porque a gente sabe que *acontece* muitas coisas na cidade, de forma orgânica. A gente tem várias iniciativas pipocando na cidade... Então, assim, fervilham coisas na cidade, que, efetivamente, a gente não consegue mensurar... Muita coisa que acontece, sabe?!... então, a gente imagina que isso pode ser potencializado a partir do momento em que a gente tenha uma equipe de gestão específica focada no programa (PP8).

Com base no discurso do PP8, identifica-se que a chancela UNESCO Cidade Criativa da Gastronomia, em Florianópolis (SC), não tem exclusividade dentro da Estrutura Organizacional, atualmente Ponto Focal. É mais uma das demandas que a Associação possui. Essa argumentação pode, inclusive, servir de constatação sobre o motivo de projetos e ações estarem represados, seja por uma questão de prioridade ou de sobrecarga de processos que extrapolam o acompanhamento dessas atividades, vinculadas ao cumprimento das diretrizes da UNESCO enquanto Cidade Criativa da Gastronomia.

Outra evidência é assumida pela Associação FloripAmanhã acerca da sua ingerência com a chancela, sobretudo por não possuir uma estrutura exclusiva, por falta de profissionalização de um grupo específico, via de regra, pelo trabalho ser voluntário e por falta de recursos para esse tipo de capacitação, ora destacado como responsabilidade do Poder Público. Logo, tendo em vista que a chancela não é uma prioridade institucional, inclusive devido ao voluntarismo, as questões relativas exclusivamente à chancela UNESCO Cidade Criativa da Gastronomia não tem demandado esforços para a atuação, a coprodução e implementação de projetos e ações, até mesmo para atuação na participação em políticas públicas que visem ao seu efetivo cumprimento, inclusive ao alcance dos ODS da ONU.

Portanto, o que se constatou através deste estudo, foram evidências de que a cidade, após 10 anos integrando a UCCN tem lutado, perseverantemente, para a manutenção do selo, sobretudo pelo Ator Social realçado como ponto focal, que, na concepção do autor deste estudo e com base nos dados analisados e estudados, atribui essa demanda como um projeto vital dentro das suas competências, por assumir essa chancela desde o processo de discussão, elaboração do dossiê e legitimação do selo pela UNESCO.

Em quarto lugar, constatou-se que muitos eventos acerca da Economia Criativa e Gastronomia ocorridos na cidade não estão essencialmente vinculados ao selo UNESCO Cidade Criativa, mas pela proposta de valor e vocação da própria cidade com a tecnologia, a inovação, a sustentabilidade. Nesse sentido, recomenda-se que é preciso estabelecer precisamente o que são eventos vinculados ao selo da Gastronomia, e os que são orgânicos à cidade, para não se apropriarem desses eventos como sendo emanados pela chancela, cujas iniciativas possuem outros fins, que não sejam expressivos ao selo UNESCO.

Em quinto lugar, foi demonstrado por meio dos dados obtidos, desde a mensuração da Governança, no capítulo anterior, e por meio das entrevistas a possível e iminente fragilidade da Governança Local, pois constantemente foi assumido que cada estrutura organizacional tem feito a sua parte apartado das ações coletivas que visem esforços mútuos acerca da chancela, e

quando isso ocorre, somente quando há convocação dos Atores Sociais mais atuantes no Grupo Gestor. Isto posto, a questão que emerge nesse contexto direciona-se para o real propósito de Florianópolis (SC) ter obtido o selo de Cidade Criativa da Gastronomia e qual a relevância da manutenção deste selo para a cidade.

Esta questão também remete à relação da atuação da Governança revelada com os ODS da ONU, conforme observa-se no posicionamento dos PPs entrevistados.

Eu acho que... com relação aos ODS ela precisa ser melhorada na chancela UNESCO. Eu acho que a gente *tava* em discussão aqui na própria entidade sobre a nossa relação com eles, *né?!*, com esses objetivos, e eu percebo que a própria chancela, ela se apropria *com propriedade*, assim, *né?!*, de relacionar as ações que faz, que desenvolve com o ODS. Mas eu acho que está faltando, assim, um trabalho (...) vinculando não só as ações aos ODS, mas eu acho que conhecendo a fundo os dezessete objetivos, selecionando um ou dois, eu diria que podem ter mais pertinência com a chancela, *né?!*, e buscando desenvolver ações pra melhorar, pra ter, de fato, uma melhoria dos indicadores aqui desses ODS e não somente correlacionar as ações a eles. Eu acho que a gente precisa ir atrás e não só fazer uso deles (...). Eu acho que nós precisamos não só buscar aderência. Eu acho que o passo não é olhar o que a gente faz. É encontrar um ODS relacionado a isso pra que a gente, de fato, tenha uma adesão a eles... a gente vai precisar fazer escolhas *né?!* E essas escolhas implicam em abrir mão de alguns ODS (...). Mas, eu acho que a gente precisa focar, tudo é importante, mas parece que não há ênfase em nada, *né?!* Então, essa falta de um plano claro, de um entendimento claro, de uma seleção e busca de ações pra aderir-se, de fato, aos ODS pra que aqueles indicadores do ODS sejam, de fato, alcançados, é o principal limitante *tá?!* (PP24).

Em sexto lugar, corroborando com todos os argumentos supracitados, ainda com relação à percepção dos Atores Sociais acerca do entendimento de valia deste selo de Cidade Criativa para Florianópolis (SC), constatou-se que essa chancela tem sido concebida como uma mercadoria de luxo, inclusive sendo passível de crítica para alguns PPs, conforme se observa na sequência.

É muito fácil você chegar no prefeito e dizer, “olha prefeito, você tá vendo aqui como a gente está, ou como a gente estava antes de ter a chancela e como a gente está agora, depois que a gente conseguiu a chancela?”. Então, quando a gente tem números, e ele consegue visualizar isso é mais fácil entender o que está acontecendo no processo. Como essa questão da rede de Cidades Criativas, da chancela UNESCO, a gente não tem esses indicadores claros ainda, a gente não consegue perceber isso, mensurar isso. Então, fica muito no campo dos conceitos, das ideias, e realmente, ser uma Cidade Criativa da UNESCO é uma grife, é uma chancela. Tá certo que o marketing associado a isso é um baita de um diferencial para cidade, mas ela precisa se apropriar disso. (PP8).

Em Florianópolis, pela, minhas observações (...) eu identifico, e conversando com os membros, um desafio, principalmente dos órgãos públicos, tanto dos diferentes níveis municipal e, eventualmente, o estadual de se apropriar desse patrimônio, dessa grife, dessa chancela. Então, dentro desse processo de Governança, de certa forma, por ser uma experiência diferente das outras cidades (...), o poder público (...) tem uma certa dificuldade ou de entendimento de desenvolvimento de protagonismo nesse processo (PP25).

[A chancela de Cidade Criativa] Tem sido utilizada mais como uma questão de marketing de marca, não só essa chancela, mas como todas as outras que a cidade recebe. É mais um selo para estampar num anúncio. Sempre que a gente propõe alguma ação, que o ponto focal pede aqui, na associação FloripAmanhã, pra gente já vincular com algum ODS, mas não que isso seja um trabalho de fato “Ah, estamos sentindo um déficit nos ODS, temos que atacar...” Não... isso é uma questão de marketing mesmo (PP6).

Ao adotarem essa concepção acerca da representatividade da chancela, levanta-se, também, críticas à própria UNESCO que, segundo alguns PPs e, também, estudos nessa perspectiva como o de Machado et al. (2022), não atua na liderança de consolidar a representatividade da chancela junto à UCCN, tendo, inclusive, despertado questões não compreendidas e não respondidas acerca do alcance da Rede e da importância que lhe é conferida.

Eu acho que seria necessário algo mais recorrente [sobre as trocas e compartilhamentos entre as Cidades Criativas da Gastronomia da UNESCO], mas aí eu tenho uma coisa pra falar também, eu me pergunto qual o papel da UNESCO nisso tudo? Porque eu trago isso como uma crítica, eu diria positiva, se é que existe, né?! Mas, como uma crítica ao próprio UNESCO. Eu vejo que algumas chancelas que o [Organização vinculada ao PP] oferece ou é parceiro com algumas entidades, enfim... que não tem nada a ver com essa aqui [chancela], né?! Mas, que não basta a gente entregar e cobrar. A gente precisa participar ativamente, mobilizar, ferramentalizar as pessoas e às vezes, as reuniões são muito boas... mas, o pós reunião, né?! E aquele dia a dia... acompanhamento de vez em quando... uma visita oficial, e até mesmo de princípios teóricos, mas, principalmente metodológicos? Eu acho que falta um pouco disso e a gente tem um grande guardião disso tudo que é o criador da chancela, que é a própria UNESCO, né?! Eu vejo fundamental um envolvimento maior e mais técnico da UNESCO no mundo com relação à Rede, não de Floripa falo do mundo mesmo (...). E assim, eu posso ter uma visão errada e fragmentada. Acho que não (PP24).

A proposta de valor da UNESCO não é corretamente percebida pelo mercado local. Poucas pessoas foram no site da UNESCO e leram por que esse programa foi criado etc. (...) O que muita gente acha, inclusive nos eventos e tudo mais, que é pra promoção do destino turístico. E eu sempre fiz essa crítica: tem um problema de comunicação pela UNESCO, e com isso a proposta de valor acaba sendo não corretamente percebida e isso pode explicar a falta de engajamento entre as lideranças locais, isso é uma dificuldade. (...) esse programa é *off budget* ele não tem orçamento da UNESCO. Então, comparado, por exemplo, com o programa da UNESCO de Patrimônio Mundial, o programa das Cidades Criativas é o patinho feio, ele não é prioridade (PP22).

E tem uma outra coisa também, que é até uma potencial concorrência. Considerando que o patrimônio UNESCO tem orçamento, já tem mais credibilidade mundial, por assim dizer, há um perigo aí, no futuro. Um outro problema que eu vejo é que a UNESCO não tem clareza, e nós já fizemos essa pergunta, de qual é o tamanho da Rede. (...) E essa é uma dificuldade de vender, inclusive [a chancela Cidade Criativa]. Há quatro anos atrás, era mais fácil vender esse valor do que hoje, porque o tamanho da rede era menor. Quanto mais cidades aderirem, tudo bem... a promoção do desenvolvimento econômico em nível local tende a acontecer, mas o valor da chancela diminui, porque perde-se exclusividade. E a UNESCO não tem resposta pra isso (...), a política de descredenciamento falha, (...) porque se ela colocar uma diretriz “olha, nosso ideal é chegar em tantos”... se a Rede for grande não tem problema, daí a gente reestuda a forma de comunicar isso, não como uma coisa exclusiva, mas como algo

que seja especificamente *pro* público local para reforçar o desenvolvimento sustentável. Mas a gente precisa dessa honestidade, dessa franqueza, essa é a palavra... da UNESCO, porque ela não está tendo com ela mesma (PP18).

Em síntese, observou-se que os Atores Sociais, embora admitam as limitações descritas e pontuadas por este estudo, reconhecem quais atribuições seriam necessárias e significativas para o pleno desenvolvimento da estrutura de Governança acerca da chancela UNESCO Cidade Criativa da Gastronomia. Ressalta-se que essas recomendações, sobretudo pontuadas pelo PP26 endossam as proposições deste estudo de tese.

- Ter orientação voltada à Inovação e disposição do Gestor da chancela:

(...) Buscar soluções que fogem do contexto natural da gestão pública, que a gente sabe que é muito engessada, cheia de processos já consolidados e aí, quando a gente fala de desenvolvimento, de inovação, seja *pra* Gastronomia, *pro* turismo, *pra* outras áreas... significa que você tem que ter gestores que sejam ousados, *né?!* Que eles *saiam fora* da zona de conforto. Então, eu vejo nesse aspecto (...), tendo a vontade do gestor, que é o líder, *né?!* (...) então, esse é o primeiro ponto (PP26).

- Atores engajados sob o mesmo propósito:

Você tem que criar uma rede de atores que estejam engajados no mesmo propósito (...) que é a criação desse *networking*, *né?!* (...) Lógico, você tem que ter ali legislações que permitam gerir e fazer essas inovações. Se não tiverem aptas, não tiver uma legislação pertinente, você tem que criar uma nova, um decreto, uma resolução, enfim... uma portaria *pra* que dê a segurança jurídica *pra* que o gestor possa inovar. E, obviamente, *né?!*, sem recursos, também não se gera muitas novidades. Então, você precisa, também, de recursos *pra* poder criar estrutura, fazer campanhas, fazer as ações necessárias a essa mudança (PP26).

- Campanha de popularização e comunicação da chancela UNESCO Cidade Criativa da Gastronomia:

Quando Florianópolis recebeu esse título, num determinado momento teve até a comunicação na mídia local. Mas ficou uma coisa muito restrita ao ambiente, ao ecossistema da Gastronomia. Não foi acolhido pela cidade e pela população como um todo... muita gente nem sabe que existe esse título *né?!* E isso é uma pena. Então eu acho que a maior dificuldade seja essas conexões e, realmente, um título como esse, ser incorporado pela população (...) é necessária uma série de ações que *vai* de comunicação, questões legais, questões políticas, questões financeiras, *né?!*, de ter recursos orçamentários pra isso. Então eu vejo mais ou menos nesse ponto. A gente podia ter avançado muito mais (PP26).

- Mapeamento do Ecossistema do setor Gastronômico:

Então ter um mapeamento de todo esse ecossistema pra saber quem são os criadores, os *chefs*, os donos de restaurante que estão aí a frente fazendo seu nome e quem tá produzindo *pra* eles, de onde vem todas as matérias primas... esse é um primeiro momento, ter esse mapeamento... seriam esses indicadores, quantitativo e qualitativo, também. (...) Número de turistas, a frequência dos moradores em relação a bares e restaurantes, a questão sociocultural, a questão também do poder aquisitivo das famílias na cidade, na região, dos turistas que vêm. Então, uma série de indicadores *pra* gente poder cruzar esses dados e ter estudos, *né?! Assim, a própria mobilidade, vamos chamar assim, a frequência seja de turistas ou cidadãos nos restaurantes, em relação a dias de semana, horário, mês, durante o ano, quanto que eles gastam, dependendo do dia... a gente entender quais são as motivações pra irem frequentar um local de alimentação (PP26).*

Além disso, destaca-se para um discurso emblemático acerca da atuação (enquanto arranjo de ações) de um dos Atores Sociais, que, possivelmente retrata a opinião de grande parte dos demais Atores que constituem a Rede de Governança Multinível, a partir de Florianópolis (SC), inclusive percebida pelos resultados deste estudo.

*Acho que, relativamente, tenho uma boa participação, sim, em discutir, em apoiar, em ser um representante do Grupo Gestor. Mas, acho que, objetivamente, eu poderia fazer mais, sabe?! Eu acho que eu poderia, eu poderia fazer mais, e quando eu digo fazer mais, não é somente aderir às ações nossas ao que preconiza o título [Cidade Criativa da Gastronomia] em si. Mas é essa falta de planejamento que eu sinto muito latente nesse processo. E a gente poderia *tá* um pouco mais... sermos grandes condutores disso, sabe?! (PP24)*

Finaliza-se, portanto, com a proposição de que é necessário haver cada vez mais uma interrelação com as Instituições de Ensino Superior (IES), especialistas em Administração, Administração pública, Turismo e áreas afins, pesquisadores e acadêmicos, tendo em vista a importância de haver pessoas engajadas com pesquisas científicas nacionais e internacionais atuando na rede de Governança, juntamente com a Gestão Pública e os demais *stakeholders*.

Nesse sentido, espera-se que, a partir deste estudo, as ações pontuadas nesta tese, em grande parte, possam ser desenvolvidas por meio da *expertise* dos Atores Sociais que constituem a Rede de Governança Multinível, em conjunto com toda a cadeia produtiva da Gastronomia de Florianópolis (SC) e as suas vocações culturais reveladas por esta pesquisa, sobretudo para o desenvolvimento sustentável da cidade, com atenção aos ODS da ONU, e, conseqüentemente, para a valorização do selo UNESCO, buscando não apenas autonomia política e socioinstitucional, mas a coletividade, com e entre as demais Cidades Criativas, com a entre outras cidades pertencentes ao território criativo, fazendo prevalecer a cooperação intermunicipal, visando o desenvolvimento regional, nacional e internacional, conforme preconiza a concepção da Teoria da Governança Multinível.

Em síntese, cabe resgatar o *framework* proposto através das Figuras 6 e 9, com base na literatura envolvida para a execução deste estudo, na qual preconiza-se sobre a existência de uma Governança (Multinível) no contexto das Cidades Criativas, e que, a partir dessa Governança, a chancela UNESCO de Cidade Criativa (da Gastronomia) tende a ser aplicada e combinada com a gestão pública e os *stakeholders*, para que essas cidades se direcionem ao desenvolvimento, visando o alcance dos ODS, da ONU. Acerca das implicações empíricas, enquanto resultados deste estudo, o que se observou foi uma ruptura nessa proposição, uma vez que torna-se evidente que a cidade mobilizou esforços para se integrar à Rede de Cidades Criativas da UNESCO, buscando *status* de diferenciação competitiva utilizando-se da marca (selo) da Gastronomia. No entanto, visando aos interesses de um grupo denominado e destacado neste estudo como *Core Governance*, essa designação se repesou no centro de uma instituição, a qual não detém total controle das ações existentes e vinculadas essencialmente ao seu campo criativo.

Enquanto implicações teóricas, evidencia-se à fragilização do modelo conceitual de Rede de Governança Multinível (Figura 9), pois como já mencionado, tem-se formado uma subcultura de Governança interna, não havendo evidências de fortalecimento jurisdicional, multidimensional e multisetorial desde o Nível Local ao Nível Internacional. Portanto, abre-se uma lacuna teórica acerca das premissas de sociabilidade (Cooperação), de diversidade de escala na provisão de bens coletivos (Coordenação) e de politização (Colaboração) previstos na Teoria da Governança Multinível. Isto posto, não é possível confirmar que a teoria se aplica na prática, pois de acordo com a Figura 6, a Governança Multinível se destaca como pró forma e os Atores Sociais e suas Estruturas Organizacionais constituintes têm empregado esforços até a obtenção da concessão do título pela UNESCO, e que, após essa designação, não se confirma a existência substancial de ações e projetos visando o desenvolvimento sustentável da cadeia produtiva da Gastronomia, sobretudo para o atingimento dos ODS da ONU, mas sim, para uma centralização de uma Governança cada vez mais restrita, visando a objetivos políticos, institucionais e pessoais, uma vez que a sustentabilidade se manifesta com base na cultura vocacional da cidade, independentemente da promoção de ações vinculadas ao selo criativo da gastronomia, tal qual a Governança evidenciada neste estudo não possui mecanismos de controle para mensurar o que, de fato, são ações coletivas provenientes da chancela designada pela UNESCO a partir da concessão do título à Florianópolis (SC) como Cidade Criativa da Gastronomia, desde 2014.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo buscou, através de uma proposição desafiadora, apresentar uma contextualização empírica e teórica sobre temas emergentes na Administração Pública, como é o caso da Governança Multinível, sobretudo explorando diversas perspectivas de uma Teoria (pós)funcionalista e perpassando por conceitos lapidados pelo autor desta pesquisa, como é o caso da *Core Governance*, algo que se pensava existir apenas em destinos turísticos de pequeno porte, mas que se manifestou no contexto desta pesquisa. Ainda, foi possível elucidar as motivações e articulações dos Atores Sociais responsáveis pela chancela UNESCO de Cidade Criativa da Gastronomia, especialmente em Florianópolis (SC), sobretudo a partir da Governança Local-Global, como esse arranjo de atividades tem se manifestado frente aos ODS da ONU.

Utilizou-se das abordagens quantitativa e qualitativa neste estudo, sendo que a quantitativa possibilitou revelar os Graus de Governança Multinível existentes através das estruturas organizacionais mapeadas. De forma estatística e descritiva, em conjunto com as observações de campo e entrevistas, foi possível apontar o ambiente no qual essas instâncias estão inseridas. Já na abordagem qualitativa, foi possível executar detalhadamente os dados obtidos na pesquisa, apontando a perspectiva do atual desenvolvimento sustentável, no qual Florianópolis (SC) está inserida. Inúmeros apontamentos podem ser observados no corpo desta tese, dos quais levou-se à conclusão de que a chancela de Cidade Criativa da Gastronomia, em Florianópolis (SC) ainda se encontra represada em ideias e projeções, bem como na sua própria estrutura socioinstitucional.

A pesquisa revelou que essa Governança tem sido, embora apresentado um Grau Médio de incidência, incipiente quanto à formalização e composição das Instâncias responsáveis pelo segmento criativo, sobretudo por seu caráter normativo frente às demandas que lhes são impostas. Ademais, tendo em vista os Indicadores e Categorias que caracterizaram a Governança revelada, bem como as ações e atuações para o cumprimento dos ODS, desvelou-se neste estudo, que são desarticulados, de modo atomizado pela Rede, não caracterizando como uma Rede Multinível coprodutiva. Conclui-se, também, que a ação convergente na qual aproxima Florianópolis (SC) das demais cidades que detém a chancela de Cidade Criativa da Gastronomia, no Brasil, em relações cooperadas e colaborativas são os Fóruns Nacionais. As evidências de articulações com as Cidades Criativas Internacionais para o atendimento dos ODS destacados nesta tese são destacadas por este estudo como incipientes. Embora a Conferência

Anual da Rede de Cidades Criativas da UNESCO tenha como destaque reunir as cidades pertencentes à UCCN, para os Atores Sociais Participantes da Pesquisa, este evento configura-se como algo restrito e político, não manifestando ações de coprodução e Governança inclusivas e socioinstitucionais.

Em outras palavras, a Conferência é concebida como um evento essencialmente político em detrimento do alcance daqueles que, realmente atuam na linha de frente para a manutenção do selo concedido pela UNESCO. Portanto, a crítica que se faz pelos Participantes da Pesquisa é sobre o grau de participação, aderência, interesse e engajamento da Gestão Pública Local, em especial o Poder Público municipal, que tem se mostrado não muito atuante e envolvido com a chancela na qual a sua cidade é contemplada, embora argumentem que a atual Gestão (2021-2024) tem se mostrado menos reativa com a chancela UNESCO Cidade Criativa da Gastronomia.

A análise dos dados revelou ações insuficientes para o cumprimento dos ODS da ONU, atribuídos para este estudo, em especial os ODS 11, ODS 12 e ODS 14. Também se perceberam ações desordenadas ou embrionárias relativas aos indicadores Cooperação, Coordenação e Colaboração, como se traduziu no Capítulo sobre a mensuração do Grau de Governança Multinível, sendo apresentado como inconstantes à medida em que a Governança se desloca para outros Níveis, a partir do nível Local. Além disso, se faz necessário salientar a relevância da presença da articulação da Governança com Instituições de Ensino Superior. Nesse sentido, propõe-se que as universidades possuam maior assertividade acerca das atribuições de projetos e extensões acadêmicas, de qualificações, não somente dos atores que representam o segmento criativo, como também de todos os envolvidos com a chancela, desde a gestão pública, a iniciativa privada, terceiro setor, sociedade civil, a fim de promoverem uma Governança mais propositiva, sobretudo chancelada na dimensão sustentável, conforme preconizado pela UNESCO.

Logo, reitera-se que as ações coletivas devam ser fortalecidas, para que, até 2030, as atuações da rede de atores conduzam a cidade para uma perspectiva exígua de sustentabilidade. Considerando que a Governança é indissociável do planejamento, a lente teórico-empírica deste estudo se propôs a analisar uma cidade expressivamente turística. Nesse sentido, é indispensável que a esfera do planejamento sustentável abarque as discussões e propósitos que devam ser priorizados pela rede de atores e suas instituições constituintes, com base na chancela de Cidade Criativa da Gastronomia. É exatamente nesse contexto que, novamente, os arranjos de atividades dos Atores Sociais com fins e objetivos definidos coletivamente se tornam

imbricados à Governança, a fim de compreenderem a necessidade de ações harmônicas que promovam o planejamento público, não apenas como necessidade oriunda do desenvolvimento econômico, mas, como os próprios ODS propõem, a consolidação de articulações que abarquem a dimensão ambiental, política, ética e social, esta última, sendo fomentadora da cultura através da Economia Criativa, a qual caracteriza a identidade de uma Cidade Criativa.

Nesse sentido, é esperado que a cidade de Florianópolis (SC) se posicione para resgatar os propósitos universais da UNESCO, não apenas para se manter na Rede por meio de projetos e ações mínimas/superficiais para a continuidade de um selo adquirido, mas que, questões reconhecidamente importantes e urgentes, que não são fiscalizadas, não são cobradas e não são implementadas pela Governança, possam ser validadas, deliberadas e implementadas, excepcionalmente fundamentadas através da chancela de Cidade Criativa da Gastronomia. Ademais, essas ações devem ser reconhecidas como objetivos coletivos, de inclusão da sociedade e que ela possa se beneficiar dos seus resultados, pois são questões legítimas, sobretudo relacionadas aos ODS e que, por mais que reconheçam a necessidade de se trabalhar nesse contexto, são impactos reais.

Em contrapartida, despertou-se para uma questão de legitimação de um selo de Cidade Criativa UNESCO para uma grande cidade, na qual a sua dinâmica mercadológica é mais volátil, mais célere e, portanto, mais fragmentada, sobretudo quanto ao alcance da comunicação entre gestão e comunidade como um desafio constante, que as suas demandas sociais, econômicas, culturais, ambientais se confluem em uma esteira político-institucional em sinergia com as suas vocações tradicionais e contemporâneas. Em outras palavras, quando uma cidade não identifica argumentos consolidados sobre o que uma chancela de Cidade Criativa UNESCO representa, em termos sociais, econômicos, culturais, ambientais, até mesmo de cidadania, e/ou quais efeitos são obtidos por meio dela, desperta-se para uma lacuna acerca da própria finalidade e relevância do selo para essa cidade. Isto posto, o processo de comunicação da chancela de Cidade Criativa deve, não apenas ser difundido amplamente à comunidade local, mas também a todos os Atores Sociais que representam essa chancela por meio de uma Governança consciente de que o selo é concedido para a cidade e não para um grupo específico de Atores e organizações. Ademais, que os recursos, sejam financeiros, humanos, e/ou tecnológicos devam ser incorporados e investidos neste processo de legitimação da marca frente à UCCN e ao alcance dos ODS da ONU.

No que tange aos objetivos desta tese, ressalta-se a sua originalidade ao se trabalhar com uma proposta inovadora quanto à avaliação da Governança Multinível e sua conexão com os

arranjos de atividades dos Atores Sociais e suas Estruturas Organizacionais constituintes para o alcance de objetivos, sobretudo com a perspectiva dos ODS da ONU, embora tenha-se revelado que a chancela UNESCO Cidade Criativa esteja propiciando um ambiente conflituoso de objetivos pessoais para a manutenção de um *status* incorporado à ‘grife’ Cidade Criativa da UNESCO. A partir de todo o arcabouço teórico-empírico que constituiu o presente estudo foi possível traçar um fluxo de Governança Multinível, do qual não se tenha visto nos estudos da comunidade acadêmica; mensurar o Grau de Governança de uma Rede Mundial de Cidades Criativas, sendo que tal estudo auxiliará o projeto “Governança Multinível e Desenvolvimento Sustentável: um estudo sobre Cidades Criativas da Gastronomia da Unesco em perspectiva comparada internacional”, com fomento e financiamento do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq), Processo 404606/2021-0”, que deu origem a esta tese de doutorado.

Enquanto contribuição teórica-empírica às pesquisas voltadas para o campo da Administração Pública, este estudo assinala que, quando os Atores Sociais não estão integrados e interagidos dos processos e atividades existentes no compartilhamento de ações constituídos numa Rede de Governança Multinível, abre-se um precedente para a deslegitimação quanto ao seu envolvimento, provimento e pertencimento à essa Rede. Tal concepção pode causar um desequilíbrio em políticas públicas voltadas ao fortalecimento local/regional/nacional/internacional, bem como à fragilidade no gerenciamento público intra e intermunicipal. Nesse sentido, os Atores Sociais são tendenciados a buscar e a formar outras Redes concorrentes, inclusive com maior protagonismo quanto à legitimidade de suas ações acerca do desenvolvimento centrado em interesses não essencialmente coletivos. Essa concepção tende a bloquear o campo de diversificação da cadeia produtiva em diversas escalas de produção e consumo à Economia Criativa, à troca de experiências, bem como na limitação do fortalecimento de ações de cooperação e colaboração, inclusive de oferta turística.

Por fim, sugere-se que este estudo não se esgote teoricamente e empiricamente no tema apresentado e que não se limitem às pesquisas futuras no que concerne à Governança Multinível, sobretudo a fim de garantir que uma Cidade Criativa da UNESCO possa se reconhecer, para além de um caminho dedicado ao crescimento econômico, mas também como um elo entre a gestão pública, o setor privado e a comunidade civil, de forma democrática, resiliente, inclusiva e sustentável. Espera-se que os resultados deste estudo possam servir de aporte para o campo de estudos acadêmicos, como referência bibliográfica no que concerne a tais temas propostos por esta pesquisa, e que motivem novos estudos multidisciplinares, orientados pelo caráter multidimensional proposto e revelado por esta tese.

REFERÊNCIAS

- ADLER, E. O construtivismo no estudo das relações internacionais. **Lua Nova**, São Paulo, v. 47, p. 201-252, 1999.
- ADORNO, T. W.; HORKHEIMER, M. **Dialética do esclarecimento**: fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.
- ADU-AMPONG, E. A. **Tourism Governance and Regulation: Institutional Collaboration in the Central Region of Ghana**. 2012. Dissertação (Mestrado em Governance and Democracy). International Institute of Social Studies, Ghana.
- ALMEIDA, B. F. L. V. **As Cidades Criativas e a sua importância no desenvolvimento local: Óbidos, uma estratégia de desenvolvimento criativo**. 2018. 108 f. Dissertação (Mestrado em Patrimônio). Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Lisboa, PT.
- AMON, D.; MALDAVSKY, D. Introdução à abordagem sociopsicológica da comida como narrativa social: estados da arte. In: VERONESE, M. V.; GUARESCHI, P. A. (Orgs.). **Psicologia do cotidiano: Representações Sociais em ação**. Petrópolis: Vozes, p. 61-87, 2007.
- ANSELL, C. GASH, A. Collaborative governance in theory and practice. **Journal of Public Administration Research and Theory**, 18, 543-571. 2008.
- ANSELL, C.; TORFING, J. Introduction to the Handbook on Theories of Governance. In: _____. **Handbook on Theories of Governance**. 2ª ed. Edward Elgar Pub, p. 1-19, 2022.
- ANTERO, C. A. S. **Compreensões da representação de interesses a partir da percepção dos representantes dos arranjos produtivos locais de turismo de Ouro Preto e Tiradentes, Minas Gerais**. 2020. 149 f. Tese (Doutorado em Administração) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa.
- ARCHER, M. S. **Structure, Agency, and the Internal Conversation**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- ATKINSON, R. D. **Network Government for the Digital Age**. Progressive Policy Institute. Washington, D.C. 2003.
- AYUNINGSASI, A.; SARASWATY, A. N; SAIENTISNA, M. D. Women And Work Choices In The Tourism Sector: A Form Of Women Empowerment. **Journal of Tourism Economics and Policy**, v. 2, n. 3, p. 186-191, 2023.
- BACHE, I. Multi-level Governance in the European Union. In: LEVI-FAUR, D. (Ed.) **Oxford Handbook of Governance**. Oxford: Oxford University Press, p. 628-641, 2012.
- BACHE, I.; FLINDERS, M. Themes and issues in multi-level governance. In: BACHE, I; FLINDERS, M. (Ed.). **Multi-level governance**. Oxford: Oxford University Press, p. 1 a 11, 2004.
- BACHELARD, G. **A poética do devaneio**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- BALDIN, N.; MUNHOZ, E. M. BAGATIN. Snowball (Bola De Neve): Uma Técnica Metodológica para Pesquisa em Educação Ambiental Comunitária. **X Congresso Nacional de Educação (EDUCERE)**. I Seminário Internacional de Representações Sociais, Subjetividade e Educação – SIRSSE. PUC-PR. Curitiba: 7-10 nov. 2011.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 5.ed. rev. e atual. Lisboa: Edições 70, 2014.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Extra Coleção. Lisboa: Edições 70, Reimpressão 2020.

- BARRÈRE, C.; BONNARD, Q.; CHOSSAT, V. Food, gastronomy and cultural commons. In: BERTACCHINI, E.E.; BRAVO, G.; MARRELLI, M.; SANTAGATA, W. **Cultural Commons: A new perspective on the Production and Evolution of Cultures**. Edward Elgar, p.129-150, 2012.
- BARRET, P. **Expectations and Perception**, of Better Practice Corporate Governance in the Public Sector from an Audit Perspective. Melbourne: Australian National Audit Office. 2002.
- BEAUMONT, N.; DREDGE, D. Local tourism governance: a comparison of three network approaches. **Journal of Sustainable Tourism**. nº 18, v.1, pp. 7–28, 2010.
- BECK, U. **Sociedade de Risco: Rumo a uma Outra Modernidade**. São Paulo: Editora 34, 2011.
- BECKER, F. **O que é construtivismo?** Série ideias, n. 20, São Paulo: FDE, p. 87-93, 1994.
- BENDASSOLLI, P. F.; CUNHA, M. P.; JR. T. W.; KIRSCHBAUM, C. Indústrias criativas: definição, limites e possibilidades. São Paulo: **RAE**, v.49, n.1, jan./mar. 2009.
- BETSILL, M.; BULKELEY, H. Cities and the Multilevel Governance of Global Change. **Global Governance**, v. 12, nº 2. Pp. 141-159, 2006.
- BEVIR, M.; RHODES R. A. W. A Decentered Theory of Governance: Rational Choice, Institutionalism, and Interpretation. **Institute of Governmental Studies**. Paper, mar. 2001.
- BHASKAR, R. R. **What is Critical Realism Realism?** Talk presented at 4th Conference of the Standing Conference on Realism and Human Sciences in Bristol, September, 1988.
- BLAIR, T. **Modernizing Government**. Thomson Reuters. March, 1999.
- BORZEL, T. A. **Governance with/out Government: False Promises or Flawed Premises?** German Research Foundation (DFG). Research Center (SFB), 700: Berlin. 2010.
- BORZEL, T. A. Multilevel Governance or multilevel government? **The British Journal of Politics and International Relations**, vol. 22, nº 4, p. 776–783, 2020.
- BORZEL T. A; RISSE, T. Governance without a state: Can it work? **Regulation & Governance**, v. 4, p. 113–134, 2010.
- BOURDIEU P. Espaço Social e Espaço Simbólico. In: BOURDIEU P. **Razões e práticas: sobre a teoria da ação**. 11ª ed. Campinas: Papirus, p. 13-27, 2011.
- BOVAIRD, T. Public Governance: Balancing Stakeholder Power in a Network Society. **International Review of Administrative Sciences**, v. 71, n. 2, p. 217-228, 2005.
- BOVAIRD, T.; LÖFFLER, E. Evaluating the Quality of Public Governance: Indicators, Models and Methodologies. **International Review of Administrative Sciences**. v. 69, nº 3, pp. 313-328, 2003.
- BOZ, N.; OZTURK, H. M. Importance of Creativity and Innovation for Gastronomy and Business Tourism. In: **Accelerating Knowledge Sharing, Creativity, and Innovation Through Business Tourism**. IGI Global, p. 261-280, 2020.
- BRANDÃO, C. Pactos em territórios: escalas de abordagem e ações pelo desenvolvimento. **Organizações & Sociedade**, v. 15, p. 145-157, 2008.
- BRASIL. **Constituição** (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017. 522 p.

- BRASIL. Ministério da Cidadania [Secretaria Especial da Cultura]. **Plano Nacional de Cultura**. (2019a). Disponível em: <http://pnc.cultura.gov.br/category/metas/7/> Acesso: 21 out. 2019.
- BRASIL. Ministério da Cidadania [Secretaria Especial da Cultura]. **Plano Nacional de Cultura**. (2019b). Disponível em: shorturl.at/GK468. Acesso em 21 out. 2019.
- BRASIL. Ministério da Cultura [MinC]. **Plano da Secretaria da Economia Criativa: políticas, diretrizes e ações, 2011-2014**. Brasília, DF. 2011.
- BRASIL, Ministério do Turismo (MTur). **Mapa do Turismo 2019-2021**. (2021). Disponível em: shorturl.at/dnpB2. Acesso: 25 mar. 2021.
- BRASIL. Ministério do Turismo [Mtur]. **Ministério do Turismo e da Cidadania discutem criação da rede brasileira de Cidades Criativas**. (2019c) Disponível em: shorturl.at/fgk37. Acesso: 21 out. 2019.
- BRASIL. Ministério do Turismo [Mtur]. **Plano Nacional de Turismo 2018-2022: Mais Emprego e Renda para o Brasil**. Brasília, DF. 2018.
- BRASIL. Tribunal de Contas da União [TCU]. **Dez passos para a boa Governança**. Brasília, DF, 2014a.
- BRASIL. Tribunal de Contas da União [TCU]. **Questionário Perfil GovPessoas 2013**. Disponível em: <https://portal.tcu.gov.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=8A8182A1500586020150395598A666A5>>. Acesso em 29 Jan. 2019.
- BRASIL. Tribunal de Contas da União [TCU]. **Perfil de Governança e Gestão Públicas: Ciclo 2018**. Disponível em: <https://portal.tcu.gov.br/governanca/governancapublica/organizacional/levantamento-2018/>>. Acesso em: 29 Jan. 2019.
- BRASIL. Tribunal de Contas da União [TCU]. **Referencial básico de Governança aplicável a órgãos e entidades da administração pública**. Versão 2. Brasília, DF. 2014b.
- BRASIL. Tribunal de Contas da União [TCU]. **Referencial para avaliação da Governança do Centro de Governo**. Brasília, DF. 2016.
- BRASIL. Tribunal de Contas da União [TCU]. **Referencial para avaliação de Governança em políticas públicas**. Brasília, DF. 2014c.
- BROWN, D. L.; Shucksmith, M. Reconsidering Territorial Governance to Account for Enhanced Rural-Urban Interdependence in America. **The Annals of the American Academy**, v. 672, p. 282-301, 2017.
- BROWN, J. S.; DUGUID, P. Organizational Learning and Communities-of-Practice: Toward a Unified View of Working, Learning, and Innovation. **Organization Science**, v. 2, n. 1, p. 40-57, 1991.
- BRYMAN, A. **Social research methods**. 4ª Ed. Oxford: University Press. 2012.
- BURREL, G.; MORGAN, G. **Sociological Paradigms and Organizational Analysis**. Elements of the sociology of corporate life. Heineman, London: Routledge. 1979.
- CANTARELLI, J. R. **Técnicas de Geoprocessamento aplicada ao meio ambiente do trabalho**: o uso de informações georreferenciadas na elaboração de mapas de riscos. 2011. 71f. Dissertação (Mestrado em Geomática). Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Santa Maria, RS.
- CARRIERI, A. P.; SARAIVA, L. A. S.; PIMENTEL, T. D. A Institucionalização da Feira Hippie de Belo Horizonte. **Organizações & Sociedade**, v. 15, p. 63-79, 2008.

- CARVALHO, C. A.; VIEIRA, M. M. F. Contribuições da perspectiva institucional para a análise das organizações: possibilidades teóricas, empíricas e de aplicação. In: ____.
- Organizações, cultura e desenvolvimento local: a agenda de pesquisa do Observatório da Realidade Organizacional.** Recife: UFPE, 2003.
- CASTAÑÓN, G. A. **Construtivismo social: a ciência sem sujeito e sem mundo.** 2009. 217 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ.
- CASTAÑÓN, G. A. O que é construtivismo? **Cadernos de História e Filosofia da Ciência**, v. 1, n. 2, pp. 209- 242, 2015.
- CEBALLOS-SANTAMARÍA, G.; *et al.* Motivations in heritage destinations of the cultural tourist: the case of Malaga (Spain). **National Accounting Review**, v.3, n.1, p. 86-94, 2021.
- CEFAÏ, D. **Qu'est-ce qu'une arène publique?** Quelques pistes pour une approche pragmatiste. L'héritage du Pragmatisme. Editions de l'Aube, La Tour d'Aigues, p. 52-81, 2002.
- CHAKRAVARTTY A. 2017 Scientific Realism. In The Stanford Encyclopedia of Philosophy (ed. EN Zalta). Metaphysics Research Lab, Stanford University summer 2017 edition. Disponível em: <https://plato.stanford.edu/archives/sum2017/entries/scientific-realismo/> Acesso em 15 mai. 2023.
- CHIBENI, S. S. A inferência abdução e o realismo científico. **Cadernos de História e Filosofia da Ciência**, v. 6, n. 1, p. 45-73, 1996.
- CHOULIARAKI, L.; FAIRCLOUGH, N. **Discourse in Late Modernity: Rethinking Critical Discourse Analysis.** Edimburgo: Edinburgh University Press, 1999.
- COAFFE, J.; HEADLAM, N. Pragmatic localism uncovered: the search for locally contingent solutions to national reform agendas. **Geoforum**, v. 39, p. 1585-1599, 2008.
- COHEN, P.S. **Modern Social Theory.** London: Heinemann, 1968.
- CONSIDINE, M.; LEWIS, J. M. Bureaucracy, network, or enterprise? Comparing models of governance in Australia, Britain, the Netherlands, and New Zealand. **Public Administration Review**, v. 63, n. 2, p. 131-140, 2003.
- CONTEH, C.; HARDING, B. Boundary-spanning in public value co-creation through the lens of multilevel governance. **Public Management Review**, p. 1-25, 2021.
- COSTA, S. P. B. **Novas formas de Governança Pública: Um estudo do Arranjo Articulado para Implementação da Política Pública Nacional de Aprendizagem Profissional.** 2014. 222 f. Tese (Doutorado em Administração). Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Natal, RN.
- CROZIER, M.; HUNTINGTON, S. P.; WATANUKI, J. **The Crisis of Democracy,** New York: New York University Press, 1975.
- CRUBELLATE, J. M. Três contribuições conceituais neofuncionalistas à teoria institucional em organizações. **RAC - Revista de Administração Contemporânea**, 1ª Edição Especial, 199-222, 2007.
- D'ANGELLA, F.; DE CARLO, M.; SAINAGHI, R. Archetypes of destination governance: A comparison of international Destinations, **Tourism Review**. vol. 65 nº 4, pp. 61-73, 2010.

DALLABRIDA, V. R. **Território, Governança e Desenvolvimento Territorial**: indicativos teórico-metodológicos, tendo a indicação Geográfica como referência. 1ª ed. São Paulo: Liberars, 2016.

DIDEHVAR, F.; DANAEEFARD, H. Virtual Governance Networking Policies: a Comparative Analysis. **Public Organization Review**. v. 10, pp.1-16, 2010.

DIMAGGIO, P. J., POWELL, W. W. A gaiola de ferro revisitada: isomorfismo institucional e racionalidade coletiva nos campos organizacionais. **Revista de Administração de Empresas (RAE)**, v. 45, n. 2, p.74-89, 2005.

DIMAGGIO, P. J.; POWELL, W. W. The iron cage revisited: institutional isomorphism and collective rationality in organizational fields. **American Sociological Review**, v. 48, 1983.

DINIZ, E. **Reforma do Estado e governança democrática**: em direção à democracia sustentada? (2003). Disponível em: http://ie.ufrj.br/aparte/pdfs/elidiniz_reforma_do_estado.pdf. Acesso em 26 mar. 2023.

DRISKO, J. W.; MASCHI, T. **Content analysis**. Pocket Guide to Social Work Re, 2016.

DURAN, C. **Governance for the Tourism Sector and its Measurement**. UNWTO Statistics and TSA Issue Paper Series STSA/IP/2013/01. (2013). Disponível em: <https://bit.ly/2SdQ1MKA>. Acesso em: 03 nov. 2022.

ELDER-VASS, D. Pragmatism, critical realism and the study of value, **Journal of Critical Realism**, v. 21, n. 3, p. 261-287, 2022.

ELDER-VASS, D.; MORGAN, J. ‘Materially social’ critical realism: an interview with Dave Elder-Vass, **Journal of Critical Realism**, v. 21, n. 2, p. 211-246, 2022.

EL-HANI, N. C.; BIZZO, N. M. V. Formas de construtivismo: mudança conceitual e construtivismo contextual. **Ensaio Pesquisa em Educação em Ciências**, v. 4, n. 1, 2002.

EMMENDOERFER, M. L. Territórios Criativos como objeto de políticas públicas no contexto brasileiro. In: ASHTON, M. S. G. **Cidades Criativas**: vocação e desenvolvimento. Novo Hamburgo: Feevale, pp. 125-156, 2018.

EMMENDOERFER, M.; MELO-SILVA, G. Contribuições do neoinstitucionalismo da ciência política para os estudos de redes organizacionais. **Base (UNISINOS)**, v. 6, p. 218-229, 2009.

ENDRES, A. V.; PAKMAN, E. T. A Governança das políticas de turismo: o papel dos espaços de participação na perspectiva da análise de redes e da teoria institucional. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 1-18, 2019.

FALASTER, C.; ZANIN, L. M.; & GUERRAZZI, L. A. Teoria institucional na pesquisa em turismo: novas oportunidades de uma teoria em evolução. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, v. 11, n. 2, p. 270-293, 2017.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (FIRJAN). **A cadeia da indústria criativa no Brasil**: estudos para o desenvolvimento do estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, nº 2, 2008.

FERNANDES, L. M. M.; CORIOLANO, L. N. M. T. A governança na política nacional de regionalização do turismo: estudo dos grupos gestores dos destinos indutores do Ceará. **Revista Turismo - Visão e Ação**, vol. 17, nº 2. Mai/Ago, 2015.

- FERREIRA, V. M. S. **A Rede de Cidades Criativas da UNESCO**: uma perspectiva das cidades brasileiras. 2017. 165 f. Dissertação (Mestrado em Projeto e Cidade). Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia, GO.
- FLAXMAN, S., *et al.* Report 13: Estimating the number of infections and the impact of non-pharmaceutical interventions on COVID-19 in 11 European countries. **Imperial College COVID-19 Response Team**, p. 1-35, 2020.
- FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- FLORIANÓPOLIS [SC]. **Dados Geoespaciais**. 2022. Disponível em: <http://geo.pmf.sc.gov.br/> Acesso: 28 nov. 2022.
- FLORIANÓPOLIS [SC]. **II Encontro Nacional das Cidades Criativas Brasileiros da UNESCO [ECRIATIVA]**. (2019): 1-4. Disponível em: shorturl.at/mLOQ4. Acesso: 01 set. 2022.
- FLORIANÓPOLIS [SC]. **Plano de Ação Florianópolis Sustentável**. 2015. Disponível em: shorturl.at/gkoPR. Acesso: 19 out. 2022.
- FLORIDA, R. L. **A ascensão da classe criativa ...e seu papel na transformação do trabalho, do lazer, da comunidade e do cotidiano**. Porto Alegre: L&PM, 2011.
- FLORIPA2030. **Agenda Estratégica de Desenvolvimento Sustentável de Florianópolis na Região Floripa Rumo a 2030: Avanços e Influências da Agenda no contexto de 2016**. (2020). Disponível em: <http://observaGastronomia.com.br/wp-content/uploads/2020/12/Floripa-2030.pdf>. Acesso: 27 ago. 2022.
- FLORIPAMANHÃ. **Florianópolis: Cidade Unesco da Gastronomia**. 2013. Disponível em: shorturl.at/fpwEQ. Acesso: 23 mar. 2021.
- FLORIPAMANHÃ. **Florianópolis: Cidade Unesco da Gastronomia / Unesco City of Gastronomy**. 2014. Disponível em: shorturl.at/uILT3. Acesso: 24 mar. 2021.
- FLORIPAMANHÃ. **Quem Somos**. 2020. Disponível em: <http://floripamanha.org/quem-somos/>. Acesso: 16 set. 2022.
- FLORIPAMANHÃ. **Sobre o Observatório da Gastronomia**. 2021. Disponível em: shorturl.at/lzFP. Acesso: 13 abr. 2022.
- FLORIPAMANHÃ. **Relatório Anual de Indicadores de Florianópolis (SC)**. 2021. Disponível em: <https://materiais.floripamanha.org/rapi-indicadores-da-rede-de-monitoramento-cidadao-2021>. Acesso: 08 set. 2022.
- FLORIPAMANHÃ. **Relatório Anual de Indicadores de Florianópolis (SC)**. 2022. Disponível em: <https://materiais.floripamanha.org/rapi-indicadores-da-rede-de-monitoramento-cidadao-2022>. Acesso: 11 set. 2022.
- FRANCO, A. **De caçador a gourmet**. Uma história da Gastronomia. Brasília: Thesaurus, 2001.
- FRANZONI, E. **A Gastronomia como elemento cultural, símbolo de identidade e meio de integração**. 2016. 81f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação). Universidade Nova de Lisboa, PT.
- FREY, K. Governança interativa: uma concepção para compreender a gestão pública participativa? **Política & Sociedade**. nº 5, pp. 119-138, 2004.
- GIVEN, L. M. Construtivism. *Toe Sage encyclopedia of qualitative research methods* / editor, Lisa M. Given. SAGE Publications, Inc.. 116-119, 2009.

- GODOI, C. K.; MELLO, R. B.; SILVA, A. B. **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: Paradigmas, estratégias e métodos**. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2010.
- GONZÁLES, M. V. Gobernanza turística: ¿Políticas públicas innovadoras o retórica banal? **Caderno Virtual de Turismo**. Edição especial: Hospitalidade e políticas públicas em turismo. Rio de Janeiro, v. 14, supl.1, p.9-22, nov. 2014.
- GONZÁLEZ, R. A.; BORTOLOTTI, L. Putting scientific realism into perspective. **Interdisciplinary Science Reviews**, p. 1-12, 2022.
- GRAY, B. **Collaborating**. Finding, common ground for multiparty problems. San Francisco, California: Jossey-Bass Inc., Publishers. 1989.
- GRAY, D.E. **Doing research in the real world**. 3.ª Ed. London: SAGE, 2014.
- GREENWOOD, J. Business interest groups in tourism governance. **Tourism Management**. nº 14, pp. 335-348, 1993.
- GRINDLE, M. **Good governance: The inflation of a concept**. Faculty Working Paper Series no. RWP10-023, Harvard University, Kennedy School of Government, 2010.
- GRUPO DE TRABALHO DA SOCIEDADE CIVIL PARA A AGENDA 2030 (GTSCA2030). **III Relatório Luz da Sociedade Civil da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. (2019). Disponível em: shorturl.at/jtOXY. Acesso em 20 fev. 2021.
- GULATI, R.; WOHLGEZOGEN, F.; ZHELYAZKOV, P. The two facets of collaboration: cooperation and coordination in strategic alliances. **The Academy of Management Annals**. nº 6, pp. 531-583, 2012.
- HAHN, J. **Multilevel Governance and Partnership: The Van den Brande Report**. 2014. Disponível em: shorturl.at/lqLQ5. Acesso: 03 nov. 2022.
- HALL, C. M. A typology of governance and its implications for tourism policy analysis. **Journal of Sustainable Tourism**. Special Issue Paper, 2011.
- HALL, C. M. **Tourism planning: Policies, processes and relationships** (2nd ed.). Harlow, Essex: Pearson Education. 2008.
- HALL, C. M. Rethinking collaboration and partnership: A public policy perspective. **Journal of Sustainable Tourism**. nº 7, pp. 274-289, 1999.
- HAIR JR., J. F., ANDERSON, R. E.; TATHAM, R. L.; BLACK, W. C. **Análise Multivariada de Dados**. 6 ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.
- HARMAN, G. The inference to the best explanation. *Philosophical Review*, v. 74, n.1, p. 88-95, 1965.
- HART, O.; MOORE, J. Contracts as reference points. **Quarterly Journal of Economics**, v. 123, n. 1, p. 1-48, 2008.
- HARVEY, D. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 6ª. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2006.
- HEEMANN, J.; SANTIAGO, P.C. **Guia do Espaço Público: Para inspirar e transformar**. São Paulo, 2016.
- HEGARTY, J. A.; O'MAHONY, G. B. Gastronomy: a phenomenon of cultural expressionismo and an aesthetic for living. **International Journal of Hospitality Management**, v. 20, n. 1, p. 3-13, 2001

- HENDRIKS, F. Understanding Good Urban Governance: Essentials, Shifts, and Values. **Urban Affairs Review**, v. 50, n. 4, p. 553–576, 2014.
- HOOGHE, L.; MARKS, G. A Postfunctionalist Theory of European Integration: From Permissive Consensus to Constraining Dissensus. **British Journal of Political Science**, v. 39, n. 1, p. 1-23, 2009.
- HOOGHE, L.; MARKS, G. A postfunctionalist theory of multilevel governance. **The British Journal of Politics and International Relations**, v. 22, n° 4, p. 820-826, 2020.
- HOOGHE, L.; MARKS, G. Cleavage Theory and Europe’s Crises: Lipset, Rokkan and the Transnational Cleavage. **Journal of European Public Policy**, v. 25, n. 1, p. 109-135, 2018.
- HOOGHE, L.; MARKS, G. Multilevel Governance and de coordination dilemma. In: BENZ, A.; BROSCHEK, J.; LEDERER, M. (Eds.). **A Research Agenda for Multilevel Governance**, Edward Elgar Publishing, p. 19-36, 2021.
- HOOGHE, L.; MARKS, G. Types of Multi-level Governance. **European Integration online Papers (EIoP)**, vol. 5, n. 11, p. 1-24, 2001.
- HOOGHE, L.; MARKS, G. **Types of Multi-level Governance**. Les Cahiers européens de Sciences Po, n. 3, Paris: Centre d’études européennes at Sciences Po, 2002.
- HOOGHE, L.; MARKS, G. Unraveling the Central State, but How? Types of Multi-Level Governance. **American Political Science Review**, v. 97, n° 2, 233-243, 2003.
- HOVIL, S.; STOKKE, K. B. Network governance and policy integration: the case of regional coastal zone planning in Norway. **European Planning Studies**, n° 15, pp. 927-944, 2007.
- HOWKINS, J. **Economia Criativa: como ganhar dinheiro com ideias criativas**. São Paulo: M. Books do Brasil, 2013.
- HUME, D. **A Treatise of Human Nature**. Being an Attempt to introduce the experimental Method of Reasoning into Moral Subjects. (First published in 1740): The Floating Press, 2009.
- HUMPHREY, J.; SCHMITZ, F. **Governance and upgrading: linking industrial cluster and global value chain research**. Brighton: Institute of Development Studies/University of Sussex, 2000.
- ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DAS CIDADES – BRASIL (IDSC-BR). **Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades – Brasil**. (2023). Disponível em <https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/>. Acesso: 24 mai. 2023.
- ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DAS CIDADES – BRASIL (IDSC-BR). **Índice mostra os avanços e fragilidades das cidades brasileiras para cumprir a Agenda 2030**. (2021). Disponível em <https://www.cidadessustentaveis.org.br/noticia/3108>. Acesso: 05 jun. 2021.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE ESTATÍSTICA E GEOGRAFIA (IBGE). **Florianópolis**. 2021. Disponível em: shorturl.at/ghuzH. Acesso: 25 mar. 2021.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Florianópolis (SC)**. 2021. Disponível em: shorturl.at/lmzS7. Acesso: 25 mar. 2021.
- IRVING, M. A.; COELHO, A. M.; ARRUDA, T. O. Turismos, sustentabilidades e pandemias: Incertezas e caminhos possíveis para planejamento turístico no horizonte da Agenda 2030. **Observatório de Inovação do Turismo**, v. 16, p. 74-105, 2020.

- JECAN, M. A Causal Model of Gastronomy Tourism Development Focusing on Cultural Heritage Values in Maha Sarakham Province, Thailand. **Psychology and Education Journal**, v. 58, n.1, p. 3016-3029, 2021.
- JENKINS, J.; DREDGE, D. Trends, perspectives and practice. In: DREDGE, D.; J. JENKINS (Eds.), **Tourism planning and policy**. John Wiley & Sons, pp.112-156, 2007.
- JENNINGS, G. **Tourism Research**. 2ª Ed., Tourism Series, John Wiley & Sons. Australia, 2010.
- JESSOP, B. Territory, politics, governance and multispatial metagovernance. **Territory, politics, governance**, v. 4, n. 1, p. 8-32, 2016.
- JREISAT, J. E. Comparative Public Administration is Back In, Prudently. **Public Administration Review**, v. 65, n. 2, p. 231-242, 2005.
- KICKERT, W.J.M.; KLIJN, E.-H.; KOPPENJAN, J.F.M. **Managing Complex Networks**. London: Sage, 1997.
- KISSLER, L.; HEIDEMANN, F. Governança pública: novo modelo regulatório para as relações entre Estado, mercado e sociedade? **Revista de Administração Pública**, v. 40, nº 3, p. 479-499, 2006.
- KLEIN, H. K.; MYERS, M. D. A set of principles for conducting and evaluating Interpretive Field Studies in Information Systems. **MIS Quartely**, v. 23, no. 01, p. 67-94, March 1999.
- KLEINHEKSEL, A. J. et al. Demystifying content analysis. **American journal of pharmaceutical education**, v. 84, n. 1, 2020.
- KLIJN, E. H. New Public Management and Governance: A Comparison. In: _____. **The New Public Governance? Emerging perspectives on the theory and practice of public governance**. London: Routledge. p. 201-214. 2012.
- KNILL, C.; LEHMKUHL, D. Private Actors and the State: Internationalization and Changing Patterns of Governance. **Governance: An International Journal of Policy, Administration, and Institutions**, v. 15, n. 1, p. 41-63, Jan. 2002.
- KOCAMAN, M.; KOCAMAN, E. M. The Importance of Cultural and Gastronomic Tourism in Local Economic Development: Zile Sample. **International Journal of Economics and Financial Issues**, v. 4, n. 4, p. 735-744, 2014.
- KOERICH, G. H. **Conhecimento da Marca Gastronômica de Florianópolis na Mídia Turística com a Chancela UNESCO de Cidade Criativa**. 2020. 254 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia e Gestão do Conhecimento). Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis.
- KOOIMAN, J. **Governing as Governance**. Los Angeles: Sage. 2003.
- KRIPPENDORFF, K. **Content analysis: An introduction to its methodology**. Sage publications, 2018.
- LANDRY, C. **Origens e futuros da cidade criativa**. São Paulo: Sesi/SP, 2013.
- LAPID, Y. The third debate: on the prospects of international theory in a post-positivist era. **International Studies Quarterly**, v. 33, pp. 235-254, 1989.
- LAZARONI, A. R. B. **Política Pública de Turismo, Incentivo Fiscal e Desenvolvimento de Destinos Turísticos**. 2016. 194 f. Dissertação (Mestrado em Administração). Universidade Federal de Viçosa (UFV), Viçosa, MG.

- LAW, R.; YE, H.; CHAN, I. C. C. A critical review of smart hospitality and tourism research. **International Journal of Contemporary Hospitality Management**, 2021.
- LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.
- LEONE, E.; TEIXEIRA, M.; BALTAR, P. Impactos da Reforma Trabalhista sobre o Mercado de Trabalho. In: KREIN, J. D. et al. **O trabalho pós-reforma trabalhista**, vol. 2. São Paulo: Cesit (Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho), cap. 2, p. 78-113, 2021.
- LIMA, M. V. A. **Metodologia Construtivista para Avaliar Empresas de Pequeno Porte no Brasil, sob a ótica do Investidor**. 2003. 382f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção). Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Florianópolis, SC.
- LÖFFLER, E. Governance: die neue generation von staats-und. Verwaltungsmo-
 dernisierung. **Verwaltung + Management**. v. 7, nº 4, pp. 212-215, 2001.
- LORENZETTI, A. The Allegory of Good Government [1338 e 1339]. (2023). Public Domain. Disponível em: <https://shorturl.at/chwT0>. Acesso em: 15 mai. 2023.
- LOUREIRO, A. L. **O Despertar do Espaço Público: Walkability e Placemaking como Estratégias para Transformação das Ruas**. 2018. 196 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura). Universidade de Lisboa (ULisboa), Lisboa, PT.
- LYNN Jr. L. E.; HEINRICH, C. J.; HILL, C. Studying governance and public management. Why? How? In: HEINRICH, C. J; LYNN Jr. L. E (eds.) **Governance and performance: New perspectives**. Washington, DC: Georgetown University Press. 2001.
- MACEDO, L. S. V. **Participação de Cidades Brasileiras na Governança Multinível das Mudanças Climáticas**. 2017. 240 f. Tese (Doutorado em Ciência Ambiental). Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, SP.
- MACHADO, A F. et al. Cidades criativas brasileiras da Gastronomia: histórico e vivência na pandemia da COVID-19. **PragMATIZES-Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura**, v. 12, n. 23, p. 277-293, 2022.
- MACHADO-DA-SILVA, C. L.; GONÇALVES, S. A. Nota Técnica: A Teoria Institucional. In: CLEGG, S.; *et al.*; CALDAS, M. P. *et al.* (Orgs.). **Handbook de Estudos Organizacionais: modelos de análise e novas questões em estudos organizacionais**. São Paulo: Atlas, v. 1, p. 220-226, 2007.
- MACIEL, M. E. **Olhares antropológicos sobre a alimentação**. Identidade cultural e alimentação. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2005.
- MAGALHÃES, I. Introdução: A Análise de Discurso Crítica. **D.E.L.T.A.**, v. 21, p. 1-9, 2005.
- MANOLA, M.; KOUFADAKIS, ST. The gastronomy as an art and its role in the local economic development of a tourism destination. A literature review. **Spoudai Journal of Economics e Business**, v. 70, n. 2, 2020.
- MANZINI, E. J. Entrevista semi-estruturada: análise de objetivos e de roteiros. In: Seminário Internacional Sobre Pesquisa e Estudos Qualitativos. 2004. A pesquisa qualitativa em debate. **Anais...** Bauru: USC, 2004.
- MARCH, J. G.; OLSEN, J. P. **Democratic Governance**. New York: Free Press, 1995.
- MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MAGETTI, M.; TREIN, P. Multilevel Governance and problem-solving: Towards a dynamic theory of multilevel policy-making? **Public Administration**, v. 97, p. 355-369, 2019.

MARKS, Gary. An actor-centred approach to multi-level governance. **Regional & Federal Studies**, v. 6, n. 2, p. 20-38, 1996.

MARKS, G. Structural Policy and Multilevel Governance in the European community. In CAFRUNY, A.; ROSENTHAL, G. (Eds.). **The State of the European Community II: Maastricht Debates and Beyond**. Boulder. CO: Lynne Rienner, p.391-410, 1993.

MARKS, G. Structural Policy in the European Community. In: **A Sbragia Euro-politics, Institutions and Policymaking in the “New” European Community**. Washington, DC: The Brookings Institution, pp. 191-225, 1992.

MARTINS, R. D.; VAZ, J. C.; CALDAS, E. L. A gestão do desenvolvimento local no Brasil: (des)articulação de atores, instrumentos e território. **Revista de Administração Pública**, vol. 44, n. 3, p. 559-590, 2010. <https://doi.org/10.1590/S0034-76122010000300002>

MATTHEWS, M. R. Introductory comments on philosophy and constructivism in science education. **Science & Education**, 6(1-2), 15-28, 1997.

MEDIOTTE, E. J. **Avaliação da Governança em Instâncias Deliberativas Coletivas e sua relação com o Planejamento Turístico no município de Tiradentes (MG)**. 2020. 239 f. Dissertação (Mestrado em Administração). Universidade Federal de Viçosa (UFV), Viçosa.

MEDIOTTE, E. J.; EMMENDOERFER, M. L.; KNUPP, M. E. C. G.; CARVALHO, A. N.; VOLTA, C. L. C. C.; SANTOS, Y. T. Evidências da Governança na Gestão de Cidades Criativas da Gastronomia: análise de Ações Coletivas em Instâncias municipais no contexto brasileiro. **Revista Inclusiones: Revista de Humanidades y Ciências Sociales**, v. 9, p. 24-57, 2022.

MEDIOTTE, E. J.; EMMENDOERFER, M. L.; SANTOS, Y. T.; FRAGA, B. O. Planejamento público e gerenciamento de crises no contexto da pandemia da Covid-19 em destinos turísticos no Brasil: Ações sustentáveis ou reações econômicas? **DOS ALGARVES: Tourism, Hospitality & Management Journal**, v. 40, p. 1-30, 2021.

MERTON, R. K. **Sociologia: Teoria e Estrutura**. São Paulo: Mestre Jou, 1968.

MEYER, J. W.; ROWAN, B. Institutionalized Organizations: Formal Structure as Myth and Ceremony. **American Journal of Sociology**, v. 83, n. 2, p. 340-363, 1977.

MEZA, M. L. F. G.; MORATTA, N. G.; GROSCHUPF, S. L. B. Governança Pública. In: OLIVEIRA, A. G.; PISA, B. J.; AUGUSTINHO, S. M. (Orgs). **Gestão e Governança Pública: aspectos essenciais**. Curitiba: Ed. UTFPR, 2016.

MIDDLETON, A. International Tourism, Urban Rehabilitation and the Destruction of Informal Income-Earning Opportunities. In: **Urbicide: The Death of the City**. Cham: Springer International Publishing, 2023. p. 725-750.

MINAYO, M. C. S.; SANCHES, O. Qualitativo-Quantitativo. Oposição ou complementaridade? **Cadernos de Saúde Pública**. v. 9, nº 3, p. 239-262, 1993.

MIYAZAK, C. L.; PAMBOUKIAN, S. V. D. Análise dos Impactos Ambientais da obra do trecho norte do Rodoanel Mário Covas através de técnicas de Geoprocessamento e Imagens de Sensoriamento Remoto. **XIII Jornada de Iniciação Científica e VII Mostra de Iniciação Tecnológica**, Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2017.

- MORGAN, G. Paradigmas, Metáforas e Resolução de Quebra-Cabeças na Teoria das Organizações. **Revista de Administração de Empresas (RAE)**, v. 45, n. 1, p. 58-71, 2005.
- MYHRVOLD, N. The Art in Gastronomy: A Modernist Perspective. **Gastronomica**, v. 11 n. 1, p. 13–23, 2011.
- NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL [ONU BR]. **Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. 2016. Disponível em: www.agenda2030.com.br. Acesso: 22 mar. 2021.
- NACIONES UNIDAS EN ESPAÑA [ONU ES]. Día de la Gastronomía Sostenible: 18 de junio. (2023). Disponível em: <https://www.un.org/es/observances/sustainable-gastronomy-day>. Acesso: 04 abr. 2023.
- NIESTADT, M. **Covid-19 and the tourism sector**. European Parliamentary Research Service (EPRS), p. 1-2, 2020.
- OBISPO-SALAZAR, K.; PEDRAZA-ÁLVAREZ, L. P. Inserción al mercado del trabajo informal en jóvenes del sector turismo. **Duazary**, v. 18, n. 3, p. 69-81, 2021.
- OLIVEIRA, N. A.; SILVA, P. T.; GABRIEL, K. C. Gênero, trabalho e turismo: uma Revisão Integrativa da Literatura em dissertações e teses defendidas em Programas de Pós-Graduação da área do Turismo no Brasil. **Revista de Turismo Contemporâneo**, v. 11, n. 1, 2023.
- OLSON, M. **The Logic of Collective Action: Public Goods and the Theory Groups**. Harvard University Press: Cambridge, 2002, 199 p.
- ORTEGÓN, E.; PACHECO, J. F.; PRIETO, A. **Metodología del Marco Lógico para la Planificación, el Seguimiento y la Evaluación de Proyectos y Programas**. ILPES-CEPAL: Santiago de Chile, 2005.
- OSBORNE, S. P. The new public governance? **Public Management Review**, v. 8, n. 3, p. 377-387, 2006.
- OSTROM, E. A behavioural approach to the rational choice theory of collective action: Presidential Address. **American Political Science Review**, v. 92, n. 1, p. 1-22, 1998.
- OSTROM, E. **Governing the Commons: The Evolution of Institutions for Collective Action**. Cambridge: Cambridge University Press. 1990.
- O'TOOLE, L. J. Treating Networks Seriously: Practical and Research-Based Agendas in Public Administration. **Public Administration Review**. nº 57, v. 1, pp. 45-52, 1997.
- PARDAL, L.; CORREIA, E. **Métodos e Técnicas de Investigação Social**. Lisboa: Areal Editores, 1995.
- PARSONS, T. **The structure of social action**. vol. 1. Glencoe III: Free Press, 1949.
- PEARSON, D.; PEARSON, T. Branding Food Culture: UNESCO Creative Cities of Gastronomy. **Journal of International Food & Agribusiness Marketing**, v. 28, n. 2, p. 164-176, 2016.
- PIERRE, J.; PETERS, B. G. **Governance, politics and the state**. New York: St. Martin's Press. 2000.
- PINHEIRO, F. F. Truth, Belief, and Accuracy: Scientific Realism Meets the Philosophy of Measurements. **Kriterion: Revista de Filosofia**, v. 63, p. 683-708, 2023.
- PIERRE, J. **Debating governance: Authenticity, steering and democracy**. Oxford: Oxford University Press. 2000.

- PIERRE, J.; PETERS, B. G. **Governing complex societies: Trajectories and scenarios**. Basingstoke: Palgrave, 2005.
- PETERS, B. G; PIERRE, J. Multi-level governance: a Faustian bargain? **Multi-level governance**, p. 75-89, 2004.
- PESSOA, D. K. N. **Cerimonialismo e Prática de Planejamento Formal em Organizações: um estudo de caso no plano de saúde ALPHA**. 2009. 131 f. Dissertação (Mestrado em Administração). Universidade Federal do Paraná (UFPR).
- PIMENTEL, T. D. **Espaço, Identidade e Poder: esboço de uma teoria morfogenética e morfostática para a sociologia das organizações**. 2012. 473 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Juiz de Fora, MG.
- PINA, M. F.; SANTOS, S. M. **Conceitos básicos de Sistemas de Informação Geográfica e Cartografia aplicados à saúde**. Brasília: OPAS, 1996.
- POLAT, S, AKTAŞ-POLAT, S. Transformation of Local Culinary through Gastronomy Tourism. **Sosyoekonomi**, v. 28, n.43, p. 243-256, 2020.
- POLLITT, C. Decentralization. In: FERLIE, E., LYNN, L., POLLITT, C. (Eds.). **The Oxford handbook of Public Management**. Oxford University Press, 2005.
- PORTER, M.; KRAMER, M. La creación de valor compartido. **Harvard Business Review**, v. 89, n. 1, p. 32-49, 2011.
- PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD – ONU). **Human development report 1990**. New York: Oxford, 1990.
- PROJECT DPRO. **Guia de Gestão de Projetos para Profissionais de Desenvolvimento**. 2ªed. Washington D.C.: PM4NGOs, 2020.
- PROJECT FOR PUBLIC SPACES [PPS]. **Placemaking: what if we built our cities around places?** (2016). Disponível em: https://issuu.com/projectforpublicspaces/docs/oct_2016_placemaking_booklet. Acesso: 08 mar. 2022.
- PROVAN, K. G.; MILWARD, H. B. Do Networks Really Work? A Framework for Evaluating Public-Sector Organizational Networks. **Public Administration Review**, 61, 414-423. 2001.
- PUNPENG, G. Three Pillars of a Sustainable Creative City in ASEAN: Examples From Thailand, Singapore and Indonesia. **Journal of Urban Culture Research**, v. 21, p. 125-142, 2020.
- PUSIRAN, A. K. et al. Food Culture Integration in Menu Plan for a Sustainable Homestay Business. **Journal of Environmental Management and Tourism**, v. 12, n. 1, p. 258-265, 2021.
- RAMOS, A. G. **Administração e o contexto brasileiro: esboço de uma teoria geral da administração**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1983.
- RAQUEL, I.; BELLEN, H. M. V. Contribuição à concepção da Governança pública: uma análise a partir da visão dos especialistas. In: **XXXVI ENCONTRO DA ANPAD**. Rio de Janeiro, 2012. Anais... Rio de Janeiro: ANPAD, 2012.
- RAUEN, F. J. **Elementos de iniciação à pesquisa: inclui orientações para a referenciação de documentos eletrônicos**. Rio do Sul: Nova Era, 1999.

- REDE INTERAGENCIAL DE INFORMAÇÕES PARA A SAÚDE (RIPSA). **Sistemas de informação geográfica e a gestão da saúde no município**. 2009. Disponível em: shorturl.at/nE278. Acesso: 24 mar. 2021.
- REGALADO-CALANCHE, Dubys; OBISPO-SALAZAR, Kelly; ROSERO-SARASTY, Oscar. Hotelería y trabajo informal en el sector turismo: una reflexión en tiempos de Covid-19. **Clío América**, v. 15, n. 29, p. 676-684, 2021.
- REIS, A. F. **Cidades Criativas**: da teoria à prática. São Paulo: Sesi/SP Editora, 2012.
- REIS, E. A.; REIS I. A. **Análise Descritiva de Dados**. Relatório Técnico do Departamento de Estatística da UFMG. 2002. Disponível em: www.est.ufmg.br. Acesso: 03 nov. 2022.
- RHODES, R. A. W. The New Governance: Governing without Government. **Political Studies** v. 44, p. 652–667, 1996.
- RHODES, R. A. W. **Understanding governance**: Policy networks, governance, reflexivity and accountability. Buckingham: Open University Press. 1997.
- RICHARDS, G. Creativity and tourism: The state of the art. **Annals of Tourism Research**, v.38, n°4, pp.1225-1253, 2011.
- RICHARDS, G. Evolving research perspectives on food and gastronomic experiences in tourism, **International Journal of Contemporary Hospitality Management**, v. 33 n.3, p. 1037-1058, 2021.
- RICHARDS, G. From Place Branding to Placemaking: The role of events. **International Journal of Event and Festival Management**, v. 8, n. 1, Janeiro 2017.
- RICHARDS, G. **The role of gastronomy in tourism Development**. Fourth International Congress on Noble Houses: A Heritage for the Future, Arcos de Valdevez to be held on 27-29 November 2014. Disponível em: shorturl.at/irvU3. Acesso: 24 mar. 2021.
- RICHARDS, G.; DUIF, L. **Small Cities with Big Dreams**: Creative Placemaking and Branding Strategies. New York: Routledge, 2018.
- RICHARDS, G; RAYMOND, C. Creative Tourism. **ATLAS News**, vol.23, pp.16-20, 2000.
- RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social**: método e técnicas. São Paulo, Atlas, 1989.
- RING, P. S.; VAN DE VEN, A. H. Structuring cooperative relationships between organizations. **Strategic Management Journal**. nº 13, v. 7, pp. 483-498, 1992.
- RONCONI, L. F. A. **A Secretaria nacional de economia solidária**: uma experiência de governança pública. 2008. 279f. Tese (Doutorado em Sociologia Política). Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, SC.
- ROSENAU, J. N. Governança, Ordem e Transformação na Política Mundial. In: ROSENAU, J. N.; CZEMPIEL, E. O. **Governança sem governo**: ordem e transformação na política mundial. Brasília: Ed. Unb e São Paulo: Imprensa Oficial do Estado. pp. 11-46, 2000.
- ROSENAU, J. N.; CZEMPIEL, E.O. **Governance without Government**: Order and Change in World Politics, Cambridge: Cambridge University Press, 1992.
- SABATIER, P.; JENKINS-SMITH, H. C. **Policy Change and Learning**: An Advocacy Coalition Approach, Westview, Boulder, CO. 1993.
- SAFFER, Adam J.; YANG, Aimei. Applying the network perspective to public relations theory and practice. In: **Public Relations Theory III**. Routledge, 2023. p. 77-93

- SAITO-JENSEN, M. Multilevel Governance Theory. In: SAITO-JENSEN, M. **Theories and methods for the study of multi-level environmental governance**. CIFOR, p. 1-6, 2015.
- SALINAS, A. et al. Does tourism activity reduce the size of the informal economy? Capturing long-term heterogeneous linkages around the world. **Tourism Economics**, v. 29, n. 2, p. 305-347, 2023.
- SANTICH, B. The study of gastronomy and its relevance to hospitality education and training. **International Journal of Hospitality Management**, v. 23, n. 1, p. 15-24, 2004.
- SANTOS, M. **Técnica, espaço e tempo: globalização e meio técnico científico informacional**. 5. ed. São Paulo: Edusp, 2008.
- SANTOS, M. H. C. Governabilidade, Governança e Democracia: Criação da Capacidade Governativa e Relações Executivo-Legislativo no Brasil Pós-Constituinte. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**. v. 40, nº 3, p. 335-376, 1997.
- SÁ-SILVA, J.R.; ALMEIDA, C. D.; GUINDANI, J. F. **Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas**. Rio Grande do Sul: Revista Brasileira de História & Ciências Sociais, Ano I - Número I, 2009.
- SARTORI, R. **Governança em agentes de fomento dos sistemas regionais de CT&I**. 2011. 238f. Tese (Doutorado em Engenharia e Gestão do Conhecimento). Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, SC.
- SCARPATO, R. Gastronomy as a tourist product: the perspective of gastronomy studies. In: HJALAGER, A-M.; RICHARDS, G. (Eds.) **Tourism and Gastronomy**. London: Routledge, p. 51-70, 2002.
- SCHLUTTER, R. G. **Metodologia da pesquisa científica e hotelaria**. São Paulo: Aleph, 2003.
- SCOTT, R. W. **Institutions and Organizations: Ideas, Interests, and Identities** (4^a ed). London: Sage Publications Ltd., 2014.
- SCOTT, W. R. Lords of the dance: professionals as institutional agents. **Organization Studies**, v. 29, n. 2, 2008, p. 219-238.
- SEABRA, F. I. B. **Ensino Básico: Repercussões da Organização Curricular por Competências na Estruturação das Aprendizagens Escolares e nas Políticas Curriculares de Avaliação**. 2010. 286 f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade do Minho (UMinho), Braga, Portugal (PT).
- SECCHI, L. Modelos organizacionais e reformas da administração pública. **Revista de Administração Pública**. v. 43, nº 2, pp. 347-369, mar./abr. 2009.
- SELDIN, C. **Da Capital Cultural à Cidade Criativa: resistências a paradigmas urbanos sob a inspiração de Berlim**. 2015. 225 f. Tese (Doutorado em Urbanismo). Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Rio de Janeiro, RJ.
- SEYITOĞLU, F. Defining the Current Position of the Gastronomy Field in Turkey. **Journal of Culinary Science & Technology**, v. 19, n. 1, p. 35-54, 2021.
- SCHARPF, F. W. Games real actors could play: Positive and negative coordination in embedded negotiations. **Journal of Theoretical Politics**, v. 6, n. 1, p. 27-53, 1994.
- SIMON, H. **The Sciences of the Artificial**. Cambridge, MA: MIT Press, 1996.
- SINGLETON, S.; TAYLOR, M. Common property, collective action, and community. **Journal of Theoretical Politics**, v. 4, n. 3, p. 309-324, 1992.

- SKELCHER, C. Fishing in Muddy Waters: Principals, Agents, and Democratic Governance in Europe. **Journal of Public Administration Research and Theory**. v. 20, p. 161-175, 2010.
- SKELCHER, C. The Dynamics of Multi-organizational Partnerships: An Analysis of Changing Modes of Governance. **Public Administration**, v. 76, n. 2, p. 313-333, 1998.
- SOARES, E. B. S. **Planejamento Público Estadual e Desenvolvimento Turístico de Destinos Indutores em Minas Gerais (2007-2010)**. 2012. 198 f. Dissertação (Mestrado em Administração). Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG.
- SORENSEN, E.; TORFING, J. The Democratic Anchorage of Governance Networks. **Scandinavian Political Studies**. nº 28, v. 3, pp. 195-218, 2005.
- SOUZA, D. F.; SILVINO, Z. R. A Sociologia de Pierre Bourdieu: potencialidade teórica para o subcampo da enfermagem. **Rev. Bras. Enferm**, v.71, n.4, pp. 2175-2180, 2018.
- STAKE, R. E. **Pesquisa qualitativa: estudando como as coisas funcionam**. Porto Alegre: Penso Editora, 2011.
- STEPHENSON, P. Twenty years of multi-level governance: 'Where Does It Come From? What Is It? Where Is It Going?'. **Journal of European Public Policy**, Taylor & Francis (Routledge), v. 20, n. 6, p.817-837, 2013.
- STORPER, M.; HARRISON, B. Flexibility, hierarchy and regional developments: the changing structure of industrial production systems and their forms of governance in the 1990s. **Research Policy**, v. 20, n. 5, p. 71-78, 1991.
- SUCHMAN, M. C. Managing legitimacy: strategic and institutional approaches. **Academy of Management Review**, v. 20, n. 3, 1995.
- SVENSSON, B., NORDIN, S.; FLAGESTAD, A. A governance perspective on destination development-exploring partnerships, clusters and innovation systems, **Tourism Review**. vol. 60, nº. 2, pp. 7-32, 2005.
- TENÓRIO, F. G. Descentralização político-administrativa, gestão social e participação cidadã. In: DALLABRIDA, V. R. (Org.). **Governança territorial e desenvolvimento: descentralização político-administrativa, estruturas subnacionais de gestão do desenvolvimento e capacidades estatais**. Rio de Janeiro: Garamond, 2011.
- THOMSON, A. M.; PERRY, J. L. Collaboration Processes: Inside the Black Box. **Public Administration Review**. Special Issue. pp. 20-32, 2006.
- TORFING, J. Governance Network Theory: Towards a second generation. **European Political Science**, vol. 4, pp. 305-315, 2005.
- TOUATI, N.; MAILLET, L.; PAQUETTE, M-A.; DENIS, J-L., RODRÍGUEZ, C. **Understanding Multilevel Governance Processes: The Case of the Québec Healthcare System**. Paper presented at the International Conference on Public Policy 1-4 July, Milan, p. 1-26, 2015.
- TREIB, O.; BÄHR, H.; FALKNER, G. **Modes of governance: A note towards conceptual clarification**. European Governance Papers, 2005.
- TRENTIN, F. Governança turística em destinos brasileiros: comparação entre Armação dos Búzios/RJ, Paraty/RJ e Bonito/MS. **Revista de Turismo y Patrimonio Cultural (PASOS)**. v. 14 n. 3. p. 645-658, jun. 2016.

- UNITED NATIONS [UN]. **Public Governance Indicators: A Literature Review**. Department of Economic and Social Affairs. New York: NY. 2007.
- UNITED NATIONS EDUCATIONAL SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION (UNESCO). **Creative Cities**. (2021). Disponível em: <https://en.unesco.org/creative-cities/creative-cities-map>. Acesso: 07 mar. 2022.
- UNITED NATIONS EDUCATIONAL SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION (UNESCO). **Creative Cities Network**. (2019). Disponível em: shorturl.at/nqQT8. Acesso: 25 out. 2019.
- UNITED NATIONS EDUCATIONAL SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION (UNESCO). **Creative Cities of Gastronomy in the World**. (2023). Disponível em: <https://en.unesco.org/creative-cities/creative-cities-map>. Acesso: 07 fev. 2023.
- UNITED NATIONS EDUCATIONAL SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION (UNESCO). **Mission of the UNESCO Creative Cities Network**. (2017). Disponível em: https://en.unesco.org/creative-cities/sites/creative-cities/files/uccn_mission_statement_rev_nov_2017.pdf. Acesso: 20 out. 2019.
- UNITED NATIONS EDUCATIONAL SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION (UNESCO). **Reporting & Monitoring**. (2022). Disponível em: https://en.unesco.org/creative-cities/sites/default/files/florianopolis_unesco_relatorio_ingles_1_0.pdf. Acesso: 15 out. 2022.
- UNITED NATIONS EDUCATIONAL SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION (UNESCO). **Unesco Creative Cities Network for Sustainable Development**. 2018, 275 p. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000375210>. Acesso: 20 nov. 2022.
- VERGARA, S. C. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. 10ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- VIAGEM E TURISMO. **O que é o prêmio o melhor de viagem e turismo?** Editora Abril, 2014. Disponível em: shorturl.at/sHINT. Acesso: 24 mar. 2021.
- VIAGEM E TURISMO. **Os vencedores do prêmio O MELHOR DE VIAGEM E TURISMO 2019/2020**. Editora Abril, 2020. Disponível em: shorturl.at/bhkNQ. Acesso: 24 mar. 2021.
- VIVANT, E. **O que é uma Cidade Criativa?** São Paulo: Editora Senac/SP, 2012.
- WEBER, M. **Wirtschaft und Gesellschaft: Grundriss der verstehenden Soziologie (Economia e Sociedade)**. (Org.) WINCKELMANN, J. 5ª ed. Mohr, 1972.
- WENGER-TRAYNER, B. et al. Boundaries and Boundary Objects: An Evaluation Framework for Mixed Methods Research. **Journal of Mixed Methods Research**, p. 1-18, 2017.
- WILLIAMSON, O. E. **Markets and Hierarchies: Analysis and Antitrust Implications**. New York: Free Press, 1975.
- WILLIAMSON, O. E. **The Mechanisms of Governance**. Oxford: Oxford University Press, 1996.
- WORLD BANK. **COVID-19 to Plunge Global Economy into Worst Recession since World War II**. (2020). Disponível em: shorturl.at/hoAJZ. Acesso: 11 jan. 2021.

- WORLD BANK. Governance and development. World Bank, Washington, D. C. WTO. World Tourism Organization. **National and regional tourism planning: methodologies and cases studies**. London: International Thomson Business Press. 1992.
- WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **Global surveillance for COVID-19 caused by human infection with COVID-19 virus**. (2020). Disponível em <https://apps.who.int/iris/handle/10665/331506>. Acesso: 14 fev. 2021.
- WORLD TOURISM ORGANIZATION (UNWTO). **2020: A year in review**. (2020a). Disponível em <https://www.unwto.org/covid-19-and-tourism-2020>. Acesso: 10 jan. 2021.
- WORLD TOURISM ORGANIZATION [UNWTO]. **“City Tourism Performance Research”**. 2018a. Disponível em: <https://www.unwto.org/global/publication/unwtowtcf-city-tourism-performance-research>. Acesso em: 12 mar. 2019.
- WORLD TOURISM ORGANIZATION [UNWTO]. **International Network on Regional Economics Mobility and Tourism: INRouTe**. 2018b. Disponível em: <http://www2.unwto.org>. Acesso em: 12 mar. 2019.
- WORLD TOURISM ORGANIZATION (UNWTO). **Tourism back to 1990 levels as arrivals fall by more than 70%**. (2020b). Disponível em shorturl.at/LAOQ7. Acesso: 10 jan. 2021.
- YEE, A. S. Cross-national concepts in supranational governance: state-society relations and EU-policy making, Governance. **International Journal of Policy and Administration**. n° 17, pp. 487-524, 2004.
- YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 4ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.
- YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 5ª. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.
- ZITCER, A. Making up Creative Placemaking. **Journal of Planning Education and Research**, SAGE Publications, p. 1-11, mai. 2018.

APÊNDICE A. Instrumento de Coleta de Dados (OE2)



Instrumento de Coleta de Dados - ICD

Avaliação da Governança Multinível - Tese Doutorado Elias Mediotte - Universidade Federal de Viçosa (UFV)

elias.mediotte@ufv.br (não compartilhado) [Alternar conta](#)

*Obrigatório

Este **Instrumento de Coleta de Dados (ICD)** é composto por questões e premissas relativas às atividades relacionadas à Governança Multinível e que abrangem critérios relevantes para mensurá-la. Serão considerados os indicadores, categorias e subcategorias desenvolvidos previamente, a partir da literatura abordada neste estudo, conforme apresentado abaixo:

Indicadores de Governança

Indicadores	Categorias de Verificação	Descrição (Subcategorias)
Coordenação	Planejamento Formalização Controle Orientação Direcionamento Deliberação	Reuniões (Assembleias – Audiências – Seminários etc.) Documental (Atas, Memorandos, Código de Ética etc.) Sistema de Gestão de Riscos e Conflito de Interesses Ferramentas de Divulgação Autorevisão e <i>Feedback</i> Tomada de Decisões – Consenso
Cooperação	Relações Cooperativas Relacionamentos Informais Redes Interorganizacionais	Gestão de Recursos - Isonomia Acessibilidade Parcerias Público-Privada
Colaboração	Formalização Informalização Reciprocidade Confiança Ações Conjuntas Autoridades Compartilhadas	Comprometimento Interatividade Engajamento Legitimidade - Estabilidade Implementação Institucionalização

Fonte: Mediotte (2020), com base em Trantín (2014); TCU (2013, 2014a, 2014b, 2014c, 2016, 2018).

As questões objetivas deverão ser preenchidas selecionando, para cada questão apresentada, uma das opções de resposta a seguir, propostas de acordo com a escala de Likert (1 a 5 pontos).

Opções de Marcação

Discordo Totalmente	Discordo Mais que Concordo	Concordo Parcialmente	Concordo Mais que Discordo	Concordo Totalmente
1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Nome do Participante da Pesquisa *

Sua resposta _____

Instância ou Organização que Representa *

Sua resposta _____

Cargo ou Função que Ocupa *

Sua resposta _____

De acordo com a sua percepção, a Governança Pública Local possui ações que envolvem o atingimento de objetivos coletivos, trocas de experiências entre a Rede de Cidades Criativas no Brasil e exterior, sempre em conjunto com outras organizações nos mais diversos níveis (local, regional/estadual, nacional, internacional) e de forma consensual, visando o desenvolvimento local e a manutenção do selo do design, concedido pela UNESCO? Se sim, em qual grau (**baixo, médio, alto**)? *

Sua resposta _____ Preencha este campo.

Próxima Limpar formulário

Nunca envie senhas pelo Formulários Google.

Este formulário foi criado em Universidade Federal de Viçosa. [Denunciar abuso](#)

Google Formulários

BLOCO 1: A COOPERAÇÃO

Indicador	Categorias de Verificação	Descrição (Subcategorias)
Cooperação	Relações Cooperativas Relacionamentos Informais Redes Interorganizacionais	Gestão de Recursos - Isonomia Acessibilidade Parcerias Público-Privadas

NÍVEL LOCAL

Considerando as **Organizações ou Instâncias Deliberativas Coletivas (IDCs) locais que constituem a Governança do município, vinculadas à chancela da Gastronomia**

Há compartilhamento de recursos (tempo, materiais, imateriais, financeiros, humanos etc.) disponíveis e necessários para a implementação das ações estratégicas coletivas. *

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

A alocação de recursos para estabelecer e sustentar programas é realizada de forma compartilhada. *

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Os recursos compartilhados geram oportunidades aos parceiros através de seus esforços coletivos. *

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

NÍVEL REGIONAL/ESTADUAL

Considerando o nível Regional/Estadual, a relação das **Organizações ou Instâncias Deliberativas Coletivas (IDCs) locais que constituem a Governança do município, vinculadas à chancela da Gastronomia com outras instâncias Regionais/Estaduais. Ex. SETUR SC + SEBRAE SC + ABRASEL SC etc.:**

Há compartilhamento de recursos (tempo, materiais, imateriais, financeiros, humanos etc.) disponíveis e necessários para a implementação das ações estratégicas coletivas. *

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

A alocação de recursos para estabelecer e sustentar programas é realizada de forma compartilhada. *

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Os recursos compartilhados geram oportunidades aos parceiros através de seus esforços coletivos. *

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

NÍVEL NACIONAL

Considerando

o nível Nacional, a relação das **Organizações ou Instâncias Deliberativas Coletivas (IDCs) locais que constituem a Governança do município, vinculadas à chancela da Gastronomia com outras instâncias - Ex. MTur + UNESCO Nacional + SEBRAE Nacional etc.;**

Há compartilhamento de recursos (tempo, materiais, imateriais, financeiros, humanos etc.) disponíveis e necessários para a implementação das ações estratégicas coletivas. *

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

A alocação de recursos para estabelecer e sustentar programas é realizada de forma compartilhada. *

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Os recursos compartilhados geram oportunidades aos parceiros através de seus esforços coletivos. *

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

NÍVEL INTERNACIONAL

Considerando

o nível Internacional, a relação das **Organizações ou Instâncias Deliberativas Coletivas (IDCs) locais que constituem a Governança do município, vinculadas à chancela da Gastronomia com outras instâncias no exterior – Ex. UNESCO PARIS**

Há compartilhamento de recursos (tempo, materiais, imateriais, financeiros, humanos etc.) disponíveis e necessários para a implementação das ações estratégicas coletivas. *

1 2 3 4 5

A alocação de recursos para estabelecer e sustentar programas é realizada de forma compartilhada. *

1 2 3 4 5

Os recursos compartilhados geram oportunidades aos parceiros através de seus esforços coletivos. *

1 2 3 4 5

Indicador	Categorias de Verificação	Descrição (Subcategorias)
Cooperação	Relações Cooperativas Relacionamentos Informais Redes Interorganizacionais	Gestão de Recursos - Isonomia Acessibilidade Parcerias Público-Privadas

NÍVEL LOCAL

Considerando as **Organizações ou Instâncias Deliberativas Coletivas (IDCs) locais que constituem a Governança do município, vinculadas à chancela da Gastronomia**

Há acesso flexível aos recursos organizacionais, como informações, sistemas e documentos, relevantes ao desenvolvimento local. *

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

NÍVEL REGIONAL/ESTADUAL

Considerando o nível Regional/Estadual, a relação das **Organizações ou Instâncias Deliberativas Coletivas (IDCs) locais que constituem a Governança do município, vinculadas à chancela da Gastronomia com outras instâncias Regionais/Estaduais. Ex. SETUR SC + SEBRAE SC + ABRASEL SC etc.:**

Há acesso flexível aos recursos organizacionais, como informações, sistemas e documentos, relevantes ao desenvolvimento regional/estadual. *

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

NÍVEL NACIONAL

Considerando o nível Nacional, a relação das **Organizações ou Instâncias Deliberativas Coletivas (IDCs) locais que constituem a Governança do município, vinculadas à chancela da Gastronomia com outras instâncias - Ex. MTur + UNESCO Nacional + SEBRAE Nacional etc.;**

Há acesso flexível aos recursos organizacionais, como informações, sistemas e documentos, relevantes ao desenvolvimento regional/estadual. *

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

NÍVEL INTERNACIONAL

Considerando o nível Internacional, a relação das **Organizações ou Instâncias Deliberativas Coletivas (IDCs) locais que constituem a Governança do município, vinculadas à chancela da Gastronomia com outras instâncias no exterior - Ex. UNESCO PARIS**

Há acesso flexível aos recursos organizacionais, como informações, sistemas e documentos, relevantes ao desenvolvimento regional/estadual. *

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Indicador	Categorias de Verificação	Descrição (Subcategorias)
Cooperação	Relações Cooperativas Relacionamentos Informais Redes Interorganizacionais	Gestão de Recursos - Isonomia Acessibilidade Parcerias Público-Privadas

NÍVEL LOCAL

Considerando as **Organizações ou Instâncias Deliberativas Coletivas (IDCs)** locais que **constituem a Governança do município, vinculadas à chancela da Gastronomia**

De forma geral, há parcerias em nível local com outras Orgs e/ou IDCs (públicas e privadas). *

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Ocorrem parcerias entre o setor público e o setor privado para definir estratégias de desenvolvimento Local. *

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Ocorrem parcerias para captar recursos financeiros, públicos e/ou privados, necessários à implementação de políticas públicas de desenvolvimento Local. *

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Há casos em que há o envolvimento **apenas do setor público** para captação dos recursos financeiros. *

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Há casos em que há o envolvimento **apenas do setor privado** para captação dos recursos financeiros. *

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

NÍVEL REGIONAL/ESTADUAL

Considerando o nível Regional/Estadual, a relação das **Organizações ou Instâncias Deliberativas Coletivas (IDCs) locais que constituem a Governança do município, vinculadas à chancela da Gastronomia com outras instâncias Regionais/Estaduais. Ex. SETUR SC + SEBRAE SC + ABRASEL SC etc.:**

De forma geral, há parcerias público-privadas em nível regional/estadual. *

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Ocorrem parcerias entre o setor público e o setor privado para definir estratégias de desenvolvimento regional/estadual. *

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Ocorrem parcerias para captar recursos financeiros, públicos e/ou privados, necessários à implementação de políticas públicas de desenvolvimento regional/estadual. *

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Há casos em que há o envolvimento **apenas do setor público** para captação dos recursos financeiros. *

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Há casos em que há o envolvimento **apenas do setor privado** para captação dos recursos financeiros. *

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

NÍVEL NACIONAL

Considerando o nível Nacional, a relação das **Organizações ou Instâncias Deliberativas Coletivas (IDCs) locais que constituem a Governança do município, vinculadas à chancela da Gastronomia com outras instâncias - Ex. MTur + UNESCO Nacional + SEBRAE Nacional etc.;**

De forma geral, há parcerias público-privadas em nível nacional. *

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Ocorrem parcerias público-privadas entre o setor público e o setor privado para definir estratégias de desenvolvimento nacional. *

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Ocorrem parcerias para captar recursos financeiros, públicos e/ou privados, necessários à implementação de políticas públicas de desenvolvimento nacional. *

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Há casos em que há o envolvimento **apenas do setor público** para captação dos recursos financeiros. *

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Há casos em que há o envolvimento **apenas do setor privado** para captação dos recursos financeiros. *

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

NÍVEL INTERNACIONAL

Considerando o nível Internacional, a relação das **Organizações ou Instâncias Deliberativas Coletivas (IDCs) locais que constituem a Governança do município, vinculadas à chancela da Gastronomia com outras instâncias no exterior – Ex. UNESCO PARIS**

De forma geral, há parcerias público-privadas em nível internacional. *

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Ocorrem parcerias entre o setor público e o setor privado para definir estratégias de desenvolvimento internacional. *

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Ocorrem parcerias para captar recursos financeiros, públicos e/ou privados, necessários à implementação de políticas públicas de desenvolvimento internacional. *

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Há casos em que há o envolvimento **apenas do setor público** para captação dos recursos financeiros. *

1 2 3 4 5

Há casos em que há o envolvimento **apenas do setor privado** para captação dos recursos financeiros. *

1 2 3 4 5

Voltar

Próxima

Limpar formulário

BLOCO 2: A COORDENAÇÃO

Indicador	Categorias de Verificação	Descrição (Subcategorias)
Coordenação	Planejamento Formalização Controle Orientação Direcionamento Deliberação	Reuniões (Assembleias – Audiências – Seminários etc.) Documental (Atas, Memorandos, Código de Ética etc.) Sistema de Gestão de Riscos e Conflito de Interesses Ferramentas de Divulgação Autoavaliação e <i>Feedback</i> Tomada de Decisões – Consenso

NÍVEL LOCAL

Considerando as **Organizações ou Instâncias Deliberativas Coletivas (IDCs) locais que constituem a Governança do município, vinculadas à chancela da Gastronomia**

As reuniões entre os representantes desta Organização/Instância são realizadas periodicamente e em datas previamente programadas, exceto em casos eventuais, sob pressão popular ou em situações de emergência. *

1 2 3 4 5

Participam das reuniões todos os participantes da rede de governança (atores públicos e *stakeholders*), ou pelo menos o quórum mínimo para validar as deliberações. *

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

As reuniões incluem na agenda, como assunto central, as estratégias coletivas ou planos de ação coletivos de desenvolvimento local por meio da Chancela UNESCO. *

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

NÍVEL REGIONAL/ESTADUAL

Considerando o nível Regional/Estadual, a relação das **Organizações ou Instâncias Deliberativas Coletivas (IDCs) locais que constituem a Governança do município**, vinculadas à chancela da Gastronomia com outras instâncias Regionais/Estaduais. Ex. SETUR SC + SEBRAE SC + ABRASEL SC etc.:

As reuniões entre os representantes das organizações/instâncias da Rede de Cidades Criativas da UNESCO (UCCN) são realizadas periodicamente e em datas previamente programadas, exceto em casos eventuais, sob pressão popular ou em situações de emergência. *

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Participam das reuniões todos os participantes da rede de governança (atores públicos e *stakeholders*), ou pelo menos o quórum mínimo para validar as deliberações. *

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

As reuniões incluem na agenda, como assunto central, as estratégias coletivas ou planos de ação coletivos de desenvolvimento regional por meio da UCCN. *

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

NÍVEL NACIONAL

Considerando o nível Nacional, a relação das **Organizações ou Instâncias Deliberativas Coletivas (IDCs) locais que constituem a Governança do município, vinculadas à chancela da Gastronomia com outras instâncias - Ex. MTur + UNESCO Nacional + SEBRAE Nacional etc.;**

As reuniões entre os representantes das organizações/instâncias da UCCN são realizadas periodicamente e em datas previamente programadas, exceto em casos eventuais, sob pressão popular ou em situações de emergência. *

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Participam das reuniões todos os participantes da rede de governança (atores públicos e stakeholders), ou pelo menos o quórum mínimo para validar as deliberações. *

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

As reuniões incluem na agenda, como assunto central, as estratégias coletivas ou planos de ação coletivos de desenvolvimento nacional por meio da UCCN. *

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

NÍVEL INTERNACIONAL

Considerando o nível Internacional, a relação das **Organizações ou Instâncias Deliberativas Coletivas (IDCs) locais que constituem a Governança do município, vinculadas à chancela da Gastronomia com outras instâncias no exterior - Ex. UNESCO PARIS**

As reuniões entre os representantes das organizações/instâncias da UCCN são realizadas periodicamente e em datas previamente programadas, exceto em casos eventuais, sob pressão popular ou em situações de emergência. *

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Participam das reuniões todos os participantes da rede de governança (atores públicos e *stakeholders*), ou pelo menos o quórum mínimo para validar as deliberações. *

1 2 3 4 5

As reuniões incluem na agenda, como assunto central, as estratégias coletivas ou planos de ação coletivos de desenvolvimento internacional por meio da UCCN. *

1 2 3 4 5

Indicador	Categorias de Verificação	Descrição (Subcategorias)
Coordenação	Planejamento Formalização Controle Orientação Direcionamento Deliberação	Reuniões (Assembleias – Audiências – Seminários etc.) Documental (Atas, Memorandos, Código de Ética etc.) Sistema de Gestão de Riscos e Conflito de Interesses Ferramentas de Divulgação Autoavaliação e <i>Feedback</i> Tomada de Decisões – Consenso

NÍVEL LOCAL

Considerando as **Organizações ou Instâncias Deliberativas Coletivas (IDCs) locais que constituem a Governança do município, vinculadas à chancela da Gastronomia**

A partir das reuniões, são elaborados planos de desenvolvimento local com enfoque na sustentabilidade. *

1 2 3 4 5

São gerados registros que orientem as ações desta organização/instância visando o desenvolvimento local sustentável. *

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Há um acervo documental que contempla o planejamento, os papéis e responsabilidades pela implementação, monitoramento, comunicação e recursos requeridos com vistas às políticas de desenvolvimento local. *

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Há documentos que formalizam os objetivos e metas a serem alcançadas e a frequência com as quais as atividades são realizadas em parceria com outros atores e organizações. *

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Há documentos como normas e procedimentos (Exemplo: Código de Ética) detalhando os comportamentos permitidos e os comportamentos vedados, além de sanções para os participantes, em caso de oportunistas. *

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Os participantes têm conhecimento e acesso aos documentos que contêm orientações sobre os comportamentos permitidos e vedados a eles. *

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Dispõe atualizado o inventário da UCCN contemplando as variáveis expostas para o atingimento dos ODS da ONU. *

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

NÍVEL REGIONAL/ESTADUAL

Considerando o nível Regional/Estadual, a relação das **Organizações ou Instâncias Deliberativas Coletivas (IDCs) locais que constituem a Governança do município, vinculadas à chancela da Gastronomia com outras instâncias Regionais/Estaduais. Ex. SETUR SC + SEBRAE SC + ABRASEL SC etc.:**

A partir das reuniões, são elaborados planos de desenvolvimento regional/estadual com enfoque na sustentabilidade. *

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

São gerados registros que orientem as ações entre as organizações/instâncias visando o desenvolvimento regional/estadual sustentável. *

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Há um acervo documental que contempla o planejamento, os papéis e responsabilidades pela implementação, monitoramento, comunicação e recursos requeridos com vistas às políticas de desenvolvimento regional/estadual. *

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Há documentos que formalizam os objetivos e metas a serem alcançadas e a frequência com as quais as atividades são realizadas em parceria com outros atores e organizações da UCCN. *

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Há documentos como normas e procedimentos detalhando os comportamentos permitidos e os comportamentos vedados, além de sanções para os participantes, em caso de oportunistas. *

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Os participantes têm conhecimento e acesso aos documentos que contêm orientações sobre os comportamentos permitidos e vedados a eles. *

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Dispõe atualizado o inventário da UCCN contemplando as variáveis expostas para o atingimento dos ODS da ONU. *

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

NÍVEL NACIONAL

Considerando o nível Nacional, a relação das **Organizações ou Instâncias Deliberativas Coletivas (IDCs) locais que constituem a Governança do município, vinculadas à chancela da Gastronomia com outras instâncias - Ex. MTur + UNESCO Nacional + SEBRAE Nacional etc.;**

A partir das reuniões, são elaborados planos de desenvolvimento nacional com enfoque na sustentabilidade. *

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

São gerados registros que orientem as ações desta organização/instância visando o desenvolvimento nacional sustentável. *

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Há um acervo documental que contempla o planejamento, os papéis e responsabilidades pela implementação, monitoramento, comunicação e recursos requeridos com vistas às políticas de desenvolvimento nacional. *

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Há documentos que formalizam os objetivos e metas a serem alcançadas e a frequência com as quais as atividades são realizadas em parceria com outros atores e organizações da UCCN. *

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Há documentos como normas e procedimentos detalhando os comportamentos permitidos e os comportamentos vedados, além de sanções para os participantes, em caso de oportunistas. *

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Os participantes têm conhecimento e acesso aos documentos que contêm orientações sobre os comportamentos permitidos e vedados a eles. *

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Dispõe atualizado o inventário da UCCN contemplando as variáveis expostas para o atingimento dos ODS da ONU. *

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

NÍVEL INTERNACIONAL

Considerando o nível Internacional, a relação das **Organizações ou Instâncias Deliberativas Coletivas (IDCs) locais que constituem a Governança do município, vinculadas à chancela da Gastronomia com outras instâncias no exterior – Ex. UNESCO PARIS**

A partir das reuniões, são elaborados planos de desenvolvimento internacional com enfoque na sustentabilidade. *

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

São gerados registros que orientem as ações desta organização/instância visando o desenvolvimento internacional sustentável. *

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Há um acervo documental que contempla o planejamento, os papéis e responsabilidades pela implementação, monitoramento, comunicação e recursos requeridos com vistas às políticas de desenvolvimento internacional. *

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Há documentos que formalizam os objetivos e metas a serem alcançadas e a frequência com as quais as atividades são realizadas em parceria com outros atores e organizações da UCCN. *

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Há documentos como normas e procedimentos detalhando os comportamentos permitidos e os comportamentos vedados, além de sanções para os participantes, em caso de oportunismos. *

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Os participantes têm conhecimento e acesso aos documentos que contêm orientações sobre os comportamentos permitidos e vedados a eles. *

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Dispõe atualizado o inventário da UCCN contemplando as variáveis expostas para o atingimento dos ODS da ONU. *

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Indicador	Categorias de Verificação	Descrição (Subcategorias)
Coordenação	Planejamento Formalização Controle Orientação Direcionamento Deliberação	Reuniões (Assembleias – Audiências – Sumários etc.) Documental (Atas, Memorandos, Código de Ética etc.) Sistema de Gestão de Riscos e Conflito de Interesses Ferramentas de Divulgação Autoavaliação e <i>Feedback</i> Tomada de Decisões – Consenso

NÍVEL LOCAL

Considerando as **Organizações ou Instâncias Deliberativas Coletivas (IDCs) locais que constituem a Governança do município, vinculadas à chancela da Gastronomia**

A atuação interna desta organização/instância viabiliza a democratização e descentralização das ações. *

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

São desenvolvidas ações educacionais de Desenvolvimento Sustentável a partir da chancela Cidade Criativa UNESCO, buscando mitigar riscos (custos, tempo, inatividade, improbidade, desperdícios etc.). *

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

São estabelecidas ações para minimizar os conflitos de interesses que possam influenciar as suas decisões. *

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

NÍVEL REGIONAL/ESTADUAL

Considerando o nível Regional/Estadual, a relação das **Organizações ou Instâncias Deliberativas Coletivas (IDCs) locais que constituem a Governança do município, vinculadas à chancela da Gastronomia com outras Instâncias Regionais/Estaduais. Ex. SETUR SC + SEBRAE SC + ABRASEL SC etc.:**

A atuação das organizações/instâncias da UCCN regional/estadual viabiliza a democratização e descentralização das ações. *

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

São desenvolvidas ações educacionais de Desenvolvimento Sustentável a partir da chancela Cidade Criativa UNESCO, buscando mitigar riscos (custos, tempo, inatividade, improbidade, desperdícios etc.). *

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

São estabelecidas ações para minimizar os conflitos de interesses que possam influenciar as suas decisões. *

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

NÍVEL NACIONAL

Considerando o nível Nacional, a relação das **Organizações ou Instâncias Deliberativas Coletivas (IDCs) locais que constituem a Governança do município, vinculadas à chancela da Gastronomia com outras instâncias - Ex. MTur + UNESCO Nacional + SEBRAE Nacional etc.;**

A atuação das organizações/instâncias da UCCN nacional viabiliza a democratização e descentralização das ações. *

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

São desenvolvidas ações educacionais de Desenvolvimento Sustentável a partir da chancela Cidade Criativa UNESCO, buscando mitigar riscos (custos, tempo, inatividade, improbidade, desperdícios etc.). *

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

São estabelecidas ações para minimizar os conflitos de interesses que possam influenciar as suas decisões. *

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

NÍVEL INTERNACIONAL

Considerando o nível Internacional, a relação das **Organizações ou Instâncias Deliberativas Coletivas (IDCs) locais que constituem a Governança do município, vinculadas à chancela da Gastronomia com outras instâncias no exterior – Ex. UNESCO PARIS**

A atuação das organizações/instâncias da UCCN internacional viabiliza a democratização e descentralização das ações. *

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

São desenvolvidas ações educacionais de Desenvolvimento Sustentável a partir da chancela Cidade Criativa UNESCO, buscando mitigar riscos (custos, tempo, inatividade, improbidade, desperdícios etc.). *

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

São estabelecidas ações para minimizar os conflitos de interesses que possam influenciar as suas decisões. *

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Indicador	Categorias de Verificação	Descrição (Subcategorias)
Coordenação	Planejamento Formalização Controle Orientação Direcionamento Deliberação	Reuniões (Assembleias – Audiências – Seminários etc.) Documental (Atas, Memorandos, Código de Ética etc.) Sistema de Gestão de Riscos e Conflito de Interesses Ferramentas de Divulgação Autoavaliação e <i>Feedback</i> Tomada de Decisões – Consenso

NÍVEL LOCAL

Considerando as **Organizações ou Instâncias Deliberativas Coletivas (IDCs) locais que constituem a Governança do município, vinculadas à chancela da Gastronomia**

É promovida a divulgação do calendário de reuniões, eventos e campanhas, de interesse a todos os participantes da rede de governança local, nos principais meios de comunicação (internet, sites institucionais, redes sociais etc.). *

1 2 3 4 5

As ações produzidas, relativas à formulação e implementação de políticas públicas de desenvolvimento local, e os resultados dessas ações são publicados ou amplamente divulgados nos principais meios de comunicação (internet, sites institucionais, redes sociais etc.). *

1 2 3 4 5

São adotados princípios de transparência e prestação de contas para divulgação à sociedade, nos principais meios de comunicação (internet, sites institucionais, redes sociais etc.). *

1 2 3 4 5

NÍVEL REGIONAL/ESTADUAL

Considerando o nível Regional/Estadual, a relação das **Organizações ou Instâncias Deliberativas Coletivas (IDCs) locais que constituem a Governança do município, vinculadas à chancela da Gastronomia com outras instâncias Regionais/Estaduais. Ex. SETUR SC + SEBRAE SC + ABRASEL SC etc.:**

É promovida a divulgação do calendário de reuniões, eventos e campanhas, de interesse a todos os participantes da rede de governança regional/estadual, nos principais meios de comunicação (internet, sites institucionais, redes sociais etc.). *

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

As ações produzidas, relativas à formulação e implementação de políticas públicas de desenvolvimento regional/estadual, e os resultados dessas ações são publicados ou amplamente divulgados nos principais meios de comunicação (internet, sites institucionais, redes sociais etc.). *

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

São adotados princípios de transparência e prestação de contas para divulgação à sociedade, nos principais meios de comunicação (internet, sites institucionais, redes sociais etc.). *

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

NÍVEL NACIONAL

Considerando o nível Nacional, a relação das **Organizações ou Instâncias Deliberativas Coletivas (IDCs) locais que constituem a Governança do município, vinculadas à chancela da Gastronomia com outras instâncias - Ex. MTur + UNESCO Nacional + SEBRAE Nacional etc.;**

É promovida a divulgação do calendário de reuniões, eventos e campanhas, de interesse a todos os participantes da rede de governança nacional, nos principais meios de comunicação (internet, sites institucionais, redes sociais etc.). *

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

As ações produzidas, relativas à formulação e implementação de políticas públicas de desenvolvimento nacional, e os resultados dessas ações são publicados ou amplamente divulgados nos principais meios de comunicação (internet, sites institucionais, redes sociais etc.). *

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

São adotados princípios de transparência e prestação de contas para divulgação à sociedade, nos principais meios de comunicação (internet, sites institucionais, redes sociais etc.). *

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

NÍVEL INTERNACIONAL

Considerando o nível Internacional, a relação das **Organizações ou Instâncias Deliberativas Coletivas (IDCs) locais que constituem a Governança do município, vinculadas à chancela da Gastronomia com outras instâncias no exterior – Ex. UNESCO PARIS**

É promovida a divulgação do calendário de reuniões, eventos e campanhas, de interesse a todos os participantes da rede de governança internacional, nos principais meios de comunicação (internet, sites institucionais, redes sociais etc.). *

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

As ações produzidas, relativas à formulação e implementação de políticas públicas de desenvolvimento internacional, e os resultados dessas ações são publicados ou amplamente divulgados nos principais meios de comunicação (internet, sites institucionais, redes sociais etc.). *

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

São adotados princípios de transparência e prestação de contas para divulgação à sociedade, nos principais meios de comunicação (internet, sites institucionais, redes sociais etc.). *

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Indicador	Categorias de Verificação	Descrição (Subcategorias)
Coordenação	Planejamento Formalização Controle Orientação Direcionamento Deliberação	Reuniões (Assembleias – Audiências – Seminários etc.) Documental (Atas, Memorandos, Código de Ética etc.) Sistema de Gestão de Riscos e Conflito de Interesses Ferramentas de Divulgação Autoavaliação e Feedback Tomada de Decisões – Consenso

NÍVEL LOCAL

Considerando as **Organizações ou Instâncias Deliberativas Coletivas (IDCs) locais que constituem a Governança do município, vinculadas à chancela da Gastronomia**

É adotado sistema de autoavaliação vinculado aos resultados planejados. *

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

A avaliação dos resultados (*feedback*) é apresentada aos participantes, em relação aos aspectos positivos e negativos desses resultados. *

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

NÍVEL REGIONAL/ESTADUAL

Considerando o nível Regional/Estadual, a relação das **Organizações ou Instâncias Deliberativas Coletivas (IDCs) locais que constituem a Governança do município, vinculadas à chancela da Gastronomia com outras instâncias Regionais/Estaduais. Ex. SETUR SC + SEBRAE SC + ABRASEL SC etc.:**

É adotado sistema de autoavaliação vinculado aos resultados planejados. *

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

A avaliação dos resultados (*feedback*) é apresentada aos participantes, em relação aos aspectos positivos e negativos desses resultados. *

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

NÍVEL NACIONAL

Considerando o nível Nacional, a relação das **Organizações ou Instâncias Deliberativas Coletivas (IDCs) locais que constituem a Governança do município, vinculadas à chancela da Gastronomia com outras instâncias - Ex. MTur + UNESCO Nacional + SEBRAE Nacional etc.;**

É adotado sistema de autoavaliação vinculado aos resultados planejados. *

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

A avaliação dos resultados (*feedback*) é apresentada aos participantes, em relação aos aspectos positivos e negativos desses resultados. *

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

NÍVEL INTERNACIONAL

Considerando o nível Internacional, a relação das **Organizações ou Instâncias Deliberativas Coletivas (IDCs) locais que constituem a Governança do município, vinculadas à chancela da Gastronomia com outras instâncias no exterior - Ex. UNESCO PARIS**

É adotado sistema de autoavaliação vinculado aos resultados planejados. *

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

A avaliação dos resultados (*feedback*) é apresentada aos participantes, em relação aos aspectos positivos e negativos desses resultados. *

1 2 3 4 5

Indicador	Categorias de Verificação	Descrição (Subcategorias)
Coordenação	Planejamento Formalização Controle Orientação Direcionamento Deliberação	Reuniões (Assembleias – Audiências – Seminários etc.) Documental (Atas, Memorandos, Código de Ética etc.) Sistema de Gestão de Riscos e Conflito de Interesses Ferramentas de Divulgação Autoavaliação e <i>Feedback</i> Tomada de Decisões – Consenso

NÍVEL LOCAL

Considerando as **Organizações ou Instâncias Deliberativas Coletivas (IDCs) locais que constituem a Governança do município, vinculadas à chancela da Gastronomia**

Os participantes se sentem capazes para tomar decisões que visem: direcionar, deliberar, implementar/executar e monitorar ações coletivas. *

1 2 3 4 5

As decisões são tomadas por meio de consenso. *

1 2 3 4 5

As decisões são tomadas através de votação. *

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Há uma postura de gestão descentralizada promovendo participações mais horizontais nas atividades relevantes ao desenvolvimento local. *

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

NÍVEL REGIONAL/ESTADUAL

Considerando o nível Regional/Estadual, a relação das **Organizações ou Instâncias Deliberativas Coletivas (IDCs) locais que constituem a Governança do município, vinculadas à chancela da Gastronomia com outras instâncias Regionais/Estaduais. Ex. SETUR SC + SEBRAE SC + ABRASEL SC etc.:**

Os participantes se sentem capazes para tomar decisões que visem: direcionar, deliberar, implementar/executar e monitorar ações coletivas. *

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

As decisões são tomadas por meio de consenso. *

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

As decisões são tomadas através de votação. *

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Há uma postura de gestão descentralizada promovendo participações mais horizontais nas atividades relevantes ao desenvolvimento regional/estadual. *

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

NÍVEL NACIONAL

Considerando o nível Nacional, a relação das **Organizações ou Instâncias Deliberativas Coletivas (IDCs) locais que constituem a Governança do município, vinculadas à chancela da Gastronomia com outras instâncias - Ex. MTur + UNESCO Nacional + SEBRAE Nacional etc.;**

Os participantes se sentem capazes para tomar decisões que visem: direcionar, deliberar, implementar/executar e monitorar ações coletivas. *

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

As decisões são tomadas por meio de consenso. *

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

As decisões são tomadas através de votação. *

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Há uma postura de gestão descentralizada promovendo participações mais horizontais nas atividades relevantes ao desenvolvimento nacional. *

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

NÍVEL INTERNACIONAL

Considerando o nível Internacional, a relação das **Organizações ou Instâncias Deliberativas Coletivas (IDCs) locais que constituem a Governança do município, vinculadas à chancela da Gastronomia com outras instâncias no exterior - Ex. UNESCO PARIS**

Os participantes se sentem capazes para tomar decisões que visem: direcionar, *
deliberar, implementar/executar e monitorar ações coletivas.

1 2 3 4 5

As decisões são tomadas por meio de consenso. *

1 2 3 4 5

As decisões são tomadas através de votação. *

1 2 3 4 5

Há uma postura de gestão descentralizada promovendo participações mais *
horizontais nas atividades relevantes ao desenvolvimento internacional.

1 2 3 4 5

[Voltar](#)

[Próxima](#)

[Limpar formulário](#)

BLOCO 3: A COLABORAÇÃO

Indicador	Categorias de Verificação	Descrição (Subcategorias)
Colaboração	Formalização Informalização Reciprocidade Confiança Ações Conjuntas Autoridades Compartilhadas	Comprometimento Interatividade Engajamento Legitimidade – Estabilidade Implementação Institucionalização

NÍVEL LOCAL

Considerando as **Organizações ou Instâncias Deliberativas Coletivas (IDCs) locais que constituem a Governança do município, vinculadas à chancela da Gastronomia**.

São fortalecidas as habilidades (iniciativa, liderança, sustentabilidade, trabalho em equipe, prestação de contas) **intraorganizacional** (dentro da organização/instância). *

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

São fortalecidas as habilidades (sustentabilidade, trabalho em equipe, prestação de contas) **interorganizacional** (em conjunto com outras organizações/instâncias) a nível local. *

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

NÍVEL REGIONAL/ESTADUAL

Considerando o nível Regional/Estadual, a relação das **Organizações ou Instâncias Deliberativas Coletivas (IDCs) locais que constituem a Governança do município, vinculadas à chancela da Gastronomia com outras instâncias Regionais/Estaduais. Ex. SETUR SC + SEBRAE SC + ABRASEL SC etc.:**

São fortalecidas as habilidades (iniciativa, liderança, sustentabilidade, trabalho em equipe, prestação de contas) induzidas a partir desta organização/instâncias (proatividade) para outras da UCCN a nível regional/estadual. *

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

São fortalecidas as habilidades (sustentabilidade, trabalho em equipe, prestação de contas) **interorganizacional** (entre outras organizações/instâncias) a nível regional/estadual. *

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

NÍVEL NACIONAL

Considerando o nível Nacional, a relação das **Organizações ou Instâncias Deliberativas Coletivas (IDCs) locais que constituem a Governança do município, vinculadas à chancela da Gastronomia com outras instâncias - Ex. MTur + UNESCO Nacional + SEBRAE Nacional etc.;**

São fortalecidas as habilidades (iniciativa, liderança, sustentabilidade, trabalho em equipe, prestação de contas) induzidas a partir desta organização/instâncias (proatividade) para outras da UCCN a nível nacional *

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

São fortalecidas as habilidades (sustentabilidade, trabalho em equipe, prestação de contas) interorganizacional (entre outras organizações/instâncias) a nível nacional.

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

NÍVEL INTERNACIONAL

Considerando o nível Internacional, a relação das **Organizações ou Instâncias Deliberativas Coletivas (IDCs) locais que constituem a Governança do município, vinculadas à chancela da Gastronomia com outras instâncias no exterior - Ex. UNESCO PARIS**

São fortalecidas as habilidades (iniciativa, liderança, sustentabilidade, trabalho em equipe, prestação de contas) induzidas a partir desta organização/instâncias (proatividade) para outras da UCCN a nível internacional. *

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

São fortalecidas as habilidades (sustentabilidade, trabalho em equipe, prestação de contas) interorganizacional (entre outras organizações/instâncias) a nível internacional. *

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Indicador	Categorias de Verificação	Descrição (Subcategorias)
Colaboração	Formalização Informalização Reciprocidade Confiança Ações Conjuntas Autoridades Compartilhadas	Comprometimento Interatividade Engajamento Legitimidade – Estabilidade Implementação Institucionalização

NÍVEL LOCAL

Considerando as **Organizações ou Instâncias Deliberativas Coletivas (IDCs) locais que constituem a Governança do município, vinculadas à chancela da Gastronomia**

Há promoção da interação e do bom relacionamento com o objetivo de melhorar * o clima **intraorganizacional**, as condições do trabalho cotidiano, o comprometimento mútuo e, conseqüentemente, o desempenho das ações coletivas.

1 2 3 4 5

Há promoção da interação e do bom relacionamento com o objetivo de melhorar * o clima **interorganizacional**, as condições do trabalho cotidiano, o comprometimento mútuo e, conseqüentemente, o desempenho das ações coletivas.

1 2 3 4 5

NÍVEL REGIONAL/ESTADUAL

Considerando o nível Regional/Estadual, a relação das **Organizações ou Instâncias Deliberativas Coletivas (IDCs) locais que constituem a Governança do município, vinculadas à chancela da Gastronomia com outras instâncias Regionais/Estaduais. Ex. SETUR SC + SEBRAE SC + ABRASEL SC etc.:**

Há promoção da interação e do bom relacionamento com o objetivo de melhorar * o clima institucional induzidos a partir desta organização/instâncias (proatividade) para outras da UCCN a nível regional/estadual.

1 2 3 4 5

Há promoção da interação e do bom relacionamento com o objetivo de melhorar *
o clima interorganizacional (entre outras organizações/instâncias) a nível
regional/estadual.

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

NÍVEL NACIONAL

Considerando o nível Nacional, a relação das **Organizações ou Instâncias Deliberativas Coletivas (IDCs) locais que constituem a Governança do município, vinculadas à chancela da Gastronomia com outras instâncias - Ex. MTur + UNESCO Nacional + SEBRAE Nacional etc.;**

Há promoção da interação e do bom relacionamento com o objetivo de melhorar *
o clima institucional induzidos a partir desta organização/instâncias
(proatividade) para outras da UCCN a nível nacional.

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Há promoção da interação e do bom relacionamento com o objetivo de melhorar *
o clima interorganizacional (entre outras organizações/instâncias) a nível
nacional.

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

NÍVEL INTERNACIONAL

Considerando o nível Internacional, a relação das **Organizações ou Instâncias Deliberativas Coletivas (IDCs) locais que constituem a Governança do município, vinculadas à chancela da Gastronomia com outras instâncias no exterior – Ex. UNESCO PARIS**

Há promoção da interação e do bom relacionamento com o objetivo de melhorar *
o clima institucional induzidos a partir desta organização/instâncias
(proatividade) para outras da UCCN a nível internacional.

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Há promoção da interação e do bom relacionamento com o objetivo de melhorar o clima interorganizacional (entre outras organizações/instâncias) a nível internacional. *

1 2 3 4 5

Indicador	Categorias de Verificação	Descrição (Subcategorias)
Colaboração	Formalização Informalização Reciprocidade Confiança Ações Conjuntas Autoridades Compartilhadas	Comprometimento Interatividade Engajamento Legitimidade - Estabilidade Implementação Institucionalização

NÍVEL LOCAL

Considerando as **Organizações ou Instâncias Deliberativas Coletivas (IDCs) locais que constituem a Governança do município, vinculadas à chancela da Gastronomia**

Os interesses coletivos se sobressaem aos interesses individuais. *

1 2 3 4 5

Todos os participantes da rede são engajados no processo de implementação das ações coletivas, buscando produzir esforços mútuos e resultados amplamente apoiados. *

1 2 3 4 5

Há o engajamento dos participantes visando transparência nas relações de reciprocidade com vistas ao desenvolvimento local sustentável. *

1 2 3 4 5

Há o engajamento dos participantes da rede em políticas públicas transversais, multidisciplinares e descentralizadas. *

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

NÍVEL REGIONAL/ESTADUAL

Considerando o nível Regional/Estadual, a relação das **Organizações ou Instâncias Deliberativas Coletivas (IDCs) locais que constituem a Governança do município, vinculadas à chancela da Gastronomia com outras instâncias Regionais/Estaduais. Ex. SETUR SC + SEBRAE SC + ABRASEL SC etc.:**

Os interesses coletivos se sobressaem aos interesses individuais. *

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Todos os participantes da rede são engajados no processo de implementação das ações coletivas, buscando produzir esforços mútuos e resultados amplamente apoiados. *

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Há o engajamento dos participantes visando transparência nas relações de reciprocidade com vistas ao desenvolvimento regional/estadual sustentável. *

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Há o engajamento dos participantes da rede em políticas públicas transversais, multidisciplinares e descentralizadas. *

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

NÍVEL NACIONAL

Considerando o nível Nacional, a relação das **Organizações ou Instâncias Deliberativas Coletivas (IDCs) locais que constituem a Governança do município, vinculadas à chancela da Gastronomia com outras instâncias - Ex. MTur + UNESCO Nacional + SEBRAE Nacional etc.;**

Os interesses coletivos se sobressaem aos interesses individuais. *

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Todos os participantes da rede são engajados no processo de implementação das ações coletivas, buscando produzir esforços mútuos e resultados amplamente apoiados. *

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Há o engajamento dos participantes visando transparência nas relações de reciprocidade com vistas ao desenvolvimento nacional sustentável. *

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Há o engajamento dos participantes da rede em políticas públicas transversais, multidisciplinares e descentralizadas. *

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

NÍVEL INTERNACIONAL

Considerando o nível Internacional, a relação das **Organizações ou Instâncias Deliberativas Coletivas (IDCs) locais que constituem a Governança do município, vinculadas à chancela da Gastronomia com outras instâncias no exterior – Ex. UNESCO PARIS**

Os interesses coletivos se sobressaem aos interesses individuais. *

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Todos os participantes da rede são engajados no processo de implementação das ações coletivas, buscando produzir esforços mútuos e resultados amplamente apoiados. *

1 2 3 4 5

Há o engajamento dos participantes visando transparência nas relações de reciprocidade com vistas ao desenvolvimento internacional sustentável. *

1 2 3 4 5

Há o engajamento dos participantes da rede em políticas públicas transversais, multidisciplinares e descentralizadas. *

1 2 3 4 5

Indicador	Categorias de Verificação	Descrição (Subcategorias)
Colaboração	Formalização Informalização Reciprocidade Confiança Ações Conjuntas Autoridades Compartilhadas	Comprometimento Interatividade Engajamento Legitimidade – Estabilidade Implementação Institucionalização

NÍVEL LOCAL

Considerando as **Organizações ou Instâncias Deliberativas Coletivas (IDCs) locais que constituem a Governança do município, vinculadas à chancela da Gastronomia**

O seu posicionamento nas deliberações coletivas de desenvolvimento local é acolhido e contemplado. *

1 2 3 4 5

As intervenções dos outros participantes da rede nas deliberações coletivas de desenvolvimento local são igualitárias. *

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

As ações coletivas para o desenvolvimento local são atribuídas sempre aos mesmos participantes. *

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

NÍVEL REGIONAL/ESTADUAL

Considerando o nível Regional/Estadual, a relação das **Organizações ou Instâncias Deliberativas Coletivas (IDCs) locais que constituem a Governança do município, vinculadas à chancela da Gastronomia com outras instâncias Regionais/Estaduais. Ex. SETUR SC + SEBRAE SC + ABRASEL SC etc.:**

O seu posicionamento nas deliberações coletivas de desenvolvimento regional/estadual é acolhido e contemplado. *

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

As intervenções dos outros participantes da rede nas deliberações coletivas de desenvolvimento regional/estadual são igualitárias. *

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

As ações coletivas para o desenvolvimento regional/estadual são atribuídas sempre aos mesmos participantes. *

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

NÍVEL NACIONAL

Considerando o nível Nacional, a relação das **Organizações ou Instâncias Deliberativas Coletivas (IDCs) locais que constituem a Governança do município, vinculadas à chancela da Gastronomia com outras instâncias - Ex. MTur + UNESCO Nacional + SEBRAE Nacional etc.;**

O seu posicionamento nas deliberações coletivas de desenvolvimento nacional é *
acolhido e contemplado.

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

As intervenções dos outros participantes da rede nas deliberações coletivas de desenvolvimento nacional são igualitárias. *

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

As ações coletivas para o desenvolvimento nacional são atribuídas sempre aos mesmos participantes. *

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

NÍVEL INTERNACIONAL

Considerando o nível Internacional, a relação das **Organizações ou Instâncias Deliberativas Coletivas (IDCs) locais que constituem a Governança do município, vinculadas à chancela da Gastronomia com outras instâncias no exterior - Ex. UNESCO PARIS**

O seu posicionamento nas deliberações coletivas de desenvolvimento internacional é acolhido e contemplado. *

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

As intervenções dos outros participantes da rede nas deliberações coletivas de desenvolvimento internacional são igualitárias. *

1 2 3 4 5

As ações coletivas para o desenvolvimento internacional são atribuídas sempre aos mesmos participantes. *

1 2 3 4 5

Indicador	Categorias de Verificação	Descrição (Subcategorias)
Colaboração	Formalização Informalização Reciprocidade Confiança Ações Conjuntas Autoridades Compartilhadas	Comprometimento Interatividade Engajamento Legitimidade – Estabilidade Implementação Institucionalização

NÍVEL LOCAL

Considerando as **Organizações ou Instâncias Deliberativas Coletivas (IDCs) locais que constituem a Governança do município, vinculadas à chancela da Gastronomia**

Há abertura de diálogos permeados por visões distintas com vistas a construir habilidades de mudar, inovar e promover pluralidade às ações conjuntas norteadas pelo consenso e não pela coerção. *

1 2 3 4 5

Através da rede de governança têm sido atingidos os resultados concretos a partir das ações conjuntas. *

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

A implementação das ações conjuntas tem propiciado o fortalecimento da rede de governança. *

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Há interação entre os participantes e organizações da rede de governança visando ações coletivas de longo prazo. *

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

NÍVEL REGIONAL/ESTADUAL

Considerando o nível Regional/Estadual, a relação das **Organizações ou Instâncias Deliberativas Coletivas (IDCs) locais que constituem a Governança do município, vinculadas à chancela da Gastronomia com outras instâncias Regionais/Estaduais. Ex. SETUR SC + SEBRAE SC + ABRASEL SC etc.:**

Há abertura de diálogos permeados por visões distintas com vistas a construir habilidades de mudar, inovar e promover pluralidade às ações conjuntas norteadas pelo consenso e não pela coerção. *

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Através da rede de governança têm sido atingidos os resultados concretos a partir das ações conjuntas. *

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

A implementação das ações conjuntas tem propiciado o fortalecimento da rede de governança. *

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Há interação entre os participantes e organizações da rede de governança visando ações coletivas de longo prazo. *

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

NÍVEL NACIONAL

Considerando o nível Nacional, a relação das **Organizações ou Instâncias Deliberativas Coletivas (IDCs) locais que constituem a Governança do município, vinculadas à chancela da Gastronomia com outras instâncias - Ex. MTur + UNESCO Nacional + SEBRAE Nacional etc.;**

Há abertura de diálogos permeados por visões distintas com vistas a construir habilidades de mudar, inovar e promover pluralidade às ações conjuntas norteadas pelo consenso e não pela coerção. *

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Através da rede de governança têm sido atingidos os resultados concretos a partir das ações conjuntas. *

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

A implementação das ações conjuntas tem propiciado o fortalecimento da rede de governança. *

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Há interação entre os participantes e organizações da rede de governança visando ações coletivas de longo prazo. *

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

NÍVEL INTERNACIONAL

Considerando o nível Internacional, a relação das **Organizações ou Instâncias Deliberativas Coletivas (IDCs) locais que constituem a Governança do município, vinculadas à chancela da Gastronomia com outras instâncias no exterior – Ex. UNESCO PARIS**

Há abertura de diálogos permeados por visões distintas com vistas a construir habilidades de mudar, inovar e promover pluralidade às ações conjuntas norteadas pelo consenso e não pela coerção. *

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Através da rede de governança têm sido atingidos os resultados concretos a partir das ações conjuntas. *

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

A implementação das ações conjuntas tem propiciado o fortalecimento da rede de governança. *

1 2 3 4 5

Há interação entre os participantes e organizações da rede de governança visando ações coletivas de longo prazo. *

1 2 3 4 5

Indicador	Categorias de Verificação	Descrição (Subcategorias)
Colaboração	Formalização Informalização Reciprocidade Confiança Ações Conjuntas Autoridades Compartilhadas	Comprometimento Interatividade Engajamento Legitimidade – Estabilidade Implementação Institucionalização

NÍVEL LOCAL

Considerando as **Organizações ou Instâncias Deliberativas Coletivas (IDCs) locais que constituem a Governança do município, vinculadas à chancela da Gastronomia**

Existe um clima de confiança e reciprocidade entre todos os participantes da rede de governança, levando-os a assumir riscos compartilhados. *

1 2 3 4 5

NÍVEL REGIONAL/ESTADUAL

Considerando o nível Regional/Estadual, a relação das **Organizações ou Instâncias Deliberativas Coletivas (IDCs) locais que constituem a Governança do município, vinculadas à chancela da Gastronomia com outras instâncias Regionais/Estaduais. Ex. SETUR SC + SEBRAE SC + ABRASEL SC etc.:**

Existe um clima de confiança e reciprocidade entre todos os participantes da rede de governança, levando-os a assumir riscos compartilhados. *

1 2 3 4 5

NÍVEL NACIONAL

Considerando o nível Nacional, a relação das **Organizações ou Instâncias Deliberativas Coletivas (IDCs) locais que constituem a Governança do município, vinculadas à chancela da Gastronomia com outras instâncias - Ex. MTur + UNESCO Nacional + SEBRAE Nacional etc.;**

Existe um clima de confiança e reciprocidade entre todos os participantes da rede de governança, levando-os a assumir riscos compartilhados. *

1 2 3 4 5

NÍVEL INTERNACIONAL

Considerando o nível Internacional, a relação das **Organizações ou Instâncias Deliberativas Coletivas (IDCs) locais que constituem a Governança do município, vinculadas à chancela da Gastronomia com outras instâncias no exterior – Ex. UNESCO PARIS**

Existe um clima de confiança e reciprocidade entre todos os participantes da rede de governança, levando-os a assumir riscos compartilhados. *

1 2 3 4 5

[Voltar](#)

[Próxima](#)

[Limpar formulário](#)

CARACTERIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA

1. Sexo *

- Feminino
- Masculino

2. Idade *

Sua resposta

3. Tipo de Trabalho desempenhado nesta Org./IDC *

- Remunerado
- Não Remunerado

4. Se Remunerado, indique a sua renda bruta mensal

- Até R\$ 998,00
- De R\$ 998,01 a R\$ 1.996,00
- De R\$ 1.996,01 a R\$ 4.990,00
- De R\$ 4.990,01 a R\$ 7.984,00
- De R\$ 7.984,01 a R\$ 9.980,00
- De R\$ 9.980,01 a R\$ 19.960,00
- Acima de R\$ 19.960,01

5. Tempo que desempenha atividade na Org./IDC *

- Até 1 ano
- De 1 a 2 anos
- De 2 a 5 anos
- De 5 a 10 anos
- Mais de 10 anos

6. Escolaridade *

- Ensino Fundamental Incompleto
- Ensino Fundamental Completo
- Ensino Médio Completo
- Ensino Superior Completo
- Pós Graduação (Lato Sensu) Completo
- Pós Graduação (Stricto Sensu, Nível Mestrado) Completo
- Pós Graduação (Stricto Sensu, Nível Doutorado) Completo
- Pós Doutorado

7. Área de Formação *

Sua resposta

Obrigado por participar da pesquisa.

Doutorando: Elias Mediotte
Universidade Federal de Viçosa (UFV/MG)

[Voltar](#) [Enviar](#) [Limpar formulário](#)

Nunca envie senhas pelo Formulários Google.

Este formulário foi criado em Universidade Federal de Viçosa. [Denunciar abuso](#)

Google Formulários

APÊNDICE B – Modelo de Entrevista com roteiro semiestruturado (OE3)

Hoje, dia ____ de ____ de 2022, às ____:____ estou iniciando a entrevista relativa à pesquisa **GOVERNANÇA MULTINÍVEL NO CONTEXTO DAS CIDADES CRIATIVAS DA UNESCO E SUA RELAÇÃO COM OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS) DA ONU** – pesquisa de tese de doutorado de Elias Mediotte, da Universidade Federal de Viçosa, com _____.

ROTEIRO DE ENTREVISTA

_____, **você autoriza a gravação desta entrevista, bem como a utilização das informações na pesquisa supracitada e em outros estudos vinculados a esta, com a garantia de que será mantida a confidencialidade e a sua privacidade?**

- i. Você é natural de Florianópolis? Participa de outras instâncias/organizações no município?
- ii. Como se deu o processo de candidatura para a cidade entrar na rede de cidades criativa da UNESCO? Quem apoiou, participou? Quem deveria ter participado e não o fez?
- iii. Quais as maiores dificuldades em termos de Governança (atores e organizações) vocês enfrentaram durante o processo? Quem idealizou a entrada da cidade na Rede de Cidades Criativas da UNESCO e qdo começou a mobilização para isso?
- iv. O que esperavam e o que conquistaram até o momento (o que mudou para a cidade, em termos econômicos, sociais, culturais, ambientais após a titulação de Florianópolis enquanto Cidade Criativa da Gastronomia? Todo esse movimento de pertencimento à Rede de Cidades Criativas em nível mundial, está de acordo com o esperado desde a idealização do projeto de Florianópolis Cidade Criativa da Gastronomia? O que esperar daqui pra frente, principalmente no cenário pós pandemia?

1. Você considera que a chancela de Cidade Criativa da Gastronomia tem fomentado a atividade econômica do município? De que forma?
2. Na sua opinião, quais são os principais efeitos positivos do selo Florianópolis Cidade Criativa da Gastronomia para a população e para o município? E quais considera como efeitos negativos?
3. Como esses efeitos têm sido discutidos para o desenvolvimento e revitalização da cidade, a partir dos envolvidos com a Governança do selo UNESCO da Gastronomia?

4. As reuniões que discutem o planejamento para o desenvolvimento local e as ações provenientes dessas reuniões tem ocorrido? Com qual frequência?

4.1. As reuniões são abertas ao público em geral? Como as pessoas têm acesso ao calendário ou de que forma elas são convidadas a participar?

4.2. Considerando as outras 3 Cidades no Brasil que são chanceladas com o selo do Gastronomia pela UNESCO (Belém, Paraty, Belo Horizonte), existem reuniões que contam com parcerias/representantes dessas Cidades? Quem participa com mais frequência? Por meio de quem? E a nível internacional?

BLOCO 1 – DIMENSÃO ECONÔMICA

5. Quais as principais atrações turísticas de maior captação de recursos financeiros e movimentação da economia no município? E sobre a Gastronomia, quais são as principais manifestações, produtos ou referências que classificam Florianópolis como Cidade Criativa? E onde eu posso encontrá-los?

6. Os preços dos produtos e serviços provenientes da cultura gastronômica e do turismo são acessíveis aos moradores locais? Se não, o que pode ser feito para que os moradores locais tenham os mesmos acessos que os turistas?

7. Esta organização/instância propõe programa(s) de incentivo à geração de renda e empregos vinculados à chancela Cidade Criativa da Gastronomia para os moradores locais? Se sim, qual(is) seria(m) esse(s) programa(s)? Se não, conhece alguma organização/instância que proponha tais programas?

8. Que tipo de estímulos são promovidos para que os produtos locais sejam consumidos e valorizados, tanto para os moradores locais, os produtores e fornecedores como para os turistas? E quais ações são realizadas, a partir das proposições desta organização/instância, para movimentar a economia no município e garantir o crescimento econômico local?

9. De que forma a sua organização/instância (ou outra de seu conhecimento), a partir da entrada na Rede de Cidades Criativas da UNESCO, tem atuado para a garantia de trabalho decente e proteção de direitos trabalhistas? Na sua opinião, qual o percentual de trabalhadores informais sem amparo legal, valendo-se da chancela da Gastronomia?

10. Na sua opinião, em sentido amplo, o que tem sido feito a partir da chancela Cidade Criativa da Gastronomia para combater as desigualdades sociais, também considerando a perspectiva de gentrificação ocasionada pelo turismo e pela cultura gastronômica?

11. Na sua opinião, qual o percentual de trabalhadores informais sem amparo legal, valendo-se da chancela da Gastronomia?

BLOCO 2 – DIMENSÃO SOCIOCULTURAL

12. Com relação ao patrimônio natural, histórico e cultural, como estes temas entram nas pautas do planejamento para o desenvolvimento, parcerias com outras Cidades Criativas a nível nacional/internacional? O que tem sido feito para conscientizar as pessoas sobre o seu papel para a conservação desse patrimônio, principalmente no que concerne à Gastronomia?

13. Na sua opinião, Florianópolis é um município seguro? De que forma o termo segurança tem sido contemplado no planejamento para o desenvolvimento, parcerias com outras Cidades Criativas a nível nacional/internacional, seja por esta organização/instituição ou por outro(s) órgão(s) vinculados ao selo da UNESCO?

14. Na sua opinião, a saúde tem sido assunto do planejamento local para o desenvolvimento, parcerias com outras Cidades Criativas a nível nacional/internacional (seja por esta organização/instituição ou por outro(s) órgão(s) vinculados ao selo da UNESCO)? De que forma? O que tem sido feito para que todos os cidadãos tenham acesso à saúde básica de qualidade? Há algum plano de ação desenvolvido ou em desenvolvimento para o contexto pós pandêmico?

15. Existem projetos que visem desenvolver atividades recreativas para a comunidade local? Quais? Quem desenvolve e fomenta esses projetos?

16. O que o município tem feito, por meio das ações propostas por esta organização/instância (ou por outro(s) órgão(s) vinculados ao selo da UNESCO), para promover a valorização das tradições culturais dos moradores nativos (principalmente por meio da Gastronomia)?

17. Na sua opinião, a comunidade local tem conhecimento de que Florianópolis é uma Cidade Criativa da UNESCO, vinculada à Gastronomia? Se sim, ela sente privilegiada em ter o município integrante da Rede de Cidades Criativas da UNESCO?

18. Na sua opinião, quais as questões são mais urgentes para o planejamento local para o desenvolvimento (trabalho escravo, infantil, prostituição, segregação, gentrificação, especulação imobiliária, tráfico de drogas, evasão escolar etc.)?

BLOCO 3 – DIMENSÃO AMBIENTAL

- 19.** Existe um planejamento de agenda pública visando não sobrecarregar o espaço territorial do município a partir do cultivo e comercialização dos produtos marítimos ou outros representantes da cultura gastronômica da cidade, que podem comprometer o bioma e a biodiversidade local? Se sim, quais as ações resultantes desses planos?
- 20.** De que forma a gestão de crises climáticas e desastres ambientais tem sido debatida no planejamento local para o desenvolvimento, e parcerias com outras Cidades Criativas a nível nacional/internacional?
- 21.** Como esta organização/instância (ou outro(s) órgão(s) vinculados ao selo da UNESCO) tem planejado ações para evitar que a atividade turística e produção/comercialização de produtos e serviços provenientes da cultura gastronômica de Florianópolis possa promover poluições (visual, do ar, da água e da terra) e mudanças no cenário local?
- 22.** De que forma o município tem se comprometido com a coleta de lixo e reciclagem de resíduos? Como e com qual frequência esse assunto tem entrado nas ações de planejamento local para o desenvolvimento, e parcerias com outras Cidades Criativas a nível nacional/internacional, através desta organização/instância (ou outro(s) órgão(s) vinculados ao selo da UNESCO)?
- 23.** Na sua opinião, todos os moradores locais de todos os bairros ou regiões limítrofes possuem acesso à água potável e saneamento básico?
- 24.** Como os temas ‘Consumo e produção responsáveis’, ‘Taxas de reciclagem’, ‘Emissões de poluentes’ têm sido debatidos no planejamento local para o desenvolvimento, e parcerias com outras Cidades Criativas a nível nacional/internacional, através desta organização/instância (ou outro(s) órgão(s) vinculados ao selo da UNESCO)?
- 25.** Na sua opinião, a administração pública local tem garantido que os esgotos sejam tratados antes de chegarem ao mar, rios e córregos?
- 26.** O que tem sido feito ou planejado por meio desta organização/instância (ou outro(s) órgão(s) vinculados ao selo da UNESCO) para a garantia da vida na água e a sustentabilidade do setor de pesca, tendo em vista que seus principais recursos gastronômicos são provenientes do oceano? Existe alguma medida que priorize a sustentabilidade da biodiversidade oceânica em Florianópolis? E com relação à biodiversidade terrestre?
- 27.** O que tem sido feito com os alimentos que são consumidos localmente e, que, porventura, geram resíduos?
- 28.** Existe algum tipo de auxílio para os pequenos fornecedores ou produtores locais sobreviverem caso os seus produtos não sejam comercializados?

FECHAMENTO

29. Quais os fatores que facilitam e quais os fatores que limitam o desenvolvimento de Florianópolis, por meio da chancela UNESCO, sobretudo para o atingimento dos ODS da ONU?
30. Considerando que uma Cidade Criativa preconiza a tolerância à diversidade (inclusive à população LGBTQIA+, a inclusão de mulheres no mercado de trabalho, a justiça para todos, combate à corrupção e ética na prestação de contas/*accountability*), qual a sua concepção sobre esses temas para a chancela de Cidade Criativa em Florianópolis? Você acredita que esses temas têm sido contemplados pelas organizações/instâncias, gestão pública, moradores locais e turistas que frequentam a cidade?
31. Na sua opinião, qual a importância da identidade urbana e social para o desenvolvimento e sustentabilidade de uma Cidade Criativa?
32. De modo geral, como você avalia a sua atuação, enquanto representante desta organização/instância ou até mesmo a sua atuação enquanto cidadão florianopolitano, no processo de planejamento de ações que visem o desenvolvimento da cidade com base na chancela de Cidade Criativa da Gastronomia em Florianópolis?
33. Você saberia dizer quais são as Organizações vinculadas à Governança para a manutenção e desenvolvimento do selo da Cidade Criativa da Gastronomia, em Florianópolis?

Obrigado por participar da pesquisa.

Doutorando: Elias Mediotte

APÊNDICE C – Cálculo de Mensuração do Grau de Governança Multinível a partir de Florianópolis (SC)

Fórmulas STATA®

```

/*****
*****
Pesquisa: Indicador de Governança
Autor: Elias Mediotte
Passo: organização e manipulação do banco de dados
*****
*****/
set more off
clear all
**o comando cd indica o diretorio onde está localizado o banco de dados
cd "C:\Users\eflor\Downloads"
import excel dados, cellrange (A6:GR25) sheet(dados_finais) firstrow
*mkdir dados_resultados
cd dados_resultados
save dados_completos, replace

*Gerando os indicadores para todos os níveis, para cada indicador será
gerado uma variável diferente

foreach x in L E N In {

**RELAÇÕES COOPERATIVAS LOCAL
**indicador de gestão de recursos
egen soma=rowtotal(B1_RL_1_`x' B1_RL_2_`x')
egen st=total(soma)
gen vmgr_`x'=st/2
gen gr_porcentagem_`x'=(vmgr_`x'/_N)*100
label var vmgr_`x' "Valor Medio Gestao de Recursos `x'"
label var gr_porcentagem_`x' "Percentual Gestao de Recursos `x'"
drop soma st

* indicador de isonomia
egen vmi_`x'=total(B1_I_`x')
gen Pisonomia_`x'=(vmi_`x'/_N)*100
label var vmi_`x' "Valor Medio Isonomia `x'"
label var Pisonomia_`x' "Percentual Isonomia `x'"

**Categoria de Relações Cooperativas
gen VRC_`x'=(vmgr_`x'*(2/3))+(vmi_`x'*(1/3))

gen Per_RC_`x'=(VRC_`x'/_N)*100

label var VRC_`x' "Valor Relacoes Cooperativas `x'"
label var Per_RC_`x' "Percentual Relacoes Cooperativas `x'"

**RELACIONAMENTO INFORMAIS
**Acessibilidade
egen vma_`x'=total(B1_A_`x')
gen Per_A_`x'=(vma_`x'/_N)*100

```

```

label var vma_`x' "Valor Medio Acessibilidade `x'"
label var Per_A_`x' "Percentual Acessibilidade `x'"
**como o peso é iguala a 100%, então
gen VRIF_`x'=vma_`x'
label var VRIF_`x' "Valor Relacionamento Informais `x'"

**O RIF É IGUAL A.

*REDES INTERORGANIZACIONAIS
egen soma=rowtotal(B1_Redес*_`x')
egen st=total(soma)
gen vmp3_`x'=st/5
drop soma st
gen Per_P3_`x'=(vmp3_`x'/_N)*100
label var vmp3_`x' "Valor Medio Parcerias Publico-privadas `x'"
label var Per_P3_`x' "Percentual Parcerias Publico-Privadas `x'"
**novamente, o peso de p3 é 100%
gen VRIT_`x'=vmp3_`x' //só para não confundir
label var VRIT_`x' "Valor Redes Interorganizadas `x'"

**INDICADOR DE COOPERAÇÃO
egen soma= rowtotal(VRC_`x' VRIF_`x' VRIT_`x')
gen VGCP_`x'=soma/3
gen PercentualVGCP_`x'=(VGCP_`x'/_N)*100
drop soma
label var VGCP_`x' "Valor Grau de Cooperacao `x'"
label var PercentualVGCP_`x' "Percentual Grau de Cooperacao `x'"

*INDICADOR DE COORDENAÇÃO
*Planejamento
egen soma=rowtotal(B2_P*_`x')
egen st=total(soma)
gen VRM_`x'=st/3
gen reun_percentual_`x'=(VRM_`x'/_N)*100
drop soma st
label var VRM_`x' "Valor Planejamento `x'"
label var reun_percentual_`x' "Percentual Planejamento `x'"

*Formalização
egen soma=rowtotal(B2_F*_`x')
egen st=total(soma)
gen VMD_`x'=st/7
gen documental_percentual_`x'=(VMD_`x'/_N)*100
drop soma st
label var VMD_`x' "Valor Formalizacao `x'"
label var documental_percentual_`x' "Percentual Formalizacao `x'"

*controle
*subcategoria: gestão de risco
egen Cvmgr_`x'=total(B2_C1_`x')
gen Cvmrg_percentual_`x'=(Cvmgr_`x'/_N)*100
label var Cvmgr_`x' "Valor Medio Sistema de Gestao de Risco `x'"
label var Cvmrg_percentual_`x' "Percentual Sistema de Gestao de Risco
`x'"

```

```

*subcategoria:conflito de interesse

egen soma=rowtotal(B2_C2_`x' B2_C3_`x')
egen st=total(soma)
gen vmci_`x'=st/2
gen conflito_int_`x'=(vmci_`x'/_N)*100
drop soma st
label var vmci_`x' "Valor Medio Conflito de Interesse `x'"
label var conflito_int_`x' "Percentual Conflito de Interesse `x'"

**indicador Controle
gen VC_`x'=(Cvmgr_`x'*(1/3))+(vmci_`x'*(2/3))
gen Per_VC_`x'=(VC_`x'/_N)*100
label var VC_`x' "Valor Controle `x'"
label var Per_VC_`x' "Percentual Controle `x'"

*Orientação
egen soma=rowtotal(B2_O*_L)
egen st=total(soma)
gen VMFD_`x'=st/3
gen vmfd_percentual_`x'=(VMFD_`x'/_N)*100
drop soma st
label var VMFD_`x' "Valor Orientacao `x'"
label var vmfd_percentual_`x' "Percentual Orientacao `x'"

*Direcionamento
egen auto_`x'=total(B2_D1_`x')
gen auto_percentual_`x'=(auto_`x'/_N)*100
label var auto_`x' "Valor Medio Autoavaliacao `x'"
label var auto_percentual_`x' "Percentual Autoavaliacao `x'"

egen feedback_`x'=total(B2_D2_`x')
gen feedback_percentual_`x'=(feedback_`x'/_N)*100
label var feedback_`x' "Valor Medio Feedback `x'"
label var feedback_percentual_`x' "Percentual Feedback `x'"

gen VDI_`x'=(auto_`x'*0.5)+(feedback_`x'*0.5)
gen Per_VDI_`x'=(VDI_`x'/_N)*100
label var VDI_`x' "Valor Direcionamento `x'"
label var Per_VDI_`x' "Percentual Direcionamento `x'"

*DELIBERAÇÕES
egen vmt_`x'=total(B2_DEL1_`x')
gen vmt_percentual_`x'=(vmt_`x'/_N)*100
label var vmt_`x' "Valor Medio Tomada de Decisoes `x'"
label var vmt_percentual_`x' "Percentual Tomada de Decisoes `x'"

egen soma=rowtotal(B2_DEL2_`x' B2_DEL3_`x' B2_DEL4_`x')
egen st=total(soma)
gen vmco_`x'=st/3
gen vmco_percentual_`x'=(vmco_`x'/_N)*100

label var vmco_`x' "Valor Medio Consenso `x'"
label var vmco_percentual_`x' "Percentual Consenso `x'"

gen VDE_`x'=(vmt_`x'*(1/4))+(vmco_`x'*(3/4))
gen per_VDE_`x'=(VDE_`x'/_N)*100
label var VDE_`x' "Valor Deliberacoes `x'"

```

```

label var per_VDE_`x' "Percentual Deliberacoes `x'"

drop soma st

*INDICADOR DE COORDENAÇÃO
egen st=rowtotal(VDE_`x' VDI_`x' VRM_`x' VMD_`x' VC_`x' VMFD_`x')
gen VGCD_`x'= st/6

gen percentual_GGd_`x'=(VGCD_`x'/_N)*100
drop st

label var VGCD_`x' "Valor Grau de Coordenacao `x'"
label var percentual_GGd_`x' "Percentual Grau de Coordenacao `x'"

*INDICADOR DE COLABORAÇÃO
**CATEGORIA : Formalização
egen soma=rowtotal(B3_F*_`x')
egen st=total(soma)
gen VF_`x'=st/2
gen percentual_vf_`x'=(VF_`x'/_N)*100
drop soma st
label var VF_`x' "Valor Formalizacao `x'"
label var percentual_vf_`x' "Percentual Formalizacao `x'"

*CATEGORIA: Informalização
egen soma=rowtotal(B3_INF*_`x')
egen st=total(soma)
gen VIF_`x'=st/2
gen per_VIF_`x'=(VIF_`x'/_N)*100
drop soma st
label var VIF_`x' "Valor Informalizacao `x'"
label var per_VIF_`x' "Percentual Informalizacao `x'"

*CATEGORIA: Reciprocidade
egen soma=rowtotal(B3_RE*_`x')
egen st=total(soma)
gen VR_`x'=st/4
gen per_VR_`x'=(VR_`x'/_N)*100
drop soma st
label var VR_`x' "Valor Reciprocidade `x'"
label var per_VR_`x' "Percentual Reciprocidade `x'"

*CATEGORIA:confiança
*subcategorial:legitimidade
egen soma=rowtotal(B3_C1_`x' B3_C2_`x')
egen st=total(soma)
gen vml_`x'=st/2
gen per_vml_`x'=(vml_`x'/_N)*100
drop soma st
label var vml_`x' "Valor Medio Legitimidade `x'"
label var per_vml_`x' "Percentual Legitimidade `x'"

*subcategorial2:
egen vmet_`x'=total(B3_C3_`x')
gen per_vmet_`x'=(vmet_`x'/_N)*100
label var vmet_`x' "Valor Medio Estabilidade `x'"
label var per_vmet_`x' "Percentual Estabilidade `x'"

```

```

*Indicador confiança
gen VConfi_`x'=(vml_`x'*(2/3))+(vmet_`x'*(1/3))
gen per_VConfi_`x'=(VConfi_`x'/_N)*100
label var VConfi_`x' "Valor Confianca `x'"
label var per_VConfi_`x' "Percentual Confianca `x'"

*CATEGORIA: Ações conjunta
egen soma=rowtotal(B3_ACOES*_`x')
egen st=total(soma)
gen VAC_`x'=st/4
gen per_VAC_`x'=(VAC_`x'/_N)*100
drop soma st
label var VAC_`x' "Valor Acoes Conjuntas `x'"
label var per_VAC_`x' "Percentual Acoes Conjuntas `x'"

*CATEGORIA: Autoridade Compartilhada
egen VACO_`x'=total(B3_AUTORIDADE_`x')
gen per_VACO_`x'=(VACO_`x'/_N)*100
label var VACO_`x' "Valor Autoridades Compartilhadas `x'"
label var per_VACO_`x' "Percentual Autoridade Compartilhadas `x'"

**INDICADOR DE COLABORAÇÃO
egen st=rowtotal(VF_`x' VIF_`x' VR_`x' VConfi_`x' VAC_`x' VACO_`x')
gen VGcb_`x'=st/6
gen Gcb_percentual_`x' =(VGcb_`x'/_N)*100
drop st
label var VGcb_`x' "Valor do Grau de Colaboracao `x'"
label var Gcb_percentual_`x' "Percentual Grau de Colaboracao `x'"
}

***Estatística descritiva

gen sex=1 if sexo=="Masculino"
replace sex=0 if sex==.

label define sexo 1 "Masculino" 0 "Feminino"
label values sex sexo

set scheme sj
graph pie, over(sex) legend(on) pie(1, color(ltblue)) pie(2, explode(1)
color(dkorange)) plabel(1 percent, size(large)) plabel(2 percent,
size(large))
graph expor sexo_pie.png, as(png) name("Graph") replace

*gerando a variável de categoria em idade
egen idade_cat=cut(idade) ,at(18,31,41,51,71) label

label list
label define idade_cat 0 "De 18 a 30 anos" 1 "De 31 a 40 anos" 2 "De 41
a 50 anos" 3 "De 50 a 70 anos" 4 "Mais de 70 anos", modify

tab idade_cat
set scheme sj
graph bar, over(idade_cat) bar(1, fcolor(navy)) ytitle(Porcentagem (%))
graph expor idade_bar.png, as(png) name("Graph") replace

**Transformando variáveis em variáveis numéricas.

```

```

encode tipo_trabalho, g(tipo_trab)
encode remuneracao, g(remu)
encode tempo, g(tem)
encode escolaridade, g(escola)
encode formacao, g(form)
drop tipo_trabalho remuneracao tempo escolaridade formacao
rename (tipo_trab remu tem escola form) (tipo_trabalho remuneracao
tempo escolaridade formacao)

***Gráfico de pizza
set scheme tab2
graph pie, over(tipo_trabalho) legend(on size(medium) box) pie(1,
color(ltblue)) pie(2, explode(1) color(dkorange)) plabel(1 percent,
size(large)) plabel(2 percent, size(large))
graph expor tipo_trabalho_pie.png, as(png) name("Graph") replace

set scheme tab2
graph pie, over(tempo) legend(on size(medium) box) plabel(1 percent,
size(large)) plabel(2 percent, size(large)) plabel(3 percent,
size(large)) plabel(4 percent, size(large)) plabel(5 percent,
size(large))
graph expor tempo_pie.png, as(png) name("Graph") replace

graph hbar, over(remuneracao) bar(1, fcolor(navy)) ytitle(Porcentagem
(%))
graph expor remuneracao_bar.png, as(png) name("Graph") replace

label define escola 3 "Pós Graduação (D.Sc.)" 4 "Pós Graduação
(M.Sc.)", modify
graph hbar, over(escolaridade) bar(1, fcolor(blue)) ytitle(Porcentagem
(%))
graph expor escolaridade_bar.png, as(png) name("Graph") replace

graph hbar, over(formacao) bar(1, fcolor(gray)) ytitle(Porcentagem (%))
graph expor formacao_bar.png, as(png) name("Graph") replace

*Quadro de estatística descritiva: só para observar os valores médios

estpost tabstat idade sex remuneracao tempo escolaridade, s (mean sd)
columns(statistics)
esttab using descriptive_statistics.rtf, main(mean) aux(sd) nstar uns
nonote label nonum title(Descriptive Statistics) mtitles("Media")
replace

**Olhando os indicadores

***Cooperativas

foreach x in L E N In {
estpost tabstat vmgr_`x' vmi_`x' VRC_`x' vma_`x' VRIF_`x' vmp3_`x'
VRIT_`x' VGCP_`x', s(mean) columns (statistics)
esttab using indicadorCooperativas_`x'.rtf, main(mean) uns nonote
label nonum title(Indicadores de Cooperacao `x') mtitles("Indicador")
replace

```

```

}

foreach x in L E N In {
estpost tabstat gr_porcentagem`x' Pisonomia`x' Per_RC`x' Per_A`x'
Per_P3`x' PercentualVGCP`x', s(mean) columns (statistics)
esttab using indicadorCooperativas_Per`x'.rtf, main(mean) uns nonote
label nonum title(Indicadores de Cooperacao `x') mtitles("Percentual")
replace
}

```

****Coordenacao**

```

foreach x in L E N In {
estpost tabstat VRM`x' VMD`x' Cvmgr`x' vmci`x' VC`x' VMFD`x'
auto`x' feedback`x' VDI`x' vmtd`x' vmco`x' VDE`x' VGCD`x',
s(mean) columns (statistics)
esttab using indicadorCoordenacao`x'.rtf, main(mean) uns nonote label
nonum title(Indicadores de Coordenacao `x') mtitles("Indicador")
replace
}

```

```

foreach x in L E N In {
estpost tabstat reun_percentual`x' documental_percentual`x'
Cvmrg_percentual`x' conflito_int`x' Per_VC`x' vmfd_percentual`x'
auto_percentual`x' feedback_percentual`x' Per_VDI`x'
vmtd_percentual`x' vmco_percentual`x' per_VDE`x' percentual_GGd`x',
s(mean) columns (statistics)
esttab using indicadorCoordenacao_Per`x'.rtf, main(mean) uns nonote
label nonum title(Indicadores de Coordenacao `x') mtitles("Percentual")
replace
}

```

****Colaboração**

```

foreach x in L E N In {
estpost tabstat VF`x' VIF`x' VR`x' vml`x' vmet`x' VConfi`x'
VAC`x' VACO`x' VGcb`x', s(mean) columns (statistics)
esttab using indicadorcolaboracao`x'.rtf, main(mean) uns nonote label
nonum title(Indicadores de Colaboracao `x') mtitles("Indicador")
replace
}

```

```

foreach x in L E N In {
estpost tabstat percentual_vf`x' per_VIF`x' per_VR`x' per_vml`x'
per_vmet`x' per_VConfi`x' per_VAC`x' per_VACO`x'
Gcb_percentual`x', s(mean) columns (statistics)
esttab using indicadorcolaboracao_Per`x'.rtf, main(mean) uns nonote
label nonum title(Indicadores de Colaboracao `x') mtitles("Percentual")
replace
}

```

*****Informação e comparação entre os indicadores de cooperação**

```

graph bar (mean) VGCP_L (mean) VGCP_E (mean) VGCP_N (mean) VGCP_In,
blabel(bar) legend( rows(4) size(medium) label(1 "Valor Grau de
Cooperação Local" ) label(2 "Valor Grau de Cooperação Estadual")

```

```

label(3 "Valor Grau de Cooperação Nacional" ) label(4 "Valor Grau de
Cooperação Internacional" ))
graph expor cooperacao.png, as(png) name("Graph") replace

graph bar (mean) PercentualVGCp_L (mean) PercentualVGCp_E (mean)
PercentualVGCp_N (mean) PercentualVGCp_In, blabel(bar) legend( rows(4)
size(medium) label(1 "Percentual Grau de Cooperação Local" ) label(2
"Percentual Grau de Cooperação Estadual") label(3 "Percentual Grau de
Cooperação Nacional" ) label(4 "Percentual Grau de Cooperação
Internacional" ))
graph expor cooperacao_per.png, as(png) name("Graph") replace

****Informação e comparação entre os indicadores de coordenação
graph bar (mean) VGCd_L (mean) VGCd_E (mean) VGCd_N (mean) VGCd_In,
blabel(bar) legend( rows(4) size(medium) label(1 "Valor Grau de
Coordenação Local" ) label(2 "Valor Grau de Coordenação Estadual")
label(3 "Valor Grau de Coordenação Nacional" ) label(4 "Valor Grau de
Coordenação Intervacional" ))
graph expor coordenacao.png, as(png) name("Graph") replace

graph bar (mean) percentual_GGd_L (mean) percentual_GGd_E (mean)
percentual_GGd_N (mean) percentual_GGd_In, blabel(bar) legend( rows(4)
size(medium) label(1 "Percentual Grau de Coordenação Local" ) label(2
"Percentual Grau de Coordenação Estadual") label(3 "Percentual Grau de
Coordenação Nacional" ) label(4 "Percentual Grau de Coordenação
Internacional" ))
graph expor coordenacao_per.png, as(png) name("Graph") replace

**Informações e comparação entre indicadores de colaboração
graph bar (mean) VGCb_L (mean) VGCb_E (mean) VGCb_N (mean) VGCb_In,
blabel(bar) legend( rows(4) size(medium) label(1 "Valor Grau de
Colaboração Local" ) label(2 "Valor Grau de Colaboração Estadual")
label(3 "Valor Grau de Colaboração Nacional" ) label(4 "Valor Grau de
Colaboração Internacional" ))
graph expor colaboracao.png, as(png) name("Graph") replace

graph bar (mean) GCb_percentual_L (mean) GCb_percentual_E (mean)
GCb_percentual_N (mean) GCb_percentual_In, blabel(bar) legend( rows(4)
size(medium) label(1 "Percentual Grau de Colaboração Local" ) label(2
"Percentual Grau de Colaboração Estadual") label(3 "Percentual Grau de
Colaboração Nacional" ) label(4 "Percentual Grau de Colaboração
Internacional" ))
graph expor colaboracao_per.png, as(png) name("Graph") replace

*Indicador de Grau de Governança
foreach x in L E N In {
egen st=rowtotal(VGCp_`x' VGCd_`x' VGcb_`x')
gen Grau_Gover_`x'=st/3
gen per_GG_`x'=(Grau_Gover_`x'/_N)*100
drop st
}

graph bar (mean) Grau_Gover_L (mean) Grau_Gover_E (mean) Grau_Gover_N
(mean) Grau_Gover_In, bar(1, fcolor(blue)) bar(2, fcolor(red)) bar(3,
fcolor(navy)) blabel(bar) legend( rows(4) size(medium) label(1 "Valor
do Grau de Governança Local" ) label(2 "Valor de Grau de Governança

```

```
Estadual") label(3 "Valor de Grau de Governança Nacional" ) label(4  
"Valor de Grau de Governança Internacional" )  
graph expor GG.png, as(png) name("Graph") replace
```

```
graph bar (mean) per_GG_L (mean) per_GG_E (mean) per_GG_N (mean)  
per_GG_In, bar(1, fcolor(blue)) bar(2, fcolor(red)) bar(3,  
fcolor(navy)) xlabel(bar) legend( rows(4) size(medium) label(1  
"Percentual de Grau de Governança Local" ) label(2 "Percentual de Grau  
de Governança Estadual") label(3 "Percentual de Grau de Governança  
Nacional" ) label(4 "Percentual de Grau de Governança Internacional" )  
graph expor GG_per.png, as(png) name("Graph") replace
```

APÊNDICE D – Autorização da Pesquisa**AUTORIZAÇÃO DA PESQUISA**

Eu, _____

na qualidade de responsável pelo(a) _____ de Florianópolis/SC, autorizo a realização da pesquisa intitulada “*Governança Multinível no contexto das Cidades Criativas da UNESCO e sua relação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU*”, a ser conduzida sob responsabilidade do pesquisador Magnus Luiz Emmendoerfer e assistente de pesquisa Elias José Mediotte, e declaro, que esta instituição apresenta infraestrutura necessária à realização da referida pesquisa. Esta autorização só é válida no caso de haver parecer favorável do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Viçosa para a referida pesquisa.

Florianópolis/SC, _____ de _____ de 2022.

Assinatura (Carimbo)

APÊNDICE E – Atestado da Pesquisa de Campo**ATESTADO**

Atesto(amos) para os devidos fins que se fizerem necessários, que o Pesquisador(a) Elias José Mediotte, membro do Grupo de Investigação em Gestão e Desenvolvimento de Territórios Criativos (GDTeC) do Núcleo de Administração e Políticas Públicas (NAP2) da Universidade Federal de Viçosas (UFV) **realizou pesquisa de campo in loco** _____, **na cidade de Florianópolis (SC) no período de _____ a _____, no âmbito do projeto "Governança Multinível e Desenvolvimento Sustentável: um estudo sobre Cidades Criativas da Gastronomia da Unesco em perspectiva comparada internacional"**, com financiamento do CNPq-Brasil (Processo 404606/2021-0), coordenado pelo professor Dr. Magnus Luiz Emmendoerfer, e respeitando os preceitos éticos aplicado à seres vivos em pesquisas nas áreas de conhecimento em ciências sociais aplicadas.

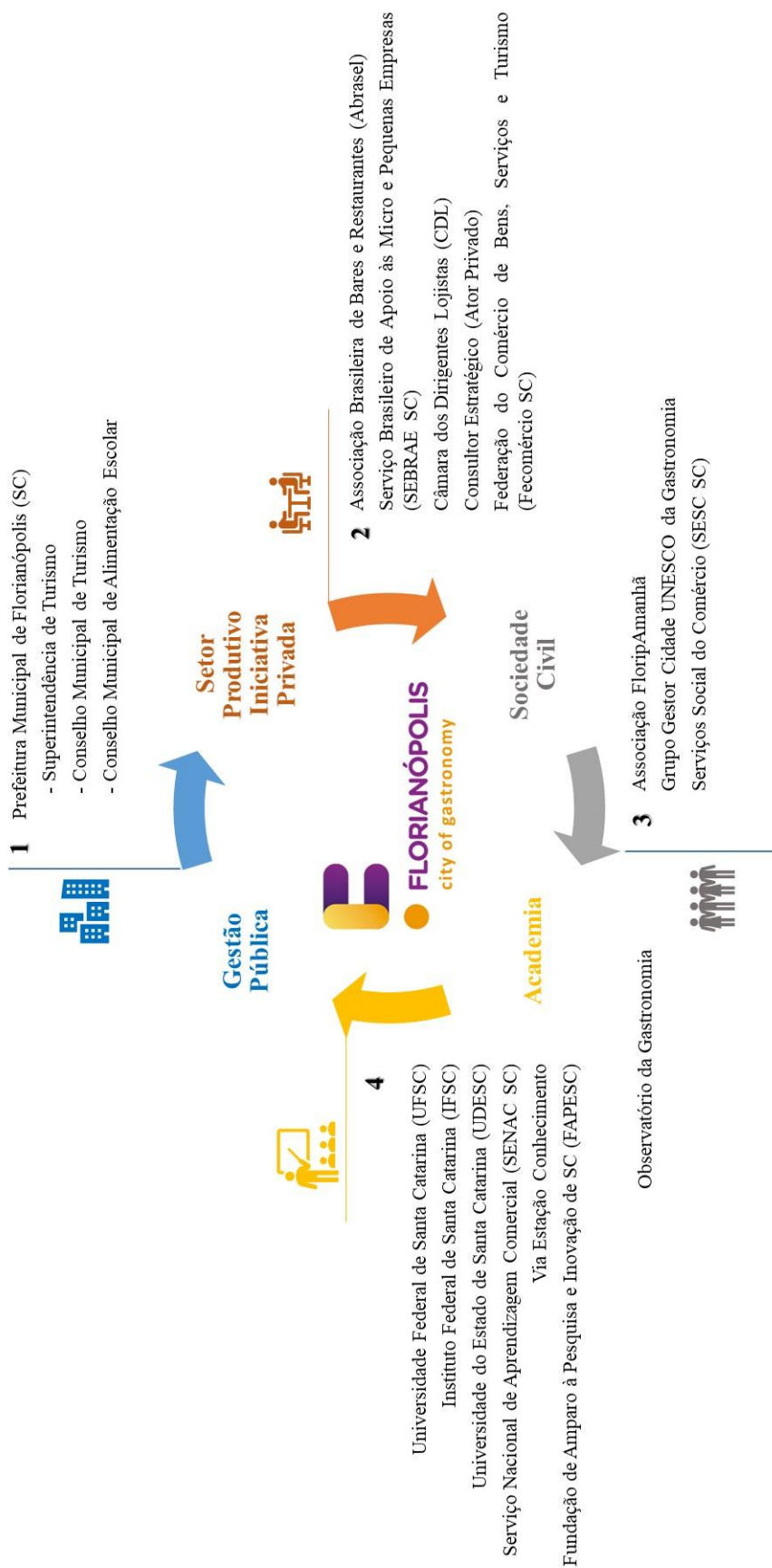
Data:

Local:

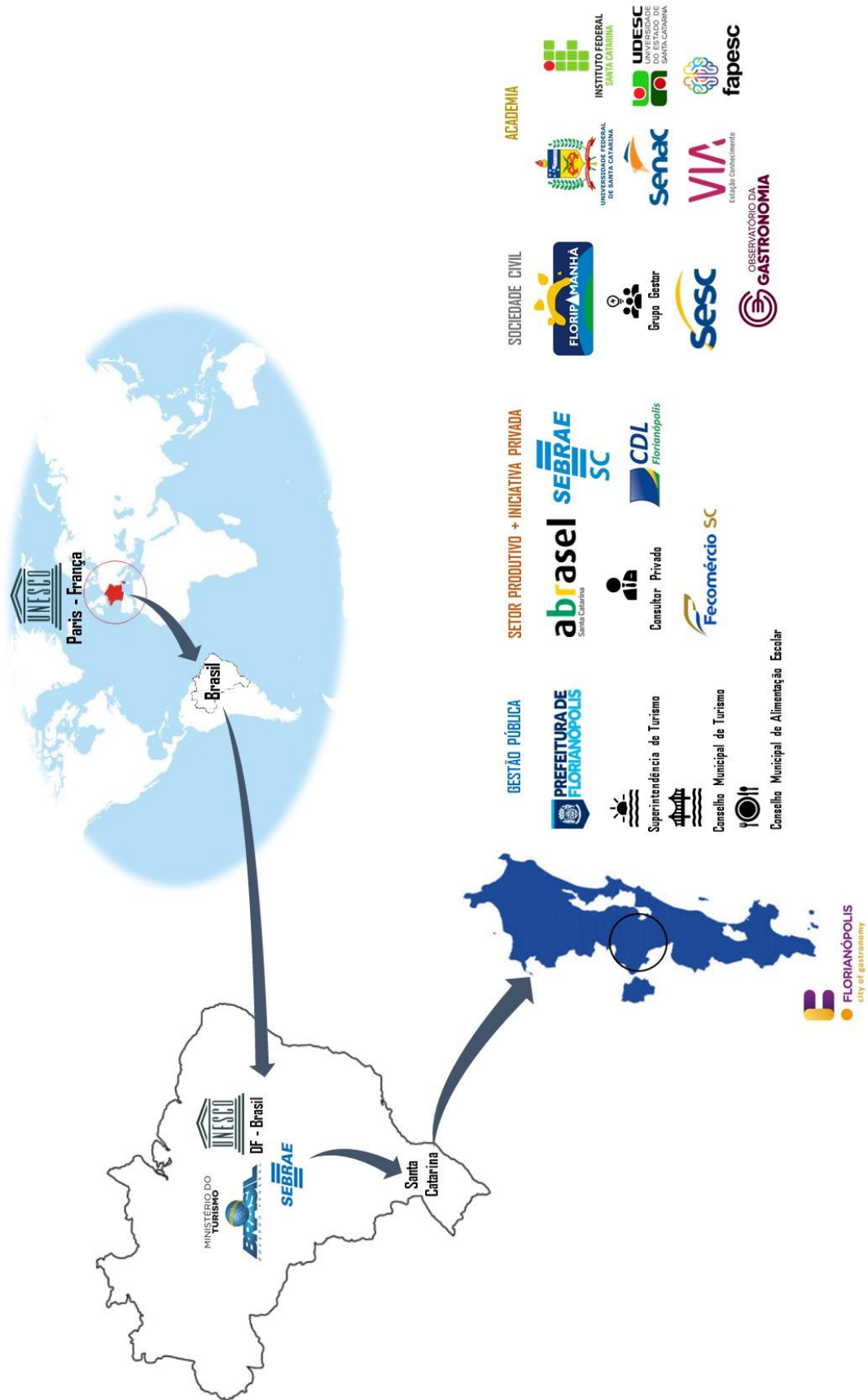
Nome:

CPF:

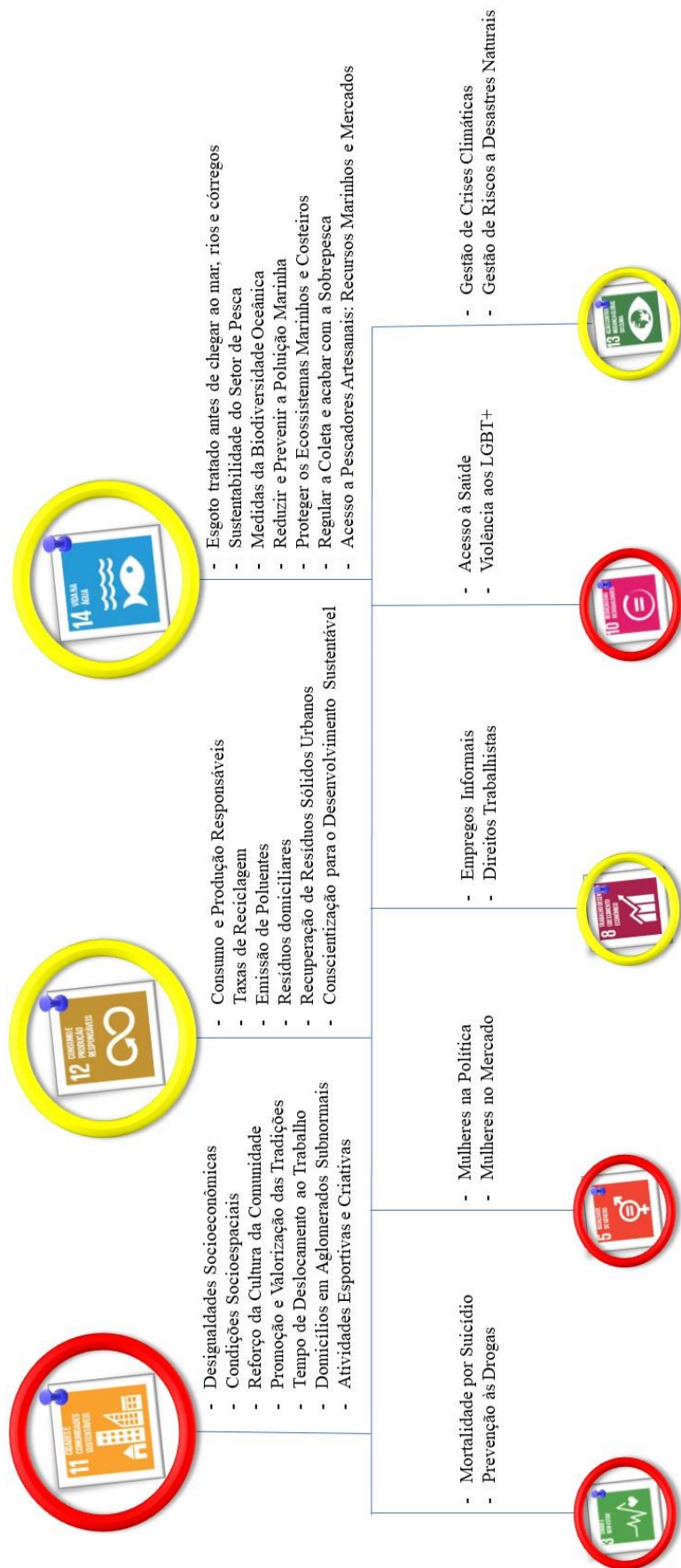
APÊNDICE F – Rede de Governança de Florianópolis (SC) Pós Mapeamento



APÊNDICE G – Distribuição Socio-interorganizacional da Governança Multinível da UCCN a partir de Florianópolis (SC)



APÊNDICE H – Florianópolis e os ODS da ONU – Principais desafios à Governança



APÊNDICE I – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE

O(A) Sr.(a) está sendo convidado(a) como voluntário(a) a participar da pesquisa **GOVERNANÇA MULTINÍVEL NO CONTEXTO DAS CIDADES CRIATIVAS DA UNESCO E SUA RELAÇÃO COM OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS) DA ONU**. Nesta pesquisa pretendemos: Analisar a relação da Governança Multinível no contexto das Cidades Criativas da Gastronomia para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU e compreender se a chancela da Cidade Criativa da Gastronomia está sendo estimulada, de maneira inclusiva, resiliente e sustentável, em decorrência do estímulo ao turismo, sob a égide do selo criativo, bem como mapear os atores e instâncias vinculados à Rede de Cidades Criativas da UNESCO no Brasil, a partir da chancela da Gastronomia; Avaliar a Governança Multinível da Rede de Cidades Criativas da Gastronomia no Brasil e a sua relação com a UNESCO; Identificar os elementos determinantes e influenciados pela operacionalização da Governança para produzir as Cidades Criativas no Brasil; Compreender os fatores que facilitam e os que limitam o alcance dos ODS da ONU, a partir dos indicadores de desenvolvimento sustentável (IDSC-BR) para as Cidades Criativas da Gastronomia no Brasil.

O motivo que nos leva a estudar a Governança Multinível e a sua relação com as Cidades Criativas da UNESCO é a busca por compreender a ação e o grau de cooperação, colaboração e coordenação existentes nas Organizações ou Instâncias de Governança (IDCs – Instâncias Deliberativas Coletivas), de forma a relacionar a sua atuação com o planejamento público à luz do desenvolvimento sustentável, por meio da chancela da Gastronomia. Para esta pesquisa adotaremos os seguintes procedimentos: Pesquisa quantitativa e qualitativa através de questionário, entrevista com gravação de áudio, observação não participante, análise estatística descritiva, entrevista com gravação de áudio, análise documental e análise do discurso crítica para auxiliar na construção da análise dos resultados, além da pesquisa bibliográfica. Utilizaremos o *Snowball* (bola de neve) que consiste, a partir de indicações do FlóripAmanhã de Florianópolis (SC), identificarmos o maior número de Organizações e/ou IDCs no município. Tanto as entrevistas quanto o preenchimento do questionário Instrumento de Coleta de Dados (ICD) serão realizados presencialmente com 20 representantes dos principais segmentos públicos, privados e da comunidade civil de Florianópolis (SC), preferencialmente em sua dependência de atuação, na qual opera como representante ou responsável pela organização e/ou IDC. Para as entrevistas, serão realizadas com uso de aparelho celular móvel, totalizando o tempo previsto de aproximadamente 90 minutos. Por saber que a utilização de técnicas como questionários e entrevistas com gravação de áudio podem expor dados pessoais dos participantes da pesquisa ou mesmo inibi-los, inclusive pela observação não participante, a responder de maneira fiel a realidade, caso alguma dessas situações ocorra, por gentileza, fique à vontade em interromper a sua participação, em qualquer fase da pesquisa, sem qualquer penalidade. Os dados coletados serão tratados com confidencialidade, sendo analisados pelos pesquisadores envolvidos no estudo, podendo ser utilizados em outras pesquisas mantendo a mesma confidencialidade quanto às informações neles constantes. Cada participante da pesquisa será tratado por códigos e somente os pesquisadores saberão identificar, de modo a assegurar a privacidade do participante da pesquisa.

Os riscos envolvidos na pesquisa consistem em risco de exposição acidental dos dados pessoais dos participantes da pesquisa; risco de inibição do participante da pesquisa frente à realidade, por receio de não expor o ambiente de atuação, por conter termos e expressões técnicos no questionário ou na entrevista, por cansaço eventual ou por embaraço, intrínsecos ao próprio participante da pesquisa. Poderá haver risco de desconforto e inibição ou até mesmo constrangimento devido à sensação de estar sendo observado. Risco de haver uma possibilidade de identificação de quem respondeu às questões relacionando o participante da pesquisa à sua instituição de origem.

Para minimizar tais riscos, serão observados os devidos cuidados: explicar o objetivo, a natureza do trabalho e motivo de escolha do participante da pesquisa, garantir anonimato e sigilo, ponderar sobre conteúdo das perguntas, dar liberdade para que o participante da pesquisa se expresse livremente ao longo da entrevista. Ainda, para garantir o sigilo e confidencialidade dos participantes da pesquisa, evitando que haja qualquer ligação à sua instituição de origem, as questões constituídas nos roteiros de entrevistas e no Instrumento de Coleta de Dados (ICD), bem como da apresentação dos dados no trabalho final e outras pesquisas relacionadas a este, serão apresentados como “Organizações” ou “Instâncias” de Governança ou pela sigla IDC (Instância Deliberativa Coletiva). Além disso, tanto os roteiros de entrevistas quanto o ICD constarão de questões genéricas em vez de questões específicas, que possam comprometer o sigilo e a confidencialidade dos participantes da pesquisa. Os participantes da pesquisa serão nomeados através de códigos, com a sigla PP (Participante da Pesquisa), obedecendo os critérios previstos pelo Comitê de Ética, estando de acordo com a Norma Operacional CNS nº 01/2013, item 3.3, “i”. A numeração que segue a sigla dos PP (exemplo: PP1 – PP2 etc.) será realizada através do Excel, pelo Visual Basic, através de comando para gerar os números aleatórios sem repetição.

Os benefícios da pesquisa poderão trazer respostas importantes tanto para a área acadêmica, para as Organizações ou Instâncias de Governança envolvidas com a chancela UNESCO da Cidade Criativa da Gastronomia, e para a comunidade geral que atua ou que depende do Turismo e da Economia Criativa frente a esta chancela. Inclusive para os participantes da pesquisa, dentre os benefícios do presente estudo destacam-se: contribuirão para permitir o avanço no conhecimento da complexidade das relações entre a Governança Multinível e o planejamento público para o desenvolvimento local de Florianópolis, bem como o

desenvolvimento da Rede de Cidades Criativas da UNESCO. Gerar informações que contribuirão para o crescimento e desenvolvimento do Turismo e da Economia Criativa relativos ao processo de planejamento com enfoque na sustentabilidade, diante das evidências de Governança presentes nas Organizações ou IDCs, visando demonstrar aos seus participantes ou representantes constituintes, através de diálogo e interdisciplinaridade, a forma como as deliberações são tomadas e às relações intra e interorganizacionais, a fim de esclarecer a forma que as Cidades Criativas têm sido concebidas, planejadas e operacionalizadas por meio da chancela UNESCO da Gastronomia com base nas premissas do desenvolvimento sustentável.

Para participar deste estudo o(a) Sr.(a) não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Apesar disso, diante de eventuais danos, identificados e comprovados, decorrentes da pesquisa, o(a) Sr.(a) tem assegurado o direito à indenização, conforme dispõe a resolução 446/2012. O(A) Sr.(a) tem garantida plena liberdade de recusar-se a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem necessidade de comunicado prévio. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que o(a) Sr.(a) é atendido(a) pelo pesquisador. Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. O(A) Sr.(a) não será identificado(a) em nenhuma publicação que possa resultar. Seu nome ou o material que indique sua participação não serão liberados sem a sua permissão.

Este termo de consentimento encontra-se disponível em duas vias originais, sendo que uma será arquivada pelo pesquisador responsável, em um HD externo que ficará em sua sala no Departamento de Administração e Contabilidade da UFV sob os cuidados do pesquisador responsável, e a outra será fornecida ao Sr.(a). Os dados e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável por um período de 5 (cinco) anos após o término da pesquisa. Depois desse tempo, os mesmos serão destruídos. Os pesquisadores tratarão a sua identidade com padrões profissionais de sigilo e confidencialidade, atendendo à legislação brasileira, em especial, à Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, e utilizarão as informações somente para fins acadêmicos e científicos.

Os resultados da pesquisa serão informados aos participantes e/ou à comunidade local por meio de publicação em Anais de Eventos/Congressos e publicação em periódicos.

Eu, _____, fui informado(a) dos objetivos da pesquisa **GOVERNANÇA MULTINÍVEL NO CONTEXTO DAS CIDADES CRIATIVAS DA UNESCO E SUA RELAÇÃO COM OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS) DA ONU** de maneira clara e detalhada, e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão de participar se assim o desejar. Declaro que concordo em participar, inclusive autorizo expressamente a gravação de áudio. Recebi uma via original deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer minhas dúvidas.

Se desejar outras informações sobre o projeto, entre em contato com o pesquisador responsável abaixo nominado.

Nome do Pesquisador Responsável: Magnus Luiz Emmendoerfer
Endereço: Av. P.H. Rolfs, s/n, Campus Universitário UFV. Departamento de Administração e Contabilidade. Viçosa, MG.
Telefone: (31)3612-7008
E-mail: magnus@ufv.br

Você está recebendo uma via do presente termo que se encontra de acordo com a **Resolução CNS 466/2012**.

Em caso de discordância ou irregularidades sob o aspecto ético desta pesquisa, você poderá consultar:

CEP/UFV – Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos
 Universidade Federal de Viçosa - Edifício Arthur Bernardes, piso inferior
 Av. PH Rolfs, s/n – Campus Universitário
 Cep: 36570-900 Viçosa/MG - Telefone: (31)3612-2316
 E-mail: cep@ufv.br / www.cep.ufv.br

Florianópolis, _____ de _____ de 20 ____.

Assinatura do Participante da Pesquisa

Assinatura do Pesquisador

Prof. Magnus Luiz Emmendoerfer



ANEXO A – Declaração de Missão da UCCN



MISSION STATEMENT

Mission

Launched in 2004, the UNESCO Creative Cities Network (UCCN) aims to **strengthen cooperation with and among cities that have recognized creativity as a strategic factor of sustainable development as regards economic, social, cultural and environmental aspects.**

By joining the Network, cities acknowledge their commitment to sharing best practices, developing partnerships that promote creativity and the cultural industries, strengthening participation in cultural life and integrating culture in urban development plans.

The Network further commits to supporting the United Nations frameworks, particularly the *2030 Agenda for Sustainable Development*.

The UNESCO Creative Cities Network covers **seven creative fields**: *Crafts and Folk Art, Design, Film, Gastronomy, Literature, Media Arts, and Music.*

Objectives

The UNESCO Creative Cities Network aims to:

- strengthen international cooperation between cities that have recognized creativity as a strategic factor of their sustainable development;
- stimulate and enhance initiatives led by member cities to make creativity an essential component of urban development, notably through partnerships involving the public and private sectors and civil society.
- strengthen the creation, production, distribution and dissemination of cultural activities, goods and services;
- develop hubs of creativity and innovation and broaden opportunities for creators and professionals in the cultural sector;
- improve access to and participation in cultural life as well as the enjoyment of cultural goods and services, notably for marginalized or vulnerable groups and individuals;
- fully integrate culture and creativity into local development strategies and plans.

Areas of action

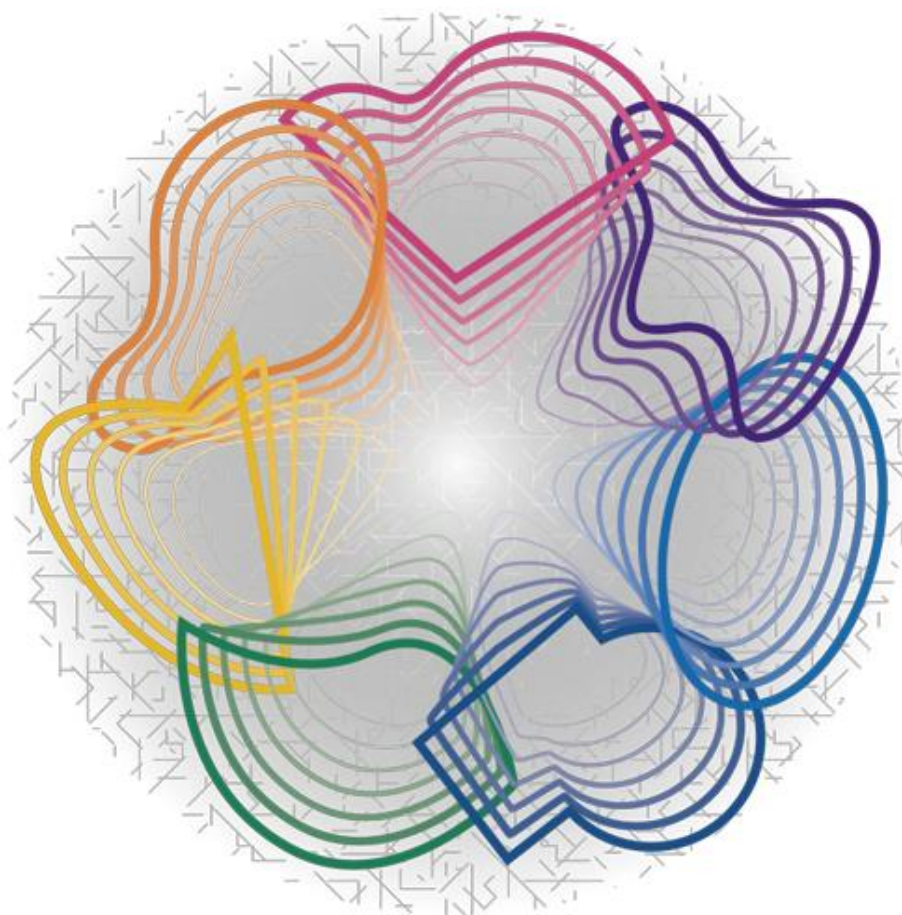
The objectives of the UNESCO Creative Cities Network are implemented both at the level of the member cities and at the international level, notably through the following areas of action:

- sharing experiences, knowledge and best practices;
- pilot projects, partnerships and initiatives associating the public and private sectors, and civil society;
- professional and artistic exchange programmes and networks;
- studies, research and evaluations on the experience of the Creative Cities;
- policies and measures for sustainable urban development;
- communication and awareness raising activities.

ANEXO B – Regulamento de Adesão à Rede de Cidades Criativas UNESCO 2021

APPLICATION GUIDELINES 2021

UNESCO CREATIVE CITIES NETWORK CALL FOR APPLICATIONS 2021

APPLICATION GUIDELINESFonte https://en.unesco.org/creative-cities/sites/default/files/2021-uccn_application-guidelines_0.pdf

ANEXO C – Formulário de Candidatura para UCCN 2022-2023



Call for applications 2023

APPLICATION FORM

Important: Please use this application form for your descriptions and respect the indicated length restrictions. Applications that are not received in the required format, as well as those that are incomplete and/or received after the below-mentioned deadline, will not be considered.

This application form, duly completed, must be sent as an attachment by email to wbcc@unesco.org, with the "subject": Application [name of the candidate-city].

The following documents must be also attached (in one of UNESCO Secretariat working languages – English or French):

- (i) A support letter from the Mayor of the candidate-city
- (ii) A formal letter of endorsement of the candidature from the National Commission for UNESCO of the country in which the city is located
- (iii) Two formal letters of support from active national professional association(s)¹
- (iv) Three photos of your city related to books (JPEG, max. 3MB)
- (v) The "Cession of rights and register of photos" form dully filled

Application forms, accompanied by the documents described above, must be submitted by email to the UNESCO Secretariat no later than **Thursday 15 April 2021** at midnight (Central European Time) using the following address: wbcc@unesco.org.

NAME OF THE CITY	COUNTRY
<u>Mayor of the City</u>	<u>Main contact</u>
Title (Mr/Ms/Mrs):	Title (Mr/Ms/Mrs):
Surname:	Surname:
First name:	First name:
Address:	Function:
Tel:	Name/type of institution:
Email:	Address:
	Tel:
	Email:

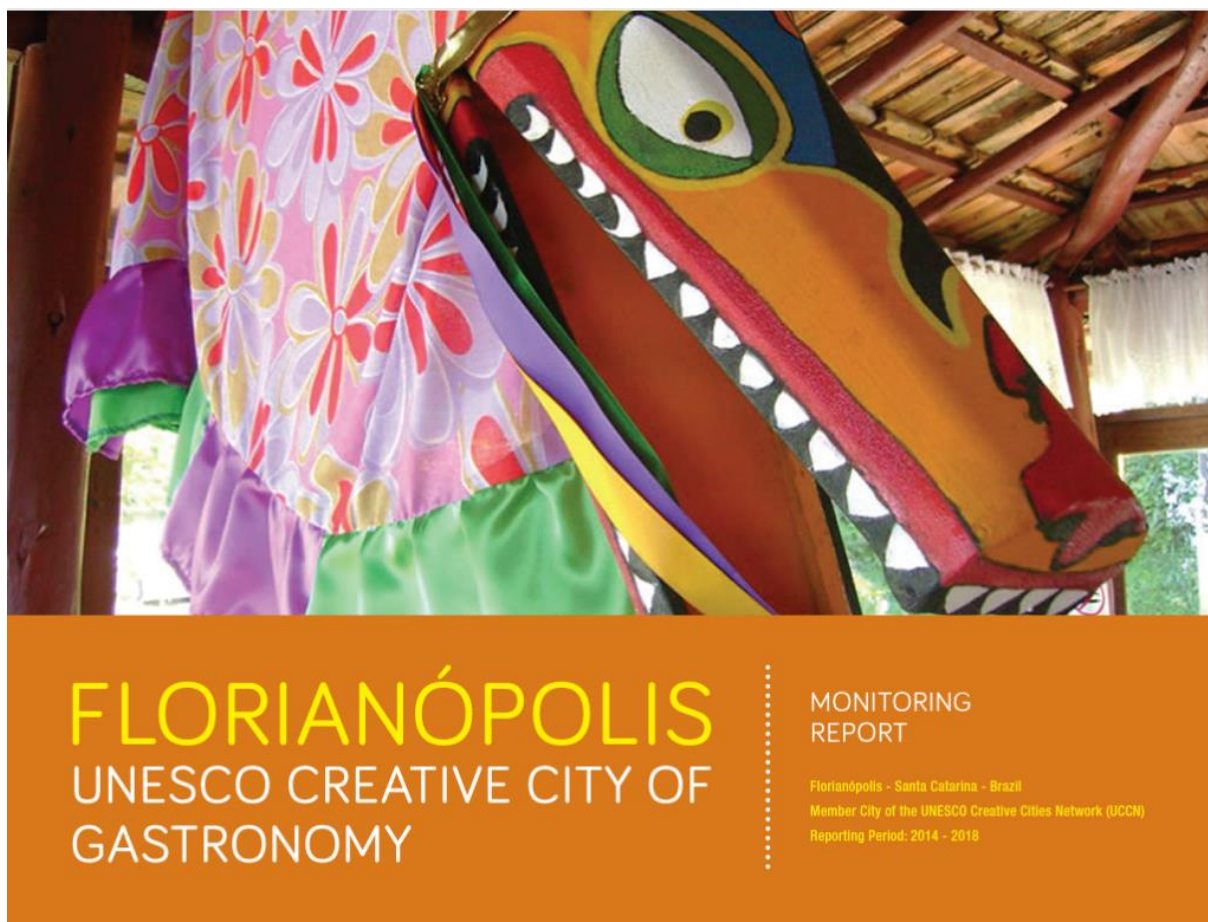
The main contact will be the focal point and correspondent for all communications concerning the UNESCO World Book Capital. He or she should belong to the unit or structure executing and managing the designation. Alternative contact:

¹ For example, a letter of endorsement from the national writers' association.

Fonte: https://en.unesco.org/sites/default/files/applicationform_en_2023.pdf

ANEXO D – Dossiê de Candidatura de Florianópolis (SC) para a UCCN 2013-2014

Fonte: http://floripamanha.org/wp-content/uploads/2014/02/unesco_relatorio_6a_2013.pdf

ANEXO E – Relatório e Monitoramento de Atividades Florianópolis (SC) / 2014-2018

Fonte: https://en.unesco.org/creative-cities/sites/default/files/florianopolis_unesco_relatorio_ingles_1_0.pdf

ANEXO F – Relatório e Monitoramento de Atividades Florianópolis (SC) / 2019-2022

Fonte: <https://materiais.floripamanha.org/relatorio-rede-de-cidades-criativas-da-unesco>

ANEXO G – Relatório Anual de Indicadores de Florianópolis (SC) / 2022

Fonte: <https://materiais.floripamanha.org/rapi-indicadores-da-rede-de-monitoramento-cidadao-2022>

ANEXO H – Indicadores de Desenvolvimento Sustentável relacionados com os ODS da ONU / IDSC BR (2023) – FLORIANÓPOLIS (SC)

ODS 1: Erradicação da pobreza

- Famílias inscritas no Cadastro Único para programas sociais
- Percentual de pessoas inscritas no Cadastro Único que recebem Bolsa Família
- Percentual de pessoas abaixo da linha da pobreza no Cadastro Único pós Bolsa Família
- Pessoas com renda de até 1/4 do salário mínimo

ODS 2: Fome zero e agricultura sustentável

- Obesidade infantil
- Baixo peso ao nascer
- Desnutrição infantil
- Produtores de agricultura familiar com apoio do PRONAF
- Estabelecimentos que praticam agricultura orgânica

ODS 3: Saúde e bem-estar

- Cobertura de vacinas
- Mortalidade por suicídio
- Mortalidade infantil (crianças menores de 1 ano)
- Mortalidade materna
- Mortalidade na infância (crianças menores de 5 anos de idade)
- Mortalidade neonatal (crianças de 0 a 27 dias)
- Mortalidade por Aids
- Incidência de dengue
- Mortalidade por doenças crônicas não-transmissíveis
- Orçamento municipal para a saúde
- População atendida por equipes de saúde da família
- Detecção de hepatite ABC
- Pré-natal insuficiente
- Unidades Básicas de Saúde
- Esperança de vida ao nascer
- Gravidez na adolescência
- Incidência de tuberculose

ODS 4: Educação de qualidade

- Acesso à internet nas escolas do ensino fundamental
- Escolas com dependências adequadas a pessoas com deficiência
- Escolas com recursos para Atendimento Educacional Especializado
- Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) – anos finais
- Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) – anos iniciais
- Jovens com ensino médio concluído até os 19 anos de idade
- Professores com formação em nível superior – Educação Infantil – rede pública
- Professores com formação em nível superior – Ensino Fundamental – rede pública
- Prova Brasil – Língua portuguesa – Anos Finais do Ensino Fundamental – rede municipal
- Prova Brasil – Língua portuguesa – Anos Iniciais do Ensino Fundamental – rede municipal
- Prova Brasil – Matemática – Anos Finais do Ensino Fundamental – rede municipal
- Prova Brasil – Matemática – Anos Iniciais do Ensino Fundamental – rede municipal
- Razão entre o número de alunos e professores na pré-escola
- Razão entre o número de alunos e professores no ensino fundamental
- Adequação idade/ano no Ensino Fundamental
- Analfabetismo na população com 15 anos ou mais
- Centros culturais, casas e espaços de cultura
- Crianças e jovens de 4 a 17 anos na escola

ODS 5: Igualdade de gênero

- Mulheres jovens de 15 a 24 anos de idade que não estudam nem trabalham
- Presença de vereadoras na Câmara Municipal
- Desigualdade de salário por sexo
- Diferença percentual entre jovens mulheres e homens que não estudam e nem trabalham
- Taxa de feminicídio

ODS 6: Água limpa e saneamento

- Doenças relacionadas ao saneamento ambiental inadequado
- Perda de água
- População atendida com serviço de água
- População atendida com esgotamento sanitário
- Índice de tratamento de esgoto

ODS 7: Energia limpa e acessível

- Domicílios com acesso à energia elétrica
- Vulnerabilidade Energética

ODS 8: Trabalho decente e crescimento econômico

- População ocupada entre 10 e 17 anos
- PIB per capita
- Desemprego
- Desemprego de jovens
- Jovens de 15 a 24 anos de idade que não estudam nem trabalham
- Ocupação das pessoas com 16 anos de idade ou mais

ODS 9: Indústria, Inovação e Infraestrutura

- Investimento público em infraestrutura por habitante
- Participação dos empregos em atividades intensivas em conhecimento e tecnologia

ODS 10: Redução das desigualdades

- Renda municipal apropriada pelos 20% mais pobres
- Coeficiente de Gini
- Razão mortalidade infantil
- Razão Gravidez na Adolescência
- Taxa de distorção idade-série nos anos iniciais do Ensino Fundamental
- Taxa de distorção idade-série nos anos finais do Ensino Fundamental
- Risco relativo de homicídios
- Violência contra a população LGBTQI+
- Acesso a equipamentos da atenção básica à saúde
- Razão do rendimento médio real

ODS 11: Cidades e comunidades sustentáveis

- Percentual da população de baixa renda com tempo de deslocamento ao trabalho superior a uma hora
- Mortes no trânsito
- População residente em aglomerados subnormais
- Domicílios em favelas
- Equipamentos esportivos
- Percentual da população negra em assentamentos subnormais

ODS 12: Consumo e produção responsáveis

- Resíduos domiciliares per capita
- Recuperação de resíduos sólidos urbanos coletados seletivamente
- População atendida com coleta seletiva

ODS 13: Ação contra a mudança global do clima

- Emissões de CO₂e per capita
- Concentração de focos de calor
- Proporção de estratégias para gestão de riscos e prevenção a desastres naturais
- Percentual do município desflorestado

ODS 14: Vida na água

- Esgoto tratado antes de chegar ao mar, rios e córregos

ODS 15: Proteger a vida terrestre

- Taxa de áreas florestadas e naturais
- Unidades de conservação de proteção integral e uso sustentável
- Grau de maturidade dos instrumentos de financiamento da proteção ambiental

ODS 16: Paz, justiça e instituições eficazes

- Homicídio juvenil
- Mortes por agressão
- Mortes por armas de fogo
- Taxa de homicídio
- Grau de estruturação da política de controle interno e combate à corrupção
- Grau de estruturação das políticas de participação e promoção de direitos humanos
- Grau de estruturação das políticas de transparência

ODS 17: Parcerias e meios de implementação

- Investimento público
- Total de receitas arrecadadas

Fonte: <https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/profiles/florianopolis-SC/indicators>

ANEXO I – Indicadores de Desenvolvimento Sustentável – IDSC-BR

ODS ONU Agenda 2030	Indicadores	Categorias	Dimensões
ODS 1 Erradicar a Pobreza	Famílias inscritas no Cadastro Único para programas sociais Pessoas com renda de até 1/4 do salário mínimo	Famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica	Socioeconômica
ODS 2 Erradicar a Fome	Obesidade infantil Baixo peso ao nascer Desnutrição infantil Produtores de agricultura familiar com apoio do PRONAF Estabelecimentos que praticam agricultura orgânica	Fome zero e agricultura sustentável Pesticidas perigosas Eficiência na utilização dos recursos (Nitrogênio, Água)	Social
ODS 3 Saúde de Qualidade	Cobertura de vacinas Detecção de hepatite ABC Leitos hospitalares Mortalidade infantil Mortalidade materna Mortalidade na infância Mortalidade neonatal Mortalidade por Aids Incidência de dengue Mortalidade por doenças crônicas não transmissíveis Orçamento municipal para a saúde População atendida por equipes de saúde da família Pré-natal insuficiente Unidades Básicas de Saúde Mortes no trânsito Equipamentos esportivos Expectativa de vida ao nascer Gravidez na adolescência Incidência de tuberculose	Saúde e bem-estar Acessibilidade de serviços de saúde	Social
ODS 4 Educação de Qualidade	Acesso à internet nas escolas dos ensinos fundamental Escolas com dependências adequadas a pessoas com deficiência Escolas com recursos para Atendimento Educacional Especializado Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) - anos finais Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) - anos iniciais Jovens com ensino médio concluído até os 19 anos de idade	Desenvolvimento na primeira infância	Sociocultural

	<p>Professores com formação em nível superior - Educação Infantil - rede pública</p> <p>Professores com formação em nível superior - Ensino Fundamental - rede pública</p> <p>Professores com formação em nível superior - Ensino Médio - rede pública</p> <p>Acesso à internet nas escolas dos ensinos médio</p> <p>Prova Brasil - Língua portuguesa - Anos Finais do Ensino Fundamental - rede municipal</p> <p>Prova Brasil - Língua portuguesa - Anos Iniciais do Ensino Fundamental - rede municipal</p> <p>Prova Brasil - Matemática - Anos Finais do Ensino Fundamental - rede municipal</p> <p>Prova Brasil - Matemática - Anos Iniciais do Ensino Fundamental - rede municipal</p> <p>Razão entre o número de alunos e professores na pré-escola</p> <p>Razão entre o número de alunos e professores no ensino fundamental</p> <p>Razão entre o número de alunos e professores no ensino médio</p> <p>Adequação idade/ano no Ensino Fundamental</p> <p>Analfabetismo na população com 15 anos ou mais</p> <p>Centros culturais, casas e espaços de cultura</p> <p>Crianças e jovens de 4 a 17 anos na escola</p>		
<p>ODS 5</p> <p>Igualdade de Gênero</p>	<p>Mulheres jovens de 15 a 24 anos de idade que não estudam nem trabalham</p> <p>Presença de vereadoras na Câmara Municipal</p> <p>Desigualdade de salário por sexo</p> <p>Diferença percentual entre jovens mulheres e homens que não estudam e nem trabalham</p> <p>Taxa de feminicídio</p>	<p>Inclusão de mulheres no mercado de trabalho</p> <p>Inclusão de mulheres na política</p> <p>Violência contra a mulher</p>	Socioeconômica
<p>ODS 6</p> <p>Água Potável e Saneamento</p>	<p>Perda de água</p> <p>População atendida com serviço de água</p> <p>População atendida com esgotamento sanitário</p> <p>População atendida com coleta domiciliar</p> <p>Doenças relacionadas ao saneamento ambiental inadequado</p>	<p>Água limpa e saneamento</p> <p>Qualidade da água potável</p>	Sociambiental
<p>ODS 7</p> <p>Energias Renováveis e Acessíveis</p>	<p>Domicílios com acesso à energia elétrica</p>	<p>Energia limpa e acessível</p> <p>Consumo de energia renovável</p>	Socioambiental
<p>ODS 8</p> <p>Trabalho Digno e Crescimento Econômico</p>	<p>PIB per capita</p> <p>População Ocupada entre 10 e 17 anos</p> <p>Desemprego (Taxa)</p> <p>Desemprego de jovens (Taxa)</p> <p>Jovens de 15 a 24 anos de idade que não estudam nem trabalham</p> <p>Ocupação das pessoas com 16 anos de idade ou mais</p>	<p>Trabalho decente e crescimento econômico</p> <p>Proteção de direitos trabalhistas</p>	Socioeconômica
<p>ODS 9</p> <p>Indústria, Inovação e Infraestruturas</p>	<p>Investimento público em infraestrutura como proporção do PIB</p> <p>Participação dos empregos em atividades intensivas em conhecimento e tecnologia</p>	<p>Qualidade das infraestruturas</p> <p>Produção de investigação</p> <p>Empregados no setor de pesquisa</p>	Socioeconômica

		Patentes e outras medidas de inovação	
ODS 10 Reduzir as Desigualdades	Renda municipal detida pelos 20% mais pobres Coeficiente de Gini Risco relativo de homicídios Acesso a equipamentos a atenção básica de saúde Razão do rendimento médio real Percentual da população de assentamentos subnormais que é negra	Desigualdade da riqueza Mobilidade social	Socioeconômica
ODS 11 Cidades e Comunidades Sustentáveis	População residente em aglomerados subnormais Domicílios em favelas Percentual da população de baixa renda com tempo de deslocamento ao trabalho superior a uma hora	Poluição atmosférica Condições socioespaciais Desigualdades socioeconômicas Promoção e valorização das tradições Reforço da cultura da comunidade	Ambiental Sociocultural Socioeconômica
ODS 12 Produção e Consumo Sustentáveis	Resíduos domiciliar per capita População atendida com coleta seletiva	Consumo e produção responsáveis Taxas de reciclagem Emissões de poluentes	Socioambiental
ODS 13 Ação Climática	Emissões de CO ² e per capita Percentual do município desflorestado	Ação contra a mudança global do clima Emissões de gases de efeito estufa	Ambiental
ODS 14 Proteger a Vida Marinha	Esgoto tratado antes de chegar ao mar, rios e córregos	Vida na água Sustentabilidade do setor da pesca Medidas da biodiversidade oceânica	Ambiental
ODS 15 Proteger a Vida Terrestre	Unidades de conservação de proteção integral e uso sustentável	Medidas da biodiversidade terrestre	Ambiental
ODS 16 Paz, Justiça e Instituições Eficazes	Homicídio juvenil Mortes por agressão Mortes por armas de fogo Taxa de homicídio Violência contra a população LGBTQI+	Acesso à justiça Prevalência da corrupção População que se sente em segurança no seu bairro	Política Ética
ODS 17 Parcerias para a Implementação dos Objetivos	Investimento público Total de receitas arrecadadas	Transparência financeira	Política Ética

Fonte: Elaboração própria com base em IDSC-BR (2021) e ONU (2016).